UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

THIAGO GONÇALVES MARQUES GUERIM

Território e Regionalismo Bancário:
Topologia e estratégia geoeconômica do Banestes/ES

São Paulo / SP
2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

THIAGO GONÇALVES MARQUES GUERIM

Território e Regionalismo Bancário:

Topologia e estratégia geoeconômica do Banestes/ES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Geografia Humana.

De acordo,

Prof. Dr. Fabio Betioli Contel

São Paulo / SP

2017

Nome: GUERIM, Thiago Gonçalves Marques

Título: **Território e regionalismo bancário:** Topologia e estratégia geoeconômica do Banestes/ES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em: __/__/____

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Gt   Guerim, Thiago Gonçalves Marques
Território e regionalismo bancário: Topologia e
estratégia geoeconômica do Banestes/ES / Thiago
Gonçalves Marques Guerim ; orientador Fabio Betioli
Contel. - São Paulo, 2017.
253 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Geografia. Área de
concentração: Geografia Humana.

1. Território. 2. Regionalismo Bancário. 3.
Topologia Bancária. 4. Bancos Estaduais. 5.
Banestes. I. Contel, Fabio Betioli, orient. II.
Título.

RESUMO

GUERIM, Thiago Gonçalves Marques. **Território e regionalismo bancário: Topologia e estratégia geoeconômica do Banestes/ES.** 2017. 253f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/USP, São Paulo, 2018.

Nossa dissertação trata do fenômeno do regionalismo bancário e busca entender as relações específicas que se desenvolvem entre os bancos regionais e o território onde atuam. Nesse sentido, procuramos pensar as finanças e o funcionamento de um banco a partir das noções de contiguidade, proximidade espacial e solidariedades geográficas. O objetivo central da pesquisa foi realizar um estudo sobre o fenômeno do regionalismo bancário no território brasileiro a partir do sistema de bancos públicos estaduais tendo como recorte empírico principal o Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), com o intuito de identificar as especificidades de um banco público regional em relação aos grandes bancos de abrangência nacional (e internacional). Verificou-se que o banco regional (estadual), por ter sua sede localizada na própria região de atuação, por ter uma divisão territorial do trabalho espacialmente limitada e por estar vinculado ao sistema de ação estatal, possui características singulares quando comparado às grandes redes bancárias de alcance nacional.

Palavras-chave: território; regionalismo bancário; topologia bancária; bancos estaduais; Banestes

ABSTRACT

GUERIM, Thiago Gonçalves Marques. **Territory and banking regionalism:** Topology and geoeconomic strategy of Banestes/ES. 253f. Dissertation (Master in Human Geography). Postgraduate Program in Human Geography/USP, São Paulo, 2017.

The theme of the dissertation is the relationship between territory and finance. More precisely, the dissertation deals with the phenomenon of banking regionalism, which involves specific relationships between regional banks and (regional) territory; in this sense, the horizon of reflection from which we started was to think about the finances and the functioning of a bank from the notions of contiguity, spatial proximity and geographical solidarities. The main objective of the research was to carry out a study on the phenomenon of banking regionalism in the Brazilian territory from the system of state public banks, with the Bank of the State of Espírito Santo (Banestes) as its main empirical cut, in order to identify the specificities of a regional public bank in comparison to the large national and international banks. Our main result is that the regional (state) bank, because it has its headquarters located in its own region, because it has a spatially limited territorial division of labor and because it's linked to the state action system, has singular characteristics when compared to the large networks national banking systems.

Key-words: territory; finance; bank regionalism; bank topology; state banks; Banestes

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Brasil: Localização das sedes e agências dos bancos comerciais estaduais (1945)	39
Mapa 2: Brasil: Localização da rede de agências dos bancos estaduais (por município) (1964)	50
Mapa 3: Brasil: Localização da rede de agências dos bancos estaduais (por município) (1985)	60
Mapa 4: Brasil: Densidade de agências pioneiras dos bancos comerciais estaduais (1980)	62
Mapa 5: Brasil – redistribuição do comando sobre a circulação de capitais no território (2016)	68
Mapa 6: Espírito Santo: regiões produtivas e cidades principais (década de 1880)	77
Mapa 7: Espírito Santo: rede ferroviária (década de 1940)	83
Mapa 8: Espírito Santo: topologia bancária tradicional (agências) no território (1945)	88
Mapa 9: Banco do Espírito Santo: evolução da topologia bancária (agências) e suas regiões bancárias no estado (1931)	92
Mapa 10: Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo: evolução da topologia bancária (agências) e suas regiões bancárias no estado (1945)	99
Mapa 11: Espírito Santo: bancos regionais e suas áreas de atuação (1964)	110
Mapa 12: Espírito Santo: topologia bancária tradicional (agências) no território (1994)	121
Mapa 13: Espírito Santo: topologia bancária tradicional (agências) do Banestes (1985)	130
Mapa 14: Espírito Santo: bancos responsáveis pela gestão das folhas de pagamento municipais (2016)	144
Mapa 15: Vitória: localização das sedes e superintendências bancárias (2016)	169
Mapa 16: Espírito Santo: distribuição da topologia bancária (agências) no território (1994)	180
Mapa 17: Espírito Santo: distribuição da topologia bancária (agência) no território (2016)	181
Mapa 18: Espírito Santo: Topologia bancária tradicional (agências) do Santander (1994-2016)	183
Mapa 19: Espírito Santo: Topologia bancária tradicional (agências) do Bradesco (1994-2016)	184
Mapa 20: Espírito Santo: Topologia bancária tradicional (agências) do Banco do Brasil (1994-2016)	185
Mapa 21: Espírito Santo: Topologia bancária tradicional (agências) do Banestes (1994-2016)	186
Mapa 22: Banestes: Localização das agências bancárias em Cachoeiro de Itapemirim (2016)	190
Mapa 23: Banestes: Localização das agências bancárias em Aracruz (2016)	190
Mapa 24: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) por bairros (1960)	192
Mapa 25: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) por bairros (1980)	192
Mapa 26: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) por bairros (1994)	193
Mapa 27: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) por bairros (2016)	193
Mapa 28: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) do Santander (1994)	195
Mapa 29: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) do Santander (2016)	195
Mapa 30: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) do Bradesco (1980)	196
Mapa 31: Região Metropolitana de Vitória: evolução da topologia bancária tradicional (agências) do Bradesco (1994)	196
Mapa 32: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) do Bradesco (2016)	197
Mapa 33: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) do Banco do Brasil (1960)	198

Mapa 34: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) do Banco do Brasil (1980)	198
Mapa 35: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) do Banco do Brasil (1994)	199
Mapa 36: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) do Banco do Brasil (2016)	199
Mapa 37: Região Metropolitana de Vitória: Localização da Agência Valores e Agências Empresariais (2016)	203
Mapa 38: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) do Banestes (1960)	206
Mapa 39: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) do Banestes (1980)	206
Mapa 40: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) do Banestes (1996)	207
Mapa 41: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) do Banestes (2016)	207
Mapa 42: Programa Nossocrédito: regionalização e topologia (Agências e Agentes de Crédito) no território do Espírito Santo (2012)	232

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Brasil: primeiros bancos estaduais fundados no território (1919-1945).....	35
Tabela 2: Bancos comerciais estaduais fundados no território brasileiro (1945-1964)	42
Tabela 3: Regiões Brasileiras: Número de sedes e agências de bancos comerciais estaduais (1964)...	49
Tabela 4: Brasil: Evolução do número de bancos e agências bancárias (1964-1980).....	56
Tabela 5: Regiões Brasileiras: Número de sedes e agências de bancos comerciais estaduais (%) (1985)	58
Tabela 6: Bancos Estaduais: Topologia atual dos bancos estaduais (2016).....	70
Tabela 7: Bancos Estaduais: Evolução do lucro líquido pós-Plano Real (R\$ milhões) (2001-2016) ...	71
Tabela 8: Bancos Estaduais: Evolução da relação Agências X Municípios (2016).....	72
Tabela 9: Espírito Santo: localização e funções dos núcleos urbanos (1822-1900).....	79
Tabela 10: Espírito Santo: rede de agências bancárias por origem de capital (1945).....	87
Tabela 11: Brasil e Espírito Santo: Evolução da sedes e agências do sistema bancário nacional e estadual (1946-1964).....	105
Tabela 12: Espírito Santo: distribuição das agências bancárias (1964)	107
Tabela 13: Espírito Santo: participação dos setores na composição setorial da renda (%) (1950-1980)	117
Tabela 14: Espírito Santo: evolução do conteúdo demográfico no território (%) (1950-1980).....	118
Tabela 15: Banestes: evolução das linhas de crédito rural e eletrificação rural no Espírito Santo (Cr\$) (1969-1988).....	135
Tabela 16: Banestes: fontes de recursos da carteira de crédito industrial (Cr\$) (1977-1988).....	137
Tabela 17: Espírito Santo: Operações aprovadas por gênero da indústria de transformação no Espírito Santo (%) (1960-1980).....	138
Tabela 18: Espírito Santo: evolução do comando da topologia bancária tradicional (Agências e PABs) (1994-2016).....	151
Tabela 19: Espírito Santo: evolução do comando sobre os depósitos bancários (R\$ milhões) (1994-2016)	157

Tabela 20: Espírito Santo: evolução do comando sobre os créditos (market-share) (R\$ milhões) (1995-2016)	157
Tabela 21: Regiões Bancárias: evolução da topologia tradicional (Agências) do Banestes (1994-2016)	188
Tabela 22: Banestes: segmentação da rede de agências bancárias na RMV (2016)	202
Tabela 23: Espírito Santo: Evolução dos ativos regionais (Depósitos) no território (em R\$ milhões) (1994-2016).....	210
Tabela 24: Espírito Santo: Evolução dos ativos regionais (Depósitos) no território por banco (em R\$ milhões) (1994-2016).....	211
Tabela 25: Banestes: Evolução dos ativos regionais (Depósitos) no território (em R\$ milhões) (1994-2014)	214
Tabela 26: Banestes: Evolução dos ativos regionais (Depósitos) no território por região bancária e por categoria (em R\$ milhões) (1994-2014)	215
Tabela 27: Espírito Santo: Evolução dos passivos regionais (Crédito) no território (em R\$ milhões) (1994-2016).....	220
Tabela 28: Espírito Santo: Evolução dos passivos regionais (Crédito) no território por banco (em R\$ milhões) (1994-2016).....	221
Tabela 29: Banestes: Composição da carteira de crédito (2007-2012)	224
Tabela 30: Banestes: Evolução dos passivos regionais (Crédito) no território por região bancária e por categoria (em R\$ milhões) (1996-2016)	226
Tabela 31: Banestes: áreas importadoras e exportadoras de recursos (2016)	229
Tabela 32: Programa Nossocrédito: evolução da topologia, operações e valores no território do Espírito Santo (2004-2012).....	233

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: SUMOC: Regionalização da rede bancária e seus critérios (1951)	47
Quadro 2: Espírito Santo: Bancos Municipais e Estaduais criados até 1954	85
Quadro 3: Agentes financeiros públicos no território do estado do Espírito Santo (1969).....	124
Quadro 4: Serviços contratados pelo Banestes na cidade de Vitória (2013-2016)	174

SUMÁRIO

Introdução	11
1 Território, finanças e o regionalismo bancário.....	20
1.1 Características gerais do regionalismo bancário	20
1.2 Território, finanças e rede urbana: os bancos estaduais e a divisão territorial do trabalho bancário no brasil	34
1.3 Os bancos estaduais: relações orgânicas no território (1964-1994) e privatização (1994-2016)	51
2 A formação do regionalismo bancário capixaba (1911-1994)	73
2.1 O Meio pré-técnico e a ausência da intermediação financeira no território do Espírito Santo	73
2.2 Regionalismo bancário capixaba, o capital comercial e o projeto regional de Vitória (1911-1964)	80
2.3 Novo regionalismo bancário capixaba: modernização agrícola, urbanização, circuitos industriais e desigualdades regionais (1964-1994).....	114
3 Ação regional do Banestes pós-Plano Real (1994-2016)	140
3.1 “O chão contra o cifrão”: a manutenção do Banestes como banco público estadual	140
3.2 O Banestes e a evolução recente da topologia bancária no território capixaba.....	161
3.3 A evolução da Geografia do dinheiro no território capixaba	209
Considerações finais.....	238
Referências Bibliográficas	247

Tanto o acontecer homólogo quanto o acontecer complementar supõem uma extensão contínua, na cidade e no campo, sendo a contiguidade o fundamento da solidariedade. Já no caso do acontecer hierárquico, as relações podem ser pontuais. Aqui, a solidariedade independe da contiguidade. É a diferença entre proximidade espacial e proximidade organizacional. [...] No primeiro caso, a co-presença é uma causa ou um efeito da ação. No segundo, trata-se de teleação (SANTOS, [1996] 2009, p. 167).

INTRODUÇÃO

A epígrafe citada nos remete ao horizonte de reflexão a partir do qual desenvolvemos o tema de nossa pesquisa, qual seja, a relação entre *território* e as *finanças*. Na verdade, a epígrafe coloca em destaque dois âmbitos opostos, mas complementares, da realidade geográfica que perpassou o espírito da elaboração de toda nossa investigação: as ações advindas da co-presença – ou contiguidade – e as teleações, isto é, ações iniciadas a partir de lugares distantes. Em termos mais particulares, o tema da presente dissertação é o fenômeno do regionalismo bancário, que envolve relações bastante específicas entre os bancos regionais e o território (regional); ou seja, pensar as finanças e o funcionamento de um banco nos termos indicados: contiguidade, proximidade espacial e solidariedades geográficas.

A contiguidade como o fundamento da solidariedade, a co-presença como causa e efeito da ação. Numa perspectiva histórica, os bancos locais e regionais estão na origem de todos os sistemas bancários nacionais (LABASSE, 1955, 1974; COZEN, 1975; COSTA, 1978, 2012; VERDIER, 2004; CORRÊA, 2004; CONTEL, 2011). Isso significa que todos os sistemas bancários e financeiros nacionais tiveram início a partir do funcionamento de bancos que começaram suas atividades num pedaço muito restrito de um território nacional. No início de seu desenvolvimento, o fenômeno financeiro – e o funcionamento dos bancos em particular –, estavam limitados espacialmente pelas próprias condições objetivas de uso do território; isto é, estavam limitados pelos próprios conteúdos do território, sendo a contiguidade uma condição da própria existência da atividade bancária.

Na medida em que os territórios nacionais implementavam seu processo de integração

material¹ e, logo depois, com a instalação e expansão do meio técnico-científico-informacional² (SANTOS, [1996] 2009), os bancos sediados nas regiões mais dinâmicas deram início ao processo de expansão e consolidação de suas estruturas (ALESSANDRINI *et alli*, 2003), o que acabou dando origem aos grandes bancos de alcance nacional e internacional; é a passagem do regionalismo bancário para o nacionalismo bancário, como já previsto por Jean Buffer (1917) e pelo geógrafo Jean Labasse (1955, 1974), entre outros autores. A contiguidade deixou de ser condição de desenvolvimento do fenômeno das finanças de um modo geral e para o funcionamento dos bancos; a *verticalidade*³ passou a ser o modo hegemônico de manifestação da relação entre território e finanças⁴.

Isso significa, então, o completo desaparecimento das finanças regionais ou “de contiguidade”? No atual contexto das pesquisas acadêmicas sobre este tema, os trabalhos sobre os sistemas bancários em diferentes formações socioespaciais têm dado destaque ao processo de concentração e centralização das finanças (AMADO, 1998; MARTIN, 1999; ALESSANDRINI, PAPI e ZAZZARO, 2003; VERDIER, 2004; ALESSANDRINI, CROCI e ZAZZARO, 2005; ALESSANDRINI, PRESBITERO e ZAZZARO, 2009; CONTEL, 2011), constituição dos grandes centros financeiros nacionais e internacionais (PORTEUS, 1999), os grandes fluxos mundiais de capitais (DOLFUS, 1993), a financeirização (CHESNAIS, 1998; SABADINI, 2013, 2014, 2015), crises bancárias e financeiras (HARVEY, 2013), entre outros. Em verdade, o destaque dado pelas pesquisas aos grandes agentes da circulação de capitais é

---

¹ Para o caso do território brasileiro, ver Santos e Silveira (2001).

² O meio técnico-científico-informacional é o meio geográfico correspondente ao período técnico-científico. De acordo com Santos ([1996] 2009, p. 238), nesse período “os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. [...] Da mesma forma como participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies, a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir seu substrato”.

³ O par dialético *verticalidades* e *horizontalidades* será também fundamental para o quadro teórico de referência de nossa dissertação. Como propõe também Milton Santos ([1996] 2009, p. 284), “Nas condições atuais, os arranjos espaciais não se dão apenas através de figuras formadas de pontos contínuos e contíguos. Hoje, ao lado dessas manchas, ou por sobre essas manchas, há, também, constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores. As segmentações e partições presentes no espaço sugerem, pelo menos, que se admitam dois recortes. De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades*. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades*”.

⁴ Esse modo hegemônico de manifestação das relações entre território e finanças implica uma divisão territorial do trabalho bancário, ou, nos termos de Martin e Klagge, implica uma especialização espacial das funções financeiras (KLASSE e MARTIN, 2005). Essa especialização espacial separa, por um lado, a concentração das funções de comando (sedes bancárias) nas metrópoles econômicas nacionais; por outro lado, tem-se a difusão das diferentes estruturas operacionais dos bancos (superintendências, CPDs, agências, ATMs, COBs, entre outros) por todo o território nacional.

um reflexo da própria situação real das finanças no cenário mundial.

Entretanto, é das contradições surgidas da verticalização dos sistemas bancários⁵ que (re)emergem os fenômenos e os debates sobre as finanças da contiguidade. Não é por acaso que os principais centros de pesquisa sobre os bancos regionais ou locais se deem, atualmente, na Alemanha, país no qual o sistema bancário pode ser considerado como um dos mais descentralizados (HARDACH, 1999; MARTIN *et alli*, 2005; HAKENES *et alli*, 2014; HAKENES e SCHNABEL, 2013; HAKENES e SCHMIDT, 2009; FLÖGEL, 2017; FLÖGEL e GÄRTNER, 2017); nos Estados Unidos são retomados debates sobre o papel dos bancos locais para o desenvolvimento econômico (VERDIER, 2004; COLLENDER e SHAFFER, 2013); na Rússia desponta o debate sobre a imprescindibilidade de seus bancos regionais (MANDRYKA, 2012). Na América Latina, viu-se o desmonte de seus sistemas bancários regionais (SILVEIRA, 1999; CONTEL, 2005, 2011) e o surgimento de outros modos de manifestação das finanças de proximidade (ABRAMOVAY, 2008; PAULA, 2014). De todo modo, as pesquisas sobre os bancos locais e regionais – e sobre as finanças de proximidade – fazem parte do cenário acadêmico internacional como resultado da própria concentração bancária e seus desdobramentos, fenômeno advindo do processo de globalização.

É exatamente nessa contradição emergente entre a intensa concentração/centralização e a descentralização/regionalização bancária (isto é, a contradição entre proximidade espacial e proximidade organizacional na relação entre território e finanças) que estabelecemos o tema de nossa dissertação. Nosso objetivo geral foi, então, realizar uma pesquisa sobre o fenômeno do regionalismo bancário no território brasileiro a partir do sistema de bancos públicos estaduais tendo como recorte empírico principal o Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), com o intuito de identificar as especificidades de um banco regional (e, no caso, público) em relação aos grandes bancos de abrangência nacional e internacional⁶. Nesse sentido, elencamos como objetivos específicos para a investigação: 1. Estudar os aspectos mais abstratos do funcionamento dos bancos regionais e interpretar suas relações singulares com o território,

---

⁵ Essas contradições que estamos indicando envolvem, por um lado, a intensificação do controle sobre a vida econômica e social desempenhada pelas grandes instituições bancárias e financeiras, principalmente a partir dos novos suportes técnicos-informacionais presentes no território (MINELLA, 2001; CONTEL, 2011); por outro lado, envolvem também a aumento das desigualdades regionais (AMADO, 1998; CROCCO e BARRA, 2004). Além desses dois pontos trazidos pela literatura brasileira, alguns autores procuraram pesquisar a relação entre a concentração e centralização dos sistemas bancários e a intensificação das crises financeiras e econômicas (NEGRO e KAY, 2002; POLLARD, 2012; CABALLERO, 2015).

⁶ É preciso deixar claro que aquilo que estamos chamando de sistema de bancos públicos comerciais estaduais é somente um subsistema do sistema bancário brasileiro e, também, um subsistema de todo o conjunto de instituições bancárias públicas presentes no território nacional.

através da noção de “regionalismo bancário” e de “centros de gestão do território”; 2. Identificar os agentes constituintes do regionalismo bancário capixaba, os eventos (técnicos e normativos) que lhe deram origem e que organizaram suas respectivas divisões territoriais do trabalho bancário ao longo do tempo; 3. Mensurar e mapear a ação do Banestes no que tange ao fenômeno regional, sua topologia, a ação do banco nos lugares onde atua, o desenvolvimento regional, a diminuição das desigualdades regionais e sociais e as diferenças de ação dos bancos privados e do Banestes no estado no pré e pós-Plano Real (1994).

Partindo dos resultados já explicitados pela literatura a respeito dos desdobramentos, nos lugares, da verticalização do sistema bancário, estruturamos nosso estudo baseado em duas hipóteses complementares. A primeira hipótese que propusemos foi a de que os bancos públicos estaduais possuem uma relação muito mais orgânica com o território⁷, em relação aos bancos privados e federais; a segunda hipótese em que nos baseamos foi a de que os bancos estaduais públicos são elementos de consolidação de horizontalidades no território, ao contrário dos bancos privados – sobretudo os bancos internacionais – que são promotores de verticalidades no espaço nacional. Mais alguns comentários são necessários a respeito das hipóteses. As políticas de crédito (tanto as políticas de Estado quanto as políticas elaboradas pelo mercado) e as políticas de captação de poupança (depósitos) podem ser considerados como elementos constitutivos dos “arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional baseada em racionalidades distantes” (SANTOS, [1996] 2009, p. 284) e que ajudam a definir os conteúdos das regiões (e, portanto, seus limites). Dentro deste contexto, a investigação empreendida mostrou que, os bancos regionais (estaduais), apesar de não estarem desconectados dos processos atuais que orientam as finanças – e que tendem à concentração bancária –, seriam elementos constitutivos das solidariedades orgânicas, isto é, sua política de crédito e de captação de depósitos seriam parte da criação de uma coesão orgânica baseada em racionalidades advindas da contiguidade ou proximidade espacial.

Tendo em vista essas duas hipóteses no horizonte de reflexão, surgiram então os

---

⁷ A sugestão desta relação mais “orgânica” dos bancos estaduais com a região em que atuam está baseada na formação daquilo que Milton Santos (1996) chamou de “*solidariedades orgânicas*” (em contraposição às “*solidariedades organizacionais*”) no espaço geográfico. De acordo com o autor: “De uma estruturação dita ‘natural’, existindo pela troca de energia entre os seus elementos (tal como eles são e como estão dispostos), passamos a uma valorização das coisas, por intermédio da organização, que comanda sua vida funcional. Na caracterização atual das regiões, longe estamos daquela solidariedade orgânica que era o próprio do cerne da definição do fenômeno regional. O que temos hoje são solidariedades organizacionais. As regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam um dos fundamentos da sua existência e definição” (SANTOS, [1996] 2009, p. 285).

problemas da pesquisa. A questão principal foi: em quais características de sua ação o banco público estadual se difere dos bancos comerciais privados (nacionais e internacionais) e federais? Desse problema principal emergiram outras questões secundárias e complementares: a) Como se deu a evolução dos sistemas de objetos e sistemas de ações do Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes) durante os diferentes períodos da história do território capixaba? b) Em relação a sua rede bancária, como é possível mensurar as características de sua organização (mecanismos de regionalização, concessão de empréstimos, de depósitos, fluxos dos recursos, etc.)? c) Quais são as principais atividades produtivas financiadas? Elas são direcionadas preferencialmente aos atores “hegemônicos”, ou são também voltadas aos atores com menor nível de técnica, capital e organização? d) Como se comportam as variáveis e indicadores de ação dos bancos privados de varejo que atuam no estado, em relação à ação do Banestes? Quais os principais tipos de crédito que cada uma destas instituições disponibiliza, e quais os valores movimentados? Qual a dimensão e as características de sua topologia? e) Existem ações do banco para promover o desenvolvimento regional do estado? Isto é: é possível identificar políticas de financiamento que visem efetivamente a diminuição das desigualdades regionais no Espírito Santo? f) Que tipos de políticas públicas conduzidas recentemente pelo governo estadual se utilizam da rede de agências do Banestes como mecanismo de execução? g) Quais são os fatores que poderiam explicar a manutenção do Banestes durante o processo nacional de privatização/desmonte dos bancos públicos estaduais ocorrido na década de 1990?

A operacionalização da pesquisa esteve fundamentada nos três procedimentos metodológicos básicos da investigação científica, quais sejam, o levantamento bibliográfico, a pesquisa documental e o trabalho de campo. No que toca ao levantamento bibliográfico, constituímos um conjunto de eixos de estudo que nos deu as bases teórica, histórica e empírica para tratar do tema de pesquisa em tela, o regionalismo bancário. Através do levantamento bibliográfico pudemos realizar uma revisão teórica através da qual definimos um quadro conceitual adequado ao tema investigado; conseguimos estabelecer um “estado da arte” dos estudos sobre bancos regionais na Geografia, além de um breve quadro de referência do tema em outras áreas do conhecimento (Economia, Ciências Políticas, História, Sociologia, Administração, entre outras); o levantamento bibliográfico também nos possibilitou a constituição empírica e histórica sobre o regionalismo bancário em diversas formações

socioespaciais⁸, principalmente para o caso do Brasil⁹. Esse amplo e exaustivo levantamento bibliográfico exigiu que, além dos suportes dados pelas universidades brasileiras – através de suas bibliotecas –, fizéssemos o esforço de buscar referências bibliográficas estrangeiras nos principais portais de artigos científicos nacionais e internacionais¹⁰.

A pesquisa documental, por sua vez, foi o procedimento metodológico que nos possibilitou recolher o conjunto de dados empíricos, de fontes indiretas, que deram base ao desenvolvimento dos argumentos presentes ao longo do texto e, nesse sentido, deram sustentação empírica aos resultados que serviram de respostas aos problemas colocados pela investigação. Além dos dados coletados ao longo do levantamento bibliográfico, tivemos como principais interlocutores para recolhimento de informações o Banco Central do Brasil (BACEN)¹¹, a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), as instituições bancárias estudadas (Banestes, Banco do Brasil, Bradesco, Santander, além do Banrisul, Banese, Banpara e BRB) e o Sindicato dos Bancários do Espírito Santo (Sindibancários-ES). Todas essas instituições, com as quais mantivemos contato ao longo de toda a pesquisa, nos forneceram um arcabouço de dados secundários estudados¹² e sintetizados nessa dissertação¹³.

Finalmente, um dos procedimentos basilares da pesquisa foi a realização de trabalhos de campo tendo como mecanismo básico as entrevistas abertas, através das quais pudemos coletar um volume significativo de dados primários e informações empíricas não sistematizadas (dados qualitativos). O propósito das entrevistas é colher aquelas informações qualitativas de

---

⁸ Em relação aos diversos autores estrangeiros que tivemos acesso ao longo da pesquisa, os quais não haviam sido traduzidos para a língua portuguesa até o presente, tivemos a licença de realizar as traduções das citações diretas inseridas na dissertação.

⁹ A literatura geográfica, e de outras disciplinas, sobre o tema regional foi de fundamental importância para o processo de depuração empírica e teórica do fenômeno que nos propomos estudar. A literatura geográfica francesa mais tradicional, tendo a tese “Os capitais e a região” (LABASSE, 1955) [Original: *Les capitaux et la région*] como a principal representante, nos possibilitou reconstituir os aspectos mais essenciais do funcionamento das instituições bancárias regionais, em sua relação com a região; por outro lado, a literatura geográfica e econômica anglófona, tendo os autores Ron Martin, Andrea Alessandrini, Britta Klagge, Franz Flögel, Stefan Gärtner, Hendrik Hakenes entre outros, retomou as investigações – teóricas e empíricas – sobre os bancos regionais no contexto atual de verticalização dos sistemas bancários nacionais.

¹⁰ Portal da Capes, Scielo, Redalyc, Jstor, Persée e o Direct Science.

¹¹ A respeito dos dados referentes aos valores monetários apresentados ao longo da dissertação (principalmente as operações de crédito e depósito), é importante esclarecer que os valores absolutos e relativos não estão deflacionados. Além disso, os dados da Estban são referentes ao mês de Julho de cada ano destacado.

¹² O conjunto de variáveis que estão abarcados nesses dados secundários são: 1. Distribuição das agências bancárias; 2. Distribuição das operações de crédito; 3. Distribuição dos depósitos bancários; 4. Distribuição dos depósitos à vista; 5. Distribuição dos outros depósitos; 6. Distribuição dos empréstimos; 7. Evolução do lucro líquido; 8. Regionalização da rede bancária.

¹³ A análise do conteúdo dos dados obtidos através destas fontes foi composta por três procedimentos básicos, quais sejam, a) a pré-análise, que é caracterizada pela organização dos dados; b) exploração do material, que é caracterizada pela codificação, isto é, recorte, enumeração e classificação e, por último; c) o tratamento, a inferência e a interpretação, através do qual procuramos tornar significativos os dados organizados e codificados. Isto se dá através da produção de quadros, tabelas, figuras e mapas que sintetizaram as informações obtidas.

difícil mensuração e que funcionam como complemento aos dados quantitativos coletados através de canais indiretos (secundários). Nesse sentido, nossas entrevistas tinham o intuito de entender o funcionamento interno de um banco estadual, nos seus aspectos mais cotidianos – em termos de organização interna, forma de composição dos quadros diretivos e operacionais, regionalização do mercado territorial, logística, elaboração e operacionalização das políticas de crédito, vantagens concorrenciais, limites de ação, políticas públicas, entre outros. Para tal intuito, organizamos entrevistas com um ex-Diretor de Negócios do Banestes, com três atuais diretores do Banestes (Diretor de Negócios, Diretor de Relações com Investidores e Diretora de Controle e Riscos¹⁴), além de uma entrevista com o atual Diretor Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG)¹⁵.

Outro esclarecimento almejado durante os trabalhos de campo/entrevistas dizia respeito às relações entre o Banestes e outras instituições públicas e privadas localizadas na cidade de Vitória¹⁶. Foi nesse sentido que organizamos uma entrevista com o atual Assessor da Presidência do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santos (Bandes)¹⁷; além disso, conseguimos realizar pequenas intervenções com secretários municipais e estaduais, e com representantes de autarquias municipais e estaduais¹⁸. Finalmente, com o intuito de reconhecer algumas características dos conteúdos sociais e políticas do território capixaba na década 1990 – conteúdos relacionados diretamente à tentativa de privatização do Banestes –, realizamos entrevistas com representantes do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo/Banestes¹⁹ e com

---

¹⁴ O processo de elaboração da lista de questões e temas que foram abordados com os diretores representou um amplo desafio que era o de colocar em diálogo pessoas com formações em diferentes áreas (Geografia, Economia, Gestão, Administração). Com o intuito de nos apropriarmos do vocabulário de cada área de atuação das diretorias, fizemos um breve levantamento bibliográfico – não utilizado na redação da dissertação – sobre o funcionamento de cada diretoria.

¹⁵ Apesar de não fazer parte do universo social de análise direta da pesquisa, a entrevista com o Professor e atual Diretor Presidente do BDMG Marco Crocco, realizada na sede do banco em Belo Horizonte (MG), nos esclareceu em vários aspectos, e trouxe um conjunto de *insights* para nossas investigações a respeito das características específicas dos bancos regionais.

¹⁶ Tentamos organizar entrevistas com Superintendentes do Banco do Brasil, Bradesco e do Santander, além de representantes de empresas capixabas de setores historicamente relacionados com a atuação do Banestes (por exemplo, empresas do setor de exportações), mas não obtivemos retorno.

¹⁷ A entrevista realizada com o Assessor da Presidência do Bandes foi fundamental para nossa argumentação a respeito da importância da aglomeração das sedes e superintendências dos bancos públicos na cidade de Vitória, como veremos no terceiro capítulo dessa dissertação. Além de nos ter esclarecido pontos centrais das relações históricas entre Banestes e Bandes ao longo da história do território estadual.

¹⁸ Com esses breves diálogos com secretários municipais e estaduais tivemos acesso a um conjunto de informações não sistematizadas como, por exemplo, a distribuição da gestão das folhas de pagamento municipais, a existência prévia de normas estaduais que davam preferência ao banco estadual nas transações com fornecedores privados, a existência de contrato entre o Banestes e uma empresa pública estadual de informação, as relações entre as instituições de governo, Banestes e bancos comunitários.

¹⁹ Os representantes sindicais e os funcionários do Banestes demonstraram ser uma valiosa fonte de informações históricas a respeito das campanhas de resistência ao processo de privatização do banco, além das transformações internas do banco ao longo dos anos 1990/2000. O período da pesquisa foi de intenso contato com o

o ex-Presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo²⁰.

Os resultados da pesquisa alcançados através desses procedimentos metodológicos, e que nos permitiram dar respostas factíveis aos objetivos e problemas colocados, estão apresentados nesta dissertação e foram estruturados em três capítulos. No primeiro capítulo, cujo título é “Território, Finanças e o Regionalismo Bancário” tratamos de dois grandes eixos gerais da pesquisa. Por um lado, partimos de um questionamento central para o desenrolar de nossa investigação, qual seja, “o que é isto, um banco regional?”. Tendo como caminho essa questão, elaboramos então o estudo da fisionomia dos bancos regionais e de suas relações com o território regional, cuja síntese nos permitiu definir a noção de regionalismo bancário. Por outro lado, tratamos do surgimento e evolução daquele fenômeno do espaço geográfico brasileiro que, do nosso ponto de vista, parece representar de maneira mais completa o regionalismo bancário, o sistema de bancos comerciais públicos estaduais em sua relação como território.

No segundo capítulo, passamos a tratar especificamente da formação do regionalismo bancário no território do estado do Espírito Santo no período pré-Plano Real (1911-1994). Nele analisamos os eventos que deram origem às instituições bancárias locais e estaduais e que orientaram a evolução de suas respectivas divisões territoriais do trabalho. Em primeiro lugar, identificamos os fatores geográficos que pudessem explicar a ausência de intermediação bancária no território estadual até a primeira década do século XX. Posteriormente, analisamos a criação do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola (BCHAES) (1911) como um evento que modificou as condições de circulação de capitais no território estadual²¹ (1911-1964). Finalmente, com a fundação do Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), teve início um novo período do regionalismo bancário capixaba (1964-1994), adaptado aos novos conteúdos do território advindos da expansão desigual do meio técnico-científico-informacional no Espírito Santo.

No terceiro capítulo, realizamos um estudo sobre a ação regional do Banestes após a instalação do plano de estabilização da moeda no território brasileiro, o Plano Real (1994-

---

Sindibancários/Banestes; por convite dos próprios representantes do Sindicato, participamos de reuniões sobre a organização da nova companhia a favor da manutenção do banco estadual e participamos de mesas de debate a respeito da importância geográfica, econômica, política e social do Banestes.

²⁰ Com a entrevista realizada com o senhor Cláudio Vereza (ex-Presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo) conseguimos reconstruir um quadro político, institucional e partidário dos anos 1990 e 2000 e que envolviam o contexto de privatização e federalização do Banestes.

²¹ Como veremos, os bancos estaduais sucessivos são, na verdade, parte do projeto regional iniciado pelo BCHAES.

2016). Em nosso último capítulo, procuramos desvendar os fatores que pudessem explicar a manutenção do banco enquanto banco público e estadual no período de privatizações dos bancos estaduais. Posteriormente, realizamos o estudo do papel do Banestes na evolução contemporânea da topologia bancária tradicional (sedes, superintendências regionais e as agências bancárias) no território capixaba. Por último, fizemos a análise da ação do banco no que tange à evolução da “geografia do dinheiro” no território estadual, tanto através das operações de crédito e depósito, quanto através da efetivação de políticas públicas de microcrédito implementadas pelo Banestes.

1 TERRITÓRIO, FINANÇAS E O REGIONALISMO BANCÁRIO

1.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO REGIONALISMO BANCÁRIO

A fisionomia dos bancos regionais

O primeiro pressuposto básico a ser estudado é a fisionomia daquilo que entendemos como bancos regionais. Jean Labasse, a partir de suas análises da rede bancária da região de Lyon, elencou alguns elementos que parecem delimitar o fenômeno dos bancos regionais e do regionalismo bancário²². A característica mais evidente do fenômeno é a sua extensão; ou seja “os verdadeiros bancos regionais inscreveram sua rede nos limites de um *contrée* que eles se esforçam para desenvolver e ao destino do qual eles ligaram seu devir” (LABASSE, 1955, p. 191)²³. Apesar da simplicidade aparente da afirmação, a citação nos traz elementos fundamentais para reconhecer a fisionomia dos bancos regionais.

Os bancos regionais, por definição, possuem uma topologia bancária territorialmente restrita; ou seja, um dos aspectos de sua fisionomia é que a divisão territorial do trabalho²⁴ desenvolvida por eles se difunde numa área bem delimitada do território nacional, podendo ser uma região administrativa, uma unidade da federação (ou província), um município, uma cidade, ou mesmo um pedaço restrito da cidade²⁵. Por que, então, um banco limitaria, territorialmente, sua área de atuação? São dois os mecanismos pelos quais os bancos expandem sua área territorial de ação. O primeiro seria através da compra (ou fusão) de alguma instituição bancária que atuasse num mercado territorial regional; o segundo mecanismo seria a expansão

²² Esses elementos foram elencados por Jean Labasse a partir do estudo de seis bancos regionais presentes na região de Lyon, quais sejam, *Banque de L'Isère* (Grenoble), *Banque Fornas* (Condrieu), *Banque Régionale du Centre* (Roanne), *Banque de Savoie* (Chambéry), *Banque Laydernier* (Annecy) e, finalmente, *Banque Régionale de L'Ain* (Bourg) (LABASSE, 1955, p. 191).

²³ Original: “[l]es véritables banques régionales ont inscrit leur réseau dans les limites d'une *contrée* qu'elles se sont efforcées de mettre en valeur et au destin de laquelle elles ont lié leur avenir” (LABASSE, 1955, p. 191).

²⁴ A categoria da “divisão territorial do trabalho” tem lugar central dentro do sistema conceitual de nossa dissertação. Na segunda parte de sua obra “A natureza do espaço” ([1996] 2009), Santos insere a divisão territorial do trabalho no processo geral da produção das formas-conteúdos, no qual relaciona espaço, totalidade, divisão territorial do trabalho e eventos. De acordo com o autor, a “divisão internacional do trabalho é processo cujo resultado é a divisão territorial do trabalho” (Ibid., p. 132); mas, a divisão territorial do trabalho também pode ser entendida “como um processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente. [...] Os recursos do mundo constituem, juntos uma totalidade. Entendemos, aqui, por recurso, a toda possibilidade, material ou não, de ação oferecida aos homens. Recursos são coisas, naturais ou artificiais, relações compulsórias ou espontâneas, ideias, sentimentos, valores. É a partir da distribuição desses dados que os homens vão mudando a si mesmos e ao seu entorno” (Ibid., p. 132). Os bancos regionais seriam elementos do espaço geográfico responsáveis por distribuir determinados recursos (fixos bancários e capitais) regionalmente.

²⁵ Em relação ao último elemento (um pedaço restrito da cidade), Jean Labasse trata daquilo que qualificou como “bancos locais”.

por criação de novos fixos bancários da própria instituição²⁶.

Nesse sentido, podemos indicar alguns fatores que impossibilitam a expansão territorial de um banco. Em primeiro lugar, o banco precisa dispor de condições financeiras necessárias para arcar com os custos do processo de expansão de rede de fixos bancários num amplo território. A região de origem do banco explica, em parte, o dinamismo inicial que pode permitir, ou não, que o banco venha a ter essa disponibilidade financeira. Outro elemento central são os conteúdos técnicos do território; é preciso haver sistemas de movimento instalados no território que permitam a circulação e o funcionamento cotidiano do banco e de sua rede; ou seja, se um banco surge numa região integrada materialmente no âmbito interno, mas isolada do contato constante com outras regiões de um país, fica impossibilitado o processo de expansão. Além disso, podemos indicar como outro conteúdo do território que impediria a expansão ilimitada da rede de fixos de um banco o elemento *normativo*, ou seja, bancos podem ficar limitados a algum mercado territorial específico devido a vigência de uma norma estatal.

Na medida em que o banco se torna, por um conjunto de fatores, limitado territorialmente em sua atuação, acaba por se enraizar ainda mais no território regional, ou seja, ao destino de sua região liga o seu próprio devir. De modo geral, a dinâmica do banco regional depende necessariamente do desenvolvimento de sua região de atuação, o que faz com que o sentido de suas ações esteja ligado à necessidade interna da produção de riqueza. Assim, os bancos regionais não podem atuar sobre as diferentes áreas da região com o intuito de drenar e concentrar riqueza, com o risco de estagnação econômica de toda a região e, logo, da diminuição da intensidade de circulação de capitais. Em outras palavras, a fisionomia dos bancos regionais implica que a circulação regional de capitais, colocada em movimento pelos bancos regionais, deve procurar um equilíbrio entre sua rentabilidade e ser parte ativa no processo de desenvolvimento regional²⁷.

---

²⁶ A respeito dos fixos geográficos, Milton Santos nos diz que: “O espaço é, também e sempre, formado de fixos e de fluxos. Nós temos coisas fixas, fluxos que se originam dessas coisas fixas, fluxos que chegam a essas coisas fixas. Tudo isso, junto, é o espaço. [...] Os fixos nos dão o processo imediato do trabalho. Os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens. [...] Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão, também, a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo” (SANTOS, 1988, p. 77).

²⁷ Em termos abstratos, um banco cujo alcance de sua ação seja o território nacional inteiro atua, na verdade, sobre diversos mercados territoriais regionais, o que significa que ele possui a capacidade jogar sobre essa diversidade de dinâmicas econômicas. Pesquisadores do sistema bancário, principalmente autores inseridos nos debates sobre a economia regional, têm demonstrado que os grandes bancos seriam efeito e causa das desigualdades regionais (AMADO, 1998; CROCCO e BARRA, 2009; CROCCO, 2012). Os bancos regionais, por atuarem num único mercado territorial regional, não poderiam ter o mesmo tipo de funcionamento; necessariamente, ele teria que estar vinculado aos mecanismos de desenvolvimento regional.

Outro elemento que caracteriza a relação entre bancos regionais e território pode ser qualificado como o modo de elaboração das redes bancárias. Um traço comum entre os bancos regionais, encontrado nos estudos de Jean Labasse, é o modo minucioso com que é desenvolvida a topologia bancária. Nas palavras do autor: “As redes dos bancos regionais são fruto de uma minuciosa elaboração” (LABASSE, 1955, p. 194)²⁸. O que significa essa “minuciosa elaboração”?²⁹ Os estudos da rede de fixos dos bancos regionais de Lyon indicam que o uso do território realizado por essas instituições, através da topologia que os bancos regionais teriam maior capacidade de selecionar os locais de instalação dos fixos bancários, tendo em vista os interesses advindos da cidade e da região em que está sediado; isso significa que a topologia dos bancos regionais se desenvolve de maneira orgânica com as relações mantidas pela sua cidade-sede³⁰.

A relação bancos regionais e território pressupõe um outro conteúdo que deve ser abarcado pela noção de regionalismo bancário, qual seja, aquilo que o autor indicou como uma disposição psicológica favorável baseada no gênero de vida e no espírito particularista. Nas palavras do autor:

Um sentimento tão vivo é erodido com o tempo e a mobilidade crescente da população ativa trabalha contra ele. Mas ele pode ser transmitido pela consciência da utilidade de dois tipos de instituições financeiras. Pois o estabelecimento de crédito e os bancos regionais são frequentemente chamados a colaborar, alguns trazendo suas vastas possibilidades e sua prudência inerente, outros, seu conhecimento profundo das necessidades locais (LABASSE, 1955, p. 195)³¹.

Nessa breve citação, Jean Labasse procura abordar um conteúdo profundo³² que faz

²⁸ Original: “*Les réseaux des banques régionales sont le fruit d’une minucieuse élaboration*” (LABASSE, 1955, p. 194).

²⁹ Essa observação do autor a respeito das redes bancárias de instituições regionais ganha relevo pelo fato de que não aparece elencado como uma qualidade das redes bancárias em geral.

³⁰ Crocco (2012) e Parr e Budd (2000) demonstraram que os grandes bancos constroem sua rede de fixos bancários seguindo uma lógica hierárquica regional e urbana coerente com seus objetivos, isto é, a seleção de locais com maiores chances de coleta de depósitos e de realização de negócios; o que tal estratégia espacial implica é, também, a fragmentação territorial (SANTOS, 2000), já que um conjunto significativo de lugares acaba excluído ou mau inserido nas redes bancárias. Aquilo que Jean Labasse chama de “minuciosa elaboração”, quando caracteriza os bancos regionais, é exatamente a capacidade de, através do equipamento urbana regional (suas cidades e núcleos urbanos), difundir os recursos (fixos bancários e capitais) de maneira capilarizada por toda a região.

³¹ Original: Un sentiment aussi vif s’érode avec le temps et la mobilité croissante de la population active travaille contre lui. Mais il peut être relayé par la conscience de l’utilité des deux types d’institutions financières. Car l’établissement de crédit et banques régionales sont appelés fréquemment à collaborer, les uns apportant leurs vastes possibilités et leur prudence innée, les autres, leur connaissance approfondie des besoins locaux (LABASSE, 1955, p. 195).

³² Conforme nos mostra outro importante geógrafo desta época, “Os elementos espirituais contam tanto quanto os elementos materiais, mais acessíveis. E, naturalmente, também contam os elementos sociais [...]” (SORRE, [1952] 1984, p.101).

parte do fenômeno do gênero de vida³³. Melhor dizendo, junto com os aspectos materiais, da consolidação e desenvolvimento de um gênero de vida emerge um conteúdo não-material, um “espírito particularista” advindo de uma história comum, compartilhada pelos agentes que coexistem naquela região. No que tange ao nosso problema específico, o autor demonstra que os bancos regionais, por terem sua história vinculada à história do lugar, se torna parte dessa psicoesfera³⁴ “particularista” ou, no mínimo, parte um tipo de pensamento vinculado ao lugar. Em outras palavras, essa “disposição psicológica favorável” envolve a fisionomia dos bancos regionais de maneira direta; o conceito de *iconografia regional* nos permite estudar esse ponto levantado por Jean Labasse.

O banco regional, seguindo as ideias de Jean Labasse, compartilham – além de serem um elemento constituinte – das mesmas heranças históricas, culturais e simbólicas de sua região-sede. Na medida em que o banco surge e se desenvolve junto com sua região, podemos incluí-lo dentro daquilo que Jean Gottmann chamou de *iconografia regional*³⁵. Este conceito tem como função central demonstrar a relação entre o conjunto de heranças não-materiais que, junto aos elementos clássicos dos estudos regionais, ajudam a delimitar a identidade de uma região. Por esse caminho aberto por Jean Labasse e Jean Gottmann, a fisionomia dos bancos regionais abarca esse conteúdo não-material de sua região; isto é, o banco regional é, ao mesmo tempo, parte ativa na produção da identidade regional enquanto um símbolo da região e, também, utiliza desses recursos não-materiais em seu funcionamento.

A fisionomia dos bancos regionais envolve necessariamente a adaptação profunda da instituição financeira ao território regional. Isso ocorre através do modo como o banco se utiliza

---

³³ De acordo com o geógrafo Max Sorre, podemos considerar os gêneros de vida como combinações de técnicas. Nas palavras do autor: “A noção de gênero de vida é extremamente rica, pois abrange a maior parte, senão a totalidade, das atividades do grupo humano. É preciso atingir um grau de cultura bastante avançado para que os indivíduos se libertem da tirania do costume. Esses elementos materiais e espirituais são técnicas transmitidas pela tradição, mediante as quais os homens asseguram domínio sobre a natureza. Técnicas de obtenção de energia, técnicas de produção de matérias-primas, de utensílios; elas são sempre produtos da arte, técnicas, e também, assim, as instituições que mantêm a coesão do grupo, assegurando-lhe a perenidade” (SORRE, [1952] 1984, p. 100).

³⁴ A psicoesfera pode ser definida como “reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido”, sendo responsável por fornecer “regras à racionalidade ou estimulando o imaginário” (SANTOS, [1996] 2012, p. 256).

³⁵ “Para se distinguir do que a circunda, uma região requer muito mais que uma montanha ou um vale, de uma língua ou de determinadas habilidades; ela requer, essencialmente, uma forte fé baseada num credo religioso, um ponto de vista social ou um *pattern* de memórias políticas e, muitas vezes, uma combinação de todos os três. Por isso, o regionalismo tem, na própria base, o que pode ser chamado de iconografia. Cada comunidade, de fato, encontrou por si mesma ou recebeu uma iconografia, um símbolo ligeiramente diferente dos venerado pelos seus vizinhos. Por séculos se está preso à iconografia incorporando as riquezas que a comunidade pudesse fornecer. Em muitos casos, investiu-se uma quantidade de trabalho e capital, tanto que o que nasceu como uma crença, ou como um culto, ou, ainda, como memória de um fato militar resulta num considerável investimento econômico em condições de unificar os interesses de uma região” (GOTTMANN *apud* MUSCARÀ, 2008, p. 39).

dos recursos (meios de ação) existentes nesse pedaço do território nacional. Ainda inserido na construção dessa perspectiva dos bancos regionais como parte inerente da região e do gênero de vida, o geógrafo francês indicou outro elemento que caracterizaria esse tipo de instituição relativo à estrutura interna da rede bancária:

[...] a estrutura interna das diversas redes é comparável; uma única diferença notável: sempre que possível os quadros e o pessoal dos bancos regionais são, como seus dirigentes, recrutados no lugar. Pois a óptica é bem distinta: os bancos regionais usam nos seus *rayons* os recursos que eles provêm e resistem de todo modo à centralização parisiense (LABASSE, 1955, p. 195)³⁶.

A afirmação indica algo essencial no uso do território pelos bancos regionais. Por um lado, a construção e o funcionamento da rede regional de circulação de capitais (bancos regionais) depende necessariamente dos recursos disponíveis localmente, desde a matéria-prima financeira (recursos monetários), até mesmo o quadro de funcionários de diferente cargos. Por outro lado, ao se utilizar necessariamente desses recursos, os bancos regionais acabam por resistir ao processo de *verticalização* – ou centralização – do sistema bancário nacional.

A dependência dos bancos regionais em relação aos recursos disponíveis localmente permite, além disso, entender o processo de relação intrínseca entre a instituição regional e a região na qual atua. O caso dos quadros de funcionários e dos dirigentes é um aspecto importante. O fato de o quadro de diretores de um banco regional ser composto por pessoas advindas da própria região faz com que o âmbito das decisões tenha um conteúdo especificamente local. Estamos falando de diretores e presidentes que, por serem parte dos agentes locais, conhecem as necessidades e as especificidades dos diferentes momentos dos circuitos produtivos regionais, além das diferentes fases dos circuitos espaciais de produção que se realizam na região³⁷. O mesmo processo pode ser identificado para os diferentes níveis da rede bancária, como no caso dos especialistas de crédito (gerentes) de agências.

---

³⁶ Original: “[...] *la structure interne des divers réseaux est-elle comparable; une seule différence notable: autante que possible, le cadres et le personnel des banques régionales sont, comme leurs dirigeants, recrutés sur place. Car l’optique reste bien distincte; les banques régionales emploient dans leur rayon les ressources qui en proviennent et résistent de tout leur poids à la centralisation parisienne*” (LABASSE, 1955, p. 195).

³⁷ Esse aspecto dos bancos regionais dialoga diretamente com alguns elementos abordados em Alessandrini, Papi e Zazzaro (2003) e Alessandrini, Croci e Zazzaro (2005) a respeito do processo de consolidação dos sistemas bancários e, como seu resultado territorial, a divisão territorial do trabalho bancário em lugares de comando e áreas operacionais. De acordo com os autores, a qualidade do quadro de dirigentes e de gerentes de agências acabam por imprimir certo distanciamento entre o funcionamento do banco e a dinâmica regional. Jean Labasse, por sua vez, parece indicar que ocorre o oposto com os bancos regionais, muito pelo fato de que comando e estrutura operacional se confundem no mesmo mercado regional.

Outro aspecto da fisionomia dos bancos regionais indicado pelo autor é aquilo que Labasse chamou de “razão de ser dos bancos regionais”. Nas palavras do autor: “[...] a razão de ser dos bancos regionais é de militar pela descentralização financeira e pelo emprego da liquidez no interior do quadro geográfico ao seio do qual elas se formaram” (LABASSE, 1974, p. 90)³⁸. Essa breve citação sintetiza dois elementos básicos da fisionomia dos bancos regionais. Por um lado, o uso do território pelos bancos regionais implica a “militância” pela descentralização das finanças no território. Essa descentralização, como vimos até aqui, se dá no âmbito nacional ou no âmbito intra-regional. Ou seja, o banco atua a favor da descentralização bancária e financeira no nível da formação socioespacial de um país, se contrapondo à centralização das metrópoles econômicas nacionais; atua também a favor da descentralização no nível interno da região, difundindo seus fixos e recursos espacial e socialmente³⁹.

Por outro lado, e tão importante quanto, a razão de ser dos bancos regionais implica num uso do território o qual se evite a drenagem de recursos de sua área de atuação para outros centros dinâmicos de acumulação. A existência de um banco regional num determinado pedaço do território significa que os recursos coletados por essa instituição serão prioritariamente aplicados na própria região. Esse elemento da fisionomia dos bancos regionais elencado por Jean Labasse dialoga diretamente com o trabalho sobre o fenômeno do *capital drain* (HAKENES e SCHNABEL, 2013)⁴⁰.

A fisionomia dos bancos regionais envolve a capacidade de impulsionar a multiplicação da riqueza regional através da estrutura de depósitos e da distribuição dos riscos. Nos termos de Jean Labasse, em seu uso do território, essas instituições fazem com que “a riqueza local se multiplique dela mesma, na medida em que permite a estrutura de depósitos recebidos e de uma sábia distribuição dos riscos” (LABASSE, 1974, p. 90)⁴¹. A possibilidade de uma reprodução ampliada da riqueza regional, a partir do funcionamento dos bancos regionais, pressupõe que essas instituições promovam a evolução da estrutura de depósitos, o que significa que os bancos

---

³⁸ Original: “[...] la raison d'être des banques regionales est de militer pour la décentralisation financière et l'emploi des liquidités à la intériur du cadre géographique au sein duquel elles se forment” (LABASSE, 1974, p. 90).

³⁹ Retomando o conceito de divisão territorial do trabalho, podemos inferir o papel específico dos bancos regionais no que se refere à sua capacidade ímpar na distribuição espacial dos recursos (fixos e capitais).

⁴⁰ Esse conteúdo do regionalismo bancário é paralelo ao fenômeno do *capital drain* identificado pelos economistas Hakenes e Schnabel. De acordo com os autores, com a consolidação das grandes redes bancárias nacionais e internacionais, intensificou-se o processo de drenagem de recursos (*capital drain*) de determinados mercados territoriais regionais para outros. Os bancos regionais e locais teriam capacidade de diminuir a intensidade desse fenômeno (HAKENES e SCHNABEL, 2013).

⁴¹ Original: “la richesse locale se multiplie d'elle même, dans la mesure toutefois où l'autorisent la structure des dépôts reçus et une sage répartition des risques” (LABASSE, 1974, p. 90).

regionais teriam melhor capacidade de captar os menores recursos dispersos em sua área de atuação – o que constitui maior capacidade de concentrar os excedentes pulverizados pela região. Além disso, ao estar intimamente ligado aos aspectos de existência dos gêneros de vida, os bancos regionais saberiam como distribuir os riscos no processo de irrigação de recursos (crédito)⁴².

Finalmente, e, talvez, o elemento mais importante – do ponto de vista geográfico – da fisionomia dos bancos regionais e da definição do fenômeno do regionalismo bancário: a localização da sede no interior na região de atuação do banco. A presença da sede do banco na região tem dois desdobramentos diretos, decodificados por Jean Labasse nos estudos sobre os bancos regionais em Lyon. Em primeiro lugar, na relação com o território regional, os bancos regionais acabam por reforçar a autoridade da cidade na qual está sediado⁴³; isto é, a presença da sede de um banco regional imprime na cidade-sede a função de “autoridade” sobre a construção da infraestrutura bancária regional e sobre os fluxos (circulação regional) de capitais⁴⁴. Ao mesmo tempo, a presença da sede na região acaba por significar a existência de mecanismos financeiros próprios de desenvolvimento. Jean Labasse indicou, como parte da fisionomia dos bancos regionais, que essas instituições bancárias conseguem elaborar mecanismos financeiros adaptados ao funcionamento singular de determinada produção.

Esse conjunto de elementos elencados – a extensão, enraizamento, modo minucioso de elaboração da rede bancária, a iconografia regional, adaptação e a sede – configura aquilo que Jean Labasse denominou de fisionomia particular dos bancos regionais, e que procuramos aprofundar o uso em nossa pesquisa. Ou seja, são elementos que caracterizariam a singularidade desse tipo de instituição frente às grandes redes bancárias de amplitude nacional/internacional ou somente local.

---

⁴² Esse elemento dos bancos regionais nos permite ao menor questionar o argumento de que a criação de grandes bancos de âmbito nacional significa maior segurança ao sistema bancário. Como vimos com Caballero (2015), a concentração e centralização do sistema bancário imprimir grande instabilidade econômica, principalmente nos países mais periféricos e, dentro de cada país, nas áreas mais distantes dos grandes centros que concentram o comando financeiro. Estabilidade dos grandes bancos implica necessariamente em estabilidade para todo o sistema regional? E a estabilidade dos bancos regionais não imprimiriam maior estabilidade ao seu mercado territorial regional?

⁴³ Nas palavras de Jean Labasse: “*Les métropoles d’où elles rayonnent en ont vu leur autotiré renforcée*” (LABASSE, 1974, p. 91).

⁴⁴ É o caso da região de Lyon e dos bancos regionais de Lorraine e de Dauphiné, que permitiram às cidades-sede efetivar, a partir do controle sobre a circulação regional de capitais, a industrialização de suas regiões; a mesma função pôde ser observada nos estudos sobre os bancos regionais da Escócia (LABASSE, 1974, p. 91-92).

Regionalismo bancário, território e urbanização

A partir dos estudos sobre a fisionomia dos bancos regionais, tornou-se possível elaborar uma definição, ainda que provisória, do *regionalismo bancário*. Num quadro amplo que abarca o fenômeno das finanças, o regionalismo bancário seria uma manifestação particular da relação global entre as finanças e o território: a noção de regionalismo bancário tem como conteúdo central a relação singular entre *bancos regionais* e o território (ALESSANDRINI *et alli*, 2003, 2005, 2009; ALLIX, 1956; BUFFER, 1917; CARON, 1968; COZEN, 1975; DEVLIN e CASTRO, 2002; GARAY, 2001; HAKENES *et al*, 2009, 2014; HARDACH, 1999; JOBERT, 1999; KLAGGE e MARTIN, 2005; MANDRYKA, 2012; MORAZE, 1943;; RACINE, 1973; SORRE, 1955; THUILLIER, 1977; VANT, 1977; WHEELER, 1986; ZAZZARO, 1997). No presente item, iremos abordar alguns elementos da teoria geográfica à luz dessa definição do fenômeno em tela.

O aspecto fundamental da relação entre bancos regionais e o território, portanto, de definição do próprio regionalismo bancário, é o fato de que a sede desse tipo de instituição encontra-se localizada em sua própria região de atuação. Esse dado do fenômeno nos permite um diálogo com o conceito de *centro de gestão do território* nos moldes como foi definido pelo geógrafo Roberto Lobato Corrêa (1996, p. 24/25):

A metrópole exerce um papel de controle de atividades que, estando localizadas externamente a ela, são, contudo, concebidas, planejadas e dirigidas a partir de empresas nela sediadas. Em outras palavras, na metrópole estão as sedes sociais de empresas que têm suas unidades filiais – fábricas, agências bancárias, escritórios, depósitos, lojas, fazendas, minas – localizadas em outras unidades político-administrativas. [...] O centro de gestão do território caracteriza-se, em realidade, por ser um centro onde tomam-se decisões e fazem-se investimentos de capital que afetam direta e indiretamente amplo espaço. Controlam assim a organização espacial de um dado espaço, influenciando a gênese e a dinâmica produtiva, o nível de empregos diretos e indiretos, os impostos, a mobilidade demográfica, as transformações no uso do solo e na paisagem, assim como na política local e o modo de inserção das cidades na rede urbana sob seu controle.

O centro de gestão do território é um conceito que sintetiza o fenômeno da materialização, numa dada cidade, da capacidade de comando sobre as diferentes fases do processo produtivo, quais sejam, a produção, a circulação, a distribuição e o consumo. A constituição desse fenômeno se originou a partir do momento em que houve a divisão social e territorial do trabalho entre o *comando* e a *realização* – ou execução – das ações. De toda a complexidade que envolve a constituição de uma cidade numa metrópole, o aspecto que estamos destacando no momento é o elemento “sede” (*headquarter*). Uma cidade só pode se

tornar um centro capaz de “gerir” a organização espacial de um determinado pedaço do território nacional (ou mesmo de todo o território nacional) a partir do momento em que nela se encontram instaladas sedes de instituições do Estado, de empresas públicas e privadas.

O regionalismo bancário implica necessariamente a instalação da sede do banco regional na principal cidade de sua área de atuação. A sede de um banco regional imprime em sua cidade-sede a capacidade, ainda que parcial, de organização espacial – através da circulação regional de capitais – do pedaço do território sobre o qual o banco distribuiu seus fixos bancários. Em outras palavras, a localização da sede do banco regional significa que é em sua cidade-sede que serão elaboradas as políticas de ação do banco, os mecanismos de distribuição das tarefas e metas, o formato dos produtos financeiros; resumindo, é onde irão ser tomadas todas as grandes decisões sobre as ações do banco.

No nível intra-urbano, a concentração de sedes de empresas públicas e privadas impulsiona o surgimento de um conjunto de atividades ligadas ao funcionamento das empresas, os chamados “serviços corporativos” (SASSEN, 2001) ou de “setor quaternário” (GOTTMANN, 1961), cuja concentração espacial num determinado pedaço do território da cidade constitui o fenômeno do “centro de negócios” (SANTOS, 1959; REIS, 2007). A presença da sede um banco regional pode ser fator de demanda, junto com as sedes de outras instituições e empresas, desses tipos de serviços, de modo a possibilitar a constituição de um setor quaternário em sua cidade-sede; é evidente, entretanto, que tal processo depende da dinâmica da região, do próprio banco regional e da localização da sede de outras instituições e firmas. De todo modo, a presença da sede de um banco regional é capaz de influenciar a configuração das variáveis na cidade-sede. De acordo com Pietro Alessandrini, Andrea Presbitero e Alberto Zazzaro (2003, 2009), a presença da sede da instituição bancária regional

[...] produz importantes externalidades para a acumulação de capital humano, social e institucional. Geralmente, os recursos humanos mais qualificados (gerentes, diretores, profissionais, analistas financeiros) residem nas regiões onde os centros de decisão dos bancos estão localizados. Externalidades desse tipo afetam o empreendedorismo, assim como o capital social e institucional (ALESSANDRINI *et al*, 2009, p. 188)⁴⁵.

No nível regional, a sede da instituição bancária significa o controle, pela cidade-sede,

---

⁴⁵ Original: *produces important externalities for the accumulation of human, social and institutional capital. Usually, the most qualified and specialized human resources (managers, directors, professionals, financial analysts) reside in regions where banking decisional centres are located. Externalities of this type affect entrepreneurship, as well as social and institutional capital* (ALESSANDRINI *et al*, 2009, p. 188).

de um conjunto de mecanismos através dos quais a cidade organiza o espaço⁴⁶. O primeiro desses mecanismos de organização do espaço regional se dá através das decisões referentes à instalação dos fixos bancários. A partir de sua sede, localizada na principal cidade da área de atuação, o banco regional irá criar suas *localizações bancárias*, constituídas pelo conjunto de diferentes cidades e núcleos urbanos existentes em seu mercado territorial. Como bem demonstrou Jean Labasse em seus estudos sobre a rede bancária na região de Lyon, a instalação (ou não) de um fixo bancário é tanto reflexo quanto um motor da circulação de capitais no território (LABASSE, 1955). De modo que a simples localização de uma agência bancária pode reorganizar todo o conjunto de fluxos existentes numa determinada área e, portanto, da hierarquia entre os núcleos urbanos⁴⁷.

Outro mecanismo de ação do banco sobre a região da cidade-sede é a captação de recursos (depósitos). A captação dos excedentes produzidos no território é resultado dos sistemas de ação dos bancos, os quais visam reforçar determinados tipos de depósitos em seus passivos (depósito à vista, depósito a prazo, poupança); essas ações, evidentemente, são elaboradas e coordenadas a partir da sede bancária. Além disso, sendo a sede a responsável principal pelas decisões sobre o destino dos recursos captados, é possível afirmar que a cidade-sede, através de seu banco, controla a massa de recursos – antes dispersos e, com a ação do banco, concentrados na instituição – produzidos na região.

A concessão de crédito e suas respectivas – e diferenciadas – taxas de juros⁴⁸ é outro mecanismo de ação do banco, através da sua sede regional, sobre o território regional. O crédito, enquanto aspecto organizacional de determinada produção, participa da materialização de fenômenos no espaço geográfico⁴⁹. Além disso, Rudolf Hilferding demonstrou que os bancos,

---

⁴⁶ Os mecanismos aqui elencados estão fundamentados no artigo “A concentração bancária e os centros de gestão do território” (CORRÊA, [1989] 2004).

⁴⁷ Essa passagem nos permite pensar duas situações. Em primeiro lugar, um banco regional pode selecionar determinadas cidades ou núcleos urbanos tendo como base as relações (solidariedades geográficas) que esses núcleos já estabelecem com outros lugares; nesse sentido, a rede de fixos desse banco seria um reflexo do espaço geográfico regional pré-existente, sendo assim um elemento reforçador dessas mesmas solidariedades. Por outro lado, o banco pode selecionar cidades/núcleos urbanos por motivações geopolíticas ou sociais, acabando por se tornar um vetor de criações de solidariedades geográficas, já que agentes de outros lugares podem passar a buscar o serviços e recursos bancários nessa cidade que passou a desempenhar a função bancária.

⁴⁸ No caso das taxas de juros, é relevante trazer para o plano da discussão uma característica básica dos bancos regionais públicos. Os bancos públicos, ao fazerem parte do sistema de ações estatais (políticas públicas), podem apresentar taxas específicas voltadas para a geografação ou dinamização de determinados circuitos produtivos em seus respectivos territórios; a partir desse tipo de relação com o Estado subnacional, os bancos regionais podem induzir a criação de uma produtividade espacial específica para determinado tipo de produto como resultado de uma política pública.

⁴⁹ Esse tipo de ação bancária sobre a organização espacial foi demonstrado pelo geógrafo Jean Labasse e os gêneros de vida presentes na região de Lyon (LABASSE, 1955), na produção cafeeira de São Paulo (MONBEIG, 1957) e, mais recentemente, nas áreas de produção agrícola moderna no território brasileiro (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

ao concederem recursos creditícios, na verdade também acabam por controlar grandes setores da economia regional e nacional (HILFERDING, [1909] 1985). Desse modo, o banco regional é uma instituição financeira que dá à sua cidade-sede os meios necessários para organizar o espaço produtivo de sua região.

Finalmente, a participação acionária em empresas é outro tipo de mecanismo que dá à uma cidade-sede, através de seu banco regional, a qualidade de centro de gestão do território. Através do controle acionário de diferentes empresas, os bancos conseguem ampliar ainda mais seu controle sobre a dinâmica econômica geral (HILFERDING, [1909] 1985). Esse argumento pode ser transferido para o caso dos bancos regionais e de suas respectivas cidades-sede; ou seja, essas instituições podem controlar, através do investimento e do controle acionário, de importantes setores econômicos regionais.

Além dos mecanismos básicos de ação do banco regional, é preciso sublinhar outros elementos que envolvem a definição do conceito de *centro de gestão do território* e de sua relação com o regionalismo bancário. Ainda de acordo com Roberto L. Corrêa, a gestão do território possui um conteúdo irremediavelmente *histórico*, isto é,

A gestão do território é a dimensão espacial do processo de gestão vinculando-se ao território sob o controle de um Estado, grupo social, instituição ou empresa. [...] A gestão do território possui ‘uma historicidade que se traduz em agentes sociais e práticas espaciais distintas, historicamente variáveis’ (CORRÊA, 1996, p. 23).

Tal historicidade da gestão do território nos convida a inserir a cidade e seu banco regional no contexto histórico no qual é preciso reconhecer, no âmbito mais geral, a relação entre a *gestão do território* e a reprodução do sistema social como um todo. Em outras palavras, o banco regional, sediado na principal cidade de uma determinada região, está vinculado diretamente às elites econômicas e políticas que, por suas ações, promovem a organização espacial com o intuito de criarem as condições espaciais de sua reprodução. O funcionamento do banco regional, nesse sentido, deve ser pensado dentro de um conjunto de ações impulsionadas pelo Estado (subnacional) e pela elite econômica, representada pelos capitalistas regionais dos diferentes setores da economia. O banco regional seria, através de sua fisionomia e dos mecanismos elencados acima, instrumento financeiro das políticas desenhadas pelos agentes sociais presentes na cidade-sede. A base para a realização dessa reflexão foi dada pelo geógrafo carioca Roberto L. Corrêa ([1988] 2004, p. 28):

Mas há que se considerar, pelo menos em relação a alguns países ou regiões,

a existência de uma relativa autonomia nacional ou regional: a divisão territorial do trabalho é parcialmente derivada de decisões e interesses internos, sediados nas metrópoles nacionais ou regionais e, em alguns casos, nas capitais regionais

A partir dessa ponderação, podemos afirmar que, em termos teóricos, os bancos regionais possuem um papel fundamental de contraposição ao processo de *verticalização* do sistema bancário nacional e do território de uma formação socioespacial⁵⁰. Mas a presença da sede do banco dentro da região de atuação possui outras feições características que devem ser abarcadas pela noção de *regionalismo bancário*. Como vimos com Labasse, a divisão territorial do trabalho desenvolvida pelos bancos regionais tem como aspecto mais evidente seu alcance territorial limitado. Apesar da afeição mais aparente, a evolução da topologia dos bancos regionais guarda lógicas particulares devido à localização da sede na região de funcionamento do banco.

O banco regional, como qualquer agente social, está determinado em seu uso do território pelos conteúdos do espaço geográfico preexistente. Isto é, do mesmo modo que os outros bancos, a instituição regional depende das condições físicas da circulação (sistemas de movimento ferroviário, rodoviário e postal) e da rede de cidades existente nessa área para desenvolver a rede de seus fixos bancários. Entretanto, o fato de a sede estar localizada na região possibilita que o banco possa também diminuir a chamada “distância funcional” entre suas unidades. De acordo com Alessandrini *et alli*,

Uma segunda distância fundamental que afeta as relações banco-empresas é a “distância funcional”, que mede a distância interna entre uma agência local e o centro de decisão do banco (tipicamente a sede do banco). Em média, o processo de consolidação bancária aumentou consideravelmente essa distância, cujo efeito é aumentar as fricções organizacionais e tornar as agências funcionalmente distantes afastadas (*shy away*) dos empréstimos para tomadores intensivos em *soft information*. [...] existe uma série de problemas conectados com a distância entre agências locais, onde gerentes coletam informações dos tomadores, e sedes, onde a política de crédito é definida, e onde são decididos os relatórios de empréstimos e as carreiras dos gerentes locais⁵¹.

⁵⁰ Sobre o processo de verticalização do sistema bancário nacional brasileiro, ver Contel (2011).

⁵¹ Original: “A second fundamental distance that affects bank-firm relationships is “functional distance”, which measures the internal distance between a local branch and the decisional centre of the parent bank (typically the bank headquarter). On average, the bank consolidation process has greatly increased this distance, whose effect is to heighten organizational frictions and make functionally distant branches shy away from lending to soft information-intensive borrowers. Size being equal, there are a number of problems connected with the distance between local branches, where loan officers collect information on borrowers, and headquarters, where the lending policy is set, loan reviewers report and the career of local managers is decided” (Alessandrini *et al*, 2009, p. 173).

O propósito da citação acima é fazer um contraponto entre as grandes redes bancárias nacionais e internacionais e as redes bancárias regionais. De acordo com os autores, o aumento da distância funcional entre sede e agência, apesar de incrementar a rentabilidade do banco, também acarreta dificuldades internas; mais especificamente, os bancos têm maiores dificuldades de realizar operações com os agentes econômicos qualificados por atuarem sobretudo a partir da “*soft information*”. Em outras palavras: “A localização das sedes e a dispersão geográfica das estruturas da firma afetam a tomada de decisão corporativa e provêm o gerenciamento local/empregados com diferentes incentivos de acordo com a distância do gerenciamento *sênior* da sede” (ALESSANDRINI *et alli*, 2009, p. 181)⁵².

Os bancos regionais, por sua vez, pelo fato de a sede estar na região de funcionamento, teria maiores possibilidades de se relacionar com os agentes econômicos com menor nível de capital, técnica e organização. A proximidade da sede significa não somente o caráter físico do termo, mas, também, os aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos. Ou seja, a sede estar localizada na região de atuação significa que o *staff* do banco coexiste com os agentes sociais presentes naquela região, em termos culturais, políticos, econômicos, simbólicos etc.:

[...] segurança de comunicação e confiança entre diretores do banco e os agentes de crédito locais diminuem com a distância física entre eles, mas também com a distância sociocultural entre as áreas geográficas onde o *staff* dos centros de decisão do banco e os escritórios locais funcionam e vivem. Na mesma linha, quanto mais física e culturalmente próximos os gerentes seniores do banco estão da região e dos stakeholders locais, maior é o incentivo para favorecer empresas locais (ALESSANDRINI *et alli*, 2009, p. 182)⁵³.

Além das relações de crédito, a maior ou menor distância funcional se reflete na topologia dos bancos regionais. Pela capacidade de se relacionarem com os agentes econômicos de menor dimensão do território regional, o banco regional possui um *limiar mínimo* muito diferente dos grandes bancos nacionais e internacionais, de modo que sua rede de fixos bancários pode ser expandida para cidades e núcleos urbanos excluídos da rede bancária de abrangência nacional. Assim, apesar da restrição territorial de sua abrangência, internamente

---

⁵² Original: “The location of headquarters and geographic dispersion of the firm’s structures affect corporate decision making and provide local management/employees with different incentives according to distance from senior headquarters management” (ALESSANDRINI *et alli*, 2009, p. 181).

⁵³ Original: [...] reliability of communication and trust between bank’s managers and local loan officers decrease with the physical distance between them, but also with the socio-cultural distance between the geographical areas where the staff of the bank’s decisional centres and local offices work and lives. In the same vein, the more physically and culturally close the bank’s senior managers are to a region and the local stakeholders, the greater is the incentive to favour local firms (ALESSANDRINI *et alli*, 2009, p. 182).

(no âmbito regional) os bancos regionais – pela proximidade da sede – promovem uma rede bancária muito mais capilarizada e, também, muito mais ligada com as necessidades dos agentes presentes na região.

A localização da sede do banco regional também acarreta particularidades ao fenômeno da circulação de capitais e, logo, imprime certas qualidades na rede urbana regional. Em termos amplos, a rede urbana é o conjunto de centros urbanos através dos quais se realiza o processo de valorização do valor. Nas palavras de Roberto L. Corrêa ([1988] 2004, p. 28-29):

O trabalho excedente é a fonte de criação do valor excedente (juros, renda e lucros). O valor excedente apropriado e acumulado é, em parte, investido em novas atividades, tanto de localização urbana como rural, visando à geração de novos e ampliados valores excedentes. Isto implica sua circulação, que engendra fluxos de pessoas, bens e serviços, ordens, ideias e dinheiro. [...] O conjunto de centros urbanos que participam da criação, apropriação e circulação do valor excedente é a rede urbana.

O aspecto a ser destacado no momento é a dos fluxos entre os centros urbanos engendrados pelo processo de produção do trabalho excedente. O sentido desses fluxos é o de convergência nas grandes metrópoles, o que significa dizer a concentração do trabalho excedente, produzido no território, nos *centros de gestão do território*. A localização da sede do banco regional em sua região e a topologia bancária muito mais capilarizada no interior da região implica uma circulação de recursos monetários, dos juros e lucros regionalmente mais abrangente e internamente centralizada. Em outras palavras, o banco regional, pela sua maior capacidade de se capilarizar nos espaços mais banais de sua região, faz com que os menores recursos monetários dispersos entrem nos fluxos de capitais bancários. Por outro lado, a presença da sede implica que os juros e lucros advindos da atividade de intermediação bancária permaneça na própria região. De modo que os bancos regionais são mecanismos de diminuição do processo de drenagem de recursos de sua região pelas grandes metrópoles nacionais (HAKENES e SCHNABEL, 2013), que sediam as grandes instituições bancárias e os aparelhos comerciais e de serviços.

É a partir desse conjunto de elementos teóricos sobre a definição dos bancos regionais e de sua relação de determinação recíproca com o território – que nomeamos de regionalismo bancário – que iremos realizar nossos estudos sobre um subsistema do espaço geográfico brasileiro, os bancos comerciais públicos estaduais e, posteriormente, o caso particular do Espírito Santo e de seu banco estadual. Por ora, no próximo item, elaboramos uma breve síntese do processo de surgimento, difusão e evolução dos bancos estaduais no território brasileiro.

1.2 TERRITÓRIO, FINANÇAS E REDE URBANA: OS BANCOS ESTADUAIS E A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO BANCÁRIO NO BRASIL

Os primeiros bancos comerciais estaduais no território e o fortalecimento das metrópoles regionais (1905-1945)

A criação de bancos comerciais públicos estaduais sediados em suas respectivas capitais estaduais foi um processo que se desenvolveu de maneira espacial e temporalmente desigual no território brasileiro entre as décadas de 1910 e 1960; até o ano de 1964, praticamente todas as capitais estaduais que existiam até esse momento possuíam pelo menos uma instituição bancária pública estadual, consolidando os centros regionais (capitais estaduais) de gestão do território e das finanças. Além das sedes (*headquarters*) bancárias localizadas nas capitais, o desenvolvimento da topologia dessas instituições continuou se transformando durante todo o período que vai de 1964 até a década de 1990, na qual se deu início ao processo de privatização e extinção da maioria desses históricos e importantes bancos públicos, assunto que veremos mais à frente. Nesse primeiro tópico, iremos realizar uma breve síntese sobre os conteúdos do território relacionados ao surgimento e à difusão dos bancos comerciais públicos estaduais no espaço geográfico nacional.

O que estamos aqui denominando “primeiros bancos públicos comerciais estaduais” foi o conjunto de bancos que surgiram entre os anos de 1919 e 1945, nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Paraíba, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Maranhão (Tabela 1). Somente nessa primeira fase de bancos fundados é possível perceber que surgiram num período em que os respectivos estados-sede estão em situações muito diferentes, o que demonstra a complexidade de se entender e encontrar seu fio condutor comum. Consideramos que foram seis os fatores principais que resultaram na organização desse primeiro conjunto de bancos públicos comerciais de caráter estaduais (regionais). Em primeiro lugar, a expansão de atividades agrícolas de exportação e de comercialização nacional; a necessidade de financiamento de novos sistemas técnicos advindos da urbanização; a constatação, através de uma psicoesfera nacional, de que os bancos estrangeiros seriam mecanismos de impedimento do desenvolvimento do país; junto com os novos sistemas técnicos advindos da urbanização, a capacidade de organização de um banco público também estava ligada ao desenvolvimento e complexificação da própria economia do setor público⁵⁴; a

---

⁵⁴ A elaboração dessa lista de argumentos foi baseada nos trabalhos do geógrafo Fábio Contel (2005) e de Francisco Lopreato (2002).

criação de bancos estaduais estaria ligada à busca de maior autonomia e controle sobre os fixos e fluxos financeiros que circulavam pelos territórios estaduais por parte das capitais administrativas e; finalmente, a baixa densidade técnica e organizacional necessária ao funcionamento dos bancos nesse período⁵⁵.

Tabela 1: Brasil: primeiros bancos estaduais fundados no território (1919-1945)⁵⁶

CREDIREAL	Banco de Crédito Real de Minas Gerais	1919
BANESPA	Banco do Estado de São Paulo	1926
BANRISUL	Banco do Rio Grande do Sul	1928
BANESTADO	Banco do Estado do Paraná	1928
PARAIBAN	Banco do Estado da Paraíba	1930
BANDERN	Banco do Rio Grande do Norte	1936
BANESTES ⁵⁷	Banco do Estado do Espírito Santo	1937
BEM	Banco do Estado do Maranhão	1939

Fonte: Banco Central (BACEN), Contel (2011), Costa (1978) e Costa Neto (2004), adaptado

Um estudo sobre a estrutura bancária desse período, realizado pelo economista Fernando N. da Costa, nos ajuda a empiricizar o funcionamento do sistema bancário brasileiro no período. Em relação ao sistema bancário atuante no Brasil, o autor afirma que são duas as características mais marcantes da estrutura bancária e financeira entre os anos 1822 e 1930: 1) o fato de os bancos existentes nesse período terem desenvolvido uma topologia que não havia sido interiorizada (áreas produtoras), ficando concentrada nas grandes cidades e 2) a forte presença dos bancos estrangeiros, principalmente após aquilo que o autor chamou de Crise de 1864⁵⁸. Assim, os principais circuitos produtivos de exportação e de comercialização nacional, aqueles que organizavam a economia e o território como um todo, tinham dificuldades de acesso ao crédito bancário e, portanto, à manutenção do circuito produtivo. Para tentar solucionar esse entrave, foram criados alguns bancos estaduais, como o caso do Banco de Crédito Real de

⁵⁵ Esse aspecto da baixa demanda por investimentos técnicos para a fundação de bancos nesse período foi levantado por Costa (1988) e foi retomado por Contel (2011) para o caso do Brasil e por Medeiros (2013) para o caso das Alagoas.

⁵⁶ A nomenclatura dos bancos estaduais mudou muito durante a história de cada instituição. Preferimos, então, utilizar do último nome dado às instituições estaduais, seguindo o modelo de Costa Neto (2004).

⁵⁷ Nesse período, o Banestes ainda era chamado de Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo (BCAES), como veremos no segundo capítulo.

⁵⁸ De acordo com a explicação do autor, após a crise do café em 1864, os bancos nacionais começaram a perder importância dentro do cenário nacional, isto como resultado da concorrência de bancos estrangeiros (ingleses) nas transações cambiais referentes ao comércio externo e da decadência da cafeeicultura (COSTA, 1978, p. 20). Por isso a concentração das instituições bancárias na cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal), já que era onde se davam os maiores volumes de operações do comércio exterior e do mercado cambial no período, e nas maiores cidades do litoral.

Minas Gerais (Credireal), o Banco do Estado de São Paulo (Banespa), o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) e o Banco do Estado do Paraná (Banestado).

Apesar de ser extremamente dinâmica, a região produtiva cafeeira de São Paulo padecia das mesmas dificuldades encontradas em outras áreas do país no que tange ao financiamento da lavoura, isto é, no estado de São Paulo também ocorria o processo de concentração da atividade bancária na capital e na cidade portuária, atuando nas atividades comerciais e urbanas, e pouca interiorização da rede bancária. Coube ao Estado, então, intervir no mercado através da criação do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), no ano de 1926, com o objetivo de expandir a rede bancária para o interior e financiar os produtores agrícolas (COSTA, 1988). Dois anos depois, o estado paranaense funda o Banco do Estado do Paraná (Banestado) (1928). No caso do Banestado, a literatura afirma que a principal causa da criação dessa instituição foi a demanda por crédito bancário agrícola por parte dos produtores de café no interior do estado (COSTA NETO, 2004). Ainda de acordo com Costa Neto, o Banrisul surgiu a partir da demanda dos pecuaristas gaúchos que, nos anos 1920, encontravam-se em grave crise (Ibid., 2004). Isso demonstra que as atividades pecuárias presentes no interior do estado também careciam do crédito bancário num momento de crise, mas não eram atendidos pelas instituições privadas; daí a procura pela iniciativa estatal de consolidar um banco comercial estadual com esse intuito, inclusive seguindo o mesmo modelo do Banespa.

Os primeiros bancos comerciais estaduais também estavam diretamente relacionados ao processo de urbanização que vinha se desenvolvendo nesta parcela do território nacional⁵⁹ (Sudeste e Sul). A evolução da urbanização do território, até 1945 mais vinculada às funções administrativas dos estados, teria duas consequências diretas sobre o surgimento e difusão dos primeiros bancos estaduais. Em primeiro lugar, na medida em que a população foi transferindo seu lugar de moradia para os meios urbanos, aumentou de maneira significativa a demanda por serviços, o que significa, por sua vez, aumento da demanda por mecanismos de financiamento de sistemas técnicos relacionados aos serviços sociais urbanos (CONTEL, 2005). Por outro lado, esse crescimento das cidades também significou impulso para o setor público da economia através do dinamismo econômico e maior fluxo de recursos para o Estado (impostos); a capacidade de funcionamento e de atuação dos bancos dependia umbilicalmente da dinâmica

---

⁵⁹ Sobre a urbanização brasileira nesse período, Santos afirmou que a “urbanização brasileira conhece, nitidamente, dois grandes regimes, ao longo das diferentes periodizações que se proponham. Após os anos 1940-1950, os nexos econômicos ganham enorme relevo, e impõem-se às dinâmicas urbanas na totalidade do território [...]; e, antes desse momento, o papel das funções administrativas tem, na maior parte dos estados, uma significação preponderante” (SANTOS, [1993] 2009, p. 27).

do setor público estadual, tanto na sua administração quanto nos seus passivos e ativos (LOPREATO, 2002). De acordo com Contel (2005, p. 3563),

[...] além de poderem ser consideradas como um reflexo das novas necessidades do território (a expansão da lavoura cafeeira e de suas vicissitudes), elas [as instituições bancárias estaduais] acabam também por suprir a função de financiamento de novos sistemas técnicos do território, ligados aos serviços públicos urbanos cada vez mais necessários nas cidades mais dinâmicas do território. Sistemas de engenharia como o da iluminação (pública e doméstica), do abastecimento de água e esgoto, transportes urbanos (bondes elétricos), telefonia, etc., passam a ser também atividades alvo da ação destes novos elementos do espaço geográfico em instalação (os bancos de caráter estadual/regional).

Tal atuação vinculada às transformações do conteúdo técnico do espaço trazidas pelo processo de urbanização também foi destacada pelo historiador Ormando Moraes e pelo economista Yttrio da Costa Neto para o caso do banco sediado na cidade de Vitória, responsável por financiar e arrendar serviços públicos de água, esgoto, telefone e transporte (MORAES, 1992; COSTA NETO, 2004). De todo modo, é possível afirmar que os bancos comerciais estaduais, então, não surgiram somente como uma demanda de recursos creditícios por parte dos produtores agrícolas, mas também como uma necessidade dos governos em financiarem o próprio processo de transformação técnica advinda da urbanização.

Por último, um fator fundamental para o surgimento do primeiro conjunto de bancos comerciais estaduais no território foi a constatação de que os bancos estrangeiros seriam mecanismos de impedimento do desenvolvimento econômico nacional. Fabio Contel explica como o modo de funcionamento dos bancos estrangeiros criou esse consenso:

Este entendimento se deu em função dos próprios sistemas de ações e de objetos com os quais os bancos estrangeiros estavam ligados: a) estes bancos facilitavam os fluxos de importação de produtos de todos os gêneros; b) repatriavam também a maior parte de seus lucros para seus territórios-sede; c) serviam como agentes de envio dos recursos de população migrante aqui instalada, em direção aos seus territórios de origem. Por estes motivos, acreditava-se que os Bancos estrangeiros atuavam de maneira negativa nos circuitos econômicos do território (CONTEL, 2005, p. 3564).

Essa consideração do autor pode ser ampliada para o caso dos bancos nacionais que começavam a ampliar sua rede de agências para além das fronteiras estaduais. Do mesmo modo que os bancos estrangeiros, os primeiros bancos que expandiram sua rede de agências eram vistos como mecanismos de extravasão dos excedentes produzidos nos territórios estaduais, em detrimento das capitais administrativas estaduais. O economista Rogério Faleiros, cujo trabalho

iremos melhor descrever no segundo capítulo da dissertação, demonstrou como o aparelho comercial e bancário carioca drenava excedentes das regiões produtoras capixabas e, com isso, impedia qualquer possibilidade de concentração de recursos e de diversificação das atividades econômicas no estado (FALEIROS, 2010). As redes urbanas regionais de São Paulo, Rio de Janeiro e de Porto Alegre, estudadas na obra do geógrafo Pedro Geiger (1965), nos permitem inferir que as mesmas dinâmicas que existiam entre a cidade do Rio de Janeiro e o território do Espírito Santo (de drenagem de recursos através do aparelho comercial e bancário), ocorreram na *hinterlandia* de São Paulo (Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná) e de Porto Alegre (Santa Catarina e Paraná); o mesmo podendo ser dito sobre as cidades do Nordeste, que sediavam bancos nesse período (1919-1945). Neste contexto, alguns bancos comerciais estaduais – de capitais estaduais periféricas dentro das redes urbanas regionais – surgiram como um sistema de ações voltado para o incremento da centralização das capitais estaduais, antes marginalizadas dentro de seus próprios estados.

Ao final do primeiro período da história bancária no território brasileiro⁶⁰, oito cidades sediavam um banco comercial estadual: São Paulo (SP), Porto Alegre (RS), Juiz de Fora (MG), Curitiba (PR), Vitória (ES), João Pessoa (PB), São Luís (MA) e Natal (RN). Do ponto de vista da formação socioespacial brasileira como um todo, é possível perceber que, nesse primeiro período, o fenômeno dos bancos estaduais e da consolidação de centros regionais (capitais estaduais) de gestão do território e das finanças foi um processo espacialmente desigual (Mapa 1). Em primeiro lugar, ficou evidente a ausência das cidades das *grandes regiões* Norte e Centro-Oeste no comando de qualquer agência bancária oficial; por outro lado, mesmo existindo três cidades do Nordeste que possuíam suas próprias instituições bancárias estaduais, o fenômeno se deu com tão pouco dinamismo (no sentido de desenvolvimento de uma topologia bancária robusta), que suas cidades-sede quase não apresentavam participação evidente na distribuição do comando das redes de agências nesse período: juntas, as cidades de João Pessoa, São Luís e Natal detinham o comando de pouco mais de 2% da rede de agências bancárias oficiais estaduais brasileiras.

---

⁶⁰ Como elemento de método fundamental para os estudos geográficos, estamos seguindo a periodização do sistema bancário brasileiro elaborada por Contel (2011).

Mapa 1: Brasil: Localização das sedes e agências dos bancos comerciais estaduais (1945)

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN), Estban (vários anos). Elaboração própria.

Na região Sul, houve a consolidação de dois centros de gestão do território e das finanças através de bancos estaduais, é o caso de Curitiba e de Porto Alegre. A primeira, através do Banco do Estado do Paraná (Banestado), conseguiu ampliar a rede bancária sob seu comando para nove agências (4,71% dos totais nacionais): uma localizada na capital Curitiba e as outras oito em diferentes núcleos urbanos no interior do estado. Ainda mais impressionante é o caso de Porto Alegre e do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul); a capital gaúcha controlava 45 agências (23,56%), até meados da década de 1940, cuja capilaridade era expressiva: dessas 45, uma estava localizada na capital Porto Alegre; as restantes foram instaladas em 44 diferentes localidades do interior do território do estado do Rio Grande do Sul.

No Sudeste, a distribuição do comando da rede bancária oficial apresentou a seguinte proporção. A cidade de Vitória, com o Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), comandava uma rede de agências composta por oito unidades (4,19% dos totais nacionais), sendo que sua difusão se deu no próprio território do estado: uma na capital Vitória e as outras foram localizadas em sete importantes cidades do interior do estado. A cidade de Juiz de Fora, com o Banco de Crédito Real de Minas Gerais (Credireal), comandava uma rede de 62 agências (32,46%); o banco Credireal seguiu o padrão dos bancos mineiros do período (COSTA, 1978), isto é, expandiu sua rede de agências para fora do estado de Minas Gerais, com as seguintes características: uma localizada na cidade de Juiz de Fora e nenhuma na capital Belo Horizonte; uma na capital Goiânia (GO) e em mais três cidades do interior do estado de Goiás; duas na cidade do Rio de Janeiro e mais sete em cidades importantes do estado fluminense; uma na cidade de São Paulo, uma na cidade de Santos e mais uma em Barretos (SP); no estado do Espírito Santo, o banco difundiu sua rede com uma agência localizada na capital Vitória e mais duas agências em importantes cidades do interior do estado; as outras 42 agências restantes estavam espalhadas pelos núcleos urbanos de Minas Gerais. Finalmente, a cidade de São Paulo, com o Banco do Estado de São Paulo (Banespa), comandava a maior rede de agências oficiais (desconsiderando a cidade do Rio de Janeiro e o Banco do Brasil); sua rede era extremamente capilarizada: possuía seis agências na própria capital e uma na cidade de Santos; possuía uma agência numa cidade do interior do estado do Mato Grosso do Sul; e, por último, expandiu o restante de sua rede (55 agências) em 55 diferentes localidades do interior do próprio estado.

Nesse sentido, os primeiros bancos comerciais estaduais foram um fenômeno majoritariamente concentrado nos estados do Sudeste e Sul do país; essas regiões, juntas, comandavam 98% de toda rede de agências oficiais estaduais instaladas no território brasileiro no ano de 1945. Os conteúdos do território que explicaram a difusão das sedes de bancos estaduais no período também criam o quadro a partir do qual os bancos fundados expandiram sua rede de agências. O Mapa 1 deixa evidente uma característica básica da topologia bancária dos bancos estaduais ao final do período, a contiguidade de sua rede de agências: os bancos difundiram seus fixos no interior de seus respectivos territórios e, no limite, instalaram agências em cidades localizadas nas fronteiras administrativas dos estados vizinhos.

Um dado material dessa contiguidade foi a expansão do meio técnico da circulação mecanizada, o que acabou por expandir a área de influência das metrópoles regionais e capitais estaduais beneficiadas por esse meio geográfico (GEIGER, 1965; SANTOS e SILVEIRA, 2001). Assim, sediados nas capitais estaduais, os bancos difundiram suas agências nas áreas

contíguas atravessadas pelas estradas de ferro que convergiam para os portos no litoral. Outro dado do território que dirigiu a evolução da topologia oficial foi a urbanização impulsionada pelos circuitos produtivos agrícolas; os núcleos mais dinâmicos de função comercial surgidos no interior dos estados serviram como localizações bancárias e base de ação das instituições bancárias atuarem junto ao capital comercial e na instância produtiva agrícola.

Ao final do primeiro período da história bancária brasileira e, mais especificamente, da história territorial dos bancos estaduais, chegamos a um quadro com feições particulares. Apesar da existência de algumas sedes de bancos oficiais no Nordeste, a divisão territorial do trabalho bancário oficial (promovida pelo Estado) beneficiou de maneira quase exclusiva as *grandes regiões* Sul e Sudeste. Esse embrião do regionalismo bancário brasileiro – nesse caso, formado por todos os regionalismos bancários estaduais – acabou por participar do fortalecimento daquelas cidades que, já nesse período, se desenhavam como importantes centros financeiros do país: São Paulo, Juiz de Fora (COSTA, 1978, 1988) e Porto Alegre (GEIGER, 1965), além da cidade do Rio de Janeiro com o Banco do Brasil (COSTA NETO, 2004). Mas, também, participou do processo de incremento da centralidade de algumas capitais estaduais que, antes, estavam marginalizadas dentro dos próprios territórios estaduais: Curitiba e Vitória.

Segunda fase de difusão dos bancos estaduais e a nova divisão territorial do trabalho bancário oficial no espaço geográfico brasileiro (1945-1964)

Entre os anos 1945 até meados da década de 1960 constatamos que o fenômeno dos bancos públicos comerciais estaduais se expandiu de tal forma que, no ano de 1964, quase todas as capitais estaduais existentes até aquele ano comandavam ao menos uma instituição financeira pública de âmbito estadual (Tabela 2). Em primeiro lugar, foi fundado no ano de 1950 o Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge), a partir da fusão entre o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais (1911) e o importante Banco Mineiro de Produção (COSTA, 1978), constituindo-se assim o banco estadual mineiro com sede na capital Belo Horizonte; por outro lado, no mesmo ano, foi criado o Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), a partir da junção de duas outras instituições: o Banco da Prefeitura do Distrito Federal e do Banco de Crédito do Estado do Rio de Janeiro (COSTA NETO, 2004). Com mais esses dois bancos, a região Sudeste foi a primeira a ter todas as suas capitais sediando instituições financeiras estaduais. É interessante observar, também, que o fenômeno começa a se difundir para as regiões Norte,

Nordeste e Centro-Oeste – com exceção dos três primeiros bancos estaduais nordestinos citados anteriormente – a partir de meados da década de 1950, com a criação do Banco do Estado de Goiás (BEG) e do Banco do Estado do Amazonas (BEA).

Tabela 2: Bancos comerciais estaduais fundados no território brasileiro (1945-1964)

BEMGE	Banco do Estado de Minas Gerais	1950
BANERJ	Banco do Estado do Rio de Janeiro	1950
BEG	Banco do Estado de Goiás	1955
BEA	Banco do Estado do Amazonas	1958
BEP	Banco Comercial e Agrícola do Piauí	1958
BANEB	Banco de Fomento do Estado da Bahia	1960
BANPARA	Banco do Estado do Pará	1961
BESC	Banco do Estado de Santa Catarina	1962
BANDEPE	Banco do Estado de Pernambuco	1962
PRODUBAN	Banco da Produção do Estado de Alagoas	1963
BANESE	Banco de Fomento do Estado de Sergipe	1963
BEMAT	Banco do Estado de Mato Grosso	1963
BEC	Banco do Estado do Ceará	1964
BANACRE	Banco da Produção e do Fomento do Acre	1964

Fonte: Banco Central (BACEN), Contel (2011) e Costa Neto (2004), adaptado

O problema inicial que nos colocamos nesse momento é: por que só entre os anos 1950-1964 essas instituições bancárias foram criadas nessas áreas?⁶¹ Nosso argumento central é que essas instituições resultaram das transformações pelas quais passava o território brasileiro em geral e as diferentes regiões em particular; os bancos públicos estaduais se difundem pelas capitais estaduais do Nordeste, Norte e Centro-Oeste do território brasileiro como resultado de um processo que envolve: 1. por um lado, o mercado que, orientado pela indústria do sul/sudeste (principalmente de São Paulo), tendia a drenar grande parte dos excedentes produzidos em outras regiões (polarização da cidade de São Paulo na rede urbana) do país; e 2. por outro lado, o Estado (em seus níveis federal, estadual e municipal), reconhecendo as desigualdades regionais que já começam a se desenhar de maneira mais intensa com a progressiva integração material do território, elabora um conjunto de mecanismos institucionais (jurídicos, financeiros e fiscais) com o intuito de contrabalancear as forças concentradoras do mercado. O ponto

⁶¹ Gostaríamos de deixar claro que entender como foi organizada cada instituição bancária em cada um dos estados exigiria uma análise aprofundada, o que deixamos para futuras pesquisas; entretanto, acreditamos que a revisão bibliográfica e a pesquisa documental realizadas nesta investigação trouxeram elementos significativos para entender a difusão do fenômeno dos bancos estaduais nesse período da história do território brasileiro.

central é que a difusão dos bancos estaduais no território foi resultado do sistema de ações do Estado no período.

Entre as décadas de 1940 e 1960, o que ocorre é uma intensificação dos traços que já vinham sendo desenhados anteriormente. O primeiro ponto a ser destacado é o reforço daquilo que tinha se iniciado como um esboço, mas não tinha transparecido na topologia dos bancos estaduais, isto é, o fenômeno da região concentrada⁶². A indústria presente no estado de São Paulo chega a um tal nível de desenvolvimento que somente o mercado formado pela metrópole de São Paulo já não bastava; tem-se um movimento de busca de outros mercados, inicialmente nas áreas pertencentes aos estados circunvizinhos. Isso se dá, por um lado, porque ainda não havia uma rede material de transportes que interligasse todas as regiões brasileiras e, por outro lado, porque nessa área do país (Centro-Sul) a rede material dos meios de transporte e de comunicação já permitia maiores fluxos, além das facilidades geradas pela proximidade física dessas áreas. De todo modo, a partir da indústria presente no sul do país, principalmente de São Paulo, difunde-se no Brasil uma psicoesfera que tinha como característica a busca de uma integração nacional.

A questão que queremos levantar é que, a partir desse fenômeno que se retroalimenta no Centro-Sul do Brasil, começaram a surgir impactos mais diretos nas antigas organizações regionais das diferentes cidades do país presentes fora região concentrada; o impacto é ainda mais forte para as antigas metrópoles regionais, que geralmente são as capitais estaduais litorâneas. De modo geral, essas metrópoles regionais (capitais estaduais litorâneas) começam a sentir a perda de capacidade de influência em suas antigas hinterlândias, devido a atuação das cidades do sul do país⁶³.

É nesse contexto de inícios da hegemonia da cidade de São Paulo sobre a rede urbana nacional e dos inícios de maior institucionalização do setor bancário brasileiro, num momento em que o Estado em seus diferentes níveis parece demonstrar maior clareza sobre as fortes

---

⁶² Seguindo a proposta de método apresentadas em Santos e Silveira (2001), Contel definiu a região concentrada como “essa parcela da porção meridional do nosso território que engloba as regiões Sul e Sudeste, definidas pelo IBGE, em que o ‘meio técnico-científico-informacional’ se dá de forma mais intensa, quase ubíqua, criando uma série de economias externas que são condição *sine qua non* para a instalação das atividades capitalistas mais dinâmicas” (CONTEL, 2015, 455).

⁶³ Até mesmo a metrópole do Rio de Janeiro, antes poderosa por seu poder político e econômico, começou a sentir os impactos do surgimento de uma metrópole de natureza nova, o caso de São Paulo. De acordo com Santos e Silveira (2001), apesar de as duas metrópoles apresentarem taxas próximas de produção industrial, a cidade de São Paulo apresenta uma característica diversa daquela apresentada pela cidade do Rio de Janeiro, que é a diversificação de sua indústria, fenômeno que a cidade do Rio não consegue acompanhar no mesmo ritmo. O golpe definitivo na cidade do Rio foi a construção da cidade de Brasília, que retirou da metrópole carioca as funções administrativas do (em nível federal) que abrigava.

desigualdades regionais que estavam se conformando. Neste contexto, o trabalho do economista Henrique Rattner se torna esclarecedor a respeito de nossa hipótese inicial sobre a difusão dos bancos comerciais estaduais nesse período. De acordo com o autor, São Paulo concentrava 35,4% dos investimentos totais promovidos no Brasil, no ano de 1954; essa taxa cresce para 62,2% no ano de 1958 (RATTNER, 1972). Além da concentração dos investimentos, o autor, ao tratar especificamente sobre o sistema bancário, demonstra a “forte e constante drenagem que o sistema bancário e financeiro, situado sobretudo nas áreas metropolitanas de Rio de Janeiro e São Paulo, fazia de zonas pobres e subdesenvolvidas em benefício dessas mesmas áreas metropolitanas⁶⁴” (RATTNER *apud* SANTOS e SILVEIRA, 2011, p. 43).

Paralelamente ao processo geral descrito acima, o Estado – em seus diferentes âmbitos – efetivou um conjunto de ações em contraposição aos movimentos concentradores do mercado, iniciando pelos aspectos normativos da nação. A segunda metade da década de 1940, mais exatamente no ano de 1946, marca um novo momento dentro da organização do quadro jurídico nacional, de um modo geral, e dos mecanismos fiscais e financeiros em particular, a partir de sua nova Constituição (1946). Ao contrário da situação que surgiu na década de 1930, o novo arcabouço normativo brasileiro procurava reforçar o federalismo nacional a partir da criação de mecanismos fiscais que pudessem dar maior autonomia aos entes federados estaduais e municipais, o que, de certo modo, parece representar a psicoesfera em ascensão no período. Ou seja, a psicoesfera em ascendência procurava pensar a vida da nação a partir de suas dinâmicas locais e regionais; talvez por isso procurasse, através de seu arcabouço normativo mais geral, elaborar mecanismos de redistribuição fiscal de modo que tais recursos pudessem sustentar ações políticas mais autônomas dos entes estaduais e municipais⁶⁵. De acordo com o geógrafo Milton Santos, a nova Constituição representava

“[...] uma lei maior já em busca da modernidade, restauradora dos direitos dos estados e amplificadora das prerrogativas municipais, agora amparadas por uma maior generosidade fiscal, com a redistribuição equitativa entre todos os

---

⁶⁴ Em relação ao papel de drenagem dos excedentes econômicos por parte do sistema bancário, o economista Fernando Nogueira da Costa procurou sublinhar que o Banco do Brasil, ao contrário dos bancos privados nacionais, tinha muito mais um papel de irrigação de recursos nas áreas periféricas do país. Sobre esse processo, o autor cita Bielchosky: “a rede bancária privada de fato transferiu importantes somas de recursos da agricultura aos setores urbanos, mas os fundos perdidos nessa transferência foram mais do que repostos pelo Banco do Brasil: o fluxo de dinheiro pelos bancos privados em direção aos grandes centros coexistiu com um fluxo ainda maior no sentido oposto, do Banco do Brasil ao campo” (BIELCHOSKY *apud* COSTA, 1978, p. 145-146).

⁶⁵ É importante salientar a importância dos mecanismos de redistribuição de recursos entre as diferentes parcelas do território nacional, o federalismo fiscal. Conforme já mencionado, é possível dizer que tais mecanismos de irrigação de recursos possam ter contribuído para que alguns estados brasileiros pudessem financiar seu próprio aparelhamento e modernização e, também, a constituição ou fortalecimento de suas instituições financeiras estaduais.

municípios de uma parcela maior da arrecadação federal do imposto sobre a renda. [...] Era, também, um novo pacto territorial, fortalecedor da vida local, e que iria durar cerca de dezoito anos” (SANTOS, [1987] 2012, p. 130).

Assim, a nova Constituição, ao reformular a estrutura de fluxos de recursos que compunha o federalismo fiscal, foi o conteúdo normativo que criou as condições objetivas fundamentais para a difusão do fenômeno dos bancos comerciais estaduais no território brasileiro. A condição básica criada por esse evento foi a redistribuição, em condições mais igualitárias, de impostos dinâmicos entre todas as unidades da federação. Como vimos acima, a existência de recursos financeiros oficiais sob o comando dos entes federativos é uma condição básica para a modernização de seu aparelho burocrático e, claro, para a criação e manutenção de um banco público.

Além do aspecto normativo do território nacional, outro conteúdo do território orientou o desenvolvimento do fenômeno em tela, qual seja, a inexistência de uma efetiva integração material de todo o território nacional. Apesar dos impulsos iniciados com a indústria do sul, o território brasileiro ainda não havia sido beneficiado com os sistemas de engenharia que envolvessem todas as partes do território nacional (GEIGER, 1965). No que tange ao setor bancário, isso significa que os bancos sediados nas cidades do Sudeste e do Sul só conseguiam expandir sua topologia para outros estados através das capitais estaduais e algumas cidades mais dinâmicas. Ou seja, grande parte do interior dos territórios estaduais, principalmente daqueles estados que não faziam parte da região concentrada, ainda não havia sido inserida na circulação de capitais efetivada pelos bancos. O Estado, em seu nível subnacional e sediado na capital administrativa estadual, teria, através de um banco público próprio, um mecanismo de interiorização da rede bancária em seu respectivo território.

Um outro dado do território que poderia fazer parte da explicação da difusão dos bancos estaduais para o restante do território nacional é a própria urbanização. Como vimos anteriormente, a criação dos primeiros bancos estaduais estava diretamente relacionada ao desenvolvimento do setor público nas áreas mais dinâmicas do território naquele período; a existência de um banco próprio era um facilitador do funcionamento cotidiano da gestão estadual e municipal. Na medida em que os nexos econômicos começaram a ganhar centralidade na explicação do processo de urbanização do território nacional (SANTOS, [1993] 2009) e com o novo federalismo fiscal instaurado com a Constituição de 1946, as estruturas estaduais de todas as unidades federativas foram reorganizadas, o que demandou a existência de um banco próprio para a centralização dos fluxos de recursos estaduais.

Além dos conteúdos do território, o próprio setor bancário foi reorganizado a partir de 1945, inserido no mesmo horizonte do papel do Estado enquanto agente capaz de diminuir as desigualdades regionais, inclusive as desigualdades financeiras. Ainda em relação às mudanças normativas e organizacionais, no que tange ao sistema bancário e financeiro, ocorre em 1945 a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) que passou a desempenhar a função de autoridade monetária do país em substituição ao Banco do Brasil (COSTA, 2012). Sendo a autoridade monetária nacional, a criação dessa instituição trouxe grandes transformações para as condições de funcionamento da atividade bancária no território nacional:

1) a política cambial e a fiscalização do registro de capitais estrangeiros que adentrassem ou saíssem do território; 2) fixação das taxas de juros dos bancos comerciais, e determinação dos tetos e das taxas de redesconto do sistema financeiro; 3) definição dos valores depósitos compulsórios dos bancos (CONTEL, 2011, p. 61).

Entre inúmeras atribuições dadas a SUMOC, duas nos parecem mais intrinsecamente relacionadas com os problemas do nosso trabalho. Uma delas é a execução da política de governo de fomentar um processo de concentração do sistema bancário nacional, ou seja, diminuir o número de instituições atuando no território do país através de fusões ou aquisições. A outra atribuição dada a instituição, e também parte de políticas de governo, se refere ao controle e coordenação da organização da ampliação e distribuição das redes bancárias no território. Tais mecanismos de intervenção do Estado no sistema bancário se deram através de normas de funcionamento das instituições bancárias e financeiras⁶⁶.

Em simbiose com o espírito da Constituição de 1946, parece ter ficado claro para a elite política federal e burocratas do sistema bancário brasileiro que haviam descompassos entre as diferentes áreas do país de modo a ampliar os processos de concentração da riqueza em algumas áreas e, até mesmo, problemas de deseconomias ao sistema geradas pela sobreposição de oferta em determinadas localidades do país; esta sobreposição se daria principalmente nas áreas mais dinâmicas do território como um todo e, pensando nas diferentes regiões brasileiras, no que seriam as principais cidades dessas regiões. Devido a constatação desses problemas, a SUMOC então promove uma maior racionalização da distribuição dos fixos bancários nas diferentes

---

⁶⁶ De acordo com Contel, “Além do crescimento da rede bancária brasileira ter levado o Governo Federal a editar o Decreto Lei nº 6541 (de 29.5.1944), que visava corrigir ‘o agrupamento dos bancos no que se refere ao estabelecimento de filiais ou agências’ (TAVARES e CARVALHEIRO, 1985, p. 149), é com a Instrução nº 37 (de 20 de junho de 1951) que a SUMOC vai imprimir uma distribuição mais controlada da rede de agências bancárias no país” (CONTEL, 2011, p. 69).

partes do território do país. Para isso, elaborou um conjunto de *critérios de regionalização* das redes bancárias, de acordo com as características dessas diferentes áreas do território (COSTA, 1978; CONTEL, 2011, p. 69-70).

Quadro 1: SUMOC: Regionalização da rede bancária e seus critérios (1951)

Zonas de Captação de Fundos	Áreas desenvolvidas, em que as atividades econômicas não conseguissem absorver os recursos ali mobilizáveis.	Quando o montante de empréstimos fosse igual ou maior à metade dos depósitos, não seria concedida autorização para abertura de novas agências.
Zonas Florescentes	Áreas em que a produção e o comércio tivessem um valor tal que se pudesse considera-las desenvolvidas e ricas.	Somente não se instalariam novas filiais quando o total de empréstimos atingisse 90% dos depósitos existentes.
Zonas Novas	Parcelas do território em que a exploração econômica houvesse se dado recentemente.	Seriam admitidas instalações de novas agências até o ponto em que os empréstimos atingissem o volume de 150% dos depósitos totais existentes.

Fonte: Contel (2011, p. 69-70) e Tavares e Carvalheiros (1985, p. 152). Adaptado.

A partir desses critérios de regionalização, a expansão das redes bancárias poderia se dar através de fechamentos de agências em uma área em troca de autorização para abertura em outras áreas; ou se daria através de aquisições de instituições bancárias com alguma rede de agências previamente estabelecida. Dois pontos nos chamam atenção nesses critérios em relação aos bancos comerciais estaduais. O primeiro tem a ver com o fato da existência de um limite de exploração de um determinado mercado local ou regional, impulsionando bancos a procurarem novas áreas de atuação dentro do território nacional; o segundo seria o processo de expansão da rede bancária através de aquisições de bancos que já atuavam em uma determinada área; não é objeto da presente dissertação estudar as instituições pretéritas que deram origem a alguns bancos comerciais estaduais, mas é patente que muitos bancos estaduais surgiram a partir desse processo, indicando, talvez, a necessidade de expansão de uma rede bancária com uma centralidade (sede) na capital do estado. Mas, de modo sintético, o Estado em seu nível federal criou a partir de 1945 um conjunto concatenado de mecanismos jurídicos e regulatórios que, de um modo geral, nos permite dizer – como o próprio geógrafo Milton Santos (1987) indicara – que se abriu um período de descentralização e irrigação dos recursos e reforços da vida no âmbito local e regional⁶⁷.

⁶⁷ Não podemos esquecer também que a difusão dos bancos comerciais estaduais está intrinsecamente ligada ao processo de constituição e institucionalização do Estado através de empresas e instituições financeiras públicas. O

Como se deu, então, a evolução da topologia bancária do conjunto das instituições estaduais existentes no território brasileiro até o ano de 1964? Como já foi destacado acima, o primeiro ponto a ser observado a respeito da evolução desta topologia no período em tela é a sua difusão para todas as *grandes regiões* brasileiras (Tabela 3); no que tange ao aspecto da difusão de sedes bancárias oficiais, podemos observar que, até 1964, muito mais do que uma simples difusão, o que ocorreu foi uma descentralização do sistema bancário oficial estadual: entre 1945 e 1964, o Norte passou a sediar duas instituições estaduais (9,52% do total no Brasil); o Centro-Oeste teve dois bancos fundados (9,52%); a região Sul, com três sedes bancárias, passou a deter 14,29% do total nacional; o Sudeste, que até 1945 tinha a maior parte das sedes, passou a deter 23,81%; finalmente, a região Nordeste foi a principal “ganhadora” nesse período, passando a sediar nove sedes de bancos oficiais estaduais (42,86% de todo o sistema).

Na medida em que a criação de bancos estaduais produziu, em certa medida, uma descentralização – em termos nacionais – das sedes bancárias, o mesmo processo se deu com o comando da rede de agências, porém, com menor intensidade (Tabela 3). Como vimos anteriormente, até 1945, as regiões Sul e Sudeste detinham, através de seus bancos estaduais, o comando de 98% de toda a rede bancária oficial estadual. Entre 1945/1964, iniciou-se, junto com a distribuição espacial das sedes, a redistribuição do comando sobre a rede bancária oficial entre as regiões: o Sudeste (61,13%) e o Sul (26,98%) passaram a comandar pouco mais de 88% da rede de agências bancárias estaduais instaladas no território nacional; Centro-Oeste e Norte passaram a comandar, respectivamente, 2,81% e 0,64%. Novamente, a região Nordeste foi a principal “ganhadora” relativa, com seus bancos sendo o centro de comando de 66 agências (8,44%).

---

período que vai de 1945-1964 é especificamente importante pelo papel ativo que o Estado passa a desempenhar frente ao quadro geral que o mercado vai construindo no conjunto do território nacional. Por um lado, é o Estado que toma a dianteira na criação de um conjunto de instituições e planos com o intuito de modernizar o território brasileiro para as novas formas de fazer do período, isso através da construção de um conjunto de imensos sistemas de engenharia (como as redes rodoviárias, a redes de produção e distribuição de energia, entre outros); por outro lado, o Estado aparece presente na constituição de um amplo sistema de bancos oficiais que surgem para dar sustentação a essa ampliação e modernização dos sistemas de engenharia do território (o BNDE é o caso exemplar desse período). Além disso, é por ação do Estado que se elabora um outro sistema de bancos com a finalidade de diminuir os impactos produzidos pelo novo sistema que coordena as atividades do mercado (Banco de Crédito da Borracha (1942), Caixa de Crédito Cooperativo (1943) e o Banco do Nordeste do Brasil (1952) (CONTEL, 2011, p. 73-75). É preciso entender, por outro lado, a forma como o mercado, orientado agora pela industrialização da parte Sul do país passa a desorganizar as relações cristalizadas em outras partes do país, isto é, entender os mecanismos a partir dos quais, dentro do processo progressivo de integração material do território, a cidade de São Paulo (e seu entorno) passam a interferir nas dinâmicas mais longínquas do país.

Tabela 3: Regiões Brasileiras: Número de sedes e agências de bancos comerciais estaduais (1964)

	Sedes		Agências	
	No.	%	No.	%
Norte	2	9,52	5	0,64
BEA			4	0,51
BANPARA			1	0,13
Nordeste	9	42,86	66	8,44
BANDEPE			5	0,64
BANEB			38	4,86
BEC			2	0,26
PRODUBAN			5	0,64
BANESE			1	0,13
BADERN			2	0,26
PARAIBAN			4	0,51
BEM			6	0,77
BEP			3	0,38
Centro-Oeste	2	9,52	22	2,81
BEG			18	2,30
BEMAT			4	0,51
Sul	3	14,29	211	26,98
BANESTADO			63	8,06
BESC			13	1,66
BANRISUL			135	17,26
Sudeste	5	23,81	478	61,13
BERJ			75	9,59
CREDIREAL			63	8,06
BEMGE			145	18,54
BANESTES			25	3,20
BANESPA			170	21,74
Total	21	100,00	782	100

Fonte: COSTA NETO (2004), CONTEL (2011) e Banco Central do Brasil (BACEN). Elaboração própria.

Como se geografizou essa rede de agências bancárias oficiais estaduais? O fenômeno dos bancos estaduais, visto através de sua topologia bancaria, teve um desenvolvimento considerável até o ano de 1964. De modo geral, o conjunto dos bancos estaduais imprimiram no território nacional uma rede composta por mais de 780 agências distribuídas em 547 municípios (Mapa 2). Nesse período da história bancária, o uso do território pelos bancos estaduais privilegiou as principais cidades do país; em termos municipais, Rio de Janeiro e São Paulo tinham, em 1964, respectivamente, 61 e 52 agências bancárias oficiais; Porto Alegre e Belo Horizonte aparecem em seguida com, respectivamente, 21 e 13 agências bancárias.

Mapa 2: Brasil: Localização da rede de agências dos bancos estaduais (por município) (1964)

Fonte: Banco Central do Brasil (Bacen), Estban (vários anos). Elaboração própria.

Mas, apesar do grande número de agências bancárias nos municípios mais dinâmicos do território (Rio de Janeiro e São Paulo), os bancos estaduais mudaram muito sua divisão territorial do trabalho bancário, comparado com a situação de 1945. Como vimos anteriormente, com exceção dos três bancos estaduais nordestinos, a distribuição de agências oficiais estaduais no interior dos estados era uma realidade existente somente nos estados do Sul e do Sudeste. No período de existência da SUMOC e com a segunda fase de difusão das sedes de bancos estaduais, a geografia das agências bancárias oficiais inicia – ainda de maneira incipiente – o processo de redistribuição pelo território nacional. Como é possível observar pelo Mapa 2, a distribuição de agências oficiais até 1964 se deu com maior densidade nas principais cidades

do Sudeste e do Sul e, também, em seus respectivos estados. A maior novidade desse período foi, na verdade, o início da penetração do interior dos estados da região Nordeste por seus respectivos bancos estaduais; o caso do estado da Bahia foi o mais desenvolvido até o final do período em tela, tendo em grandes áreas de seu interior agências do Baneb.

1.3 OS BANCOS ESTADUAIS: RELAÇÕES ORGÂNICAS NO TERRITÓRIO (1964-1994) E PRIVATIZAÇÃO (1994-2016)

Bancos estaduais, federalismo fiscal e o padrão de financiamento do setor público pós-1964

Além do papel dos bancos comerciais estaduais na divisão territorial do trabalho bancário no território brasileiro – papel central para a melhor distribuição das sedes dos bancos no país –, tais instituições bancárias foram fundamentais no fortalecimento daquilo que o geógrafo Milton Santos chamou de “vida local” das metrópoles (SANTOS, [1987] 2012). Para confirmarmos (ou não) a afirmação anterior, iremos analisar a participação dos bancos comerciais estaduais no financiamento do setor público estadual no período pós-1964; buscaremos entender também a lógica espacial da distribuição das agências, procurando identificar se os bancos estaduais promoveram uma maior universalização do atendimento bancário através de agências; e, finalmente, iremos demonstrar que esta rede de agências oficial – conformada pelas agências de todos os bancos comerciais estaduais – participou ativamente do processo de integração do território nacional, consolidando importantes círculos de cooperação em centros urbanos de diferentes níveis (metrópoles nacionais e centros regionais).

Entender o fenômeno dos bancos comerciais estaduais nos obriga necessariamente a incluir tais instituições bancárias nas relações com o setor público estadual e municipal (LOPREATO, 2002). Dessa afirmação surgem algumas questões importantes: o que é o setor público e qual sua relação com o federalismo fiscal? O que os bancos comerciais estaduais teriam a ver com esses temas? O federalismo fiscal pode ser definido como “a divisão de tarefas entre os diferentes níveis de governo: quem (que níveis de governo) deve arrecadar cada um dos tributos do país e quem deve ofertar cada um dos serviços públicos” (MENDES, 2005, p, 421); ou seja, o conceito de federalismo fiscal faz referência à uma espécie de divisão do trabalho que organiza, por um lado, os fluxos de recursos tributários arrecadados pelos diferentes âmbitos do Estado⁶⁸ (Federal, Estadual e Municipal) e, por outro lado, o fornecimento

---

⁶⁸ Do mesmo modo com que Hilferding descreveu o modo como se formam os excedentes econômicos dentro ciclo de reprodução do capital (D-M-D') e que fluem para o sistema bancário e financeiro, o economista Claus M.

de serviços públicos.

Dentro do tema do federalismo fiscal existem debates a respeito da funcionalidade de um sistema mais centralizado (no nível federal) ou um sistema mais descentralizado (níveis estaduais e municipais). Não pretendemos aqui abordar tal temática em detalhes; nossa questão passa pelo reconhecimento de que, apesar das diferenças de perspectivas a respeito do centralismo ou “descentralismo”, é unânime a percepção de que deve existir uma repartição mínima, entre os níveis de governo, dos recursos fiscais, da capacidade de decisão sobre o destino desses recursos e, portanto, do fornecimento de serviços públicos necessários para o desenvolvimento econômico e o aprimoramento da vida cotidiana da população local; em outras palavras, é preciso haver um mínimo de autonomia financeira por parte dos governos subnacionais (estados e municípios) (MENDES, 2005; CHALFUN, 2005).

Um dos pontos centrais do federalismo fiscal envolve a relação entre autonomia dos níveis de governo e a distribuição dos recursos tributários (recursos oficiais). Para o exercício da “autonomia plena é imprescindível que se perfaça a autonomia financeira, a fim de sustentar as demais competências do ente, sem que dependa economicamente dos demais” (GIROLDO e KEMPFER, 2012, p. 14). Nesse sentido, o exercício da autonomia e, portanto, do fornecimento dos serviços públicos demandados pela população residente no território do ente subnacional, é irremediável o controle sobre recursos financeiros/fiscais oficiais. De acordo com os defensores da descentralização, “[...] esta (a descentralização) funciona como uma resposta direta à ineficiência dos governos centrais em prover, em quantidade e qualidade, bens e serviços públicos que apresentam maior conformidade com os padrões de renda e preferências dos cidadãos” (CHALFUN, 2005, p. 138).

Entendido o papel da descentralização dos recursos financeiros oficiais para a consolidação da autonomia dos entes subnacionais e, por consequência, para o atendimento básico das demandas por serviços e bens públicos da população local, cabe questionar qual era a participação dos bancos comerciais estaduais nessa dinâmica do setor público entre os anos 1964-1988. De forma a adiantar o raciocínio a ser desenvolvido, afirmamos que os bancos estaduais serviram como mecanismos de financiamento do setor público estadual no momento em que houve a centralização dos recursos oficiais mais dinâmicos na esfera federal, centralizado na cidade de Brasília. Para compreender essa afirmação é necessário entender aquilo que Francisco Lopreato nomeou de “padrão de financiamento dos governos estaduais

---

Germer elaborou um esquema explicativo da formação dos excedentes que configuram a “receita pública” a partir do ciclo do capital (GERMER, 2009).

pós-1967” (LOPREATO, 2002, p. 48).

O modo como os governos subnacionais passaram a financiar seu setor público, após 1964, tem a ver com o modo como foi organizada a estrutura tributária e fiscal no país; através de sua ação normativa, o Estado (na esfera federal) elaborou uma espécie de federalismo fiscal no qual centralizava a maior parte dos recursos tributários captados no território nacional, como passou a intervir nas decisões de aplicação dos recursos que eram repassados para os estados e municípios (LOPREATO, 2002). De acordo com Aurélio Palos, apesar da Constituição de 1967 ter “recepção o sistema constitucional de repartição das receitas federais instituído em 1965, a Emenda Constitucional nº1/1969 cortou pela metade a participação de estados e municípios no produto da arrecadação dos impostos sobre renda e produtos industrializados” (PALOS, 2011, p. 3). Seguindo o que a teoria da economia do setor público postula, essa diminuição da participação dos entes subnacionais no total dos recursos oficiais do território nacional representou “a perda de autonomia dos governos subnacionais em matéria de política fiscal e tributária”, já que “retirou a capacidade de cada unidade de se ajustar às suas condições específicas e de responder aos gastos” (LOPREATO, 2002 p. 56).

É nesse contexto de centralização dos recursos monetários oficiais e do comando do funcionamento da economia do setor público na esfera federal (Brasília) que se configurou um padrão alternativo de financiamento do setor público estadual, tendo os bancos estaduais grande relevo na ampliação da capacidade de gastos e, portanto, das ações dos governos estaduais e municipais. Na busca de fontes alternativas para o financiamento do setor público, os estados tiveram que recorrer a dois modos de manutenção do funcionamento dos serviços públicos estaduais e municipais: por um lado, os repasses feitos pelo governo federal; por outro lado, através do mercado financeiro internacional. Nas palavras do professor Francisco Lopreato (2002, p. 59):

Dentro dessa lógica de financiamento, as relações do setor público estadual com os seus próprios agentes financeiros, os bancos estaduais, intensificaram-se, em razão do papel que essas instituições desempenharam ao expandir crédito e intermediar os repasses federais e empréstimos externos. Os Estados usaram os seus bancos na alavancagem de recursos financeiros e na rolagem das dívidas, fortalecendo a posição que ocupavam como responsáveis pelo financiamento e ampliando a rede de relações no seio do setor público estadual. Isso potencializou o valor dos gastos públicos e o resultado operacional das instituições financeiras.

O funcionamento desse padrão alternativo de financiamento só pôde se sustentar graças a condições internas e externas muito específicas. Em relação aos fatores externos, o mercado

financeiro internacional liberava recursos creditícios de forma fácil e barata; por outro lado, o dinamismo econômico nacional possibilitou que os estados, mesmo tendo sua participação relativa diminuída na distribuição dos recursos oficiais, tivessem retornos significativos.

Quais eram, então, os mecanismos institucionais relacionados com as reformas bancárias e com os bancos comerciais estaduais nesse período? Antes da reforma bancária, além dos recursos tributários coletados no território dos estados através da rede bancária, os bancos estaduais evoluíram de forma imbricada com o setor público estadual; isso significa que os recursos dos estados (o chamado “Tesouro”) eram depositados em seus respectivos bancos. Além disso, existia a possibilidade de concessão de empréstimos para o próprio governo. De todo modo, existia um quadro no qual se podia constatar uma extrema imbricação entre os passivos e ativos do Estado e de seus bancos (LOPREATO, 2002).

Um outro elemento importante de captação de recursos por parte dos bancos comerciais estaduais se dava através da poupança externa, mecanismo regulamentado pela Resolução CMN nº 63 (1967) que permitia “aos bancos comerciais autorizados a operar em câmbio a contratação direta de empréstimos externos destinados a ser repassados a empresas no país, quer para financiamento de capital fixo, quer de capital de movimento” (CMN, 1967). Outra novidade trazida pela reforma bancária de 1964/1965 foi a possibilidade de emissão de títulos públicos estaduais. De acordo com Lopreato, os governos passaram a utilizar a nova técnica financeira com suas instituições bancárias oficiais “usando-as para *carregar* os títulos da dívida mobiliária não colocados junto ao setor privado e como fonte de recursos de gastos públicos” (LOPREATO, 2002, p. 130).

De todo modo, a partir de meados da década de 1960, passou a existir uma divisão do trabalho bancário dentro do sistema bancário estadual e, com essa divisão do trabalho, existia um conjunto concatenado de recursos voltados para cada tipo de instituição. De acordo com Yttrio da Costa Neto (2004, p. 108),

[...] o sistema financeiro estadual passou a desempenhar importante papel na intermediação de poupança externa, na forma da Resolução 63, de recursos do orçamento monetário, gerido pelo Banco Central, bem como de fundos compulsórios de poupança administrados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), pela Caixa Econômica Federal e pelo BNDES, lastreados, principalmente, por *funding* proporcionado pela criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), criado em 1966, do Programa de Integração Social (PIS) e Patrimônio do Servidor Público (Pasep), criado em 1970.

De forma sucinta, esse é o quadro normativo geral que se desdobrou a partir das Reformas Bancárias de 1964/1965, no que se refere ao funcionamento do sistema bancário

estadual oficial (que compunha a esta altura a base do regionalismo bancário brasileiro) que, nesse período, se tornou mais complexo com a divisão do trabalho bancário entre os bancos comerciais estaduais e os bancos estaduais de desenvolvimento, inclusive com a própria complexificação das fontes de *funding* de cada tipo de banco e seu destino. Ao fazer parte dos mecanismos de financiamento do Estado, no que tange ao fornecimento de serviços públicos básicos para a população estadual, os bancos estaduais se mostraram fundamentais para a consolidação de solidariedades orgânicas no território nacional nesse período.

Território brasileiro e a topologia bancária oficial estadual (1964-1994)

Além da mudança nos conteúdos normativos trazidos pela Reforma Bancária de 1964/1965 – e pelas leis que constituíram o novo padrão de financiamento pós-1964 –, a década de 1960 demarcou um novo momento na história do território nacional com significativos rebatimentos em cada estado. Essas mudanças envolvem o reforço dos circuitos produtivos industriais, a intensificação do processo de urbanização – inclusive em sua qualidade metropolitana e o surgimento/proliferação das cidades médias –, a modernização dos circuitos produtivos agricultura, a creditização do território e a própria tecnificação do território para atender ao novo padrão de reprodução econômica (SANTOS e SILVEIRA, 2001). É o momento em que as unidades federativas se inserem, de maneira mais ou menos ativa, na divisão territorial do trabalho nacional guiada pela industrialização paulista (MOTA, 2002).

Esses processos de fundo – normativos (como visto no item anterior), técnico, demográfico e político – tornaram os sistemas bancários públicos estaduais disfuncionais ao novo momento da história do território brasileiro. Foi necessário, então, reestruturá-lo de modo a fornecer aos estados (governo e agentes privados locais) mecanismos financeiros próprios para a reorganização de seus respectivos territórios e economias de acordo com o novo modo de produção que se expandia pelo país. O regionalismo bancário nacional – formado pelo conjunto dos regionalismos bancários estaduais – passou por uma mudança qualitativa. Por um lado, são criados os bancos estaduais de desenvolvimento⁶⁹, responsáveis pelos recursos creditícios de maior tempo de amortização – ou maturação (COSTA NETO, 2004); por outro lado, os antigos bancos comerciais, ligados majoritariamente aos circuitos agrícolas de

---

⁶⁹ De acordo com Corrêa e Bertolani, antes da criação oficial dos bancos de desenvolvimento estaduais houve a difusão de instituições de investimento na maioria dos estados; a transformação dessas instituições em bancos de desenvolvimento se deu por ação do Banco Central com o intuito de supervisionar seu funcionamento (CORRÊA e BERTOLANI, 2012).

produção, são reestruturados: passam oficialmente a ser chamados de Bancos do Estado⁷⁰ e são inseridos da divisão do trabalho bancário, junto com os bancos de desenvolvimento, vinculados ao processo de industrialização e urbanização. Isso significou que os bancos estaduais foram inseridos diretamente no sistema de ações de seus respectivos estados, de modo a fazerem parte do conjunto de políticas públicas estaduais e federais⁷¹ (PEREIRA, 1996). São esses processos de fundo, então, que orientaram o desenvolvimento da topologia dos bancos comerciais estaduais no período 1964/1994 (Tabela 4, Tabela 5 e Mapa 3).

Tabela 4: Brasil: Evolução do número de bancos e agências bancárias (1964-1980)

	No. de bancos			No. de agências		
	Demais Bancos	Bancos Estaduais	Total	Agências dos Demais Bancos	Agências dos Bancos Estaduais	Total
1964	306	22	328	5.502	782	6.284
1966	290	23	313	6.012	1.064	7.076
1968	201	23	224	6.669	1.222	7.891
1970	155	23	178	6.539	1.322	7.861
1972	105	23	128	6.528	1.375	7.903
1974	86	23	109	6.809	1.511	8.320
1976	83	23	106	8.090	1.768	9.858
1978	84	23	107	8.168	2.054	10.222
1980	88	23	111	8.889	2.362	11.251

Fonte: Paula (1998) e Banco Central do Brasil (BACEN). Adaptado.

O primeiro elemento que iremos analisar é o tamanho relativo do subsistema bancário estadual no sistema bancário geral nacional (Tabela 4). Como pode ser observado, o período pós-1964 representou um momento de intensa concentração no setor bancário, podendo ser visto empiricamente através da diminuição brusca no número de bancos (Demais Bancos) no território brasileiro; essa concentração pode ser observada também pelo aumento do número média de agências bancárias por banco (Demais Bancos). Seguindo uma lógica diferente, ligada

⁷⁰ Durante a revisão bibliográfica não encontramos elementos que pudessem explicar as variáveis que levaram o Banco Central a padronizar a nomenclatura dos bancos estaduais. Levantamos como hipótese de argumentação que a padronização, na verdade, foi um movimento de homogeneização do arcabouço normativo para esses bancos.

⁷¹ Em termos econômicos, a presença dos bancos comerciais e de desenvolvimento estaduais representavam, nesse período da histórica territorial brasileira, a existência de mecanismos financeiros vinculados às políticas públicas que buscavam criar condições de concorrência para seus agentes econômicos locais no momento de inserção dos estados na divisão territorial do trabalho nacional. Assim, o funcionamento das instituições bancárias estaduais estava, apesar de sua autonomia cotidiana na intermediação bancária, muito mais vinculado nesse momento ao sistema de ações estatais de planejamento e de desenvolvimento. Para o caso capixaba, ver Pereira (1996).

muito mais à criação de mecanismos públicos locais de financiamento num contexto de industrialização e urbanização, o número de bancos estaduais aumentou durante o período; os bancos estaduais foram, então, um vetor de diminuição da intensidade da concentração e centralização do sistema bancário nacional.

A leitura desses dados indica a existência de dois fenômenos no espaço geográfico brasileiro e que refletem a constituição de solidariedades orgânicas no território através dos bancos estaduais. Como pode ser observado, o período 1964/1994 foi o momento de maior pujança do sistema de bancos estaduais e, portanto, do regionalismo bancário no território nacional; apesar das enormes diferenças de porte de um banco para outro, em seu conjunto, o sistema de bancos estaduais passou a ter maior participação relativa na circulação de capitais no território nacional, o que, também, representa dois outros pontos. Por serem bancos estatais, estamos falando de um conjunto de instituições que ampliaram o papel do Estado na intermediação bancária nos diferentes territórios estaduais e, por serem bancos regionais (que atuam na escala de seus respectivos estados), o aumento de sua participação relativa significa o aumento da autonomia financeira de suas regiões de origem.

Com suas funcionalidades vinculadas diretamente à ação estatal (federal e estadual) e aos conteúdos de seus respectivos territórios regionais, os bancos estaduais intensificaram a expansão de suas respectivas redes de agências bancárias no território. Em 1964, os bancos estaduais possuíam, em conjunto, 782 agências bancárias (12,44% de toda a rede de agências do país); no ano de 1980, os bancos estaduais haviam criado uma rede de fixos composta por mais de 2.360 agências no país, representando 21% de toda a rede nacional. Esse é um dado explícito sobre o nível do dinamismo do subsistema de bancos públicos comerciais estaduais no território no período pós-1964. Estamos falando da expansão da infraestrutura bancária estatal responsável pela efetivação dos fluxos de capitais sob o comando pulverizado nas capitais estaduais.

A Tabela 5 nos ajuda a verificar o significado desse processo para o caso de cada banco estadual em suas respectivas regiões de atuação. A intensificação da atividade dos bancos estaduais no período significou a repartição do comando entre cada banco e entre as grandes regiões brasileiras. No que se refere ao número e localização das sedes dos bancos estaduais, três foram os eventos que redistribuíram a participação relativa de cada região: a fundação do Banco Regional de Brasília (BRB), Banco do Estado do Acre (Banacre) e do Banco do Estado de Rondônia (Beron); esses bancos fizeram com que a região Centro-Oeste e Norte fossem as únicas a ganharem participação relativa no que tange à presença das sedes de bancos oficiais

estaduais. Por sua vez, a difusão da rede de agências oficiais teve como efeito a distribuição do comando sobre os fixos bancários públicos.

Tabela 5: Regiões Brasileiras: Número de sedes e agências de bancos comerciais estaduais (%) (1985)

	Sedes		Agências	
	No.	%	No.	%
Norte	4	16,67	102	3,43
BEA			31	1,04
BANPARA			25	0,84
BERON			20	0,67
BANACRE			26	0,87
Nordeste	9	37,50	699	23,48
BANDEPE			155	5,21
BANEB			230	7,73
BEC			69	2,32
PRODUBAN			30	1,01
BANESE			44	1,48
BADERN			46	1,55
PARAIBAN			43	1,44
BEM			32	1,07
BEP			50	1,68
Centro-Oeste	3	12,50	166	5,58
BEG			77	2,59
BEMAT			54	1,81
BRB			35	1,18
Sul	3	12,50	821	27,58
BANESTADO			309	10,38
BESC			218	7,32
BANRISUL			294	9,88
Sudeste	5	20,83	1189	39,94
BERJ			227	7,63
CREDIREAL			103	3,46
BEMGE			222	7,46
BANESTES			81	2,72
BANESPA			556	18,68
Total	24	100	2977	100

Fonte: Costa Neto (2004), Contel (2011) e Banco Central do Brasil (BACEN). Elaboração própria.

O Sudeste foi a principal região “perdedora” de participação relativa no comando sobre as agências bancárias, passando de 478 agências (61,13%) para 1.189 (39,94%); todas as outras *grandes regiões* ganharam participação relativa no comando da rede bancária oficial no período, entretanto, a região Nordeste foi a principal, passando a comandar quase 24% de toda a rede de agências dos bancos estaduais instaladas no território nacional. Novamente, a evolução do fenômeno dos bancos estaduais no período pós-1964 foi um contraponto ao que ocorria paralelamente com o sistema bancário nacional, que passava a centralizar o comando na capital de São Paulo (CORRÊA, 2004; COSTA, 2012).

Além do sentido distributivo do comando sobre os fixos bancários oficiais e, portanto, sobre a circulação de capitais, o uso do território efetivado pelo conjunto das instituições bancárias estaduais acabou por ser um vetor fundamental para a interiorização da rede bancária no interior dos respectivos estados (Mapa 3). Como vimos acima, em 1964, o sistema de ações de todos os bancos estaduais difundiu a rede de agências para 547 municípios brasileiros; em 1985, o número de municípios integrados pela rede de fixos oficiais aumentou para 2.145. Em primeiro lugar, é evidente as diferenças de densidade da distribuição das agências bancárias oficiais entre as *grandes regiões* nacionais. Nas regiões Sudeste e Sul, a distribuição das agências dos bancos estaduais foi resultado, tanto das ações individuais de cada banco em seus respectivos estados, mas, também, houve interpenetração de agências bancárias de estados vizinhos; nesse sentido, a distribuição territorial da rede de agências dos bancos desses estados foi um reflexo e uma condição das intensas solidariedades geográficas entre as cidades dessa parte do país. Na região Centro-Oeste, a rede bancária oficial estadual também apresentou um desenvolvimento considerável, comparado com a situação de 1964. O caso da região Norte ainda era o mais rarefeito, no que se refere ao processo de distribuição das agências oficiais, mas, ainda assim, é possível constatar o papel que seus respectivos bancos tiveram na interiorização da rede bancária. O Mapa nos permite observar, também, a importância dos bancos estaduais para as unidades da federação que compunham a região Nordeste; o sistema de ações dos bancos nordestinos acabou por pelo interior de todos os estados.

Esse é o resultado do uso do território pelo conjunto dos bancos estaduais entre 1964-1985. Essas instituições bancárias públicas e estaduais geografizaram, a partir de seus sistemas de ações, uma rede de agências bancárias extremamente capilarizada no território brasileiro, inserindo mais de 2.000 municípios no movimento de circulação dos capitais. Apesar das desigualdades regionais, os bancos estaduais se mostraram fundamentais na universalização do acesso aos serviços bancários nos espaços mais banais do território brasileiro.

Mapa 3: Brasil: Localização da rede de agências dos bancos estaduais (por município) (1985)

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN), Estban (vários anos). Elaboração própria.

O Mapa 4 sintetiza um aspecto fundamental do fenômeno dos bancos comerciais estaduais, qual seja, a densidade de agências bancárias pioneiras dessas instituições⁷². Como todo fenômeno geográfico, o uso do território pelos bancos estaduais se deu de maneira diferenciada no território. Na região Norte, das 32 agências bancárias pioneiras existentes, oito (25%) eram de bancos comerciais estaduais, isto é, eram as primeiras agências a serem

⁷²O índice utilizado para a elaboração desse mapa relaciona o número total de agências bancárias pioneiras em cada unidade da federação com o número de agências bancárias oficiais estaduais pioneiras (municípios) em cada estado; em outras palavras, o mapa indica o papel dessas instituições bancárias na interiorização e capilarização da rede de agências em cada estado do território brasileiro.

instaladas em determinados municípios. Nessa região, somente o Amapá não possuía pelo menos uma agência bancária oficial estadual no ano de 1980. No estado do Acre das duas agências pioneiras existentes, uma era do banco estadual; no Amazonas, existiam nove agências pioneiras, sendo cinco (56%) pioneiras; no caso do Pará, duas (14%) agências eram pioneiras de um total de 14; nos estados de Rondônia e Roraima, apesar de possuírem agências bancárias oficiais, nenhuma era pioneira.

Na região Centro-Oeste, os bancos estaduais não foram grandes responsáveis pela capilarização da rede bancária. De acordo com a pesquisa documental realizada, ali havia 164 municípios que possuíam apenas uma agência bancária; desse total, 22 (13%) eram atendidos por bancos públicos estaduais. Em Goiás, de 112 municípios com agências pioneiras, 20 (18%) eram atendidos somente pelo banco do estado; no estado de Mato Grosso, essa relação era de 26 e 2 (8%); em Mato Grosso do Sul o banco estadual não possuía nenhuma agência pioneira.

No Sudeste, das 372 agências bancárias pioneiras existentes em 1980, 116 (31%) eram de bancos comerciais estaduais. No estado de São Paulo havia 91 municípios com apenas uma agência bancária, sendo que, desse total, 32 (35%) eram atendidos apenas por um banco público estadual. No estado do Rio, 25 municípios possuíam apenas uma agência dos quais 15 (60%) possuíam esse fixo bancário a partir da ação de banco estadual. Em Minas Gerais havia 226 agências pioneiras, sendo que somente 41 (18%) eram de bancos públicos estaduais. Finalmente, no caso do Espírito Santo, dos 30 municípios que possuíam somente uma agência bancária, 28 (93%) possuíam esse canal de atendimento por meio do banco do estado.

Na região Sul os bancos públicos estaduais tiveram papel central na interiorização da rede bancária tradicional: de um total de 389 municípios com agência pioneira, 196 (50%) eram atendidos somente por seus respectivos bancos estaduais. No Paraná, essa relação era de 163 (total) para 65 (40%); no território do estado do Rio Grande do Sul haviam 96 municípios com uma agência bancária para o fornecimento dos serviços bancários, dos quais 52 (54%) eram atendidos somente pelo banco estadual. Em Santa Catarina, a relação era de 130 municípios com agências pioneiras e 79 (61%) municípios atendidos pelo banco estadual.

Mapa 4: Brasil: Densidade de agências pioneiras dos bancos comerciais estaduais (1980)

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN) e IBGE. Elaboração própria.

Também na região Nordeste o uso do território pelos bancos públicos estaduais foi, através de sua divisão territorial do trabalho, central para a capilarização da rede bancária nos municípios e de uma maior universalização ao acesso aos serviços bancários. Nessa região existiam 323 municípios com agências pioneiras, sendo 145 (45%) por ação dos bancos públicos estaduais. Em Alagoas, de um total de 16 agências pioneiras, quatro (25%) eram do banco do estado; no território do estado da Bahia, de 127 municípios com apenas uma agência, 54 (43%) eram de bancos estaduais; no Ceará, de 23 agências pioneiras, 13 (57%) eram do banco do estado; no estado do Maranhão essa relação era de 21 e 8 (38%); na Paraíba, 19 e 5 (26%); em Pernambuco 66 e 39 (59%); no Piauí 20 e 11 (55%); no território do Rio Grande do

Norte, 17 e 8 (47%); finalmente, em Sergipe, 14 e 3 (21%).

Todos esses elementos analisados – federalismo financeiro, comando, agências e municípios – nos permitem afirmar que o período pós-1964 demarcou um novo modo de funcionamento dos bancos estaduais, o qual se caracterizou pelo sentido distributivo das ações do conjunto das instituições. Os bancos estaduais eram elementos centrais do mecanismo de financiamento dos estados, faziam parte das condições locais (estaduais) de inserção de seus respectivos estados dentro da nova divisão territorial do trabalho nacional e, por fim, tiveram papel central de contraposição ao processo de concentração e centralização do sistema financeiro e de universalização da rede de agências bancárias nos municípios. Nesse sentido, os bancos estaduais foram elementos do espaço geográfico nacional promovedores de solidariedades orgânicas no território.

Os bancos estaduais no período Pós-Plano Real (1994-2016): verticalização do comando da circulação de capitais no território brasileiro

O novo período bancário brasileiro iniciado com a instalação do plano de estabilização da moeda (Plano Real) demarcou, entre os vários conteúdos modificados no território nacional, uma transformação drástica na organização dos bancos públicos estaduais e, portanto, da divisão territorial do trabalho bancário (sobretudo no que diz respeito à localização dos centros de comando dos bancos). O fio condutor de nosso estudo e de nossa argumentação é que o pós-Plano Real iniciou a verticalização do comando sobre a circulação de capitais no território brasileiro a partir do desmonte do sistema de bancos estaduais e a consequente centralização das sedes nas metrópoles nacionais, principalmente na cidade de São Paulo.

Como vimos acima, a consolidação do sistema de bancos públicos estaduais na verdade significou, em sua essência, a materialização de vários centros regionais (capitais estaduais) de gestão do território e das finanças que, apesar da pequena dimensão da maioria dos bancos estaduais frente às grandes redes bancárias nacionais e internacionais, imprimiam um comando mínimo sobre a circulação de capitais e sobre a organização do espaço estadual. O elemento central desse processo de descentralização do comando da circulação das finanças se deu pela difusão de sedes bancárias oficiais nas capitais estaduais do território e, como única exceção, na cidade de Juiz de Fora. Desde seu início, a construção de toda essa infraestrutura bancária durou quase um século e foi fruto de grandes esforços de planejamento e políticas públicas federais e estaduais.

O início do processo que viria a ser conhecido como aniquilamento dos bancos estaduais se deu com evento mundial (meados da década de 1980) que, de forma simplificada, significou a diminuição drástica da liquidez internacional e, portanto, da maior dificuldade de captação de poupança externa por parte dos países periféricos (LOPREATO, 2002). Esse evento é importante para a compreensão do destino dos bancos estaduais pelo fato da inter-relação entre os fenômenos. Como vimos acima, o mecanismo de financiamento público pós-1967 tinha como base, para o caso dos governos estaduais e municipais, o uso de seus bancos públicos como agentes de captação de recursos externos. A diminuição da liquidez internacional significou, então, a quebra de todo esse mecanismo de financiamento do sistema de ações dos governos estaduais através de seus bancos.

Como também vimos, a Constituição de 1967 implantou uma nova organização do federalismo fiscal nacional, no qual os impostos mais dinâmicos ficavam concentrados na esfera federal do Estado brasileiro em detrimento de seus níveis estaduais e municipais. Só não ocorreu um colapso prematuro dos serviços públicos ofertados pelos governos subnacionais pela presença dos bancos estaduais e da liquidez internacional. Portanto, após a crise internacional que dificultou a realização de empréstimos, a situação criada pelo novo federalismo fiscal continuou existindo; de modo que os governos estaduais precisaram continuar utilizando seus agentes bancários como mecanismo de financiamento da realização de políticas públicas e da oferta de bens e serviços públicos. É nesse momento que se ampliou drasticamente as dificuldades financeiras dessas instituições e do endividamento de grande parte das unidades federativas do país (LOPREATO, 2002).

Os estados e seus respectivos bancos chegaram à década de 1990 com agudas dificuldades financeiras; ao que se somou a instalação daquele evento que passou a demarcar o início do novo período das finanças no território nacional, qual seja, o Plano Real (1994). No que tange diretamente ao fenômeno dos bancos comerciais estaduais, o elemento trazido pelo Plano Real foi o fim dos “ganhos inflacionários” e busca constante da estabilidade da moeda. Devido ao seu papel de financiador das ações dos governos estaduais, e devido ao alto nível de endividamento desses agentes, os bancos estaduais eram vistos como criadores de moeda e, portanto, fomentadores da inflação (PAES, 1996); o que significava, na leitura de determinados políticos e acadêmicos, que os bancos estaduais eram empecilhos à plena instalação do projeto macroeconômico das elites políticas federais, do Plano Real e da estabilização da moeda (WERLANG e FRAGA NETO, 1995).

A psicoesfera, caracterizada pelas ideologias do consumo e privatização, que veio se

formando desde a década de 1970, foi, também, um elemento fundamental para a (re)leitura, por parte das elites políticas e econômicas, do sistema de bancos estaduais. Como afirmou Contel, uma “das formas de organizar as sociedades e os territórios [...] é através da difusão de uma ideologia da publicidade e do consumo, que estão na base do predomínio das ‘forças de mercado’ sobre o processo de reprodução social e econômica” (CONTEL, 2011, p. 171). No nosso caso específico, a intensificação de uma psicoesfera, cujo conteúdo é conformado pelo pensamento da centralidade do mercado, desembocou numa visão funcionalista dos bancos públicos. Melhor dizendo, as elites políticas e econômicas nacionais enxergavam nos bancos públicos estaduais uma ausência de eficiência inerente devido ao caráter público de seu controle e de suas ações (WERLANG e FRAGA NETO, 1995; SALVIANO JUNIOR, 2004; DALL’ACQUA, 1997; LOYOLA, 1995).

Finalmente, nesse período houve a intensificação da abertura do território para a entrada de capitais internacionais em diversos setores dinâmicos da economia nacional e, no nosso caso específico, no sistema bancária nacional. No caso do sistema bancário brasileiro, instituições multilaterais, utilizando de sua força de pressão – principalmente devido ao processo de endividamento criado desde a década de 1970 –, encaminharam indicações para a realização da privatização dos bancos públicos estaduais (VIDOTTO, 2002; BRANDÃO, 2013). Por um lado, os grandes bancos internacionais (principalmente europeus) buscavam novos mercados devido ao esgotamento do mercado interno (DOLFUS, 1993). Por outro, bancos privados nacionais também tinham necessidade de ampliar seu mercado interno.

Os bancos públicos e, principalmente, os bancos públicos estaduais se apresentavam como grande obstáculo ao processo de expansão territorial dos bancos privados nacionais e estrangeiros⁷³ (MINELLA, 2001). Como vimos acima, os elementos teóricos e empíricos sobre os bancos regionais (estaduais), os bancos públicos estaduais brasileiros, por seu caráter regionalizado e por seu conteúdo público, desenvolveram suas redes e seus sistemas de ações de forma profundamente *orgânica* com o território; o que ficou evidente por suas participações nas políticas públicas estaduais e sua ampla capilaridade nos territórios dos seus respectivos estados. Mas, ao mesmo tempo, as instituições bancárias estaduais representavam importantes ativos territoriais para a realização dos objetivos dos grandes bancos privados (CONTEL, 2011). Nesse sentido, para que se pudesse dar maior pujança ao sistema de ações privados no

---

⁷³ Durante a realização dos trabalhos de campos, foram encontrados conteúdos normativos até muito recentemente que criavam uma situação de extrema vantagem competitiva para os bancos estaduais. Um exemplo desses conteúdos normativos era a obrigação de empresas de outros estados que realizassem negócios com o governo estadual de abrir uma conta no banco estadual para a realização dos pagamentos.

sistema bancário nacional era preciso alienar esse patrimônio territorial que envolvia todo o território nacional.

A conjunção desses elementos resultou no evento central que modificou a paisagem bancária estadual brasileira, qual seja, o Programa de Incentivo à Redução do Estado na Atividade Bancária (PROES) (1996) (ALVES FILHO, 2000; ANJOS, 2010; BRANDL FILHO, 2005; BRANDÃO, 2009; CASTRO, 2005; GAMA NETO, 2011; LUZ e VIDEIRA, 2009; SANTOS, 2010; SOARES, 2010; VIEIRA, 2007). Advindo da ação normativa do Estado através da Medida Provisória 1.514/1996 (BRANDÃO, 2013, p. 239), o PROES tinha “como principal e explícito objetivo a redução da quantidade de bancos públicos estaduais sob controle dos respectivos governos estaduais” (GUTIÉRREZ, 2006, p. 41). O programa oferecia um conjunto de linhas de financiamento cuja a finalidade geral era a do saneamento das dívidas estaduais em troca da alienação de ativos públicos (no caso, os bancos públicos):

Com o PROES, os governadores passam a contar com a possibilidade de terem suas dívidas financiadas pelo Governo Federal, num prazo mais longo. Em contrapartida, teriam que se desfazer de seus bancos (Baer e Nazmi, 2000; Makler, 2000; Ness Jr., 2000), assim como de outros ativos (ferrovias, prédios públicos, centrais de abastecimento etc.). Como mostra Vera Brisbane (s/d, p 58-59), assim que os governos estaduais e/ou municipais aderissem ao PROES, ‘em troca, o Tesouro Nacional financiaria 50% ou 100% das dívidas do Estado ou Município com os bancos que controlavam, a um custo variável de rolagem de 6% a.a. mais atualização do saldo pendente pelo IGP-DI (CONTEL, 2011, p.182).

Ainda de acordo com o economista Cláudio Gutiérrez, os governos estaduais

[...] tinham dois caminhos para receber recursos federais para a reestruturação dos BEs (bancos estaduais): a) optar por ter acesso a 100% do financiamento de suas dívidas com os bancos estaduais, mediante a perda do controle acionário de suas instituições, que seriam privatizadas, extintas, liquidadas extrajudicialmente, federalizadas ou, ainda, transformadas em Agências de Fomento; ou b) aportar 50% do total da dívida à vista, recebendo financiamento federal de 50% da dívida restante e, assim, garantir o controle da instituição saneada (GUTIÉRREZ, 2006, p. 42).

Ou seja, o governo federal elaborou, no PROES, dois mecanismos de financiamento cujas bases distintivas eram abrir mão ou manter o controle sobre a instituição bancária estadual. Caso o governo estadual escolhesse alienar o banco, o Tesouro Nacional financiaria a totalidade do endividamento do governo estadual com seu respectivo banco; com essa escolha o banco poderia ser extinto, privatizado, federalizado ou transformado em agência de fomento. Por outro lado, caso o governo do estado escolhesse a manutenção do banco, deveria arcar com

metade de todas as dívidas (à vista), o que, nesse período de degradação das contas públicas subnacionais, era uma grande barreira para a maioria dos estados.

Além “de aumentar a dívida interna do país” e da “‘titularização’ dos ativos e passivos nacionais” (CONTEL, 2011, p. 189), o PROES resultou na quase liquidação de um sistema de bancos públicos estaduais que consolidava um conjunto de centros regionais de gestão das finanças e do território. Isso se deu através da liquidação dos bancos e, principalmente, com a venda das instituições bancárias estaduais para bancos privados (e a federalização) sediados em outras cidades do território nacional ou internacional (Mapa 5). Como pode ser observado no mapa, os bancos nacionais que participaram dos leilões (Itaú e Bradesco) compraram, juntos, nove bancos estaduais; os bancos estrangeiros (ABN/Amro e Santander) compraram três bancos; já os bancos federalizados (Banco do Brasil) foram três o total. Nesse sentido, o PROES acabou por intensificar a *verticalização* do sistema bancário nacional ao destituir a maioria das capitais estaduais do controle sobre uma sede de banco comercial com uma topologia distribuída no território dos respectivos estados e, ao mesmo tempo, centralizar o comando nas metrópoles nacionais (São Paulo e Brasília).

Enquanto parte importante da estrutura financeira e territorial brasileira, os bancos estaduais foram fundamentais para a expansão espacial dos bancos privados e do Banco do Brasil. No processo de leilão das instituições oficiais estaduais, os bancos compradores desenvolveram estratégias geoeconômicas diferentes. Os bancos estrangeiros, com sua lógica de fragmentação dos territórios – selecionando determinadas áreas para a realização de seus negócios – ficou evidente no momento em que escolheram os bancos estaduais que deveriam adquirir. O banco ABN/Amro comprou os bancos Paraiban e Bandepe, sediado respectivamente nas cidades de João Pessoa e de Recife; o Bandepe e a cidade de Recife tinham desenvolvido uma estrutura bem articulada na circulação de capitais na região do Nordeste como um todo: o Banco do Estado de Pernambuco desenvolveu sua topologia de modo que expandiu suas agências no tecido urbano de Recife e no interior do território do estado, mas, também, tinha instalado agências em todas as capitais estaduais do Nordeste; Recife, por sua vez, era o principal *nó* da circulação estatal de capitais da região no período. Assim, a compra do banco representou uma estratégia de penetração no Nordeste, pelo banco estrangeiro, através de sua principal cidade e de seu principal banco. O Santander, por sua vez, adquiriu o Banespa, o maior banco público estadual brasileiro sediado na metrópole econômica do país. Com a compra do Banespa, o Santander adquiriu, na verdade, uma rede de agências amplamente distribuída na cidade, no interior do estado, no país e com agências no exterior. Com isso, o Santander já

iniciou suas atividades no país com uma grande rede de intermediação bancária na área mais dinâmica do território.

Mapa 5: Brasil – redistribuição do comando sobre a circulação de capitais no território (2016)

Fonte: Gutiérrez (2006) e Contel (2011). Elaboração própria.

Os bancos estaduais comprados pelo Itaú indicam uma estratégia geoeconômica também seletiva. O banco privado nacional adquiriu os bancos Banestado (PR), Banerj (RJ), Bemge (MG) e o Beg (GO). Ou seja, bancos estaduais instalados na região concentrada; evidentemente, o banco privado tinha projetos de se capilarizar nessa área do país e os bancos estaduais já tinham toda a infraestrutura pronta. O Bradesco, por sua vez, se utilizou dos bancos estaduais para expandir sua topologia nas grandes regiões do Nordeste e do Norte do país; para

isso, comprou os dinâmicos bancos Baneb (BA), o Bec (CE) e o Bem (MA). Um caso muito específico desse processo foi a compra do Bea (AM), o único banco da região Norte a ser privatizado; o Bea, que tinha desenvolvido sua topologia de maneira orgânica com o território de seu estado, possibilitou que o Bradesco penetrasse de maneira capilarizada no território do estado do Amazonas.

Além dos bancos liquidados ou privatizados, difundiu-se outro fenômeno no território nacional, as agências de fomento. O Mapa 5 nos indica o surgimento de 15 agências de fomento no Brasil entre os anos 1996-2001, estando presente nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul – o Sudeste ficou excluído da difusão desse fenômeno. De acordo com Contel (2011, p. 184)

[...] a utilização de agências de fomento como mecanismo de desenvolvimento regional parece de ao menos dois problemas importantes. Em primeiro lugar, como não são autorizadas por lei a estender uma rede de captação de depósitos, funcionam apenas com uma agência. Por se constituírem em instituições “monocéfalas”, as agências de fomento acabam por estabelecer uma *relação menos orgânica* com o território no qual estão instaladas.

Somando às duas limitações indicadas pelo geógrafo, podemos indicar um outro problema das agências de fomento para o desenvolvimento regional. De acordo com o economista do Banco Central do Brasil Salviano Junior, como as agências de fomento não podem captar depósitos, seu *funding* é composto por recursos advindos do BNDES e do Banco Mundial; a principal limitação, entretanto, é que esses recursos já chegam com destinação determinada pelas instituições de origem, ou seja, a agência de fomento não teria poder de decisão sobre a aplicação dos recursos (SALVIANO JUNIOR, 2004).

Finalmente, da implantação do PROES restaram apenas cinco bancos estaduais que ou foram saneados através do programa ou simplesmente não participaram do processo, quais sejam, o Banese (Sergipe), Banpara (Pará), Banrisul (Rio Grande do Sul), BRB (Brasília) e Banestes (Espírito Santo). O primeiro fato que nos chama a atenção é que cada uma dessas instituições está localizada em uma região diferente; ou seja, atualmente existe um banco estadual em cada uma das grandes regiões definidas pelo IBGE no território nacional. Em relação aos aspectos normativos que regulamentam o fenômeno, o PROES funcionou como um conjunto de eventos que passou a normatizar o funcionamento dos bancos comerciais estaduais que foram saneados. O aspecto mais central dessa normatização dos bancos estaduais, como afirmou Gutiérrez (2006, p. 42), foi a exigência de uma reestruturação “da política de crédito e reestruturação operacional do setor de crédito, principalmente respeitando os limites de

operações entre controladores (estado) e o controlado (banco)”. Assim, a normatização dos bancos estaduais pós-PROES, embebido nos Acordos de Basiléia, teve como objetivo o distanciamento máximo entre os passivos e ativos dos estados e de seus respectivos bancos. A Lei de Responsabilidade Fiscal (2000) veio reforçar essa tendência⁷⁴. Na medida em que os bancos estaduais ficavam mais independentes das relações com as políticas públicas do governo e da intensificação da concorrência – na verdade, uma competitividade (SANTOS, 2000) –, com a maior presença de grandes bancos nacionais e internacionais nos mercados regionais, as instituições bancárias estaduais tiveram que intensificar e reorganizar suas estratégias geoeconômicas. Um dos aspectos mais evidentes desse resultado foi a ampliação e diversificação da topologia dos bancos estaduais, antes limitada às agências e PABs (Tabela 6).

Tabela 6: Bancos Estaduais: Topologia atual dos bancos estaduais (2016)

	Agências		PABs		PAEs		COBs	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Banese	64	0,28	11	0,11	420	1,29	244	0,20
Banpara	108	0,48	29	0,29	89	0,27	-	-
BRB	122	0,54	6	0,06	212	0,65	277	0,22
Banrisul	536	2,38	200	2,01	491	1,50	3.587	2,87
Banestes	129	0,57	27	0,27	249	0,76	392	0,31
Bancos Estaduais	959	4,26	273	2,74	1.461	4,47	4.500	3,61
Outros Bancos	21.532	95,74	9.690	97,26	31.219	95,53	120.324	96,39
Total	22.491	100	9.963	100	32.680	100	124.824	100

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN), sítio eletrônico do Banese, Banpara, BRB, Banrisul e Banestes, elaboração própria.

Os bancos estaduais reorganizaram sua topologia bancária, inserindo nela os chamados canais eletrônicos, como os PAEs (Caixas Eletrônicos) e os COBs (Correspondentes Bancários). Na verdade, não só em termos qualitativos, mas atualmente os canais eletrônicos conformam a maior parte dos fixos bancários das instituições estaduais: os bancos estaduais tinham instalados 1.461 Postos de Atendimento Eletrônicos (PAEs) e 4.500 Correspondentes Bancários (COBs) no território nacional⁷⁵.

⁷⁴ “[...] a vedação de empréstimos aos controladores é incluída na Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000, que em seu art. 36 reforça a proibição dos empréstimos das empresas financeiras estatais aos seus controladores, procurando impedir a utilização dos BEs como Banco Centrais por pressão política dos governos estaduais, o que até o momento vem se mostrando eficiente” (GUTIÉRREZ, 2006, p. 51).

⁷⁵ Essa avaliação não leva em conta outros canais eletrônicos identificados nas Demonstrações Financeiras, como a Rede 24 Horas, cartões e *mobile banking*.

Entretanto, como também pode ser observado na Tabela 4, no período pós-PROES os bancos estaduais perderam muita participação relativa no que se refere ao comando da topologia bancária que, lembrando, é parte dos fixos através dos quais circulam os capitais (depósito e créditos) no território. No caso das agências, atualmente os bancos estaduais que restaram comandam 959 unidades, representando 4,26% das agências totais instaladas no território brasileiro. Além da topologia, o mesmo processo de perda relativa seu deu na captação dos depósitos e nas operações de crédito (CONTEL, 2011).

Ao contrário do que alguns acadêmicos afirmaram a respeito da eficiência dessas instituições (WERLANG e FRAGA NETO, 1995; SALVIANO JUNIOR, 2005), os bancos estaduais têm apresentado um desenvolvimento sustentável durante o período pós-Plano Real, seguindo o padrão encontrado por Gutiérrez para o caso do Banrisul (GUTIÉRREZ, 2006)⁷⁶; ao mesmo tempo em que, apesar de participarem dos processos gerais ligados à lógica financeira, continuaram a apresentar uma importância ímpar dentro do contexto estadual (Tabelas 7 e 8). No que tange ao aspecto da eficiência, a Tabela 5 sintetiza a evolução dos lucros líquidos de cada instituição estadual entre os anos 2001-2016. Como pode ser observado, os bancos estaduais foram – e ainda são – instituições que realizam lucros e, portanto, pagam dividendos ao seu acionista majoritário (o Estado). No que se refere à importância singular dessas instituições no território estadual, a evolução da topologia bancária tradicional (agências) pós-1994 é uma evidência empírica da especificidade do uso do território concretizado por esses agentes (Tabela 8)⁷⁷.

Tabela 7: Bancos Estaduais: Evolução do lucro líquido pós-Plano Real (R\$ milhões) (2001-2016)

	2001	2004	2007	2010	2013	2016
Banese	10,8	20,2	25,7	54,0	58,0	65,5
Banpará	-	5,5	22,18	71,3	140,87	231,44
BRB	-	-	-	196,04	169,0	200,53
Banrisul	95,6	303,2	605,86	691,9	749,0	652,3
Banestes	16,3	41,42	160,65	167,02	109,94	161,36

Fonte: Sítios eletrônicos (Demonstrações Financeiras), vários anos. Elaboração própria.

⁷⁶ Uma crítica possível de ser feita é que a evolução da rentabilidade e eficiência dos bancos estaduais no período pós-Plano Real se deu fundamentada na diminuição do número de funcionários através da modernização da estrutura dos bancos e, também, em políticas baseadas em produtos muito mais voltados para o retorno financeiro (como o crédito consignado) do que com um sentido *desenvolvimentista*. Esses dois elementos devem ser, futuramente, objetos de estudos específicos.

⁷⁷ Pelas particularidades do Distrito Federal, excluímos da análise o caso do Banco Regional de Brasília.

Tabela 8: Bancos Estaduais: Evolução da relação Agências X Municípios (2016)

	Municípios do Estado	Municípios com agências dos BEs	Agências Pioneiras dos BEs
Banese	75	44	15
Banpará	143	91	24
Banrisul	496	349	97
Banestes	78	78	19

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil (BACEN). Elaboração própria.

A Tabela 8 sintetiza a evolução da relação entre as agências bancárias oficiais estaduais e o território de seus respectivos estados. Como pode ser observado, os bancos estaduais ainda são responsáveis pela maior penetração da topologia bancária no território de seus estados-sedes, o que significa dizer que são agentes públicos centrais para a maior universalização dos fixos bancários, do acesso e do fornecimento de serviços bancários em seus estados. Esse é o quadro, analiticamente apresentado, do sistema de bancos públicos estaduais pós-Plano Real.

2 A FORMAÇÃO DO REGIONALISMO BANCÁRIO CAPIXABA (1911-1994)

2.1 O MEIO PRÉ-TÉCNICO E A AUSÊNCIA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA NO TERRITÓRIO DO ESPÍRITO SANTO

Para entendermos a formação da rede bancária oficial estadual no estado do Espírito Santo é preciso recuperar alguns eventos que se sucederam nesse pedaço do território nacional. Nosso argumento central é que a rede bancária oficial estadual surgiu e se desenvolveu como um desdobramento da própria rede urbana regional no estado. Esta, por sua vez, começou a ser formada em função da instalação de sistemas de engenharia e da difusão de atividades econômicas mais diversificadas nas cidades do interior. Ainda que de início esta rede urbana possa ser considerada pouco dinâmica e com o sentido das ações totalmente extravertido, o fenômeno do regionalismo bancário surge neste contexto, a partir da ação do Estado como mecanismo de consolidação de solidariedades orgânicas no território capixaba.

No que se refere ao nosso tema específico, a constituição da rede bancária, o território do Espírito Santo chegou ao início do século XX sem ao menos uma instituição bancária em funcionamento. Como iremos demonstrar mais à frente, a primeira agência bancária a ser instalada e a se manter em funcionamento será no ano de 1910. Nosso primeiro problema, então, é entender quais fatores poderiam ter impedido o desenvolvimento do subsistema bancário no território capixaba até aquele momento. A chave de identificação dos elementos que retardaram – ou ao menos dificultaram – o desenvolvimento da atividade bancária no território capixaba passa pela compreensão das características do circuito espacial produtivo do café (isto é, a produção, circulação, distribuição e consumo deste produto)⁷⁸. Relembrando o que citamos no primeiro capítulo, nesse período (entre o final do século XIX e início do século XX), todas as possibilidades de funcionamento da atividade bancária no país se dava principalmente a partir dos excedentes oriundos dos circuitos produtivos agrícolas de exportação (CONTEL, 2011). É preciso, então, entender as especificidades do caso capixaba, em relação ao que ocorreu em outros estados brasileiros nesse mesmo período.

Para sintetizarmos a argumentação que pretendemos desenvolver com um pouco mais de detalhe, podemos partir da afirmação do economista Rogério Faleiros, ao dizer que o complexo cafeeiro capixaba era, nesse período, “extraterritorializado” (FALEIROS, 2010). Ainda que o termo “extraterritorializado” soe paradoxal para um estudo geográfico, o autor

---

⁷⁸ Sobre o conceito de circuito espacial de produção ver Santos ([1985] 2012), Grimm (2003) e Iamonti (2016).

mostra através dele que os elementos capazes de centralizar e concentrar o excedente produzido pelo circuito produtivo do café estavam sediados, ou eram comandados, a partir da cidade do Rio de Janeiro. Estes elementos estavam ligados sobretudo ao capital comercial, há muito tempo instalados e com grande dinamismo na capital do país. Melhor dizendo, os sistemas de objetos e ações comercial e financeiro, que controlavam o circuito produtivo do café, drenavam a maior parte dos excedentes para a cidade do Rio de Janeiro (e, em alguns casos, para o exterior), impedindo assim que os desdobramentos da atividade – inclusive a possibilidade de desenvolvimento de uma rede bancária robusta – se concentrassem no próprio estado do Espírito Santo⁷⁹.

No que se refere à instância da produção propriamente dita, vimos que a dificuldade de penetração do capital bancário nas áreas interiores (áreas de produção agrícola) era uma característica estrutural do sistema bancário no período (COSTA, 1978, 1988). No que tange ao caso específico do território do Espírito Santo, um dos elementos impedidores da atividade bancária era a baixa monetarização do território nesse período. Ao contrário do que se deu em São Paulo, o modo de ocupação do solo no Espírito Santo teve como elemento básico a pequena propriedade e o trabalho familiar, o que significa a baixíssima presença de relações de assalariamento no território do estado nesse período.

No Espírito Santo, a cultura do café iniciou sua hegemonia a partir da segunda metade do século XIX com a expansão das fronteiras agrícolas cariocas e mineiras no sul do território do estado⁸⁰; de modo que, no início, essa área possuía as mesmas características do modo de produção que se realizava nos estados vizinhos (grandes fazendas, mão-de-obra escrava etc.). Na região do entorno de Vitória, a produção do café se deu a partir da colonização de imigrantes europeus em bases diferentes, fundamentalmente realizado através do trabalho familiar, em pequenas propriedades e como uma atividade complementar aos produtos de subsistência; modo de produção que se expande para o sul do estado, desfazendo grande parte da estrutura fundiária existente até aquele momento (baseada em grandes propriedades)⁸¹.

No que tange ao nosso problema, no Espírito Santo, ao final do século XIX, existia no

---

⁷⁹ Como veremos mais à frente, essa situação só será parcialmente modificada a partir de uma política intencional desenvolvida pelo Estado capixaba, em parceria com a nascente elite localizada na cidade de Vitória, através da construção das estradas de ferro (QUINTÃO, 2008) e da fundação de bancos oficiais estaduais. Ou seja, através desse par “circulação de mercadorias/circulação de capitais”.

⁸⁰ Com isso, não queremos dizer que o café não existia no estado antes da expansão carioca e mineira. A bibliografia indica que a produção já existia, mas não era a atividade predominante no estado até o início da segunda metade do século XIX (CAMPOS JUNIOR, 1996).

⁸¹ O trabalho do professor Carlos Teixeira de Campos Jr (1996) sintetiza de forma muito clara a maneira como a política nacional e estadual de imigração corroeu as estruturas produtivas existentes no sul do território capixaba.

interior das regiões produtivas um número significativo de pequenos produtores agrícolas em bases familiares os quais cultivavam o café como forma de renda extra, ou seja, complementar aos cultivos de subsistência realizados em suas propriedades. Em outras palavras, como a política de imigração no Espírito Santo foi diferente da realizada no estado de São Paulo, o imigrante já colonizava o interior das regiões produtivas como proprietário da terra, sem ter que passar pelo processo de assalariamento; de modo que quase não existia monetarização na economia e no território capixaba nesse momento. Nesse sentido, havia muito pouco espaço para a penetração do capital bancário na instância produtiva, no circuito produtivo agrícola de exportação do café.

Junto à ausência do assalariamento, a organização do trabalho, no modo como se deu durante as décadas finais do século XIX, tinha como característica uma certa independência das imposições da lógica do mercado. De acordo com o economista Fernando C. M. Mota, no caso do café no Espírito Santo, existia uma autonomia relativa entre a esfera da produção e a da realização (MOTA, 2002). Não havia os impulsos ativados pela necessidade de se investir em renovação das condições materiais da produção (técnica, organizacional etc.) do café no Espírito Santo, como no caso de São Paulo. Dessa forma, existia mais um impeditivo da difusão do capital bancário na esfera da produção propriamente dita nas condições materiais existentes no estado, já que caberia aos bancos a função de financiar tais renovações.

Apesar disso, como bem lembra o economista Rogério Faleiros, uma economia na qual predomina a pequena propriedade familiar pode gerar demanda num tal nível que possibilite o desenvolvimento de atividades comerciais e industriais⁸². Mas, como o própria autor afirma, “não há capital” (FALEIROS, 2010, p. 33). Isso se deve ao fato de que as menores demandas são atendidas por capitais sediados na cidade do Rio de Janeiro. O pouco dinamismo econômico no Espírito Santo não se deve somente ao fato de que estava baseado numa estrutura fundiária dispersa; mas, também, à presença relativa da cidade do Rio nos espaços mais banais do território capixaba e em suas instâncias de produção.

A instância da circulação do circuito de produção agrícola de exportação do café nos traz importantes elementos para se analisar o caso da ausência de uma rede bancária no território capixaba até o século XX. De maneira geral, o circuito produtivo do café demandou (e foi

---

⁸² O autor em questão afirma que a pequena unidade familiar, apesar de em menor dimensão, demanda uma série de instrumentos técnicos não-mecânicos necessários à produção (FALEIROS, 2010), que poderiam ativar todo um circuito comercial e industrial no território capixaba. Ativação brecada, como vimos, pelo fato de a cidade do Rio por si só atender essas pequenas demandas da produção.

orientado) por uma combinação de sistemas de engenharia que tinha como característica básica a ausência de mecanização; isto é, caracterizava-se por ser um meio pré-técnico. O elemento que mais identificava a lógica da circulação do café (e, no sentido inverso, a entrada de mercadorias nas regiões produtivas) era o *tempo lento* dos sistemas de movimento existentes naquele período: estradas de chão (tropas de muares), os rios navegáveis e a navegação marítima. Nesse período de sua história, podemos conceber o território capixaba tendo como paralelo o território nacional, isto é, o território do Espírito Santo era composto por “ilhas”, regiões, com poucas relações entre si e maior contato com o exterior (no caso, o Rio de Janeiro) (Mapa 6). Em tais regiões, os principais núcleos urbanos eram determinados por sua localização, em relação a elementos naturais do território (como rios, caminhos de maior facilidade para o transporte, etc.).

O que é importante entender em relação aos sistemas de movimento do período é que não criavam as condições necessárias para impulsionar as trocas num volume, velocidade e constância mínimos para permitir que os bancos realizem a intermediação financeira. Mais ainda, por suas características, o espaço geográfico do estado estava praticamente isolado dos grandes centros urbanos nacionais (no que se refere a sistemas de movimento modernos, como as estradas de ferro), de modo que as instituições bancárias não poderiam expandir sua topologia no território capixaba.

A solidariedade entre os objetos pré-técnicos que conformavam a configuração territorial daquele período apenas ensejava a concentração da produção de café das regiões produtivas de cada cidade-porto localizada no litoral; porém, não “quebrava” as linhas de separação entre os núcleos urbanos das diferentes regiões produtivas. A esse tempo lento da circulação se somava um tempo mais acelerado no momento em que a produção era destinada, via circulação marítima, para a cidade do Rio de Janeiro, de onde era destinado ao mercado externo.

Dessa forma, podemos pensar num conjunto de estradas de rodagem que se espalhava pelas regiões produtivas sendo utilizadas pelas tropas de muares para levar a produção de café (e outros produtos) para os pequenos núcleos urbanos localizados nas áreas de produção; desses núcleos, a produção era levada para os núcleos urbanos com portos fluviais (São Mateus (Norte), Cachoeiro de Itapemirim (Sul) e Santa Leopoldina (Centro)); de onde seguiam para a cidade-porto de sua região (Conceição da Barra (Norte), Itapemirim (Sul) e Vitória (Centro)). Dos portos marítimos, a produção seguia em direção a cidade do Rio de Janeiro, utilizando-se de meios de transportes mais rápidos. Dessa forma, as diferentes áreas que compunham o

território capixaba, por estarem isoladas entre si, não permitiam a constituição de uma situação básica para aumentar a demanda por serviços bancários, qual seja, a integração de mercados regionais com diferentes características e dinâmicas econômicas, de modo que os bancos possam realizar a transferência de recursos de um mercado (superavitário) para outro (deficitário).

Mapa 6: Espírito Santo: regiões produtivas e cidades principais (década de 1880)

Fonte: Quintão (2015).

Por último, em relação ao processo de distribuição, queremos destacar a forma como se dava a atuação do capital comercial no circuito produtivo de exportação do café nesse período do território capixaba. De modo geral, diferentes tipos de agentes operacionalizavam o circuito de exportação, com diferentes capacidades de concentração da produção e do excedente que a

atividade comercial poderia captar. São esses agentes: o vendeiro, o comerciante de segundo grau e as grandes casas comerciais de importação e exportação (BUFFON, 1992; CAMPOS JUNIOR, 1996).

Os vendeiros eram os pequenos comerciantes que se localizavam nos pequenos núcleos urbanos presentes próximos das áreas de produção agrícola. De modo geral, seu papel era de concentrar a produção de café de uma pequena parte das regiões produtivas; em seguida, os vendeiros revendiam a parte da produção para os “comerciantes de segundo grau”, que seriam os responsáveis pelo transporte do produto para as cidades-portos no litoral; finalmente, concentrando toda a produção regional, vinham as grandes casas comerciais cariocas ou estrangeiras.

Seguindo a chave de compreensão trazida por Campos Jr (1996), foi-se constituído nesse período um mecanismo de espoliação do trabalhador rural, dando maior centralidade às casas comerciais de fora do estado; na mesma linha de raciocínio, podemos trazer a ideia de “extraterritorialidade” do complexo cafeeiro capixaba, já que grande parte do excedente gerado pela atividade produtiva era concentrado e centralizado pelo capital comercial carioca ou estrangeiro. Novamente, vemos a barreira para o desenvolvimento da atividade bancária no território do Espírito Santo, já que grande parte do excedente era drenado para o Rio.

Tais condições, então, geraram aquilo que queremos indicar como último fator explicativo do não desenvolvimento da atividade bancária no território do Espírito Santo até as primeiras décadas do século XX, qual seja, a fraca urbanização do território. A solidariedade entre os sistemas de movimento pré-técnicos (estradas, portos fluviais, rios e portos marítimos) possibilitou a criação, impulsionada pelo circuito produtivo do café, de uma família de cidades em cada uma das “ilhas econômicas” que compunham o território capixaba até o final do século XIX. O economista José Buffon, em sua dissertação de mestrado, sintetizou a evolução da urbanização que ocorreu no território do estado nesse período (Tabela 9) (BUFFON, 1992).

De fato, podemos constatar que o circuito produtivo do café foi, através do aparelho comercial que lhe cabia, um importante elemento impulsionador de interiorização da urbanização no Espírito Santo. O território do estado, em 1822, possuía 13 núcleos urbanos, sendo que oito deles estavam localizados nas áreas mais litorâneas e três na beira dos rios navegáveis; somente dois núcleos urbanos estavam localizados no interior produtivo. Já em 1900, depois de meio século de instalação e difusão da cultura cafeeira no território, vemos que o número de núcleos urbanos passou a ser 34, número muito pequeno em relação aos estados produtores de café no mesmo período (São Paulo e Minas Gerais). Sendo que, desses 34

aglomerados urbanos, 12 estavam no litoral, seis na beira de rios navegáveis e 16 no interior das regiões produtivas. De um modo geral, podemos dizer que com a expansão da área de produção do café surgiram pequenos núcleos (provavelmente pequenas vilas centralizadas nos vendeiros) mais capilarizados de modo a, por um lado, concentrar a produção de café e, por outro, fornecer mercadorias que não eram produzidas pelos pequenos produtores rurais.

Tabela 9: Espírito Santo: localização e funções dos núcleos urbanos (1822-1900)

	ES		Norte		Centro		Sul	
	1822	1900	1822	1900	1822	1900	1822	1900
Total	13	34	3	5	8	18	2	11
Litoral	8	12	1	1	6	9	1	2
Rio Navegável	3	6	2	2	0	2	1	2
Interior	2	16	0	2	2	7	0	7
Cafeeiros	0	24	0	2	0	11	0	11
Coloniais	11	6	3	2	7	4	1	0
Outros	2	4	0	1	1	3	1	0

Fonte: Buffon (1992, p. 293). Adaptado.

Em termos regionais, a distribuição dos núcleos se deu de forma mais homogênea em relação às áreas mais dinâmicas em termos da cultura do café, Centro (Vitória) e Sul (Itapemirim). Apesar de o entorno próximo da cidade de Vitória apresentar maior número de núcleos urbanos, no que se refere aos aglomerados diretamente ligados ao circuito produtivo do café, o entorno de Itapemirim se iguala ao da capital do estado. Enquanto isso, o entorno da cidade de São Mateus apresenta maior rarefação de núcleos urbanos em seu território.

Portanto, o processo de urbanização ocorrido entre os anos 1850/1900 no território capixaba expressa de maneira clara o fato de que sua rede de cidades e vilas nada mais era do que pontos numa cadeia de entrepostos comerciais, hierarquicamente organizadas de acordo com o volume e complexidade dos negócios realizados, cujo ápice se encontra nas cidades de função de portos marítimos (principalmente Vitória e Itapemirim). Eram nessas cidades, com mais destaque para Vitória, que se concentravam as grandes casas comerciais de exportação e importação nacionais e estrangeiras.

De forma sucinta, podemos dizer que o meio pré-técnico funcionalizou o espaço geográfico capixaba como parte do processo de divisão territorial do trabalho, no qual a parte

mais dinâmica era concentrada na cidade do Rio de Janeiro, deixando as cidades do Espírito Santo ou subjugadas ou marginalizadas no que se refere à distribuição dos excedentes oriundos da atividade produtiva de exportação (além de outras atividades produtivas ligadas a alimentação (FALEIROS, 2010)). Dessa forma, a rede de núcleos urbanos existentes nesse período não criava possibilidades de aumento da demanda por agentes/produtos bancários, impedindo também a expansão de sua topologia.

2.2 REGIONALISMO BANCÁRIO CAPIXABA, O CAPITAL COMERCIAL E O PROJETO REGIONAL DE VITÓRIA (1911-1964)

O Banco do Espírito Santo: Origens do regionalismo bancário capixaba e o projeto regional de Vitória (1911-1931)

O evento que deu origem ao que seria o regionalismo bancário capixaba ocorreu no ano de 1911, com a fundação do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo (BCHAES). A rede de agências criada pelo banco se complexifica ao longo do tempo, e se constitui na base deste regionalismo. Nesse sentido, a criação do BCHAES foi um evento fundamental que modificou as condições de circulação das finanças no território do Espírito Santo. Sabendo que um evento é “fruto do Mundo e do Lugar ao mesmo tempo” (SANTOS, 2009 [1996], p. 164), entender os fatores que envolveram a criação dessa instituição bancária e sua relação de determinação recíproca com o território requer o esclarecimento de vetores cuja origem atravessa diferentes escalas.

Em primeiro lugar, é preciso contextualizar a fundação do BCHAES dentro do cenário mundial, que nesse período estava sob o domínio do padrão-ouro. Um elemento para entendermos o significado dessa instituição bancária foi o caso do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola de São Paulo (BCHASP). De acordo com o economista Fernando N. da Costa (1988, p. 118),

[...] no caso do BCHASP, somente quando o governo do estado de São Paulo aumentou a margem de ‘garantia de juros’ (ouro), referente ao capital aplicado no estabelecimento bancário, que os capitalistas franceses resolveram arcar com o empreendimento. Provavelmente, muitas empresas estrangeiras estabelecidas no Brasil nesse período tiveram como principal fator de atração (senão o único) a ‘garantia de juros’ por parte do governo, quando este queria incentivar o investimento. Nesse sentido, a estes capitais estrangeiros, instalados sob proteção da ‘garantia de juros’, a empresa interessaria menos pela sua finalidade própria do que como aplicação financeira. Não nos parece que especuladores da Bolsa de Valores francesa pretendessem imobilizar capital no crédito agrícola e hipotecário numa ex-colônia portuguesa se não

houvesse um retorno financeiro imediato garantido, ou então oportunidade de especular com o papel no mercado secundário.

Costa demonstra o improvável interesse de capitalistas financeiros internacionais em investirem no setor bancário, mais especificamente no crédito hipotecário e agrícola, num dos pedaços do território nacional mais dinâmicos no período (São Paulo); indicando que o mais provável era que esses capitais estivessem buscando a garantias de juros-ouro ou os ganhos advindos do mercado secundário de ações. O que dizer, então, para o caso da região de Vitória? Estiveram envolvidos na fundação do BCHAES o governo do estado do Espírito Santo, que, para atrair capitais (nacionais ou estrangeiros), alterou o conteúdo normativo do espaço geográfico ao conceder importantes garantias aos capitais que se aventurassem nesse empreendimento na cidade de Vitória⁸³ (Lei nº 721, 1911); por outro lado, o agente responsável pela realização do investimento foi a *J. Loste e Cia*, mesma que participou da criação do BCHASP. Nesse sentido, o primeiro banco estadual privado a inaugurar o fenômeno do regionalismo bancário no Espírito Santo e a se manter em funcionamento fez parte, inicialmente, do processo de reprodução dos capitais especulativos mundiais, na fase do padrão-ouro.

Em segundo lugar, a criação do banco estadual se insere num momento de intensificação do poder de comando da cidade do Rio de Janeiro e de cidades mineiras (Juiz de Fora e Belo Horizonte) sobre o território capixaba. Como vimos no tópico anterior, o circuito produtivo de exportação do café já era eminentemente extravertido (ou extraterritorializado, nas palavras de Faleiros), já que, por um lado, a maior parte da produção exportada para o mercado externo necessariamente passava pelo porto da Guanabara, e, por outro lado, o aparelho comercial drenava grande parte do excedente que se realizava no próprio território do Espírito Santo – como no caso das principais casas comerciais de exportação presentes na cidade de Vitória, cujas sedes eram do Rio ou estrangeiras.

Com a expansão do meio técnico da circulação mecanizada, o com o início da industrialização que ela enseja (SANTOS e SILVEIRA, 2001), a cidade do Rio de Janeiro se integrou materialmente àquela parte sul do território do Espírito Santo (sobretudo a área no entorno de Cachoeiro de Itapemirim) e que orbitava na sua área de influência. Neste mesmo período se consolida um conjunto de sistemas de engenharia (estradas e portos fluviais e

---

⁸³ “O Estado garante ao Banco, durante 50 anos, o juro líquido anual de 5% até o capital de francos 50.000.000, representado por 20.000 ações de 500 francos cada uma, no total de francos 10.000.000 e por 80.000 obrigações de 500 francos, representativos de 40.000.000 de francos e mais a quota necessária até meio por cento pelo mesmo prazo de 50 anos, para amortização do capital (Lei nº 721, 1911, *apud* MORAES, 1992, p. 16).

marítimos) que possibilitavam a realização de todo o circuito produtivo do café capixaba. De todo modo, a produção do sul do estado estava fortemente polarizada pelo porto do Rio de Janeiro. O sistema ferroviário veio se somar aos sistemas de engenharias pretéritos, criando uma maior fluidez dentro do território do Espírito Santo em direção ao exterior (no caso, a cidade do Rio). Queremos chamar atenção aqui para três estradas de ferro que convergiram para a cidade de Cachoeiro de Itapemirim: Caravelas (Sub-ramal de Castelo), Santo Eduardo e Espera Feliz (Mapa 7).

A primeira Estrada de Ferro (EF) instalada no Espírito Santo foi a Caravellas, que possuía dois ramais saindo da cidade de Cachoeiro de Itapemirim: um ramal em direção ao norte, com destino à cidade de Castelo; o outro ramal ia no sentido oeste, alcançando a cidade de Alegre. Essa primeira linha férrea capixaba (1887) foi financiada por capitais privados e se combinava, em sistema, com sistemas de engenharia pretéritos. Com isso, as solidariedades geográficas antes existentes foram potencializadas com esse novo subsistema e, portanto, um novo tempo dentro do espaço geográfico capixaba como um todo.

Nesse primeiro momento, também, não existia conexão material entre a E.F. Caravellas e outras estradas de ferro dos estados vizinhos. Entretanto, dentro do contexto do estado capixaba, Cachoeiro de Itapemirim se torna tão dinâmica quanto a própria capital do estado (Vitória), se não mais dinâmica. O que ocorria, então, é a reprodução do sentido das ações anteriormente existente: o café que antes chegava em Cachoeiro através das tropas de muares, agora é concentrado em Castelo e Alegre – também diretamente em Cachoeiro – e transportado pelas vias férreas até o porto fluvial, de onde partia para o porto do Rio de Janeiro.

As estradas de ferro Santo Eduardo (1903) e Espera Feliz (1913), também privadas, foram outros pedaços de um conjunto maior de linhas férreas dos estados carioca e mineiro, para ampliar a capacidade de polarização da cidade do Rio de Janeiro. Assim, Cachoeiro se tornou uma importante cidade dentro do cenário estadual, já que para lá convergia toda a produção de café do entorno das cidades de Castelo e Alegre, além de um importante volume de café vindo de áreas produtivas do sul de Minas; de Cachoeiro de Itapemirim, a produção concentrada seguia em direção ao porto do Rio de Janeiro.

No momento em que se conformou essa configuração territorial nessa área do estado do Espírito Santo, antigas solidariedades entre núcleos internos (capixabas) foram desfeitas e muitas cidades e núcleos urbanos viram seu dinamismo declinar: o caso exemplar é o do porto de Itapemirim, que perde praticamente toda sua antiga função de exportadora do café do seu entorno próximo e de entrada de produtos importados, isso mesmo tendo se criada uma fluidez

potencial a partir da E.F. Itapemirim (década de 1920). A consequência dessa transformação material do território é que a cidade do Rio de Janeiro reforçou o caráter extravertido do circuito produtivo de exportação do café capixaba, ao mesmo tempo em que ampliou seu poder de comando e de organização do espaço no entorno da cidade de Cachoeiro de Itapemirim, que teve sua função de centro regional carioca aumentada.

Mapa 7: Espírito Santo: rede ferroviária (década de 1940)

Fonte: Quintão (2015).

Paralelamente a esse processo de constituição de uma maior fluidez voltada para circuitos extravertidos no sul do território do Espírito Santo, começaram a ser criadas as condições de efervescência que desembocaram num sistema de ações eminentemente estatal (em sua esfera federal, estadual e municipal) com o intuito de tornar os circuitos de produção

agrícola de exportação centralizados na cidade de Vitória. Isso foi resultado de um processo lento de criação/consolidação das elites tradicionalmente capixabas, nascidas da atividade de exportação do café, e de sua concentração na capital do estado; e da percepção, por parte dessas mesmas elites, das barreiras criadas pelas relações com cidade do Rio de Janeiro para o desenvolvimento mais dinâmico da cidade de Vitória e de seu entorno⁸⁴.

O fato de que grande parte do circuito produtivo de exportação era movimentado para o porto de Guanabara tinha consequências para os capitalistas comerciais capixabas e para os administradores públicos. Para os comerciantes localizados na capital estadual, era claro que somente a produção realizada no entorno próximo de Vitória (vide 2.1) não poderia gerar grande acumulação de excedentes capaz de proporcionar uma diversificação dos investimentos e uma maior divisão social do trabalho⁸⁵; em relação aos administradores públicos, a menor realização das operações comerciais de exportação no porto de Vitória significava menor capacidade de arrecadação de recursos e, portanto, menor capacidade do Estado se aparelhar (no sentido de criar suas instituições) e de se tornar um agente ativo na dinamização da economia estadual. É a partir desse amplo quadro, envolvendo ações e impulsos de diferentes escalas, que se fortaleceu aquilo que Quintão (2015) chamou de pensamento ferroviarista nas elites de Vitória. De acordo com o autor,

“De fato, no final dos oitocentos o ‘pensamento político capixaba’ serviu de base para o nascimento de um outro ‘pensamento’ na província, o ferroviarista, ao primeiro vinculado, composto pela comunicação com o território mineiro, pela relevância da região sul e pelo interesse em romper com o contínuo fluxo de café – e capitais – para o Rio de Janeiro. Acrescia-se a ele a necessidade do estabelecimento de uma comunicação com o sul, alargando a hinterlândia da capital, ainda atida à região central da província. [...] Forjava-se a transformação da territorialidade do Espírito Santo a reboque de um projeto regional de desenvolvimento, estruturado no incremento da centralidade de Vitória, tanto econômica quanto política” (QUINTÃO, 2015, p. 16).

Nesse sentido, tornou-se parte da psicoesfera capixaba a constatação de que o fluxo de mercadorias (café) e a drenagem de capitais para a cidade do Rio de Janeiro – e adicionamos aqui para o exterior – eram barreiras ao desenvolvimento que precisavam ser vencidas. Ou seja, era preciso criar mecanismos que pudessem absorver/manter na região (ou territorializar) os

---

⁸⁴ Um exemplo dessa psicoesfera que estava se conformando é indicado pelo historiador capixaba Leandro Quintão: “Essa situação foi denunciada pelo então deputado provincial Moniz Freire, em 1885. Em sua série de cartas direcionadas ao imperador, atrelava o atrofamento econômico da província à vinculação de seus portos ao do Rio de Janeiro, defendendo como alternativa a centralização das exportações no porto da capital” (QUINTÃO, 2015, p. 14).

⁸⁵ Queremos dizer com isso que os capitalistas comerciais capixabas que começaram se formar na capital do estado tinham noção de que era necessário concentrar toda a produção cafeeira do Espírito Santo no porto de Vitória; a produção do entorno próximo de Vitória não gerava, assim, grandes excedentes capazes de dinamizar a economia estadual.

excedentes do circuito produtivo de exportação do café. Para isso, como demonstrou Leandro Quintão, iniciaram a construção das estradas de ferro “Sul do Espírito Santo” e “Vitória à Minas”, ambas concluídas em torno do ano de 1910 (Mapa 7).

Em consonância com as estradas de ferro citadas, o Estado criou instituições bancárias e financeiras estaduais, entre 1911-1945, como uma forma de absorver localmente o fluxo de capitais e, também, incrementar a centralidade de Vitória no cenário estadual através do comando de parte da circulação dos recursos bancários e financeiros (depósitos e créditos). Na verdade, nesse período o Estado criou um subsistema de instituições regionais responsáveis pelo controle de recursos financeiros diretamente vinculadas ao circuito produtivo do café, como iremos descrever a seguir. Como já mencionado, o fenômeno do regionalismo bancário capixaba (Quadro 2) teve início com a fundação do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo (BCHAES), que por sua vez foi fundado com capital estrangeiro (francês) e com a garantia de juros-ouro por parte do Estado (1911). Devido a dificuldades de rentabilidade e de administração, o banco foi encampado pelo governo do Espírito Santo no ano de 1919, passando a ser um banco estatal, sendo nomeado, a partir de então, Banco do Espírito Santo.

Quadro 2: Espírito Santo: Bancos Municipais e Estaduais criados até 1954

Instituição	Sede	Capital	Criação
Caixa Econômica do Espírito Santo	Vitória	Público	1879
BCHAES [Banco do Espírito Santo]	Vitória	Público	1911 [1919]
Bolsa do Café de Vitória	Vitória	Público	1921
Banco de Muqui	Muqui	Privado	1929
Banco de Cachoeiro de Itapemirim	Cachoeiro de Itapemirim	Privado	1929
Banco do Calçado	São José do Calçado	Privado	1929
Banco de Vitória	Vitória	Privado	1933
Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo ⁸⁶	Vitória	Público	1935 [1937]
Banco de Crédito Agrícola de Colatina	Colatina	Privado	1954

Fonte: Souza Filho (1990) e Moraes (1992). Elaboração própria.

Tendo essa instituição bancária como o núcleo do sistema bancário e financeiro regional, foi criada neste contexto a Bolsa do Café de Vitória, mais precisamente no ano de 1921 (SOUZA

⁸⁶ Devido aos desdobramentos da crise de 1929 na atividade cafeeira e nas finanças estaduais, o Banco do Espírito Santo (antigo BCHAES) é liquidado no ano de 1931, paralisando por alguns anos o projeto estatal de criação das condições materiais de centralização de Vitória na rede urbana em constituição no Espírito Santo. Tal projeto foi retomado, em 1935, com a fundação do Instituto de Crédito Agrícola com a ação normativa do Estado, através do Decreto nº 6.639 (1935), que daria origem ao novo banco estadual: Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo.

FILHO, 1990). Interessante notar também que neste mesmo período o Estado, a partir de sua ação normativa, influenciou a criação de pequenos bancos municipais. Isso se deu através da Lei nº 1.327 (1921); essa lei concedia “favores aos bancos que fossem fundados no interior do estado, representado pela isenção, durante 30 anos, de impostos estaduais [...]”. A lei exigia que tais bancos fossem incorporados pelo Banco do Espírito Santo” (MORAES, 1992, p. 27). Ou seja, os bancos criados deveriam ter metade de seu capital registrado pelo banco oficial. Era, então, um mecanismo de ampliação da interiorização da rede bancária estadual que dividia os encargos com os empresários locais. Através desse mecanismo normativo, foram fundados os bancos de Muqui (1929), de Cachoeiro de Itapemirim (1929), de Calçado (1929), de Vitória (1933) e, finalmente, o Banco de Crédito Agrícola de Colatina (1954).

Novas condições técnicas e normativas, portanto, criaram novas possibilidades de uso do território por parte das instituições bancárias no Espírito Santo (1911-1945). Como vimos, por um lado, teve-se início a instalação e difusão do meio técnico da circulação mecanização com a expansão da rede ferroviária que ligavam as regiões produtoras de café aos portos, passando por um conjunto de cidades e núcleos urbanos que tinham a função de concentrar a produção de uma área significativa de seu entorno. Por outro lado, o Estado, ao modificar os conteúdos normativos do território estadual, criou condições para a expansão do número de bancos em funcionamento. A partir dessas novas possibilidades de uso do território, foram instaladas no estado, entre 1910 e 1945, 30 agências bancárias, sendo seu comando distribuído da seguinte forma: 16 agências (53,3% do total da rede de agências do estado) eram de bancos nacionais mineiros e cariocas, uma agência (3,33%) do Banco de Londres, 9 agências (30,0%) dos bancos estaduais (Banco do Espírito Santo e, posteriormente, do BCAES), e, finalmente, 4 agências (13,3%) pertenciam aos bancos municipais⁸⁷ (Tabela 10).

---

⁸⁷ O historiador Ormando Moraes nos traz um depoimento interessante a respeito da difusão dos bancos municipais no território capixaba nesse período: “[...] fazia parte do plano do governo a fundação de Bancos semelhantes em Bom Jesus do Itabapoana, Alegre, Santa Tereza, Colatina e São Mateus. A ideia era engenhosa, porque a criação de uma rede bancária no interior não ficaria apenas por conta do Banco do Espírito Santo. Exigia que os homens de negócio de cada município subscrevessem 50% do capital registrado” (MORAES, 1992, p. 28).

Tabela 10: Espírito Santo: rede de agências bancárias por origem de capital (1945)

	Total	Estaduais	Municipais	Nacionais	Estrangeiros
<i>Norte</i>	2	1	0	1	0
São Mateus	2	1	0	1	0
<i>Centro</i>	15	5	1	8	1
Afonso Cláudio	1	1	0	0	0
Baixo Guandu	1	1	0	0	0
Colatina	4	1	0	3	0
Santa Teresa	1	0	0	1	0
Vitória	9	2	1	5	1
<i>Sul</i>	13	3	3	7	0
Alegre	1	1	0	0	0
Cachoeiro de Itapemirim	6	1	1	4	0
Guaçuí	1	0	0	1	0
Mimoso do Sul	1	0	0	1	0
Muqui	2	0	1	1	0
São José do Calçado	2	1	1	0	0
TOTAL	30	9	4	16	1

Fonte: Moraes (1992) e Banco Central do Brasil (BACEN). Elaboração própria.

A geografização desses de sistemas técnicos (ferrovias e redes bancárias) começou, então, a dar contornos mais claros ao processo de constituição de uma rede urbana mais hierarquizada e centralizada na cidade de Vitória e, ao mesmo tempo, começou também a indicar a formação dos primeiros *nós* da circulação de capitais no território capixaba (Tabela 8 e Mapa 8). Com a expansão do meio técnico da circulação mecanizada e da circulação de capitais, tem-se uma nova distribuição hierárquica dos lugares e dos núcleos urbanos no estado; por um lado, reforçou-se o processo de declínio das cidades litorâneas com funções portuárias; por outro, algumas cidades foram privilegiadas por se tornarem centros de circulação material e de capitais, como ficou evidente nos casos de Cachoeiro de Itapemirim e de Colatina.

Qual foi, então, o papel dos bancos regionais (estaduais e municipais) nesse primeiro momento da história bancária do território do Espírito Santo (1911-1945)? A divisão territorial do trabalho bancário, em sua manifestação particular dos bancos regionais capixabas, levou em conta as transformações dos conteúdos técnicos, normativos, demográficos e urbanos do território; mas, também, teve, na orientação de seus sistemas de ações, as intencionalidades das ações estatais e capitalistas (elite econômica de Vitória) internas. Assim, os bancos regionais utilizaram ao máximo todos os recursos, ou meios de ação, disponíveis no território estadual (sistemas de movimento e cidades), ao mesmo tempo em que correspondia às diretrizes da

política pública de centralização econômica e política da cidade de Vitória e diminuição da transferência de recursos (capitais) para outras cidades.

Mapa 8: Espírito Santo: topologia bancária tradicional (agências) no território (1945)

Fonte: Moraes (1992) e Banco Central do Brasil (Bacen). Elaboração própria.

A história do regionalismo bancário capixaba teve início com a fundação do Banco do Espírito Santo (ex-BCHAES) (1911[1919]). O banco foi organizado com duas carteiras de crédito, uma carteira de crédito agrícola e uma carteira de crédito comercial geral. Essa organização da carteira de crédito do banco estadual correspondia aos anseios da política de Estado. Por um lado, o governo fundou a instituição para que pudesse atender às demandas por recursos bancário dos grandes comerciantes exportadores instalados na capital – em

complemento ao Banco de Londres (MORAES, 1992) – e aos diferentes comerciantes presentes nos variados níveis de toda a cadeia comercial do circuito produtivo do café localizados nos núcleos urbanos do interior; daí a necessidade de uma carteira de crédito comercial geral⁸⁸. Por outro lado, a carteira de crédito agrícola direcionava as ações do banco para a interiorização de sua rede de agências e do capital bancário para a instância produtiva propriamente dita do café que, ainda nessa fase, apresentava grandes obstáculos para a atuação bancária.

Qual foi, então, o papel dos bancos regionais (estaduais e municipais) nesse primeiro momento da história bancária do território do Espírito Santo (1911-1945)? A divisão territorial do trabalho bancário, em sua manifestação particular dos bancos regionais capixabas, levou em conta as transformações dos conteúdos técnicos, normativos, demográficos e urbanos do território; mas, também, teve, na orientação de seus sistemas de ações, as intencionalidades das ações estatais e capitalistas (elite econômica de Vitória) internas. Assim, os bancos regionais utilizaram ao máximo todos os recursos disponíveis no território estadual (sistemas de movimento e cidades), ao mesmo tempo em que correspondia às diretrizes da política pública de centralização econômica e política da cidade de Vitória e diminuição da transferência de recursos (capitais) para outras cidades.

A história do regionalismo bancário capixaba teve início com a fundação do Banco do Espírito Santo (ex-BCHAES) (1911[1931]). O banco foi organizado com duas carteiras de crédito, uma carteira de crédito agrícola e uma carteira de crédito comercial geral. Essa organização da carteira de crédito do banco estadual correspondia aos anseios da política de Estado. Por um lado, o governo fundou a instituição para que pudesse atender às demandas por recursos bancário dos grandes comerciantes exportadores instalados na capital – em complemento ao Banco de Londres (MORAES, 1992) – e aos diferentes comerciantes presentes nos variados níveis de toda a cadeia comercial do circuito produtivo do café localizados nos núcleos urbanos do interior; daí a necessidade de uma carteira de crédito comercial geral⁸⁹. Por outro lado, a carteira de crédito agrícola direcionava as ações do banco para a interiorização de sua rede de agências e do capital bancário para a instância produtiva propriamente dita do café

---

⁸⁸ Como vimos, era através do capital comercial e, agora, do capital bancário que uma grande parte dos excedentes advindos do circuito produtivo do café capixaba era transferido para outros estados do país. Nesse sentido, ao atuar junto ao comércio do café, o banco acabava por diminuir esses fluxos, centralizando os lucros das operações bancárias em Vitória.

⁸⁹ Como vimos, era através do capital comercial e, agora, do capital bancário que uma grande parte dos excedentes advindos do circuito produtivo do café capixaba era transferido para outros estados do país. Nesse sentido, ao atuar junto ao comércio do café, o banco acabava por diminuir esses fluxos, centralizando os lucros das operações bancárias em Vitória.

que, ainda nessa fase, apresentava grandes obstáculos para a atuação bancária.

Como se deu então aquilo que Labasse (1974) chamou de “conquista territorial”, isto é, as etapas da constituição e difusão territorial da rede de agências do Banco do Espírito Santo? O aspecto básico do banco estadual, como indicamos no primeiro capítulo, foi sua fundação tendo a sede (*headquarter*) instalada na cidade de Vitória. A escolha dessa cidade como local de instalação da sede da instituição bancária estadual respondeu a determinações espaciais⁹⁰. A cidade de Vitória já detinha a função de sede do governo estadual, o que implicava na concentração das sedes de empresas e instituições públicas (BUFFON, 1992; MOTA, 2002). A cidade também era o local de concentração das maiores empresas do comércio de exportação do estado, com empresas capixabas, nacionais e estrangeiras (CAMPOS JUNIOR, 1996). Com a expansão da rede ferroviária e a modernização de seu principal porto, a cidade passou também a concentrar um grande número de serviços ligados ao transporte material e ao funcionamento das atividades portuárias (BUFFON, 1992; MOTA, 2002). Esse conjunto de funções acabava por constituir a cidade de Vitória de conteúdos básicos necessários o suficiente para sustentar a instalação da sede de um banco regional (estadual).

É preciso levar em consideração também, na escolha do local de implantação da sede do banco estadual, do caráter público do banco. Esse foi um aspecto básico da cidade que deu sustentação ao funcionamento do banco já que, como indicou Lopreato (2002) para o caso de todo o sistema de bancos estaduais, e Moraes (1992) para o caso específico dos bancos estaduais capixabas, o Banco do Espírito Santo fazia parte de todo o conjunto de serviços ofertados pelo próprio Estado. De modo ainda mais preciso, uma das funções dada à instituição foi funcionar como depósito dos recursos do Tesouro estadual e, também, municipal (MORAES, 1992). Portanto, a sede do banco estadual foi localizada na capital do estado por um aspecto de comando da cidade de Vitória, enquanto um projeto político, sobre o território estadual; por seu conteúdo político e pela densidade de relações econômicas.

E como se deu a evolução de sua, do Banco do Espírito Santo, rede de fixos bancários no território? A divisão territorial do trabalho promovida pelo banco regional (estadual), o que estamos tentando sintetizar como manifestação do regionalismo bancário no Espírito Santo, desempenhou um papel fundamental no processo de organização do próprio espaço geográfico

---

⁹⁰ Esse aspecto de nossa pesquisa dialoga diretamente com o trabalho de Porteus (1999). Este analisa a formação dos grandes centros financeiros mundiais e nacionais. De nossa parte, estamos tentando indicar alguns conteúdos que caracterizariam uma cidade do porte de Vitória que possibilitaria a fundação e funcionamento de um banco público estadual.

estadual como um todo (Mapa 9). A expansão da rede bancária no território, através da ação do Estado e do próprio banco, se deu através de duas estratégias. Pela ação mais tradicional, o banco expandiu sua rede de agências próprias e, por outro lado, pela participação de 50% no capital registrado de bancos municipais fundados no interior do estado. Os registros do levantamento bibliográfico indicaram que o Banco do Espírito Santo tinha desenvolvido uma topologia composta por 8 agências bancárias até o ano de 1929 (MORAES, 1992, p. 28). A relevância desse banco para a circulação de capitais no território e para a geografia das cidades do Espírito Santo fica evidente pelo seu papel pioneiro na interiorização da rede bancária no estado; em 1929, haviam, além das agências do Banco do Espírito Santo, uma agência do Banco do Brasil em Vitória (1917), uma agência do Banco de Londres também em Vitória (1910) e uma do Banco Ribeiro Junqueira em Muqui (1924).

A primeira agência do Banco do Espírito Santo – sua agência-matriz – foi instalada na cidade de Vitória, na área conhecida pela literatura sobre a geografia capixaba como “antigo centro da cidade” (REIS, 2007). Nessa área já existiam, junto com a agência do primeiro banco estadual capixaba, agências do Banco do Brasil e do Banco de Londres, além da presença da Bolsa do Café de Vitória. Esse conjunto de fixos bancários imprimiu na cidade de Vitória a função financeira e bancária cujo área de alcance, devido às condições de mobilidade do período⁹¹, criaram aquilo que estamos identificando como “sub-região bancária de Vitória” (Mapa 9). O Banco do Espírito Santo, junto com as agências de outros bancos presentes na cidade, ajudou a consolidar solidariedades geográficas contíguas entre Vitória e os núcleos urbanos existentes no entorno próximo de Vitória; ou seja, a função bancária parece ter renunciando os processos que iriam culminar na formação da Região Metropolitana de Vitória. Assim, as demandas por serviços bancários de produtores agrícolas, comerciantes, agentes públicos dessa área no entorno próximo eram atendidas pela cidade de Vitória.

---

⁹¹ Ormando Moraes, em sua obra “Por serras e vales do Espírito Santo: a epopeia das tropas e dos tropeiros” (1986), analisa o sistema de movimento predominante nesse período, as estradas e as tropas de muare, que funcionavam paralelamente às estradas de ferro no território do Espírito Santo. Elaboramos as sub-regiões bancárias do Banco do Espírito Santo e do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo baseado nas informações coletadas nesse livro sobre as relações entre os núcleos urbanos.

Mapa 9: Banco do Espírito Santo: evolução da topologia bancária (agências) e suas regiões bancárias no estado (1931)

Fonte: Moraes (1986, 1992) e Banco Central do Brasil (BACEN). Elaboração própria.

O banco instalou sua segunda agência na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, sendo o primeiro fixo bancário localizado nessa cidade. Cachoeiro já vinha desempenhando importante papel de centro regional, porém com fortes ligações com a rede urbana do Rio de Janeiro (principalmente após a instalação de estradas de ferro que integraram materialmente a cidade capixaba ao porto carioca no ano de 1903) (GEIGER, 1965). Antes das linhas férreas, Cachoeiro já era um importante núcleo urbano da região de Itapemirim, sendo o principal porto fluvial que drenava grande parte da produção do sul do estado com destino ao porto de

Itapemirim. De acordo com Moraes, Cachoeiro era um ponto obrigatório nesse período (MORAES, 1986). Sua posição foi reforçada pela chegada das estradas de ferro que se espalharam pelo sul do estado convergindo para a cidade. Assim, cada vez mais, a cidade ia concentrando a função de entreposto de embarque e, claro, a função de centro comercial capaz de influenciar todo o sul do Espírito Santo. A instalação da agência do Banco do Espírito Santo, a primeira agência da cidade, se deu nesse contexto; por um lado, foi um reflexo do próprio papel que a cidade vinha desempenhando nessa parte do território; por outro, criando a função bancária na cidade, acabou por reforçar sua centralidade na parte sul do território do estado.

Do mesmo modo que na sub-região bancária de Vitória, a presença da primeira agência do Banco do Espírito Santo consolidou solidariedades geográficas contíguas entre Cachoeiro e um conjunto de cidades e núcleos urbanos que tinham suas demandas por serviços bancários atendidas em Cachoeiro, criando assim a “sub-região bancária de Cachoeiro de Itapemirim” (Mapa 9). Como pode ser observado no Mapa 9, a sub-região bancária de Cachoeiro abrangia uma área muito mais ampla do que a própria sub-região bancária de Vitória. Esse fato se deve à própria polarização que a cidade de Cachoeiro já desempenhava no processo de concentração da produção de café do sul do estado, o que acabou sendo reforçado pela maior densidade da rede de estradas de rodagem (muare) e, também, pela maior densidade da rede ferroviária. De todo modo, ao mesmo tempo em que reforçava a centralidade da cidade no sul do estado, a agência acabou por, junto com estrada de ferro Sul do Espírito Santo, aumentar a influência da cidade de Vitória nessa parte do território do estado.

Ainda na parte sul do território estadual, o Banco do Espírito Santo criou pequenas sub-regiões bancárias de Alegre e de Bom Jesus do Norte, além de reforçar a função bancária desempenhada pela cidade de Muqui – que já possuía uma agência do Banco Ribeiro Junqueira (Mapa 9). O que é comum a essas três sub-regiões bancárias é que todas essas cidades foram privilegiadas pela expansão do meio técnico da circulação mecanizada e passaram a desempenhar uma centralidade significativa dentro da circulação da produção cafeeira do sul do estado; além disso, as solidariedades geográficas criadas pela função bancária se davam entre os núcleos urbanos presentes nos limites de cada município.

O Banco do Espírito Santo também criou duas sub-regiões bancárias na parte central do território do estado ao instalar agências no núcleo urbano de Santa Leopoldina e de Santa Tereza. A cidade de Santa Leopoldina desempenhava, no período pré-técnico do território estadual, a função de porto fluvial para onde convergia – através das tropas de muare – a produção cafeeira de grande parte do centro do território próximo de Vitória; de acordo com

Moraes, parte da produção do antigo município de Afonso Cláudio, que faz limite com o estado de Minas Gerais, passava pelo porto de Santa Leopoldina. Nesse sentido, através de seu porto e por ser ponto de convergência de uma malha significativa de estradas de rodagem, Santa Leopoldina conseguiu desenvolver atividades comerciais de nível considerável, o que acabou por justificar a instalação de uma agência bancária estadual. De qualquer modo, o banco selecionou essa cidade por já desempenhar uma importante função polarizadora no interior da região de Vitória, sendo porto (CAMPOS JUNIOR, 1996) e uma praça comercial de considerável movimentação de mercadorias (MORAES, 1986).

A agência, então, veio reforçar a centralidade dessa cidade no interior do estado, já que passou a desempenhar a função bancária para essa parte do território. Grande parte das cidades e núcleos urbanos do centro do Espírito Santo passaram a ter suas demandas bancárias atendidas por essa cidade. O que é específico dessa “sub-região” bancária de Santa Leopoldina é que não houve penetração das estradas de ferro nessa parte do território, de modo que a circulação material e de fluxos de dinheiro dependiam muito mais de sistemas de movimento pré-técnicos, como tropas de muares ou da navegação fluvial. Nesse sentido, a divisão territorial do trabalho bancário e do regionalismo bancário pôde se utilizar de outros sistemas de objetos para a concretização de seu uso do território.

Ainda na parte central do território do estado, o banco acabou criando uma pequena sub-região bancária centralizada na cidade de Santa Tereza. A presença de uma agência do banco estadual nesse município parece corresponder a um conteúdo específico de sua demografia que, de acordo com Moraes, eram de imigrantes que possuíam tendências a desenvolver atividades fabris (MORAES, 1986). Santa Tereza era um núcleo urbano diretamente ligado à cidade de Santa Leopoldina pela própria força de polarização dessa última pela presença de seu porto fluvial e suas relações diretas com a capital. De forma semelhante ao que ocorreu com Santa Leopoldina, Santa Tereza não foi alcançada pela rede ferroviária em expansão no território capixaba, sendo a circulação realizada por sistemas de movimento pré-técnicos, os muares e rios.

Finalmente, a última sub-região bancária criada pelo Banco do Espírito Santo se deu através da instalação da agência na cidade de Colatina, localizada no noroeste do estado. A cidade de Colatina teve seu valor relativo incrementado a partir de dois eventos instalados no território capixaba. O primeiro tem a ver com a expansão do meio técnico da circulação mecanizada, através do qual a cidade de Colatina acabou sendo privilegiada por ser transpassada pela E.F. Vitória à Minas. O segundo evento se deu com a progressiva diminuição

da dinâmica cafeeira do sul e a sucessiva ocupação da parte norte do território do estado pelos migrantes capixabas que buscavam terras mais produtivas (BUFFON, 1992). Com a progressiva ocupação do território ao norte do rio Doce, a criação de atividades produtivas – café e gado – surgiram núcleos urbanos que foram polarizados por Colatina no processo de concentração da produção que seria levada aos grandes centros urbanos da cidade. O Banco do Espírito Santo foi a primeira instituição bancária a participar desse processo de consolidação da cidade de Colatina como um importante centro regional que organizaria o pedaço noroeste do Espírito Santo⁹².

A partir desse conjunto de fixos bancários, e tendo as garantias do Estado por trás de suas operações, o banco do Espírito Santo pôde atuar em diferentes subsistemas do espaço geográfico capixaba: ao mesmo tempo em que realizava descontos e empréstimos ao capital comercial, fazia empréstimos hipotecários e agrícolas, realizava adiantamentos às prefeituras, financiava a construção de casas para funcionários públicos. Além disso, arrendou serviços de água, luz, esgoto, bondes elétricos e de telefonia na cidade de Vitória (MORAES, 1992, p. 16). Ou seja, o banco além de participar dos circuitos de produção agrícola de exportação, financiou a instalação e difusão do meio técnico numa cidade em pleno processo de urbanização (o que ocorreu também em cidades do interior do estado).

Além desse conjunto de agências, foram fundados, até o ano de 1929, três bancos municipais no estado: em Cachoeiro de Itapemirim, Muqui e São José do Calçado⁹³. Inserimos a criação desses bancos dentro do processo de “conquista territorial” do Banco do Espírito Santo pelo fato de que metade do capital registrado dos bancos municipais deveriam pertencer ao banco oficial. Isso significava que, apesar da autonomia operacional de cada sede, os bancos formavam um sistema bancário estadual, centralizado no Banco do Espírito Santo, e, portanto, deveriam constituir um sistema de ações minimamente coordenado, com o centro do comando na cidade de Vitória.

O fato de que os primeiros bancos municipais criados (numa espécie de parceria com capitalistas comerciais locais), terem surgido na cidade de Cachoeiro e em seu entorno demonstra o quão dinâmico era esse pedaço do território estadual no período, já que os capitais privados poderiam diversificar seus investimentos em outras atividades, no caso, a atividade bancária. De acordo com nossa revisão bibliográfica, tais bancos foram essenciais para os

---

⁹² O processo que consolidou Colatina como um centro regional foi comentado por Geiger (1965).

⁹³ Posteriormente, utilizando dos mesmos incentivos, foram criados os bancos de Vitória (1933) e o Banco de Crédito Agrícola de Colatina (1954).

municípios em que se sediavam, já que eram dirigidos por elementos do empresariado local e, assim, conseguiam tornar o atendimento mais personalizado e voltado para as características de cada local (MORAES, 1992, p. 126).

Até o ano de 1931, o regionalismo bancário no Espírito Santo, visto através da divisão territorial do trabalho dos bancos regionais (estaduais e municipais), foi um vetor de importantes modificações na organização do espaço geográfico estadual. Em termos de distribuição do comando (sedes bancárias), os bancos regionais foram responsáveis por imprimir a função de centros de gestão do território e das finanças nas cidades de Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Muqui e São José do Calçado; mesmo sendo instituições bancárias de pequeno porte – comparadas às nascentes grandes redes nacionais –, esses bancos desempenhavam funções importantes dentro do contexto local. Além disso, existia no território capixaba 14 agências bancárias, sendo que, desse total, oito eram do banco sediado na cidade de Vitória e três pertenciam aos bancos municipais. Isso indicava que o objetivo de interromper (ou diminuir) os fluxos de excedentes para a capital federal passou pelo reforço da presença do Banco do Espírito Santo e bancos municipais em importantes cidades comerciais do estado; ao mesmo tempo em que a gestão e circulação de títulos e espécies eram centralizadas na cidade de Vitória. Esta, então, tinha à sua disposição a maior rede de captação e irrigação de recursos (crédito e depósitos) do estado nesse período.

Nessa divisão territorial do trabalho do Banco do Espírito Santo, a topologia foi um reflexo dos conteúdos do território, pois se difundiu em cidades comerciais importantes, e que eram servidas por estradas de ferro. Porém, ao mesmo tempo, a topologia foi um elemento de consolidação de importantes centralidades no espaço geográfico capixaba. As agências dessa instituição foram pioneiras no interior do território estadual; queremos dizer com isso que o banco, ao instalar seus fixos nessas cidades (Vitória, Cachoeiro, Colatina e Santa Leopoldina), acabou por reforçar a centralidade que esses núcleos já desempenhavam na vida regional. Entretanto, apesar de seu importante papel pioneiro na difusão da rede bancária, áreas importantes do território estadual acabaram excluídas: é o caso da cidade de São Mateus e de sua área de influência.

Devido aos desdobramentos da crise de 1929 na atividade cafeeira e nas finanças estaduais, o Banco do Espírito Santo (antigo BCHAES) é liquidado no ano de 1931, paralisando por alguns anos o projeto estatal de criação de sistemas de engenharia e instituições cujo sentido do uso era o de centralização de Vitória na rede urbana em constituição no Espírito Santo. Tal projeto foi retomado, em 1935, com a fundação do Instituto de Crédito Agrícola com a ação

normativa do Estado, através do Decreto nº 6.639 (1935), que daria origem ao novo banco estadual: Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo (futuro Banestes). Em relação ao Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, em primeiro lugar, é preciso inserir suas origens no mesmo projeto da elite econômica de Vitória e do estado, no sentido de centralizar a circulação da produção agrícola, comercial e financeira na capital Vitória. Sendo assim, desde 1931, com a liquidação do Banco do Espírito Santo, o estado capixaba estava sem uma instituição bancária oficial através da qual poderia promover uma melhor organização do espaço regional (através da captação de depósitos e irrigação de crédito) e, também, uma instituição na qual o Estado pudesse depositar seus recursos.

As ferrovias (Sul do Espírito Santo e Vitória à Minas) já vinham possibilitando uma maior centralização da circulação convergindo para a cidade de Vitória, principalmente após a segunda metade da década de 1920 (QUINTÃO, 2008). Sendo assim, a maior parte do comércio e das receitas derivadas dessa atividade passava a se realizar na capital estadual. Nesse sentido, podemos dizer, junto com Buffon (1992) e Faleiros (2010), que a arrecadação de impostos passava a se concentrar dentro do próprio estado (o que não acontecia antes, já que o maior volume de negócios se realizava na cidade do Rio). Ou seja, na década de 1930, o Estado tinha maiores condições de criar uma instituição bancária oficial, que funcionaria com menores limitações devido aos recursos estatais. Assim, em 1935, a partir de uma nova ação normativa, o Estado criou o Instituto de Crédito Agrícola (Decreto 6.639, 1935), cujas funções seriam: captar depósitos, fazer empréstimos e redesconto, efetuar cobrança e cumprir ordens de pagamento (MORAES, 1992). Outra ação normativa transforma o Instituto em Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo (Decreto 8.452, 1937).

É importante lembrar também que o banco foi criado no momento em que o crédito agrícola iniciava seu processo de regulamentação, através da Carteira de Crédito Rural e Industrial (CREAI) (1937). Entretanto, rugosidades⁹⁴ presentes no espaço regional ainda eram grandes barreiras para a difusão do crédito bancário em meio à instância da produção propriamente dita do circuito produtivo agrícola. De acordo com Moraes, o banco demorou a instituir uma carteira de crédito agrícola, pois, “as operações rurais só poderiam ser feitas com agricultores registrados⁹⁵” (MORAES, 1992, p. 38). A regularização fundiária ainda não era

---

⁹⁴ As rugosidades podem ser definidas como “o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão do trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados” (SANTOS, [1978] 2012, p. 173).

⁹⁵ De acordo com o autor, em todo o território do Espírito Santo, somente 94 produtores familiares rurais atendiam a essa condição normativa.

uma realidade no território do estado nesse período. Dessa forma, no início de sua história, a instituição bancária oficial estadual procurou atuar exatamente nas outras instâncias do circuito produtivo, circulação e distribuição (Mapa 10). De acordo com registros históricos, o banco tinha como principais operações o desconto de duplicatas do comércio e empréstimos por notas promissórias (Ibid., p. 38).

Afonso Cláudio localiza-se na antiga região da cidade de Vitória, conforme destacado no tópico 2.1 desse capítulo, sendo que essa cidade tinha como função ser ponto de convergência da produção de um conjunto variável de lugares do centro do estado. O historiador Ormando Moraes dá um depoimento sobre a dinâmica desse centro urbano no contexto do estado nesse período:

Município de grande produção de café e cereais, fronteiro com Minas Gerais, Afonso Cláudio tinha que ser um grande centro tropeiro. Suas tropas dirigiam-se para o porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina, numa jornada de 6 dias de ida e 6 de volta, passando por Arrependido, Serra Pelada, Barracão, Santa Maria e Serra do Limoeiro [...]. Devido ao volume de sua produção agrícola exportável e também de suas necessidades de consumo, o intercâmbio e os negócios com Afonso Cláudio eram disputados por comerciantes de Castelo, Cachoeiro de Itapemirim, Santa Leopoldina, Santa Teresa e até de Vitória (MORAES, 1986, p. 92).

Diferentemente do que ocorreu com cidades como Colatina, que começaram a ganhar relevo no contexto estadual a partir da chegada das estradas de ferro, Afonso Cláudio teve seu dinamismo incrementado pelo progressivo declínio da produção cafeeira do sul, pelo aumento do dinamismo de suas próprias produções e, também, com o crescimento econômico das cidades próximas, como Castelo, Cachoeiro, Santa Leopoldina e Santa Tereza. Afonso Cláudio era o núcleo urbano central de seu município, sendo responsável pela contração de toda a produção agrícola existente em seu território municipal; devido ao grande volume da produção, a cidade acabou por concentrar um nível significativo de atividades comerciais ligadas aos circuitos produtivos de exportação e de consumo urbano local, como indicou Moraes (1986). Apesar de toda a dinâmica e solidariedades geográficas, Afonso Cláudio foi excluída da rede bancária até 1945, sendo inserida na circulação de capitais pelo banco estadual. A presença da agência do BCAES acabou por reforçar o conjunto de solidariedades contíguas já existentes entre Afonso Cláudio e núcleos urbanos próximos que não possuíam funções bancárias próprias e que tinham Afonso Cláudio como fornecedor dos serviços bancários indispensáveis para os agentes privados e públicos.

Mapa 10: Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo: evolução da topologia bancária (agências) e suas regiões bancárias no estado (1945)

Fonte: Moraes (1992) e Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Assim, por ser um centro para onde convergia grande volume da produção agrícola de exportação (café) e por ser um grande centro de consumo, Afonso Cláudio se destacou como uma praça comercial no contexto estadual. A instalação da agência do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo (1941) veio reforçar a centralidade dessa cidade, sendo o primeiro banco a penetrar nesta parcela do território em que não houve forte difusão prévia do meio técnico da circulação mecanizada. Portanto, Afonso Cláudio fazia parte de um conjunto de aglomerações urbanas que tinham como sistema de movimento os muares (núcleos pertencentes à antiga região de Vitória), que por sua vez imprimiam um ritmo mais lento a toda a vida social e econômica local.

A instalação dessa agência pode ser considerada um indicativo de mudança de hierarquia e de importância das cidades do centro do estado. Como vimos acima, a primeira agência instalada nessa área foi exatamente na cidade de Santa Leopoldina, que tinha como função principal ser o porto fluvial da região produtiva central do estado. Entretanto, o novo banco estadual preferiu instalar uma agência em Afonso Cláudio, o que pode demonstrar duas coisas: em primeiro lugar, que o volume de negócios e de relações realizadas através dessa cidade tinha ultrapassado o volume de todas as demais; por outro lado, pode demonstrar o valor geopolítico dessa cidade, ao se localizar numa área territorialmente central e que, portanto, auxiliaria melhor o projeto de expansão da influência da capital em todo o território do estado (além de poder contribuir para a diminuição da influência de cidades de Minas Gerais sobre essa grande área do território capixaba).

Por último, a cidade de São Mateus. De acordo com fontes bibliográficas e dados documentais, a primeira agência instalada na cidade de São Mateus foi do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, no ano de 1942. Como foi demonstrado no tópico 2.1, São Mateus era a principal cidade do norte do estado e que possuía influência sobre todos os núcleos existentes nessa parte do território. A instalação da agência bancária nessa cidade deixa muito claro o papel geopolítico (além do econômico) nesse momento do regionalismo bancário capixaba.

Até 1942, não existia nenhum sistema de engenharia, nenhuma integração material entre a cidade de Vitória e a cidade de São Mateus; esta, na verdade, exportava a maior parte de sua produção para o porto do Rio de Janeiro sem a intermediação da capital capixaba. Ou seja, do mesmo modo com que acontecia no sul através de Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus e seu entorno – bem menos dinâmicos que o caso do sul – mantinham relações muito mais densas e constantes com o porto do Rio de Janeiro, sem intermediação da cidade de Vitória. Assim, São Mateus continuava sendo uma espécie de “ilha econômica” com maiores relações com uma cidade fora de seus limites administrativos. Nesse sentido, a agência do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo foi o primeiro fixo geográfico que integrou, de certa forma, materialmente a cidade de Vitória e São Mateus; ao mesmo tempo em que reforçava a centralidade dessa importante cidade no contexto do norte do território, criando uma nova sub-região bancária.

Nesse primeiro momento do regionalismo bancário do Espírito Santo, fica evidente o papel do conteúdo técnico do território na divisão territorial do trabalho bancário. Retomando a evolução da topologia dos bancos regionais (fossem eles bancos estaduais ou municipais), é

clara a sobreposição entre os sistemas de engenharia ferroviário, a topologia bancária, além dos equipamentos urbanos em geral. Os dois bancos estaduais (Banco do Espírito Santo e o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo) instalaram praticamente todas as suas agências em cidades pelas quais passavam uma estrada de ferro (como já mencionado)⁹⁶. Ou seja, as ferrovias possuem como principal consequência territorial o fato de integrarem materialmente mercados antes isolados uns dos outros. Isso significa que as cidades beneficiadas pelo moderno sistema de movimento ferroviário acabam por centralizar a função comercial de um conjunto diverso de áreas produtivas⁹⁷.

Assim, além dos encadeamentos relacionados à integração material de amplas e diversas regiões, o sistema de movimento ferroviário acaba por ser fundamental para a capacidade de gestão, administração e controle da rede bancária (e de seus diferentes fluxos) por parte de sua sede. No caso específico do Espírito Santo, a instalação e difusão do meio técnico da circulação mecanizada integrou materialmente regiões e centros antes isolados, ao mesmo tempo em que diminuía os obstáculos de distância, tempo e de custo para os transportes das mercadorias de exportação e importação. Além disso, as cidades beneficiadas por esse novo meio técnico acabaram por se tornar importantes centros comerciais, nos quais se concentravam a maior parte do aparelho comercial e onde se realizavam as diferentes escalas de comercialização do circuito produtivo de exportação do café (e também de produtos importados que chegavam no interior do território) (BUFFON, 1992).

Devido à própria estrutura do sistema bancário nacional no período, em que os recursos creditícios eram predominantemente de curto prazo (CONTEL, 2011), a principal demanda do crédito bancário vinha das atividades comerciais. As instituições bancárias e financeiras que constituíam o regionalismo bancário capixaba nesse período refletiam essas condições; o que acaba por explicar que o uso do território por esses bancos foi influenciado pela distribuição das estradas de ferro e pelo dinamismo das cidades que se destacavam como importantes centros

---

⁹⁶ O geógrafo Jean Labasse ajuda a compreender o processo em tela. Na introdução de sua obra “L’espace financier”, autor afirma que “les mouvements de capitaux sont subordonnés à des considérations territoriales [...]. Ils prennent appui sur des équipements et des villes clairement définis et localisés” (LABASSE, 1974, p. 6). Indo nesse sentido, o autor procura, então, explicar a relação entre o sistema de movimento ferroviário, rede urbana e rede bancária. Ainda de acordo com o autor, de maneira geral as ferrovias “[...], réunissant les centres de production, en supprimant les obstacles du relief et de la distance, en atténuant l’incidence des variations de récolte et les disparités de cours sur les principales denrées, contribuent à unifier les marchés et à créer les conditions [...] exigées par un large commerce de l’argent” (Ibid., p. 22).

⁹⁷ “L’établissement de crédit, qu’il embrasse une région ou la nation, a besoin de moyens de transport réguliers et rapides, comme d’une poste au fonctionnement assuré; sans eux il n’est pas viable. Le contrôle et l’administration des agences, la bonne marche d’un service d’inspection chargé de faire respecter une stricte discipline de gestion, la centralisation des mouvements matériels de titres et d’espèces requièrent des liaisons éprouvées et commodes” (LABASSE, 1974, p. 22).

comerciais. Esse fato também explica a difusão da topologia bancária de instituições de outros estados brasileiros no território do Espírito Santo.

Por outro lado, entendendo que existe uma relação recíproca entre território e as finanças, a própria presença dessas instituições e o modo como se deu a construção de rede bancária acaba por reforçar certos processos no próprio espaço geográfico. O primeiro ponto a ser destacado refere-se ao projeto de desenvolvimento regional estruturado a partir do incremento da centralidade de Vitória no território do estado. As sedes dos bancos, junto com a convergência das estradas de ferro, ampliaram o poder de comando da cidade de Vitória em vastas áreas do território estadual, através dos fluxos materiais, de títulos e de dinheiro em espécie, além dos fluxos de ordens e informações. Além disso, o modo como se constituiu o processo de “conquista territorial” acabou por conformar uma certa hierarquia entre os centros urbanos existentes nesse período. Para esclarecer esse ponto, retomamos a obra de Jean Labasse.

O resultado desse primeiro período de existência do regionalismo bancário capixaba foi a constituição de oito “sub-regiões bancárias” no território do estado do Espírito Santo (Mapa 10): 1) Vitória, 2) Cachoeiro de Itapemirim, 3) Colatina, 4) Afonso Cláudio e 5) São Mateus; 6) Alegre; 7) Baixo Guandu; 8) Bom Jesus do Norte. A rede de agências dos bancos estaduais destacou quatro cidades, além da capital, que se tornaram importantes nós da circulação de capitais dentro da política geoeconômica do banco por seus respectivos conteúdos políticos, relacionais e, também, geopolítico. Algumas dessas foram cidades que começaram a ter maior dinamismo a partir do momento em que foram instaladas as estradas de ferro e, com isso, passaram a centralizar parte substancial das funções comerciais de seu entorno. São os casos de Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina. Nesse caso, o suporte técnico para a divisão territorial do trabalho dos bancos estaduais foram as ferrovias e os equipamentos urbanos pré-existent.

Outras cidades pareciam ter maior importância estratégica-territorial para a ação dos bancos capixabas à época: os casos das cidades de Baixo Guandu, Afonso Cláudio e de Bom Jesus do Norte são significativos. Essas cidades estão localizadas nos limites fronteiriços do estado, as duas primeiras com Minas Gerais e a última com o Rio de Janeiro. De certa forma, eram cidades que mantinham relações diretas com cidades dos estados vizinhos e que, portanto, poderiam direcionar parte da circulação material e de recursos bancários para fora do estado. As agências permitiriam, ao centralizar suas funções bancárias, evitar o vazamento de recursos bancários para outros estados, atrair parte do fluxo material que antes eram realizados para fora.

Outro caso importante de ser retomado é o da agência de São Mateus. É um exemplo bem claro de uma cidade com pouca capacidade de atração da função bancária pelo viés da rentabilidade, mas que foi escolhida por seu papel no contexto do litoral norte e, portanto, como uma forma de integração material e relacional entre as diferentes partes que compunham todo o território do estado.

Os bancos, portanto, além dos aspectos econômicos de penetração da rede bancária e do capital bancário nas diferentes instâncias do circuito produtivo de exportação, foram um mecanismo fundamental de integração territorial, de circulação de capital, de estratégia geopolítica, de configuração da hierarquia entre as cidades e, por fim, do incremento da centralidade de Vitória. No caso dos bancos estaduais, ficou claro que a instituição escolheu, além da cidade de Vitória como epicentro de sua difusão, as cidades de Cachoeiro, Colatina, Santa Leopoldina e São Mateus como centros urbanos a partir dos quais iria difundir novas ondas concêntricas de agências. Os bancos, neste sentido, mais do que serem um reflexo da rede urbana regional, acabaram por dar maiores traços hierárquicos, isto é, auxiliaram na consolidação de uma coerência interna entre as cidades que constituíam a rede urbana polarizada por Vitória⁹⁸. Assim, o regionalismo bancário e rede urbana regional capixaba (Vitória) passaram a evoluir e a se determinarem mutuamente.

A criação da SUMOC e o regionalismo bancário capixaba (1945-1964)

A segunda metade da década de 1940 desvelou um novo conjunto de variáveis que orientaram uma nova organização espacial do regionalismo bancário no estado do Espírito Santo. Paralelamente aos novos conteúdos técnicos e normativos ligados ao setor bancário em seu âmbito nacional⁹⁹ (COSTA, 1988; CONTEL, 2011), instalaram-se alguns eventos no nível subnacional e que envolveram a transformação do meio geográfico capixaba; de modo que tornou-se necessário algumas breves notas para que dessem maior solidez aos nossos argumentos sobre o desenvolvimento da rede bancário no Espírito Santo, e mais especificamente sobre a evolução do regionalismo bancário capixaba, entre 1945/1964.

No que se refere ao circuito produtivo do café, iniciou-se o processo de redistribuição das áreas de sua produção com a progressiva diminuição da produtividade das terras ao sul do estado e maior ocupação das áreas centrais e ao norte do rio Doce (BUFFON, 1992). Isso trouxe

⁹⁸ Nos anos mais recentes, essas cidades acabaram por se tornar Superintendências Regionais do Banco do Estado do Espírito Santo.

⁹⁹ O principal evento de âmbito nacional ligado ao setor bancário nesse período foi a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) (COSTA, 1988; CONTEL, 2011).

dois desdobramentos para a organização do território. Por um lado, iniciou-se o um processo de redistribuição do conteúdo demográfico do estado com a correntes migratórias internas e, com isso, a fundação de novos núcleos urbanos nas áreas de chegada dos migrantes. Por outro lado, a área ao sul do estado passava a constituir novos circuitos produtivos ligados, principalmente, à produção do gado leiteiro (MOTA, 2002) que funcionava sobre diferentes condições materiais de produção.

O conteúdo técnico do território também passou por significativas transformações nesse período, principalmente com a instalação e expansão de um novo sistema de movimento, qual seja, o rodoviário. De acordo com Buffon, nesse período iniciou-se a construção de rodovias estaduais e municipais¹⁰⁰, cuja solidariedade sistêmica permitia o contato direto entre diversas cidades e núcleos urbanos capixabas com as maiores cidades do Sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro (BUFFON, 1992). A presença mais constante desse novo sistema de movimento teve suas consequências diretas. Em primeiro lugar, acabou por capilarizar as solidariedades geográficas entre as próprias cidades e núcleos urbanos no interior de cada região do estado; por outro lado, intensificou a presença de fluxos originados nas nascentes metrópoles nacionais no estado.

Como, então, se deu a evolução da rede bancária no Espírito Santo dentro desse movimento geral? A Tabela 11 nos permite observar alguns processos que se concretizaram durante o período de existência da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) sobre a rede bancária instalada no território capixaba. Em primeiro lugar, ao contrário do que ocorreu no sistema bancário em âmbito nacional, o sistema bancário estadual conseguiu manter seu número de sedes durante todo o período, constituído naquele momento por seis instituições bancárias de âmbito estadual e municipal. Por outro lado, participando do processo geral brasileiro, houve um aumento considerável do número de agências bancárias instaladas no território. Em 1946, existiam no Espírito Santo 31 agências instalas; em 1956 esse número chega a 62; e, finalmente, em 1964 a rede bancária instalada no estado capixaba chegou ao número de 91. Esse incremento no número de agências bancárias representou uma taxa de crescimento de 200%; apesar de ser uma taxa considerável, ainda foi menor que aquela representada pela rede bancária nacional (266%).

A relação entre a rede bancária nacional e a rede bancária capixaba também expressou

---

¹⁰⁰ De acordo com Moraes, já existiam estradas sendo utilizadas por automóveis e caminhões no Espírito Santo desde ao menos a década de 1930 e que disputavam com as tropas de muares a hegemonia da circulação material no estado (MORAES, 1986).

algumas modificações. Em termos do número de sedes de instituições bancárias, a participação relativa do sistema bancário estadual frente ao sistema bancário nacional foi benéfica para a primeira. Enquanto que em 1946, o Espírito Santo concentrava 1,26% das sedes bancárias, em 1964 esse valor relativo passou para 1,82%. Por outro lado, a relação de agências foi menos benéfica; em 1946, o estado detinha 1,8% de todas as agências do país; em 1964 esse número caiu para 1,47%; o que nos permite afirmar que, no período de existência da SUMOC, o território do Espírito Santo poderia ser qualificado como “região perdedora” no que tange à sua participação relativa na redistribuição desse recurso fundamental para o funcionamento cotidiano da reprodução social, as agências bancárias. Por ter conseguido manter seus bancos regionais (estaduais e municipais), o estado conseguiu diminuir sua marginalidade na atividade bancária do país.

Tabela 11: Brasil e Espírito Santo: Evolução da sedes e agências do sistema bancário nacional e estadual (1946-1964)

	Brasil							Espírito Santo							
	Sedes			Agências				Sedes			Agências				
	Demais	Bancos Estaduais	Total	Banco do Brasil	Bancos Estaduais	Demais	Total	Bancos Estaduais	Bancos Municipais	Total	Banco do Brasil	Bancos Estaduais	Bancos Municipais	Demais	Total
1946	465	8	473	267	210	1238	1715	2	4	6	6	10	4	11	31
1947	434	8	442	277	244	1244	1765	2	4	6	7	10	4	11	32
1948	416	8	424	277	258	1294	1829	2	4	6	7	10	4	12	33
1949	404	8	412	277	273	1404	1954	2	4	6	7	10	4	12	33
1950	392	10	402	279	413	1442	2134	2	4	6	7	10	4	15	36
1951	394	10	404	284	430	1550	2264	2	4	6	7	10	4	15	36
1952	394	10	404	314	460	1855	2629	2	4	6	7	11	4	15	37
1953	394	10	404	338	494	2061	2893	2	4	6	7	13	4	17	41
1954	388	10	398	350	506	2207	3063	2	5	7	7	13	5	19	44
1955	384	11	395	359	550	2325	3234	2	5	7	8	13	5	20	46
1956	384	11	395	362	555	2592	3509	2	5	7	8	13	10	31	62
1957	382	11	393	373	586	2876	3835	2	5	7	8	16	10	32	66
1958	378	13	391	387	608	3035	4030	2	4	6	8	17	9	34	68
1959	364	13	377	435	635	3155	4225	2	4	6	8	17	9	35	69
1960	337	14	351	450	656	3334	4440	2	4	6	8	17	9	35	69
1961	326	15	341	472	712	3663	4847	2	4	6	9	18	9	36	72
1962	319	17	336	501	769	4254	5524	2	4	6	10	23	9	41	83
1963	316	20	336	525	855	4532	5912	2	4	6	10	27	9	44	90
1964	306	22	328	578	915	4791	6284	2	4	6	10	28	9	46	93

Fonte: Medeiros (2013), Banco Central do Brasil (Bacen). Elaboração própria.

O comando da rede bancária no Espírito Santo também passou por algumas modificações durante a vigência das políticas financeiras da SUMOC. Em 1946, os bancos federais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) detinham sete agências no estado, representando 22,58% de toda a rede; outros bancos públicos brasileiros (bancos estaduais) detinham, no mesmo ano, cinco agências (16,12%); bancos privados nacionais cinco agências (16,12%); enquanto isso, o sistema bancário estadual possuía sob seu comando 14 agências bancárias (44,16%). Nesse sentido, no ano de 1946, o Estado (contando tanto a esfera federal

quanto a estadual) comandava 83,87% de toda a rede bancária instalada no território do estado do Espírito Santo. Até o ano de 1964, essas proporções foram modificadas. Os bancos federais passaram controlar 20 agências (21,5%), bancos públicos de outros estados 15 agências (16,12%), bancos privados nacionais 21 agências (22,58%) e, finalmente, o sistema bancário estadual 35 agências (39,78%). Durante o período SUMOC, portanto, o sistema bancário estadual perdeu participação relativa no Espírito Santo, enquanto bancos de outros estados passaram a ter maior participação; é importante constatar também, que, apesar do importante peso do Estado na atividade bancária, o setor privado foi único a ter aumento relativo ao final do período, enquanto que bancos estrangeiros deixaram de ter agências no estado. A Tabela 12 nos permite analisar o modo como os processos descritos acima se concretizaram no território.

O território do Espírito Santo chegou ao final do período SUMOC com uma rede bancária muito mais robusta e muito mais capilarizada; podemos constatar, junto com a Tabela 10, que, dos 53 municípios existentes naquele ano, 32 possuíam ao menos uma agência bancária instalada em seu distrito-sede. Como vimos acima, o conteúdo técnico do território em si é um dado explicativo dessa nova distribuição do trabalho bancário: os bancos tornaram-se menos dependentes do sistema de movimento ferroviário graças ao novo sistema de movimento que passou a ganhar maior importância nesse período, o sistema de movimento rodoviário. Dessa forma, cidades e núcleos urbanos antes excluídos do meio técnico da circulação mecanizada puderam ser inseridas na rede de fixos e fluxos de capitais através da intermediação bancária.

Apesar da maior capilarização, as áreas que compunham o território do estado não foram privilegiadas da mesma maneira pelas ações dos bancos. A parte norte do território, que, em 1945 possuía somente duas agências, recebeu 10 novas agências entre 1945/1964; ao sul coube receber 22 novos fixos bancários tradicionais (agências); enquanto que na área central do território estadual foram instaladas 29 novas agências no mesmo período. Esse movimento pode ser caracterizado como um processo contraditório composto por um viés de *sístole* e de *diástole*. Apesar de ter havido maior difusão da rede de agências bancárias entre as três áreas, a parte central ampliou sua concentração de fixos bancários, aumentando as disparidades regionais em termos de distribuição das agências.

Tabela 12: Espírito Santo: distribuição das agências bancárias (1964)

	Total	Estaduais	Municipais	Nacionais
<i>Norte</i>	12	7	1	4
Barra de São Francisco	1	1	0	0
Ecoporanga	1	1	0	0
Linhares	4	1	0	3
Mantenópolis	1	0	1	0
Montanha	1	1	0	0
Nova Venécia	1	1	0	0
São Gabriel da Palha	1	1	0	0
São Mateus	2	1	0	1
<i>Centro</i>	43	11	1	31
Afonso Cláudio	3	1	0	2
Aracruz	1	1	0	0
Baixo Guandu	1	1	0	0
Cariacica	1	1	0	0
Colatina	9	1	1	7
Domingos Martins	1	1	0	0
Guarapari	1	0	0	1
Ibiraçu	1	1	0	0
Itaguaçu	1	0	0	1
Itarana	1	1	0	0
Santa Teresa	1	0	0	1
Vila Velha	4	1	0	3
Vitória	18	2	0	16
<i>Sul</i>	34	9	6	19
Alegre	3	1	0	2
Alfredo Chaves	2	1	0	1
Cachoeiro de Itapemirim	9	1	1	7
Calçado	1	1	0	0
Castelo	4	1	0	3
Guaçuí	4	1	1	2
Itapemirim	1	0	0	1
Iúna	2	1	1	0
Mimoso do Sul	4	1	2	1
Muniz Freire	1	0	0	1
Muqui	3	1	1	1
TOTAL	91	27	8	54

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN) e Enciclopédia dos Municípios (1956). Elaboração própria.

Nesse mesmo processo, algumas cidades que já eram importantes nós da circulação de capitais tiveram suas funções bancárias incrementadas, outras tiveram sua valorização relativa aumentada e algumas viram sua importância financeira regional diminuída. No primeiro caso,

as cidades de Vitória, Colatina e Cachoeiro foram cidades que, já possuindo um número considerável de agências, receberam grande parte dos novos recursos; Colatina recebeu 4 novas agências, Cachoeiro teve 3 novas agências, enquanto que somente na cidade de Vitória foram instaladas 11 novas agências no período. Esse dado indica processos de fundo no território estadual, tendo a cidade de Vitória como a cidade que passava a concentrar grande parte do dinamismo econômico e demográfico do Espírito Santo; a rede bancária foi um reflexo e um motor desse processo geral. Novos nós da circulação bancária emergiram a partir das novas condições técnicas do território, como no caso da cidade de Linhares que passou a ser a cidade ao norte do rio Doce com a função bancária mais desenvolvida; à medida em que Linhares emergia como um importante centro de ação dos bancos, São Mateus tinha seu valor relativo diminuído.

Entretanto, a participação de cada tipo de banco (por origem de capital) nesses processos foi muito diferente¹⁰¹. Entre 1945/1964, os grandes bancos nacionais, federais e privados, em seu processo de divisão territorial do trabalho, disponibilizaram ao território capixaba um novo conjunto de recursos conformado por 37 novas agências, distribuídos de maneira desigual entre as áreas do estado. Na área central, os bancos nacionais instalaram 22 agências (59,4% do total das novas agências); no sul, foram implantadas 12 agências (32,4%) e; finalmente, ao norte do rio Doce foram instaladas 3 agências (8,1%). Além de terem concentrado a instalação de novas agências numa área do estado na qual estava implantada metade de toda a rede de agências estadual (1945), os bancos nacionais privados e federais privilegiaram cidades e núcleos urbanos que já possuíam agências de sua categoria de bancos. Somente na cidade de Vitória foram instaladas 11 novas agências (29,7% das novas agências dos bancos nacionais)¹⁰²; Colatina recebeu 4 novas agências (10,8%) e Cachoeiro recebeu 3 (8,1%). Nesse sentido, apesar da política bancária implementada pela SUMOC, que tinha o intuito de desconcentrar a distribuição espacial da rede bancária, os bancos nacionais acabaram por privilegiar cidades que já tinham a função bancária relativamente consolidada¹⁰³.

---

¹⁰¹ Fizemos uma breve análise do uso do território pelos bancos nacionais privados e federais no período SUMOC como um modo de contrapor ao uso do território pelos bancos regionais (estaduais e municipais) nesse mesmo período.

¹⁰² Um aspecto importante dessa distribuição das novas agências pelos bancos nacionais foi a instalação de 3 agências no município de Vila Velha. Por seu caráter contíguo ao centro antigo de Vitória, poderíamos considerar essas 3 agências como parte de Vitória, alcançado o total de 14 agências (37,8%).

¹⁰³ Enquanto mais de 56% das novas agências foram distribuídas entre três cidades, os bancos nacionais distribuíram suas 15 outras agências (44%) entre 9 municípios que não eram atendidos pelos bancos nacionais: Linhares (3), Afonso Cláudio (2), Guarapari (1), Itaguaçu (1), Alegre (2), Alfredo Chaves (1), Castelo (3), Itapemirim (1) e Muniz Freire (1). Desses municípios, somente quatro possuíam agências pioneiras de bancos nacionais.

Especificamente em relação ao regionalismo bancário capixaba, como se comportou no período de vigência da SUMOC? Em primeiro lugar, é preciso destacar que não houvera até então nenhuma grande complexificação, em termos de tipos de operações e produtos financeiros, do sistema bancário estadual, isto é, o tipo de instituição que compunha o regionalismo bancário capixaba continuou basicamente o mesmo: bancos comerciais intimamente ligados ao comércio (operações de curto prazo) e que, por suas relações com a política pública de interiorização da rede bancária, tentavam penetrar na instância produtiva dos circuitos produtivos de exportação e de consumo regional (o crédito rural).

Um evento importante desse período foi a constituição do Banco de Crédito Agrícola de Colatina (1954), sediado na cidade de mesmo nome. Com essa instituição, passaram a sediar bancos: Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Muqui¹⁰⁴. Esse é um dado fundamental sobre o estágio de desenvolvimento que o regionalismo bancário alcança no território do Espírito Santo no período de vigência da SUMOC. Em primeiro lugar, o regionalismo bancário capixaba conseguiu se contrapor à política de concentração do sistema bancário, no qual se buscava diminuir o número de bancos em operação no território nacional; resultado de um conjunto de ações regionais e locais¹⁰⁵, o regionalismo bancário capixaba não só evitou a concentração bancária como possibilitou a criação de um novo banco municipal, descentralizando assim o comando do próprio sistema bancário estadual.

Outro aspecto central do regionalismo bancário nesse momento é a divisão do trabalho bancário entre os centros urbanos capixabas que o fenômeno produziu. O argumento que pretendemos desenvolver aqui é que o regionalismo bancário capixaba descentralizou o comando do sistema bancário estadual, seus fixos e fluxos, entre as cidades de Vitória, Cachoeiro e Colatina – além da cidade de Muqui (Mapa 11). A estrutura de comando do regionalismo bancário do Espírito Santo era composta pela instituição bancária central (BCAES), que detinha metade do capital investido nos bancos municipais, sediada na cidade de Vitória; imediatamente submetido à essa instituição central, vinha o comando desempenhado pelos bancos municipais sediados em Cachoeiro e Colatina. Assim, nessa distribuição do comando do sistema bancário municipal entre as cidades capixabas, coube à cidade de Vitória ser o centro principal de decisões que abarcavam todo o estado, uma função de centro de gestão regional do território e das finanças; em complemento, coube à Cachoeiro e Colatina, enquanto

---

¹⁰⁴ O Banco Municipal de Calçado foi liquidado no decorrer desse período (MORAES, 1992).

¹⁰⁵ Esse conjunto de ações envolve a ação normativa do Estado, a existência de um banco público estadual (BCAES) e as ações dos capitalistas presentes em cada município.

sedes de bancos municipais, a função de centros sub-regionais do território e das finanças¹⁰⁶.

Mapa 11: Espírito Santo: bancos regionais e suas áreas de atuação (1964)

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN) e Enciclopédia dos Municípios (1956). Elaboração própria.

A presença da sede transforma a vida local e a vida de relações da cidade com outros núcleos urbanos. De todas as transformações, gostaríamos de chamar atenção para dois pontos;

¹⁰⁶As sedes bancárias representam um tipo de equipamento urbano que incrementa a centralidade do núcleo urbano onde se instala. Apesar do fato de que os bancos não eram de grande envergadura, já que estamos tratando de pequenos bancos municipais, suas sedes demandavam um conjunto de recursos para serem capazes de promover o funcionamento normal da instituição e de suas redes bancárias. Sendo assim, poucas cidades no Espírito Santo nesse período seriam capazes de dar suporte para o funcionamento de tal componente espacial.

o primeiro seria a proximidade com a realidade local, a coexistência entre banco (sede) e todos os outros agentes econômicos e sociais. De acordo com Ormando Moraes (1992, p. 126), o fato de os presidentes e diretores serem da mesma cidade e entorno, permitia um atendimento mais personalizado, isto é, mais preciso para as demandas de cada lugar. O segundo ponto é a autonomia dada para cada uma dessas cidades que sediavam um banco. Apesar de serem pequenos bancos, o fato de a sede estar localizada nessa cidade já nos possibilitaria caracterizar tais aglomerações urbanas como *subcentros de gestão regional das finanças*. Nesse sentido, fica cada vez mais claro aquilo que procuramos chamar atenção no tópico anterior, isto é, o papel do regionalismo bancário capixaba na estruturação de uma hierarquia de centros urbanos no estado.

Como se deu então o uso do território pelos bancos regionais (estadual e municipais) capixabas no período de vigência da SUMOC? Além do novo banco municipal criado, é preciso verificar a evolução da topologia bancária. O que queremos argumentar aqui é que, no período SUMOC do sistema bancário, os bancos estaduais e regionais capixabas foram os principais agentes pioneiros que penetram nos espaços excluídos pelas redes bancárias nacionais. Isso se deu através da continuação da formação das “sub-regiões bancárias” ou, na terminologia do geógrafo Jean Labasse, os “rayons”, a partir das cidades locais. No item anterior, vimos que o regionalismo bancário elencou algumas cidades a partir das quais o banco do estado criou suas regiões bancárias, quais sejam: Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Afonso Cláudio e São Mateus. No período SUMOC, a rede bancária oficial passou a ocupar as cidades de níveis “inferiores” (cidades locais), principalmente nas áreas do centro e do norte do estado.

Como se deu então o uso do território pelos bancos regionais (estadual e municipais) capixabas no período de vigência da SUMOC¹⁰⁷? O Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo instalou, entre 1945/1964, 18 novas agências no território do estado, sendo que sua distribuição espacial seguiu uma estratégia geoeconômica muito diversa daquela apresentada pelos bancos nacionais no mesmo período. Como vimos acima, os bancos nacionais privilegiaram a área central do território e, mais especificamente, os principais centros urbanos do estado. De maneira distinta do conteúdo mercantil do sistema de ações dos bancos

---

¹⁰⁷ Como vimos acima, o sistema de ações dos bancos nacionais produziu uma divisão territorial do trabalho no qual os novos recursos (novas agências) foram concentrados nas principais cidades do estado e que já possuíam a função financeira bem consolidada (Vitória, Cachoeiro e Colatina) e, também, em cidades que foram privilegiadas pelos novos sistemas técnicos difundidos no território, como no caso de Linhares que começou a emergir como um importante nó de circulação de capitais na parte norte do estado.

nacionais¹⁰⁸, o banco distribuiu suas novas agências de forma homogênea entre as três áreas do território estadual, isto é, centro, norte e sul do estado receberam, cada uma, 6 novas agências do banco estadual.

Além de ter buscado valorizar todas as partes do território do estado da mesma maneira, o sentido do sistema de ações do banco apresentou um caráter mais distributivo, no que se refere aos centros urbanos escolhidos para localizar suas agências. Diferentemente da estratégia dos bancos nacionais, o BCAES não instalou nenhuma nova agência nas principais cidades do estado (Vitória, Cachoeiro e Colatina) nesse período, preferindo expandir sua rede de agências para municípios que ainda não possuíam alguma agência em seu território. Das 18 novas agências instaladas, todas foram localizadas em municípios que ainda não eram atendidos pelo banco, sendo que desse total 10 eram agências pioneiras. Ou seja, a estratégia geoeconômica do banco foi criar novas localizações bancárias que não foram inseridas nas redes dos bancos nacionais.

Como vimos no item anterior, o BCAES primeiro procurou consolidar aquilo que Labasse nomeou de “nós da circulação de capitais”, isto é, selecionou algumas cidades que seriam responsáveis por coordenar a circulação de capitais numa determinada sub-região bancária: 1) Vitória, 2) Cachoeiro de Itapemirim, 3) Colatina, 4) Afonso Cláudio e 5) São Mateus; 6) Alegre; 7) Baixo Guandu; 8) Bom Jesus do Norte. Apesar da difusão do fenômeno das sub-regiões bancárias, através das quais o BCAES realizava a atividade de intermediação bancária para um número considerável de núcleos urbanos no território, existiam dois problemas. Em primeiro lugar, as sub-regiões bancárias apresentavam disparidades de acesso aos fixos bancários instalados nos centros das sub-regiões, de modo que os agentes presentes nos “limites” acabam tendo maiores dificuldades de mobilidade; por outro lado, ainda existiam vastas áreas compostas por velhos e novos núcleos urbanos que não eram atendidos por qualquer rede bancária.

É nesse sentido que, tendo a cidade de Cachoeiro como sua base de ação sub-regional, o BCAES instalou agências em municípios limítrofes de sua sub-região bancária: Alfredo Chaves, Iúna, Guaçuí, Mimoso do Sul, Muqui e Castelo (Mapa 11). O mesmo processo ocorreu com a sub-região de Vitória, na qual o banco instalou agências nos municípios de Domingos

---

¹⁰⁸ Quando falamos em “conteúdo mercantil do sistema de ações dos bancos nacionais” estamos tentando sintetizar a busca, pelos bancos, por pontos do território do Espírito Santo a partir da lógica da produção do lucro, o que não significa, necessariamente, a busca pela universalização do acesso aos fixos bancários com as mesmas condições para todos os agentes presentes no território estadual.

Martins, Vila Velha, Cariacica e Ibraçu. Sobre esta última sub-região, o banco, em seu uso do território, parece ter se adiantado aos fenômenos que dariam forma à constituição da Região Metropolitana de Vitória, ao instalar agências, já no período SUMOC, em Cariacica e Vila Velha, municípios que seriam inseridos no processo de urbanização metropolitana.

Com a difusão do sistema de movimento rodoviário e com a constante redistribuição do conteúdo demográfico no estado, multiplicaram o número de núcleos no extremo norte do território e, também, surgiram novas cidades beneficiadas pela localização na rede rodoviária municipal e estadual. O banco estadual, em seu uso do território, acompanhou a distribuição das variáveis e dos valores no território. Em relação ao crescimento e surgimento de novos núcleos urbanos no extremo norte e noroeste do território estadual, o BCAES instalou agências em centros urbanos localizados nos limites da sub-região bancária de Colatina: Ecoporanga, Barra de São Francisco e São Gabriel da Palha, e nos limites da sub-região bancária de São Mateus: Montanha e Nova Venécia. O desbravamento dessas sub-regiões bancárias demonstra um aspecto diferencial da divisão territorial do trabalho do BCAES e dos bancos nacionais; até 1964, a área do Espírito Santo ao norte do rio Doce não foi penetrada pelos bancos nacionais¹⁰⁹; o que parece indicar que mesmos os bancos nacionais emergentes ainda atuam por contiguidade já que os bancos nacionais atuantes no Espírito Santo eram cariocas e mineiros¹¹⁰. O banco estadual, por sua vez, ao se utilizar de suas “bases de ação”, conseguiu expandir sua rede de agências em lugares que as outras redes bancárias ainda não alcançavam¹¹¹.

Finalmente, o banco estadual ainda foi responsável pela criação de duas novas sub-regiões bancárias, a de Aracruz e a de Linhares, antes excluídas do acesso aos fixos bancários. Essas antigas cidades passaram a ganhar maior dinâmica a partir da instalação do sistema de movimento rodoviário, principalmente a cidade de Linhares que se localiza na ponte que

¹⁰⁹ A única exceção era uma agência do Banco do Brasil instalada na cidade de São Mateus ainda na década de 1940.

¹¹⁰ Queremos dizer com isso que, historicamente, as cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e de Juiz de Fora tinham relações com cidades das áreas central e sul do Espírito Santo, inclusive pela integração material através das estradas de ferro e, agora, as rodovias. Assim, acreditamos que a limitação territorial dos bancos nacionais no Espírito Santo se deva aos limites colocados pela própria materialidade do território e das solidariedades geográficas de contiguidade existente até esse período; a área ao norte do estado ainda era bastante desarticulada, inclusive em termos bancários.

¹¹¹ Dessa forma, o sentido das ações dos bancos regionais foi de expandir suas respectivas topologias nos interstícios das áreas mais rarefeitas em termos de disponibilidade de serviços bancários. Assim, na região bancária de Colatina, tem-se a instalação de agências em núcleos urbanos (sedes municipais) de Barra de São Francisco, Ecoporanga, Mantenópolis e São Gabriel da Palha, de Itarana e Ibraçu; na região bancária de São Mateus, foram instaladas agências em Nova Venécia, Montanha, Aracruz e Linhares; finalmente, na região bancária de Vitória, os núcleos urbanos de Jardim América (Cariacica) e Domingos Martins foram pioneiros. O que, por um lado, significa a difusão de acesso a serviços bancários por parte dos agentes econômicos e estatais presentes nesses municípios e, por outro, o aprofundamento da organicidade da rede urbana estadual.

conecta as duas margens do rio Doce, o que a fez ponto de passagem obrigatório dos fluxos que começaram a surgir entre o sul e o norte do território¹¹². É por esse motivo que a cidade de Linhares emergiu, nesse período, como um novo nó da circulação sub-regional de capitais no Espírito Santo, recebendo mais agências que a própria cidade de São Mateus; o BCAES teve o papel de ser o pioneiro na instalação de uma agência em Linhares.

Os bancos municipais, por sua vez, desenvolveram uma divisão territorial do trabalho com importância significativa para o contexto. O Banco de Cachoeiro de Itapemirim instalou agências nos limites da sub-região bancária de sua cidade-sede, Iúna, Muniz Freire, Guaçuí e Mimoso do Sul. O Banco de Muqui tinha agências em Muqui e Mimoso do Sul. Finalmente, o Banco de Colatina decidiu instalar uma agência num município limítrofe da sub-região bancária de sua cidade-sede que não possuía fixo bancário de qualquer banco, Mantenópolis. Para o caso dos bancos municipais, vemos que a contiguidade foi fundamental para o desenvolvimento de suas respectivas topologias.

O que pode ser observado nesse período é que o uso do território pelos bancos regionais acabou produzindo aquele mesmo resultado indicado pelo geógrafo Pierre Monbeig para o caso de São Paulo, isto é, o papel de desbravamento das linhas de ferro e da rede bancária nas áreas interioranas do estado de São Paulo (MONBEIG, 1958). No caso do Espírito Santo, os bancos regionais foram muito mais ativos no processo de desbravamento dos interstícios das regiões que compunham o território estadual; ao contrário do que ocorria no entorno da cidade de Cachoeiro, as áreas central e norte do Espírito Santo eram ocupadas de modo rarefeito pelas estradas de ferro e pelos bancos. Coube aos bancos estaduais, provavelmente impulsionados pelas normativas da SUMOC, difundir suas agências pelos núcleos urbanos existentes no estado naquele período.

2.3 NOVO REGIONALISMO BANCÁRIO CAPIXABA: MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA, URBANIZAÇÃO, CIRCUITOS INDUSTRIAS E DESIGUALDADES REGIONAIS (1964-1994)

Um novo conjunto de eventos iniciados a partir de 1964 abriu um leque de possibilidades para o uso do território por parte das instituições bancárias e financeiras no país e no território do Espírito Santo e, no nosso caso específico, para a organização do regionalismo bancário capixaba. Seguindo a tese já citada, levantada pelo geógrafo francês Jean Labasse e retomada por Fabio Contel para o caso brasileiro (de que existe uma relação de determinação recíproca

---

¹¹² Outra cidade privilegiada por ser ponto de contato obrigatório entre a parte central e norte do território estadual foi Colatina.

entre as finanças e o território), elaboramos o argumento de que um “novo regionalismo bancário” capixaba teria surgido como resultado das novas demandas dos conteúdos do território do Espírito Santo, a partir da difusão do meio técnico-científico no estado.

A década de 1960 demarca o início de um período de profundas transformações nos conteúdos do espaço geográfico capixaba que acabaram por gerar determinadas disfunções ao antigo sistema bancário estadual. Em primeiro lugar, tem-se a progressiva desintegração do circuito produtivo de exportação do café, tendo como evento fundamental a política de erradicação dos cafezais. Na verdade, a diminuição da dinâmica da cultura cafeeira no Espírito Santo vinha ocorrendo progressivamente devido ao esgotamento das antigas (e principais) áreas de produção do café (sobretudo na região de Cachoeiro de Itapemirim) e da falta de novas áreas de expansão da fronteira agrícola (centro e norte) (BUFFON, 1992). Além disso, teve-se diminuição drástica dos preços internacionais do café, que acabaram por tornar antieconômica praticamente todas as atividades envolvidas no circuito produtivo (MOTA, 2002). Nesse sentido, toda a base territorial que consolidou a funcionalidade dos bancos regionais capixabas foi colocada em xeque.

Além da disfuncionalidade causada pela desintegração das solidariedades criadas pelo circuito produtivo do café, novos conteúdos do espaço acabaram por expor a desvinculação dos bancos estaduais ao novo período do território nacional e estadual. Começando pelo espaço agrícola do estado. Relembrando algumas características do período anterior, o espaço agrícola do Espírito Santo era composto por um conjunto de pequenas propriedades particulares, cuja forma de produção dominante era a familiar, com pouquíssimos recursos técnicos e também com baixa monetarização do campo; tais características, como demonstramos, atravancou durante um longo período a penetração das redes bancárias no território do estado, levando os bancos a instalarem seus fixos nas principais cidades do estado, nas quais a função comercial tivesse um mínimo de dinâmica que justificasse a implantação de uma agência.

O vetor de transformações do campo capixaba foi a distribuição desigual das variáveis mais modernas do período em tela no território do estado. Em algumas áreas, com poucas rugosidades que pudessem criar barreiras, a difusão do meio técnico-científico se deu com maior facilidade e maior pureza; em outras áreas, variáveis modernas tiveram que conviver com antigos modos de produção materializados ao longo da história do território estadual. Nestas áreas com poucas rugosidades, um conjunto de eventos específicos (técnicos e organizacionais) acabou por criar regiões de produções agrícolas modernas, ligadas ao capital agroindustrial e ao capital agrícola, conformando a Região Litoral Norte; é o caso da produção de cana-de-

açúcar e do eucalipto, grandes fazendas de cacau e culturas modernas como a pimenta-do-reino e do mamão (IJSN, 1985). Em relação às áreas em que se desenvolveram atividades modernas junto das mais tradicionais, encontram-se antigas áreas de produção de café em pequenas propriedades com trabalho familiar, que paulatinamente são substituídas por outras atividades ou culturas. É o caso da pecuária leiteira no sul do estado, da pecuária de corte no norte (noroeste) e da olericultura na área central mais próxima da capital.

De acordo com estudos do Instituto Jones Santos Neves (IJSN), a renovação do campo no Espírito Santo apresentou as seguintes características: a) concentração da propriedade, b) mudança das relações de produção, com a progressiva criação do mercado de trabalho agrícola, c) especialização do espaço, d) aumento da produtividade a partir do uso de novos objetos técnicos na produção e, finalmente, e) mesmo que ainda seja predominante a pequena propriedade, houve a incorporação desses produtores através do mercado (venda) e do consumo (produtivo e consumptivo) (IJSN, 1985). Nesse sentido, podemos adicionar à lista o f) incremento da monetarização no campo capixaba nesse período. Assim, estamos falando de um outro meio geográfico e, portanto, de um outro modo de produção agrícola no qual a presença das finanças acaba por se tornar essencial para sua reprodução, sendo nomeado por Santos e Silveira como o processo de “creditização do território” (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Um segundo elemento de transformação dos conteúdos do espaço geográfico capixaba se deu com o reforço dos circuitos industriais. Os circuitos industriais existentes no território do Espírito Santo (principalmente a indústria de transformação), até a década de 1960, eram compostos por pequenas unidades fabris, pouco – ou nada – mecanizadas (portanto, com baixa produtividade) e subordinadas, em sua localização, às fontes de matérias-primas; de forma sintética, o circuito industrial era composto por atividades que a literatura econômica chama de tradicionais, ou seja, muito ligadas à transformação do café (MOTA, 2002). É no contexto de quase completa paralisia da dinâmica econômica estadual, devido à desintegração dos circuitos produtivos de exportação, que começou a se consolidar um novo tipo de psicoesfera entre as elites políticas e econômicas locais, principalmente da cidade de Vitória. Esta psicoesfera preconizava a necessidade de um pensamento estratégico estatal de caráter global (voltado a ações de planejamento) que envolvesse a retomada do dinamismo econômico através da industrialização e da diversificação das atividades econômicas no estado¹¹³ (Mota, 2002). De qualquer modo, a participação dos circuitos industriais cresce durante todo o período em tela

---

¹¹³ Esse tema será desenvolvido com maiores detalhes mais à frente.

no contexto estadual (Tabela 13).

Tabela 13: Espírito Santo: participação dos setores na composição setorial da renda (%) (1950-1980)

	1950	1960	1970	1980
Agricultura	50,5	48,8	23,1	14,8
Indústria	8,0	5,9	17,3	36,9
Serviços	41,5	45,3	59,6	48,3

Fonte: Mota (2002), p. 24.

De acordo com a literatura econômica, a consolidação dos circuitos industriais no estado se deu em dois momentos. O primeiro momento de consolidação ocorreu com o incremento da produtividade dos circuitos tradicionais; essas atividades eram compostas por unidades de produção que se utilizavam dos recursos (principalmente matéria-prima e mão de obra) já existentes no estado e cujo mercado interno (local e estadual) tinha maior peso sobre seu funcionamento. O segundo momento se deu através daquilo que ficou consagrado na historiografia capixaba como *Grandes Projetos*, isto é, atividades industriais de capital nacional e internacional voltados para a exportação (BUFFON, 2002; MOTA, 2002). Nesse sentido, os circuitos industriais que realizavam alguma de suas etapas no território do Espírito Santo passaram apresentar maior complexidade, de tal maneira que o sistema bancário estadual anterior já não podia atender suas demandas.

Há, também, uma nova etapa do processo de urbanização do território estadual. Seguindo o padrão do processo de urbanização nacional (SANTOS, [1993] 2009), no estado do Espírito Santo também houve a inversão da distribuição do conteúdo demográfico no território, com a mudança de habitação da população (Tabela 14), ou seja, a maior parte da população passou a viver nos meios urbanos do estado. Esse processo tem como causas o próprio crescimento natural da população urbana, mas também as mudanças ocorridas no meio agrícola (como descrito anteriormente) que desencadeou grandes fluxos de migração para as cidades-sedes municipais e, principalmente, as maiores cidades do estado.

Tabela 14: Espírito Santo: evolução do conteúdo demográfico no território (%) (1950-1980)

	1950	1960	1970	1980
Urbano	22,6	28,7	45,1	63,9
Rural	77,4	71,3	54,9	36,1
População	963.925	1.426.256	1.599.328	2.023.340

Fonte: Mota (2002), p. 59. Adaptado.

O aumento da população urbana ocorreu em praticamente todos os municípios do estado durante o período 1960-1980, sendo que de forma bastante desigual entre os núcleos urbanos existentes nesse momento. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), identificamos alguns elementos determinantes na redistribuição da população urbana no território do Espírito Santo: 1) as cidades-sedes municipais; 2) os antigos centros regionais (Cachoeiro de Itapemirim e Colatina); 3) cidades modificadas pela presença de uma agricultura moderna (Aracruz, Linhares e São Mateus) e; finalmente, 4) a capital Vitória e seu entorno próximo. Com esse processo de redistribuição da população urbana, seguindo, ainda que de maneira menos intensa, o padrão nacional indicado em Santos ([1993] 2009) e Santos e Silveira (2001), houve um aumento no número de cidades locais (mais de 20 mil habitantes), surgiu a primeira cidade média (100 mil habitantes) e, por último, consolidou-se o processo de metropolização da urbanização no estado com a Região Metropolitana de Vitória¹¹⁴.

O que se quer destacar com isso é que o “incremento da vida urbana no território aumenta todos os tipos de consumo possíveis: consumos dos setores empresariais (por insumos, financiamentos), estatais (consumos materiais e imateriais para prestação eficiente de serviços urbanos), e ainda os consumos individuais e familiares” (CONTEL, 2011, p. 100). Não é por acaso que é nesse período que se difundiu as grandes redes nacionais de departamento, supermercados e lojas de varejo na capital (e entorno próximo) e no interior do estado (IJSN, 1985). Assim, a relação que se quer buscar é entre, por um lado, a urbanização, os diferentes tipos de consumo, e, por outro, os impulsos que estes fatores causaram ao fenômeno das finanças e ao regionalismo bancário capixaba.

Por último, gostaríamos de destacar transformações no próprio meio geográfico através da instalação de novos sistemas de engenharia. Com o crescimento da população morando nas cidades capixabas e com o aumento da participação dos circuitos industriais, cresceu-se nesse

¹¹⁴ Sobre os aspectos intra-urbanos do processo de formação da Região Metropolitana de Vitória, iremos retomar com maiores detalhes no terceiro capítulo.

período a necessidade de modernização do sistema de produção e distribuição de energia, do sistema rodoviário e do saneamento. Vamos nos ater ao subsistema de objetos e ações do setor energético. De acordo com o historiador Gabriel Bittencourt, a estrutura de produção e distribuição de energia no estado, até o final da década de 1950, era composta por 44 empresas que controlavam 46 usinas, o mercado territorial das indústrias de energia eram os municípios nos quais estavam localizadas e, por último, tinham por finalidade fornecer iluminação pública; de acordo com o autor, eram raros os casos de energia voltadas para os circuitos industriais (BITTENCOURT, 1979).

Porém, com a crise do circuito produtivo de exportação e com as transformações nos conteúdos do espaço geográfico capixaba nesse período (1960-1980), o sistema de produção de energia, da forma como estava estruturado, encontrou-se em crise. Nas palavras do autor: “Os empreendimentos energéticos eram respostas ao desafio multissecular da monocultura tropical de exportação que necessitava ser modificada” (BITTENCOURT, 1979, p 62). Nesse sentido, buscou-se transformar todo o subsistema de objetos e ações da produção e distribuição de energia no estado, procurando dar o maior nível de racionalidade ao sistema de modo a atender às novas demandas surgidas no período. Para isso, foi implantada uma transformação organizacional do sistema, com sua centralização através da empresa Espírito Santo Centrais Elétricas S.A (ESCELSA), criada no ano de 1956; posteriormente, foi transferido o comando do sistema para o nível federal. Além disso, a racionalização do sistema demandou a construção de grandes sistemas de engenharia: novas usinas hidrelétricas (11), novas térmicas (2), subestações (34), linhas de transmissão (1.555km) (Ibid).

Além das transformações nos conteúdos do espaço geográfico capixaba (em função da reorganização da agricultura, indústria e da urbanização), conteúdos normativos outorgados pela esfera estadual federal acabaram por conformar a alterar o funcionamento do regionalismo bancário capixaba a partir de meados da década de 1960. No âmbito da formação socioespacial brasileira, os conteúdos normativos referentes às atividades bancárias são modificados principalmente através das Leis 4.595/1964 e 4.728/1965 que compuseram a Reforma Bancária de 1964/1965. De modo geral, a Reforma Bancária trouxe modificações técnicas e organizacionais significativas para o setor bancário, de modo que novos usos do território se tornaram possíveis para as instituições financeiras (CONTEL, 2011).

A partir dessa nova situação, conformada pela combinação desse novo conjunto de variáveis trazidas pela difusão do meio técnico-científico, a geografia da rede bancária instalada no Espírito Santo passou por modificações significativas. O primeiro ponto a ser destacado é a

mudança na qualidade (origem) dos bancos que passaram a atuar no território capixaba entre 1964/1994; como vimos no item anterior, além dos bancos regionais, as instituições bancárias presentes no estado eram de origem carioca ou mineira, indicando uma certa contiguidade regional (extra-estadual) no funcionamento da atividade bancária no Espírito Santo. Com a chegada do novo período, bancos de outras origens passaram a realizar a intermediação bancária no estado: é o caso de bancos paulistas e de bancos estrangeiros; além, é claro, dos bancos federais que tiveram suas sedes transferidas para a cidade de Brasília.

A divisão territorial do trabalho produzida pelas ações dessas instituições bancárias de âmbito nacional também foi modificada no período (Mapa 12). Como vimos no item anterior, o sistema bancário nacional tinha instalado no território capixaba, até o ano de 1964, 54 agências presentes em 18 municípios¹¹⁵. Com as novas possibilidades trazidas pela difusão, ainda que desigual, do meio técnico-científico, no estado, o uso do território pelos grandes bancos sediados em cidades fora do Espírito Santo foi modificada; foram instaladas 185 novas agências num espaço de tempo de apenas 30 anos. Esse conjunto considerável de novos recursos (agências) foi distribuído entre 59 municípios (do total de 73), sendo que, apesar da maior difusão em termos de município, o processo apresentou aspectos concentradores: a) os municípios que iriam constituir a RMV (Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Fundão, Guarapari e Viana) receberam juntos 80 novas agências (43,2% do total das novas agências); b) os municípios de Cachoeiro (7), Colatina (5) e São Mateus (3) receberam 15 (8,1%) e; c) em Linhares (5) e Aracruz (5) foram instaladas 10 agências (5,4%). Assim, somente essas três áreas do estado foram privilegiadas pelos sistemas de ações dos grandes bancos, concentrando nelas 105 novas agências (57%).

De todo modo, os principais conteúdos do território que orientaram a evolução da topologia do conjunto dos grandes bancos foram as áreas de agricultura moderna, que ocupavam nesse período aquilo que o documento do IJSN chamou de Região Litoral Norte, e a urbanização metropolitana. Porém, os bancos federais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) tiveram um papel fundamental na evolução da rede bancária no território capixaba. Como vimos no item anterior, os grandes bancos presentes no Espírito Santo até 1964 tiveram suas redes bancárias limitadas às áreas abaixo do rio Doce; no ano de 1994, a rede bancária havia ocupado grande parte dos municípios do além rio Doce, porém, os bancos nacionais

---

¹¹⁵ Em 1964, havia 53 municípios no Espírito Santo. Portanto, os grandes bancos estavam presentes em 34% dos municípios do estado.

responsáveis por essa difusão foram as instituições federais¹¹⁶.

Mapa 12: Espírito Santo: topologia bancária tradicional (agências) no território (1994)

Fonte: Moraes (1992) e Banco Central do Brasil (Bacen). Elaboração própria.

Mas, e quanto ao regionalismo bancário no Espírito Santo, como se deu sua evolução no período 1964/1994? No que tange o regionalismo bancário capixaba, é preciso destacar da

¹¹⁶ As únicas exceções são quatro agências do Bradesco e duas do Banco Sistema. Assim, é imprescindível realizar futuras pesquisas sobre o funcionamento do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal na geografia do Espírito Santo.

Reforma Bancária de 1964/1965 sua capacidade de aumentar “sensivelmente o interesse dos atores econômicos por operações financeiras” e a implementação de “uma maior funcionalidade” das atividades financeiras no território (CONTEL, 2011, p. 126-127). Melhor dizendo, ao reconhecer as limitações do sistema bancário frente aos novos modos de funcionamento do espaço trazidos pelo meio técnico-científico-informacional, a Reforma Bancária acabou por modificar os aspectos técnicos e organizacionais que limitavam a atuação das instituições financeiras e, ao mesmo tempo, concedeu maior funcionalidade ao sistema a partir do princípio de compartimentalização de seus agentes (BULHÕES *et alli*, 1976). Um aspecto do novo modo de funcionamento do sistema bancário trazido pela reforma, que impactou diretamente sobre o regionalismo bancário capixaba, foi a implantação de medidas para concentrar o sistema bancário. De acordo com Ormando Moraes, todos os bancos municipais fundados no período anterior foram liquidados devido ao novo ambiente econômico trazido pela Reforma de 1964 (MORAES, 1992).

Outros eventos políticos e normativos, de âmbito estadual, trouxeram modificações técnicas e organizacionais aos bancos regionais. Em primeiro lugar, é preciso destacar a constituição da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES) (1958) e a elaboração de seu projeto político e econômico para o estado, qual seja, o Programa de Diversificação Econômica Para o Espírito Santo (1966) (PEREIRA, 1996) que procurava inserir o estado na divisão territorial do trabalho nacional que vinha se desenvolvendo, tendo como fator indutor a industrialização. Em outras palavras, a elite econômica e política local buscou adaptar os processos gerais que vinham ocorrendo na formação socioespacial brasileira ao caso concreto do Espírito Santo.

Outro evento, inserido nesse contexto do Programa de Diversificação, foi a Lei Estadual 2.269/1967, conhecida como Reforma Administrativa Estadual (MEDEIROS, 1977; LOUREIRO, 2005; MARTIN, 2008), que pode ser compreendida como um evento normativo fundamental de modernização do sistema de objetos e ações estatal com o objetivo de imprimir maior funcionalidade às instituições e aos serviços públicos frente à instalação do meio técnico-científico-informacional no território capixaba (ainda que pontual e desigualmente distribuído). De acordo com a literatura, na medida em que os elementos locais do mercado não possuíam condições próprias para realizar o novo projeto político de industrialização do território estadual, “coube ao governo do estado [do Espírito Santo] a iniciativa de ser o agente central para a realização do projeto industrializante” (LOUREIRO, 2005, p. 7). Assim,

A Lei Estadual 2.296/67 reformulou todo o aparelho do Estado para suportar

administrativamente um projeto desse porte, diretamente vinculado ao projeto Nacional. Um processo estatizante de proposta auto-suficiente. ‘Processo de industrialização conduzido pelo Estado e no qual o próprio Estado deveria prestar a si mesmo os grandes serviços de que necessitava e provocou a criação de uma multiplicidade de órgãos’ (VASCONCELOS, 1994, p. 26) (MARTIN, 2008, p. 27).

Sobre a Lei da Reforma Administrativa, é importante destacar os conteúdos que trouxe ao espaço geográfico estadual como um todo e seus reatamento para o sistema bancário estadual. Sobre o primeiro ponto, a lei procurou implantar uma maior racionalidade ao setor público estadual através de uma divisão do trabalho necessária ao projeto de impulsionar a urbanização e a industrialização do estado. Sobre o sistema bancário oficial estadual propriamente dito, a Lei foi responsável por iniciar a institucionalização de mecanismos oficiais de financiamento capazes de reforçar os circuitos industriais no território estadual¹¹⁷ (PEREIRA, 1996; MOTA, 2002).

Tudo isso para dizer que o novo regionalismo bancário capixaba foi repensado e reformulado embebido dentro de um novo projeto político, econômico e institucional desenhado pelas elites políticas e econômicas do estado. Como desdobramento desses eventos de dimensão estadual, então, teve-se a redefinição e/ou criação do papel das instituições que faziam parte daquilo que o economista Guilherme H. Pereira chamou de “estrutura para o desenvolvimento estadual”, pensada como “um sistema de planejamento, de captação de recursos financeiros e de financiamento” (PEREIRA, 1996, p. 153) (Quadro 3).

---

¹¹⁷ De acordo com o geógrafo Paulo C. Scarim (2010, s/p): “A força da FINDES, neste contexto, pode ser atestada pela conquista de fornecimento de energia com a criação da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA; a criação do Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES; a criação de mecanismos de incentivos fiscais para projetos industriais e agropecuários; de benefícios fiscais para a compra de máquinas e equipamentos; a criação do Centro Industrial de Vitória (CIVIT), em 1969; soma-se também a criação, em 1971, da Superintendência de Polarização de Projetos Industriais (SUPPIN) e da Coordenação de Planejamento Industrial (COPLAN), órgãos com participação direta da Federação das Indústrias. Estes elementos demonstram a força da FINDES neste contexto. A criação em 1969, do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP), marca, também, este surto industrializante: obras de infraestrutura nas estradas, construção de hidrelétricas, construção de usinas de pelotização e o apoio às políticas de ‘reflorestamento’”.

Quadro 3: Agentes financeiros públicos no território do estado do Espírito Santo (1969)

Instituição	Sigla	Sede	Capital	Criação
Banco do Estado do Espírito Santo	Banestes	Vitória	Público	[1937] 1969
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo	Bandes	Vitória	Público	[1967] 1969
Seguradora do Espírito Santo S.A.	Seges	Vitória	Público	1967
Tranquilidade S.A.		Vitória	Público	1967
Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo	Codes-Cred	Vitória	Público	1967

Fonte: Borges (1990); Mota (2002); Medeiros (1977); Martin (2008); Loureiro (2005). Elaboração própria.

O Quadro 3 sintetiza a composição do novo sistema bancário e financeiro estadual, que foi desenhado a partir de uma nova divisão do trabalho bancário oficial estadual cuja lógica está submetida ao projeto econômico emergente na década de 1960. A fundação do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo foi outro evento importante que, criado a partir da ação normativa do Estado (Lei Estadual 2.413, 1969), modificou as condições de circulação das finanças no território do Espírito Santo. As possibilidades de constituição de um banco de desenvolvimento estadual têm a ver com as novas condições trazidas pela Reforma Bancária (1964), principalmente no que tange ao crédito de maior tempo de maturação (CONTEL, 2011). Por outro lado, a transformação da Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (Codes) (1967) no Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) tem a ver com a demanda por parte do Banco Central por normatizar e fiscalizar, sob sua supervisão, as companhias de desenvolvimento estaduais que passaram a se difundir pelo território nacional (Resolução Bacen nº 93, 1968) (CORRÊA e BERTOLANI, 2012).

A criação do Bandes foi um evento capaz de modificar as condições de circulação das finanças por seu papel nisso que estamos identificando como divisão do trabalho bancário oficial estadual. Em complemento à atuação do Banestes, o Bandes seria uma instituição “especializada em operações de médio e longo prazos, para suprimento de capital fixo e de movimento [...] com vistas ao desenvolvimento econômico-social do Estado do Espírito Santo (Espírito Santo, 1969, Artigo 2º). Além da função de concessão de recursos de maior prazo, o Bandes acabou incorporando a “função de órgão máximo de estudos e de planejamento do território capixaba” (CORRÊA e BERTOLANI, 2012, p. 5).

O Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), por sua vez, foi resultado da reestruturação do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, realizada em 1969. No caso do Banestes, é preciso entender as diferenças entre o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo

(1937) e o Banestes reformulado no ano de 1969. O primeiro momento da instituição teve como origem a centralidade do capital comercial e da atividade agrícola de exportação dentro da dinâmica regional capixaba; portanto, sua organização interna e seu funcionamento estiveram intrinsecamente relacionados ao modo como a agricultura e o comércio se organizavam, funcionavam e se distribuíam no território do estado (conforme trabalhado no item 2.2).

A reformulação do banco e sua transformação em Banestes teve como contexto histórico a diminuição aguda da centralidade da atividade comercial e da agricultura de exportação, dando lugar ao projeto regional de estimular os circuitos industriais. Portanto, o banco passou a funcionar muito mais como um banco ligado ao planejamento estatal, sendo que suas operações faziam parte de uma divisão do trabalho bancário oficial estadual, e sua funcionalidade passou a ser, por um lado, conceder créditos de curto prazo para o funcionamento cotidiano das empresas industriais e, por outro lado, atuação direta com o setor público estadual e municipal. Segundo o economista Guilherme H. Pereira (1996, p. 165),

No esquema imaginado, o segundo pilar importante, ao lado do Bandes, de sustentação do sistema financeiro voltado para o desenvolvimento local era do banco comercial. Em 1967, a única instituição financeira com sede no estado era o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo. Este banco foi organizado em 1937, sob controle acionário do Estado, com o objetivo principal de prestar assistência financeira à agricultura. Todavia, para cumprir o papel a ele reservado na proposta de desenvolvimento que vinha sendo articulada, era necessário proceder uma completa reestruturação administrativa e ampliação de seu leque de operações passivas e ativas. Desta transformação, implementada a partir de 1969, surge o Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes).

Em relação às subsidiárias do Banestes - Tranquilidade S.A., Seges S.A. e Codes-Cred - pode-se dizer que fizeram parte do processo de conglomeração do Banestes, de modo que as instituições bancárias e financeiras estaduais pudessem penetrar em todos os âmbitos possíveis a fim de permitir um controle interno (regional) sobre o fenômeno das finanças. De acordo com Silva (*apud* PEREIRA, 1996, p. 165):

Através do Bandes financiavam-se os investimentos fixos de longo prazo, ou seja, a instalação da indústria; o capital de giro vinha do Banestes para bancar o dia-a-dia; a Codes-Cred garantia os recursos para os clientes comprarem os produtos a prazo; a corretora colocava os títulos no mercado; a Seguradora garantia os bens da indústria que foram objeto de financiamento e a corretora agenciava a contratação do seguro.

Além desses aspectos gerais da divisão do trabalho bancário oficial estadual, existiam relações operacionais entre as duas instituições bancárias estruturantes do regionalismo

bancário capixaba. Além dos aspectos funcionais de cada instituição bancária, a Lei Estadual 2.413 impõe um aspecto organizacional com importantes implicações para a prática de planejamento e execução de políticas públicas. Ao contrário do que grande parte dos autores capixabas demonstraram a respeito da atuação do Bandes na transformação da estrutura econômica do território do Espírito Santo nesse período pós-Reforma Bancária de 1964/1965 (MOTA, 2002; CORRÊA e BERTOLANI, 2012), não é possível entender todos os processos e a própria evolução do regionalismo bancário capixaba sem compreender que existia uma sistematização e coordenação das ações das duas instituições bancárias oficiais estaduais:

A Diretoria do Banco contará com a assistência de um Conselho Consultivo, com audiência obrigatória nas operações de crédito superiores a 500 (quinhentos) salários mínimos vigentes na capital do Estado composto de nove representantes de setores público e privado.

Parágrafo único - O Conselho Consultivo será composto de 4 (quatro) representantes do Estado na pessoa dos Diretores do Banco de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo – BANDES, 1 (um) da Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo, **1 (um) do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S.A** e 3 (três) das categorias econômicas organizadas (agricultura, comércio e indústria) (ESPÍRITO SANTO, 1969, Artigo 5º, *grifo nosso*).

Por imposição normativa, todas as decisões a respeito de operações de grande volume de recursos deveriam passar por um Conselho Consultivo composto diretores do Bandes, representantes dos diferentes setores econômicos do território do estado e, finalmente, por um representante do Banestes. Nesse sentido, o Banestes fazia parte da estrutura de decisão do Bandes (a relação inversa não ocorria). Queremos indicar com isso que o Banestes promovia, dentro do regionalismo bancário capixaba e setor público estadual, aquilo que os grandes bancos fazem no âmbito da economia nacional e mundial, isto é, para poderem ter maior controle sobre os processos econômicos gerais, os bancos acabam por comprar parte de grandes empresas representativas de setores importantes de modo a poder participar dos processos decisórios dessas mesmas empresas (HILFERDING, [1909]1985; MINELLA, 2001). Assim, se o Bandes era o grande órgão responsável pela prospecção e planejamento, como afirmam Corrêa e Bertolani (2012), o Banestes era o principal esteio do controle estatal sobre as finanças de um modo geral: por sua presença em conselhos decisórios de empresas e autarquias públicas estaduais e municipais, sua ampla rede de agências capilarizada no território estadual e sua capacidade de drenagem de excedentes econômicos públicos e privados.

De forma sintética, é possível dizer que os bancos estaduais e subsidiárias – que conformavam o sistema bancário e financeiro estadual – foram mecanismos estatais que tinham o intuito de ampliar a produtividade espacial no sentido indicado pelo geógrafo Milton Santos,

qual seja, “forma de utilizar o território em um processo verdadeiramente redistributivo” (SANTOS, [1987] 2012, p 134). Mesmo que os mecanismos bancários estaduais acabassem por difundir a lógica capitalista, o uso do território por parte dessas instituições constituía um subconjunto do espaço geográfico estadual que procurava internalizar o comando sobre o fenômeno das finanças e possibilitar que os agentes econômicos locais pudessem ter o mínimo de competitividade para enfrentar (e se articular com) as grandes empresas nacionais e internacionais.

É a partir desse contexto que se torna possível compreender o uso do território pelo Banco do Estado do Espírito Santo entre os anos 1964-1994. Melhor dizendo, a evolução da topologia bancária e os fluxos que circulam por esses fixos resultaram da funcionalidade do banco dentro do projeto de desenvolvimento econômico e regional no qual o banco estava inserido. Como vimos acima, o grande projeto desenhado pelas elites e instituições representativas de classe (em grande parte consubstanciada pelo Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES)) foi o da diversificação da economia estadual; isso significava diminuir a dependência do circuito produtivo de exportação do café, que se encontrava em franco processo de desintegração, e inserir o estado na divisão do trabalho nacional tendo como vetor de orientação a urbanização e o reforço dos circuitos industriais.

Qual era o papel do Banestes nesse projeto de desenvolvimento econômico e regional? A pista para respondermos a essa questão foi dada pelo economista Hudson C. L Borges; de acordo com o autor, as modificações realizadas no antigo banco agrícola estadual, na sua razão social e em sua estrutura organizacional, se deram “para acompanhar as novas exigências e as novas demandas de fluxo interno de serviços e tomada de decisões” (BORGES, 1990, p. 51). Quais novas exigências e demandas de fluxo interno de serviços o autor está querendo indicar? E que tomadas de decisões internas seriam? Ao banco foram dados os objetivos de (BORGES, 1990; PEREIRA, 1996; MOTA, 2002):

- a) Expandir sua área de atuação, tanto espacialmente quanto setorialmente, de modo a universalizar ao máximo o fornecimento e o acesso aos serviços bancários pelos agentes econômicos, políticos e sociais presentes nas diferentes partes do território capixaba;
- b) Ampliar a captação da poupança interna (depósitos), de modo a aumentar o controle interno sobre a circulação das finanças e, também, diminuir o processo de drenagem de recursos por parte do sistema bancário e financeiro nacional;

- c) Realizar a intermediação financeira no seu sentido mais amplo, isto é, transferir recursos dos mercados territoriais (regionais) superavitários para mercados territoriais deficitários;
- d) Auxiliar o Bandes no processo de diversificação da economia estadual (sobretudo nos ramos industriais) através de sua rede de canais de atendimento, possibilitando que recursos federais e estaduais sejam distribuídos de modo planejado no espaço geográfico estadual;
- e) Financiar a reativação de circuitos produtivos agrícolas, de modo a diminuir a crise social que se instalou no estado após desintegração do circuito produtivo do café e, também, manter os fluxos de alimentos para as cidades em pleno crescimento populacional;
- f) Fornecer serviços bancários básicos para o setor público municipal (gestão de folhas de pagamento, arrecadação de impostos, transferência de recursos oficiais etc.);

O conjunto dos objetivos listados influenciou, então, a evolução da topologia bancária da instituição e a evolução de suas carteiras de crédito ao longo do período em tela. Vamos começar pela reorganização do banco nesse período. A reestruturação do antigo banco agrícola, no ano de 1969, se deu, como vimos, pela modificação de sua razão social e de sua organização interna; de acordo com Martinuzzo, no final da década de 1960, o Bacen decidiu uniformizar a nomenclatura dos bancos estaduais; assim, realizada a alteração do estatuto, em 1969, “o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo passou a se chamar Banco do Estado do Espírito Santo. Nada mais coerente com o perfil da instituição, cujos negócios nunca foram exclusivamente voltados ao campo” (MARTINUZZO, 2010, p. 24). Dessa forma, o autor parece indicar que as mudanças do estatuto nada mais foram do que a formalização do que já se praticava pela instituição, isto é, atuação em atividades urbanas.

Além da modificação do estatuto, o banco adquiriu nesse período três subsidiárias, quais sejam, a) Tranquilidade S.A., uma corretora de títulos e valores mobiliários, b) a Seguradora do Espírito Santo (Sege) S.A., através da qual o banco passou a atuar no setor de seguros; e, finalmente, a Codes-Cred S.A. (Crédito, Financiamento e Investimentos), tipo de atividade cujo corpo legal se deu através da Reforma Bancária de 1964/1965. Nesse sentido, além de sua atuação como banco comercial, as subsidiárias foram criadas com o intuito de ampliar os setores financeiros que o banco atuaria, conformando, junto com o Bandes, o sistema bancário e financeiro estadual pós-1964.

Tal reorganização e conglomeração foi, de acordo com o economista Hudson C. L. Borges, resultado de uma das políticas públicas da qual o banco era o mecanismo central, isto é, um dos objetivos desenhados pela política de desenvolvimento era a ampliação da captação e manutenção da poupança interna. Assim, tais “instituições foram criadas dentro de um contexto de preocupação racional com a evasão de poupança interna”, de modo que era “importante que o banco estendesse sua atuação a novas áreas, reforçando suas condições de entidade captadora da poupança estadual” impedindo o fenômeno do *capital drain* e, assim, a consolidando a manutenção do capital para a realização de investimentos produtivos no próprio território estadual (BORGES, 1990, p. 51).

Além da diversificação das empresas e produtos financeiros do sistema bancário estadual, a política pública de desenvolvimento regional deu um lugar de destaque ao banco como a instituição pública estadual capaz de realizar a intermediação bancária no seu sentido mais amplo. Ou seja, ao banco coube o papel de “promover o intercâmbio de recursos inter-setorialmente” (BORGES, 1992, p. 52). Para poder transferir recursos de áreas e atividades superavitárias para áreas e atividades deficitárias, era preciso que o banco estivesse presente até nos espaços mais recônditos do território do estado. A forma de ampliar a potencialidade de captação dos excedentes econômicos produzidos no território capixaba, impedindo seu vazamento para áreas mais dinâmicas do Brasil, foi a política de modernização e expansão da rede de agências do banco.

O Banestes inicia o período pós-Reforma Bancária de 1964 com uma rede de agências composta por 31 fixos instalados em 26 municípios do estado; sendo que até essa data existiam 53 municípios, havia uma ampla área do território capixaba que ainda estava excluída da rede do banco estadual, apesar dos esforços empreendidos pela instituição no período SUMOC para capilarizar sua rede (conforme mencionado no item 2.2). Como demonstramos no item anterior, após a difusão da rede de agências instaladas nos centros regionais – criando as sub-regiões bancárias –, o banco procurou instalar agências nos núcleos urbanos que, apesar da pouca densidade demográfica e econômica que justificassem a instalação desse fixo bancário, não possuíam uma agência (Mapa 13). Foi nesse sentido que identificamos um caráter universalizador do sistema de ações do banco, já que o determinante da expansão da rede foi a busca de fornecimento de serviços bancários para a população e para o setor público dessas áreas

Mapa 13: Espírito Santo: topologia bancária tradicional (agências) do Banestes (1985)

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN). Elaboração própria.

Até o ano de 1985, o banco instalou um novo conjunto de agências no espaço geográfico do Espírito Santo, composto por 51 novas agências. Comparando com o período anterior, no qual o banco controlava 31 agências, o período que abarca os anos 1964-1985 demonstra o impacto da necessidade de maior presença estatal, através de suas empresas, no planejamento econômico e territorial. No período em que o Estado se coloca como um agente ativo no planejamento e na própria dinâmica econômica, o Banestes acabou por expressar essa necessidade de “onipresença” territorial. Nesse sentido, dessas 51 novas agências, houve a seguinte distribuição: 34 foram instaladas em municípios nos quais o Banestes ainda não estava presente, sendo que 19 desses não possuíam nenhum tipo de fixo bancário (agências pioneiras);

17 foram instaladas em municípios nos quais o Banestes já havia instalado uma agência, sendo que duas foram instaladas nos antigos centros regionais (Cachoeiro e Colatina), duas em cidades que começam a despontar dentro do cenário estadual (Aracruz e Alegre) e, finalmente, 13 são instaladas nas cidades que iriam conformar a RMV na década de 1990.

A evolução da topologia do banco, portanto, permitiu a universalização de seus fixos bancários tradicionais (as agências bancárias) que se tornaram presentes em todos os municípios existentes no território do Espírito Santo naquele momento. Como visto, o sistema de ações do Banestes teve dois sentidos muito claros: por um lado, acompanhou o movimento migratório que acabou por transferir os habitantes para os principais centros urbanos do estado, principalmente Cachoeiro, Colatina e RMV; por outro, o banco expandiu sua rede de agências para municípios excluídos da rede bancária nacional (ao todo, 19 municípios). Esse processo, além de constituir a função efetivamente pública do banco - isto é, os fixos bancários se instalaram “segundo princípios sociais”, e funcionaram “independentemente das exigências do lucro” (Santos. [1985] 2012, p.142) –, pôde efetivar os objetivos de drenagem de poupança interna (depósito) nos espaços menos dinâmicos do território (Gráfico 1).

Gráfico 1: Banestes: evolução dos ativos regionais (depósitos) (Cr\$) no Espírito Santo (1969-1985)

Fonte: Borges (1990). Elaboração própria.

Um dos fatores de crescimento da captação de excedentes se deu através da economia do setor público estadual e municipal. O Banestes aumentou consideravelmente o volume de recursos captados junto ao setor público municipal e estadual: de Cr\$ 461.936,68 (1969) para

Cr\$ 1.291.797,07 (1978); entre 1978 e 1985, o volume de recursos captados junto ao setor público decresceu consideravelmente¹¹⁸. A captação de recursos advindos do setor público nesse período (1969-1980) demonstra um dos papéis desempenhados pelo banco estadual na política pública de desenvolvimento regional. Essa afirmação fica clara em paralelo a evolução da topologia do banco; como vimos, nesse período, o banco expandiu suas agências no interior do território, principalmente em municípios que não possuíam agências do banco oficial e, também, municípios que não possuíam agência bancária.

É evidente que, com a ativação de novos circuitos produtivos (agrícolas, industriais e comerciais), a arrecadação pública aumentaria e refletiria nos ativos regionais do banco. Junto a isso, a localização das novas agências, como parte da análise da topologia, sempre foi a sede municipal, local aonde se encontram as sedes dos principais serviços públicos municipais. De modo que é possível afirmar que o banco tinha dois objetivos: por um lado, expandir o fornecimento de serviços bancários necessários à gestão pública (folhas de pagamento, arrecadação de impostos etc.); por outro lado, a captação dos recursos oficiais, de modo que não fossem depositados em outros bancos. Assim, todo o lucro advindo da movimentação desses recursos continuaria dentro do próprio município e do estado.

O principal vetor de ampliação das captações do banco se deu, entretanto, através do setor privado presente no território estadual. De acordo com o Gráfico 1, em 1969, o banco havia captado um volume de Cr\$ 1.144.374,66; em 1978, esse valor passou a ser Cr\$ 4.867.259,58; até 1985, o volume de recursos apresentou uma pequena queda, mas manteve-se maior do que no início do período (Cr\$ 3.201.629,07). É muito provável que o incremento de depósitos nesse período tenha relação com o novo sentido das ações do banco, reformulado no ano de 1969, e que passou a interagir melhor com os novos conteúdos do território: 1) os circuitos industriais voltados para o mercado local/regional, 2) o novo campo capixaba e 3) a monetarização das relações a partir do processo de urbanização e de formação do mercado de trabalho agrícola.

Em relação à ação coordenada com o Bandes para a diversificação dos circuitos produtivos agrícolas e industriais, o Banestes, através de sua rede bancária capilarizada, teve papel fundamental na redistribuição da produção no território estadual, portanto, o banco regional (estadual) teve foi um motor central na transformação do espaço geográfico capixaba no período em tela. Sobre os circuitos agrícolas, um evento normativo demarcou essa atuação

---

¹¹⁸ É muito provável que essa diminuição do volume de depósitos advindos do setor público tenha sido um reflexo dos problemas financeiros pelos quais passaram a maioria dos estados brasileiros a partir da década de 1980, como nos mostrou Lopreato (2002).

do banco comercial estadual: o Fundo de Crédito Rural do banco, criado através da Lei Estadual 1.634 (1961) que tinha como objetivo “a elevação do nível de vida no meio rural espírito-santense, através da aplicação do crédito agrícola” sendo “administrado e aplicado pelo Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, através de sua Carteira de Crédito Agrícola” (ESPÍRITO SANTO, 1961, Artigos 1º e 4º)¹¹⁹. A Lei Estadual 1.634, junto com o Programa Federal de Diversificação das Áreas Cafeeiras (IBC/GERCA) (LOUREIRO, 2005), acabou por orientar parte do sistema de ações do Banestes e resultou em transformações significativas do campo capixaba a partir do financiamento intermediado pelo banco estadual (Gráficos 2 e 3). Apesar de o número de operações apresentar uma evolução instável durante o período em tela (1969-1982), o volume dos recursos destinados ao campo cresceu consistentemente, com uma pequena queda durante os anos 1979-1980.

Gráfico 2: Banestes: evolução do número de operações da carteira de crédito rural no Espírito Santo (1969-1983)

Fonte: Borges (1990). Adaptado.

Gráfico 3: Banestes: evolução das operações da carteira de crédito rural no Espírito Santo (Cr\$) (1969-1983)

Fonte: Borges (1990). Adaptado.

¹¹⁹ Sobre a Lei Estadual 1.634 (1961), o governo do estado instalou a Lei Estadual 1.734 (1962) a qual afirmava que “Fica o Poder Executivo autorizado a, em nome do Estado, constituir-se avalista do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, no empréstimo que esse estabelecimento bancário presente contrair com o Banco Interamericano de Desenvolvimento”. A Lei afirmava também que “O Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, como tomador e avaliado, não dará outra destinação ao empréstimo que não a do financiamento especificado no art. 5º da Lei nº 1.634”.

O Banestes pode ser considerado parte dos elementos organizacionais do espaço que possibilitou a materialização da nova geografia agrária do Espírito Santo até 1994. Seu papel, entre outras variáveis organizacionais (DADALTO *et alli*, 2016), se deu através de sua política de crédito voltada especificamente para a diversificação da produção agrícola e a modernização do meio geográfico agrícola. De acordo com Dadalto *et alli* (Ibid, p. 115),

A primeira grande fase de crédito rural para produtores capixabas ocorreu entre 1958 até 1985. Na época, a Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (Acares) junto com o Banco de Crédito e Assistência Rural do Estado (BCAES, atual Banestes) desenvolviam um programa de Crédito Rural orientado, no qual o acesso aos recursos financeiros estava condicionado à assistência técnica nas propriedades. Com baixas taxas de juros e muitos subsídios, o crédito era atrativo para o produtor. Graças a isso, o Espírito Santo vivenciou por quase três décadas um período de grandes investimentos e modernização tecnológica das principais atividades agropecuárias do Estado, como a primeira evolução tecnológica da cafeicultura, o crescimento da olericultura, a tecnificação da pecuária, a consolidação da avicultura e a expansão da atividade florestal.

A Tabela 13 sintetiza a evolução da participação das culturas agrícolas que foram beneficiadas pelos recursos. De acordo com os dados disponibilizados em Borges (1990), fica evidente que o banco fez parte do processo de creditização do território ao conceder recursos creditícios para a criação de novas áreas de produção do café e daquilo que o documento do IJSN indicou como sendo culturas modernas implantadas no estado, quais sejam, a produção de cacau, cana-de-açúcar e pimenta¹²⁰. Além do financiamento do processo produtivo propriamente dito, o Banestes, através da política pública estadual, criou condições para a difusão do meio técnico-científico no espaço agrícola capixaba no período em tela. Existem evidências documentais que indicariam que o Banestes (antigo BCAES) já financiava, desde a década de 1940, instrumentos técnicos de trabalho na produção agrícola¹²¹, sendo, então, junto

¹²⁰ Não é objetivo da presente dissertação estudar o circuito produtivo do cacau, da cana-de-açúcar e da pimenta. Entretanto, cabe destacar alguns elementos que poderiam, futuramente, fazer parte de novas pesquisas. A relação entre rede bancária, crédito bancário e produções agrícolas modernas no território brasileiro estão sintetizadas através do fenômeno da creditização do território (SANTOS e SILVEIRA, 2001; ELIAS, 1996). No caso dos circuitos produtivos agrícolas da cana, do cacau e da pimenta, os bancos concentraram seus fixos na cidade de Linhares que passou a ser a cidade média (SANTOS [1993] 2009) responsável pelo fornecimento dos subsídios necessários à produção (IJSN, 1985). O Banestes, na verdade, foi o banco pioneiro na constituição dessa região agrícola moderna no litoral norte do território do Espírito Santo, sendo a primeira instituição bancária a instalar agências em Linhares quando os processos de fundo ainda estavam tomando forma. Além disso, ao financiar a produção do cacau, o Banestes teve papel de relevo na constituição de solidariedades geográficas entre a produção e a industrialização do chocolate, na indústria Garoto instalada no município de Vitória (RODRIGUES, 2006).

¹²¹ Essa evidência documental é a Lei Estadual 268 (1949): “Fica o Poder Executivo autorizado a pagar os juros e taxas devidos por operações de crédito realizadas entre agricultores e a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, pelo prazo fixado nos respectivos contratos, para compra de tratores sulcadores, grades, semeadeiras, cultivadores, despolpadores, secadores mecânicos, bombas para irrigação, ancinhos mecânicos, elevadores de forragem, polvilhadeiras e pulverizadores para combate a broca do café e outras pragas, trilhadeiras, secadeiras, trilhadeiras combinadas para colheita de cereais, debulhadores de cereais a serem empregados em suas propriedades no Estado do Espírito Santo”.

com o Banco do Brasil bancos pioneiros a atuarem nos inícios da expansão do meio técnico nos espaços rurais e agrícolas do estado. Isso nos permite inferir que, com a instalação do meio técnico-científico em determinadas áreas agrícolas do estado, o Banestes (junto com o Banco do Brasil) tenha sido os principais vetores financeiros da expansão do novo meio geográfico. Uma pista empírica desse processo é o financiamento, pelo banco estadual, da instalação de sistemas de engenharias necessárias ao fornecimento de energia elétrica no campo (Tabela 15), principalmente nas áreas de produção moderna¹²².

Tabela 15: Banestes: evolução das linhas de crédito rural e eletrificação rural no Espírito Santo (Cr\$) (1969-1988)

	Café	Cacau	Cana	Pimenta	Eletricidade
1970	0,00	0,00	0,00	19.876,62	0,00
1971	141.490,13	0,00	0,00	0,00	0,00
1972	378.167,70	0,00	0,00	25.817,02	0,00
1973	223.145,80	562.406,00	0,00	15.812,88	0,00
1974	154.923,70	910.612,00	16.299,20	22.268,30	0,00
1975	172.360,90	871.590,00	23.163,15	34.859,11	0,00
1976	194.631,00	437.898,00	23.110,06	13.460,15	0,00
1977	168.752,30	309.193,00	16.009,82	16.930,70	0,00
1978	101.339,50	1.026.590,00	2.271,68	33.933,62	0,00
1979	133.699,00	35.425,00	381,61	8.601,45	0,00
1980	294.262,00	1.534,00	1.642,75	678,75	0,00
1981	113.655,00	0,00	3.222,00	0,00	0,00
1982	20.952,00	785,00	7.795,00	160,49	21.084,38
1983	10.988,00	0,00	2.145,09	32,11	4.340,61
1984	5.211,00	0,00	1.466,06	0,00	1.390,50
1985	2.272,00	0,00	303,93	0,00	162,19
1986	780.386,00	27.975,00	394.542,15	23.990,23	107.108,50
1987	409.302,00	0,00	17.800,74	5.457,47	12.530,29

Fonte: Borges (1990). Elaboração própria.

Outro elemento do espaço geográfico capixaba impulsionado pelos bancos estaduais (Bandes e Banestes) e que determinou o uso do território pelo Banestes nesse período foi a política pública de fortalecimento dos circuitos industriais. Como vimos acima, Bandes e

¹²² Dadalto *et alli* é o único trabalho a mencionar a relação entre uma nova produção agrícola moderna no território do Espírito Santo e a difusão de novos sistemas técnicos: “A fase áurea do cacau no norte capixaba foi registrada na década de 1960, época em que a cultura se constituiu em um verdadeiro império econômico. Nesse período, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) contribuiu fortemente para o desenvolvimento da cacauicultura na região, trazendo progresso e ajudando a construir estradas, escolas, hospitais e até a chegada da luz elétrica no meio rural” (DADALTO *et alli*, 2016, p. 102).

Banestes realizavam, junto com outros instrumentos de financiamento institucionalizados nesse período, funções complementares com o intuito de tornar os circuitos produtivos industriais viáveis no Espírito Santo. Como se deu, então, a evolução da carteira de crédito industrial do Banestes nesse período? Novamente, podemos identificar o papel do banco estadual na transformação dos conteúdos do território estadual nesse período seja através a) da evolução do número de operações realizadas pela carteira industrial (Gráfico 4); b) pela evolução dos valores absolutos dos recursos concedidos pela carteira (Gráfico 5); e c) as principais fontes de recursos e intencionalidades desses capitais oficiais (Tabela 1).

Gráfico 4: Banestes: evolução do número de operações da carteira de crédito industrial no Espírito Santo (Cr\$) (1969-1988)

Fonte: Borges (1990). Elaboração própria.

Gráfico 5: Banestes: evolução das operações da carteira de crédito industrial no Espírito Santo (Cr\$) (1969-1988)

Fonte: Borges (1990). Elaboração própria.

Em termos absolutos, o número de operações de crédito da carteira industrial do banco estadual apresentou um comportamento instável durante todo o período; entretanto, quando

analisamos a evolução do volume de recursos destinados aos circuitos industriais, vemos que o banco, de fato, deixou para trás sua ligação direta com o crédito agrário e passou a ser um banco voltado para as empresas industriais: a quantidade de recursos não somente apresentou um crescimento constante durante todos os anos, como ultrapassou o volume de recursos da carteira agrícola. Esse fato só faz sentido quando inserimos o sistema de ações do banco dentro da política pública de criação e fortalecimento dos circuitos industriais, pois, os bancos são muito mais propensos a trabalhar com as atividades comerciais que, por serem de menor prazo, apresentam menor risco e retorno mais rápido.

Tabela 16: Banestes: fontes de recursos da carteira de crédito industrial (Cr\$) (1977-1988)

	Finame	Recon	Planasa
1977	185.681,86	122.202,18	261.423,02
1978	131.481,53	387.296,81	151.342,38
1979	306.481,67	286.150,25	303.821,41
1980	67.489,91	104.005,21	1.852.004,05
1981	838,99	127,52	411.576,24
1982	1.163,67	32,95	1.448,73
1983	215,73	41,82	121,21
1984	3.328,47	11,71	27,76
1985	6,52	0,00	399,81
1986	331,07	31,79	684,04
1987	147,17	41,24	0,00
1988	215,75	1,88	40,74

Fonte: Borges (1990). Elaboração própria.

A Tabela 17, por sua vez, sintetiza o papel do banco na difusão de recursos federais para os circuitos produtivos industriais. O economista Fernando C. M. Mota mostra quais foram os principais setores industriais beneficiados pela atuação conjunta entre Bandes, Banestes e os mecanismos de financiamento criados pelo Estado nesse período. Quais são as características das empresas que compõem cada um desses setores listados na Tabela 15? Ainda dialogando com Mota, esse conjunto de indústrias conformavam “um grupo importante de empresas de menor porte ligadas às atividades mais tradicionais cuja produção se destina, principalmente, para o mercado interno e sobre o qual é possível exercer alguma ação de política econômica” (MOTA, 2002, p. 36). Em outras palavras, as indústrias impulsionadas pelo regionalismo bancário capixaba tinham com base as matérias-primas encontradas ou produzidas localmente, seu nível técnico levava em consideração às condições sócio-demográficas do estado, tinham como mercado os núcleos urbanos estaduais e, finalmente, promoviam solidariedades

econômicas (complementaridade) entre si. Assim, mesmo não sendo tão dinâmicas quanto os setores hegemônicos (Os Grandes Projetos) da indústria que se instalaram no território do Espírito Santo nesse mesmo período, as atividades industriais financiadas pelos bancos regionais seriam mecanismos de criação de solidariedades orgânicas no território capixaba.

Tabela 17: Espírito Santo: Operações aprovadas por gênero da indústria de transformação no Espírito Santo (%) (1960-1980)

Gênero	Investimento Total	Incentivos Fiscais
Produtos Alimentares	28,6	27,2
Metalurgia	11,1	17,5
Papel e Papelão	5,3	14
Minerais não metálicos	13,9	13,5
Química	18,9	8,3
Têxtil	5,8	4,6
Madeira	4,3	4
Couros, peles e assemelhados	3,7	3,9
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	2,2	1,8
Material elétrico e de comunicação	1,9	1,7
Material de Transporte	2,1	1,6
Mobiliário	1,9	1,5
Produção de matéria plástica	0,1	0,3
Indústrias Diversas	0,3	0,1

Fonte: Mota (2002) p. 33.

Nesse sentido, o regionalismo bancário do Espírito Santo possibilitou o fortalecimento de circuitos produtivos industriais que configuravam elementos do espaço geográfico capazes de potencializar uma coesão interna da região de Vitória, ou seja, eram fluxos de mercadorias e capitais determinados por uma lógica interna à região. Esses circuitos produtivos abarcavam desde as instâncias produtivas primárias (agrícola ou extrativa) até o consumo nas cidades e núcleos urbanos do próprio estado.

Além desse novo sentido que passa a caracterizar a ação dos bancos regionais capixabas nas décadas de 1960-1980, voltado basicamente para os circuitos industriais, outros conteúdos do território determinaram o uso do território pelo Banestes no período em tela. Um deles é o processo de urbanização pelo qual passava o território e a população; o banco foi responsável por afiançar empréstimos do governo estadual com o Banco Nacional de Habitação (BNH)

“destinados à execução de obras do sistema de abastecimento de água e construção da rede de esgoto em municípios do Estado” (ESPÍRITO SANTO, 1970, Artigo 1º); o banco também participou da concessão de crédito para a Companhia Espírito-Santense de Saneamento (CESAN), com recursos provenientes do BNH, “visando a participação do Estado do Espírito Santo no Plano Nacional de Saneamento – PLANASA” (ESPÍRITO SANTO, 1972, Artigo 3º). O banco também fez parte de mecanismos estatais de diminuição das desigualdades regionais advindos do processo econômico e espacial extremamente concentrado. Em primeiro lugar, através de sua ação normativa, o governo estadual pode contrair empréstimos – no valor de Cr\$ 329.105.524,40 – junto ao BNH, através do Banestes, “destinados à execução de obras de infra-estrutura e equipamento comunitários, necessários à plena e adequada execução de programas habitacionais de natureza social” (ESPÍRITO SANTO, 1979, Artigo 1º). Outra ação do Estado, através do seu banco, foi a concessão de empréstimos para atendimento de comunidades com menor dinamismo:

Fica o Poder Executivo autorizado a outorgar as garantias que se fizerem necessárias, junto ao Banco do Estado do Espírito Santo S/A – BANESTES e/ou Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, com vistas à realização de operações de crédito a serem contratadas pela Companhia Espírito-santense de Saneamento – CESAN, com à Caixa Econômica Federal – CEF, mediante fiança bancária, envolvendo recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento – FAS, para aplicação em projetos de abastecimento de água em comunidades de pequeno porte no Estado do Espírito Santo (ESPÍRITO SANTO, 1985, Artigo 1º).

De forma sintética, podemos dizer que as transformações pelas quais passou o regionalismo bancário capixaba (dando destaque para a concentração das sedes na capital, a maior racionalização da divisão do trabalho bancário oficial estadual, a capilarização da topologia bancária tradicional e as novas qualidades de seus fluxos de recursos) foi uma adaptação e um motor que possibilitou profundas transformações materiais no espaço geográfico do Espírito Santo. De modo geral, é possível dizer que os bancos estaduais aumentaram a produtividade espacial do território capixaba, dando maior autonomia aos agentes locais ao se inserirem nos processos nacionais que vinham se desenhando nesse período; ao mesmo tempo em que difundiu seus fixos e fluxos acampanhando o conteúdo demográfico do estado, de modo a universalizar a intermediação bancária aos agentes privados e públicos presentes em todos os municípios do estado. Portanto, os bancos regionais e, no nosso caso específico, o Banestes, foram – no período 1964/1994 – importantes elementos do espaço geográfico que se desenvolveram sob a força da contiguidade espacial e que auxiliaram na consolidação de solidariedades orgânicas no território.

3 AÇÃO REGIONAL DO BANESTES PÓS-PLANO REAL (1994-2016)

3.1 “O CHÃO CONTRA O CIFRÃO¹²³”: A MANUTENÇÃO DO BANESTES COMO BANCO PÚBLICO ESTADUAL

As solidariedades locais e a manutenção do Banestes como banco público e estadual

Nos debates ocorridos a respeito do processo de privatização dos bancos estaduais (comerciais e de desenvolvimento), muitos têm se questionado a respeito das diferenças resultantes em cada estado; por que alguns estados tiveram seus bancos privatizados? Por que, em outros casos, os bancos foram liquidados ou transformados em agências de fomento? Ou, ainda, por que alguns estados conseguiram manter seus respectivos bancos? A revisão bibliográfica sobre o tema da privatização dos bancos comerciais estaduais brasileiros indicou que existiriam três fatores básicos ligados à resistência da venda do banco ao setor privado (ou à transformação da instituição estadual em federal). Em primeiro lugar, estariam a ideologia e o pensamento econômico dos políticos de nível estadual; em segundo lugar, a presença de partidos políticos nos governos estaduais que se opunham ao partido do governo federal e; por último, a expectativa de distribuição de custos e benefícios ligados à efetivação da privatização do banco estadual (ARMIJO e JHA, 1997; BAER e NADER, 2000; BECK, CRIVELLI e SUMMERGHILL, 2005; NESS, 2000).

De maneira sintética, esses três fatores indicados por Armijo e Jhan poderiam ser resumidos como uma das facetas do conteúdo político do espaço geográfico. Em outras palavras, os autores indianos indicam que o principal obstáculo ao processo de privatização dos bancos estaduais no Brasil foi o conteúdo político do território usado, ou seja, o modo como se distribuiu o comando dos executivos e legislativos no nível federal e estadual, em termos de partidos políticos, governadores e seus respectivos programas de governo e ideologias partidárias. O presente tópico procura contribuir para essas discussões tendo, como ponto de vista, o papel dos conteúdos do território para tais diferenças a partir do caso do estado do Espírito Santo e de seu banco (Banestes).

No contexto do desmonte e privatização do sistema de bancos públicos estaduais pós-Plano Real, o Banestes enfrentou dois momentos de tentativas de sua venda ou federalização; a primeira ocorreu entre os anos 1998-2002, no qual se articularam forças para a venda do banco; o segundo momento se deu entre os anos 2008-2009, no qual se buscou sua federalização

---

¹²³ O título do tópico faz referência ao artigo publicado pelo professor Milton Santos no ano de 2001.

(pelo Banco do Brasil). Diferentemente da maioria dos estados brasileiros, o banco não foi vendido ou federalizado; o que pode ter ocorrido? Nossa hipótese, que por si só necessitará de futuras pesquisas mais detalhadas sobre o assunto, é que as solidariedades geográficas locais ou regionais, das quais o Banestes participava e ainda participa, tiveram papel central na oposição aos nexos externos – representados por ações vinculadas ao mercado – que, de forma direta e indireta, buscavam desintegrar tais solidariedades com o objetivo de criar melhores condições de atuação das grandes instituições bancárias e financeiras no território capixaba.

São três os conteúdos dessas solidariedades locais/regionais consolidadas a partir – ou ao redor – do banco, e que pretendemos descrever com um pouco mais de detalhe ao longo do texto. Em primeiro lugar, retomar aquilo que foi analisado no segundo capítulo, ou seja, o papel do banco como um elemento criador de um dinamismo econômico local, sobretudo no entorno da região de Vitória (e em sua respectiva rede urbana); em segundo lugar, ao mesmo tempo que banco e região evoluíam e se determinavam mutuamente, o banco acabou por se tornar parte constituinte daquilo que Jean Gottmann chamou de iconografia regional; por último, iremos destacar as relações entre banco e elementos locais da vida regional (sindicatos, municipalidades, movimento sociais e agentes econômicos).

Como poderíamos caracterizar essas solidariedades locais criadas? Em primeiro lugar, o fenômeno parece remontar à própria relação entre o banco e a região, no sentido tradicional da geografia. Acreditamos que essa relação entre o banco regional e a região tenha sido um dos principais obstáculos ao processo de privatização e federalização do Banestes. Como descrevemos com maiores detalhes no segundo capítulo dessa dissertação, o Banco do Estado do Espírito Santo foi um elemento relevante – se não um dos principais –, no processo de evolução e consolidação da região da cidade de Vitória e de sua rede urbana, isto é, banco e região se determinaram mutuamente durante o tempo.

Como se deu esse processo? Por um lado, os conteúdos técnicos, políticos, normativos, demográficos e urbanos do território acabaram por criar as possibilidades de localização da sede da instituição (*headquarter*) e de sua rede de fixos bancários com os quais o banco realizaria a intermediação bancária no território capixaba; por outro lado, o banco, ao instalar sucessivamente suas agências bancárias em determinadas cidades (e em outras não), acabou por criar uma hierarquia entre os centros urbanos e, portanto, reforçar e/ou criar solidariedades entre os lugares. Qual o significado disso para o presente problema, qual seja, a privatização do banco?

A resposta dessa questão tangencia o conteúdo mais profundo do que significa uma

região. O banco, ao mesmo tempo que era um reflexo das condições materiais do território, também acabou por ser um elemento ativo na transformação do espaço geográfico; o Banestes auxiliou a formação de uma coerência interna à rede urbana de Vitória, ao instalar sua topologia no espaço geográfico capixaba; ao concretizar sua divisão territorial do trabalho, com a função do comando e suas funções operacionais, o banco imprimiu sua hierarquia interna ao próprio território. Ou seja, a cidade na qual se localizou a sede acabou por ter a função de “metrópole regional” já que o tempo das decisões do banco seria o tempo da cidade (Vitória). As cidades que tiveram as primeiras agências acabaram fornecendo serviços bancários à um conjunto de núcleos urbanos ao redor, de modo que acabaram tendo a função de “centros regionais” (Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, São Mateus) sob coordenação de Vitória (sede).

Junto a esse aspecto da hierarquia urbana regional, o banco, por ter sido historicamente o pioneiro em grande parte dos municípios do estado, acabou por formar a partir de seus fluxos de informações e de recursos aquilo que Santos ([1985] 2012) chamou de “círculo de cooperação”¹²⁴; ou seja, o banco possibilitou que as diferentes fases dos circuitos produtivos regionais se concretizassem, tendo os “centros regionais” e a “metrópole regional” como os principais centros organizadores desses circuitos. Assim, ao ser a primeira instituição a conceder a função bancária a boa parte dos núcleos urbanos do Espírito Santo, o banco acabou por promover centralidades no território importantes para a realização dos processos econômicos e políticos do estado.

Além disso, ao mesmo tempo em que o banco e região iam se determinando mutuamente, o banco, devido à sua longa história, acabou por ir se adaptando às dinâmicas econômicas, políticas e culturais de cada área do território. Essa adaptação se dava principalmente através de seus gerentes que, de maneira geral, eram pessoas advindas do próprio município e, desse modo, acabavam por reconhecer as principais necessidades financeiras das atividades e as principais barreiras existentes entre banco e cliente; esse *know-how* das especificidades das diferentes partes do estado é parte do capital adquirido pelo banco ao longo de seu funcionamento e da presença da sede do banco que, por estar muito próxima (culturalmente e fisicamente), acabava por entender a importância de se adaptar a essas características espaciais – tanto para os municípios quanto para o banco.

---

¹²⁴ Em relação ao conceito de “círculos de cooperação” teria como par o conceito de “circuitos espaciais de produção”. Nesse caso, o geógrafo Milton Santos procura analisar o modo como os circuitos produtivos deixaram de ser regionais e passaram a envolver escalas cada vez maiores, inclusive global; os círculos de cooperação seriam condições objetivas necessárias para articular esses processos agora globalmente dispersos dos circuitos produtivos (SANTOS, [1985] 2012).

O que significaria, então, a privatização ou federalização do Banestes diante desse contexto? De acordo com as experiências vividas por outros estados, a venda ou federalização do banco estadual acabaria por modificar o modo de funcionamento de suas agências, a transformação da qualidade do fornecimento dos serviços financeiros e bancários e, de forma ainda mais impactante para as dinâmicas locais, a ausência do acesso ao banco com o fechamento de agências em municípios deficitários. De maneira mais direta, a privatização do banco afetaria diretamente os circuitos produtivos regionais e as solidariedades entre os lugares.

As relações entre os bancos estaduais e o setor público estadual e municipal existiram desde a fundação das primeiras instituições bancárias no território brasileiro, como demonstraram Lopreato (2002) e, no caso específico do Banespa, Costa (1988). O economista Yttrio Costa Neto indicou que uma das principais motivações para a criação dos bancos comerciais estaduais seria exatamente a possibilidade de o governo estadual e, portanto, seu conjunto de empresas, autarquias e outras instituições, depositarem seus recursos de modo a poderem gerir melhor seus ativos e passivos de forma autônoma (COSTA NETO, 2004). No caso específico dos bancos estaduais capixabas, como visto, a necessidade de existir uma instituição bancária sediada na capital na qual o governo estadual pudesse depositar seus recursos também foi uma variável importante. De todo modo, podemos afirmar que o Banestes foi (e ainda é) usado como um mecanismo para a produção de círculos de cooperação no território do Espírito Santo.

Devido à sua ampla capilaridade no território, o banco materializou uma eficiente rede de drenagem dos recursos oficiais, isto é, a coleta de impostos dos agentes econômicos e das famílias; a mesma capilaridade permitiu que os recursos monetários advindos de políticas públicas, das esferas federal e estadual, pudessem ser localizados cirurgicamente nos espaços mais banais do território do estado; o banco, por sua ampla rede de agências – portanto, com seu amplo conjunto de especialistas em crédito (sobretudo os gerentes) – fazia parte dos Conselhos Municipais que, junto a outras entidades e autarquias, realizavam estudos e planejamentos para cada município. Por último, queremos destacar o papel do Banestes num dos principais elementos da gestão e funcionamento do setor público, qual seja, a gestão das folhas de pagamento dos servidores públicos municipais e estaduais (Mapa 14). Na medida em que o banco foi expandindo sua rede de agências, foi também se misturando à vida local, principalmente através do setor público, sendo usado pelas municipalidades como agente responsável pela gestão das folhas de pagamento de seus servidores.

Mapa 14: Espírito Santo: bancos responsáveis pela gestão das folhas de pagamento municipais (2016)

Fonte: Prefeituras. Elaboração própria.

Essa imbricação com o setor público foi de tal monta que, até o ano de 2016, o banco era responsável pela folha de pagamento de 73 municípios do estado. Na maioria dos casos, nenhum outro banco estaria interessado em administrar tais recursos devido ao pequeno volume movimentado, sobretudo nas prefeituras dos municípios menores. Antes da busca atual dos bancos privados pela administração das folhas de pagamento do setor público, o Banestes já se colocava como instituição financeira responsável por auxiliar as gestões públicas dos pequenos municípios do interior do estado.

Nesse sentido, a privatização – ou a própria federalização do Banestes – significaria abrir

mão de um importante aparelho financeiro e de organização do Estado (estadual e municipal). O banco era – e ainda é – um elemento material do território do qual o Estado se utiliza para a realização da circulação mais eficiente e universal dos recursos oficiais (impostos e receitas públicas) e da própria informação econômica sobre os lugares, já que é conhecedor e participante da vida pública dos diversos lugares que compõem o espaço geográfico capixaba. O banco, assim, é um importante elemento capaz de promover a produtividade espacial no Espírito Santo, dando mais condições para ser alcançado ali um desenvolvimento econômico em bases endógenas.

O Banestes, por sua idade e por seu âmbito de atuação, acabou por consolidar uma identidade e dar coerência ao próprio território do estado, fato que foi destacado em praticamente todas as entrevistas realizadas para esta dissertação (desde sindicalistas até diretores e clientes do banco)¹²⁵. De forma sintética, os ícones e símbolos, geralmente um conjunto de objetos materiais ligados a um conjunto de memórias e hábitos (psicoesfera), constituem um subsistema do espaço geográfico regional e, sendo parte da combinação de variáveis do território usado, acabam por ter as mesmas qualidades de qualquer outro objeto geográfico, isto é, a capacidade de influenciar os processos futuros (SANTOS, [1996] 2009). Seguindo esse raciocínio, foi possível identificar que o Banestes faz parte da iconografia estadual capixaba. Sendo, em praticamente todos os casos, o primeiro banco a se instalar em vários municípios do estado, o banco capixaba acabou por se confundir com a própria memória de grande parte da população do estado, como mostra estudo do Sindicato ligado ao banco:

Se você chegar no interior há uma identidade entre o funcionário do banco e o banco. O cara vê o banco mais no funcionário do que no próprio banco. Nos outros bancos não têm isso. Você não chega e diz fulano do Bradesco, mas o cara do Banestes [...]. O cara não entra ali por um período transitório. Quando ele entra, permanece e quase sempre aposenta por ali. Há uma relação de identidade, de conhecimento e afinidade local. E a empresa absorve isso. Isso é um capital político para o banco. E isso foi um fator importante de envolvimento dos funcionários com a capacidade de envolver a população local. Eles criam uma relação afetiva entre os funcionários, a população local e a instituição. Os funcionários tinham e ainda tem uma relação muito forte com a população local, independentemente de ser cliente ou não. Normalmente é o pessoal da região, nasceu ali, conhece todo mundo. Esse negócio do pertencimento, tipo assim, “é nosso”. Goza de uma confiança

¹²⁵ Na fase de realização do trabalho de campo entrevistamos representantes do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo/Banestes (Sindibancários-ES) (05/05/2016), Cláudio Vereza, ex-deputado estadual (17/06/2016), o ex-Diretor de Negócios José Bof Buffon (11/05/2016) e com o atual Diretor de Negócios Luiz Carlos Doná (28/07/2016), Diretor de Relações com Investidores Celso Nunes Almeida (28/07/2016) e Diretora de Riscos e Controle Monica Campos Torres (28/07/2016). Um elemento comum levantado por todos os entrevistados foi o caráter simbólico do Banestes.

muito grande. Facilita esse relacionamento
(SINDIBANCÁRIOS/BANESTES, 2016).

Portanto, para além dos aspectos econômicos, o banco acabou por auxiliar na consolidação de uma identidade do próprio território estadual. Em primeiro lugar, sua própria característica – ser um banco público e de atuação eminentemente estadual – ligou, de maneira significativa, o banco e o estado como um todo; em segundo lugar, o banco foi um elemento fundamental no incremento da influência de Vitória sobre o território do estado, em detrimento da presença da cidade e dos bancos do Rio de Janeiro (e também de Minas Gerais); além disso, por ter sido o banco pioneiro em grande parte do interior do estado, acabou por estar mesclado à transformação das práticas financeiras dos habitantes interioranos. Por último, o banco foi, também, um importante elemento do espaço geográfico para a definição dos limites estaduais: isso se deu através da instalação de agências em núcleos urbanos localizados nas fronteiras o que acabou por incrementar a presença capixaba na área de disputa com Minas Gerais (Noroeste)¹²⁶.

Esse papel do banco como um ícone da identidade do estado ficou explícito durante os debates e conflitos advindos das tentativas de privatizar o banco. De acordo com representantes do sindicato dos bancários do Espírito Santo, a manutenção do controle público e estadual do Banestes se deu pela participação popular ao movimento contrário à privatização; essa mobilização da população em geral na defesa do banco ocorreu pela percepção dos desdobramentos da privatização de serviços públicos e o que o banco poderia representar frente a isso. Nas palavras dos sindicalistas:

[...] no período FHC (Fernando Henrique Cardoso), tinha um apelo social, tinha uma aceitação social que vinha da ideia que tinha que privatizar para melhorar a vida do povo, para sobrar dinheiro para investir em educação, parar a corrupção, todo esse discurso. Até um certo momento o povo começou a acreditar que isso era verdade. Mas, chegou um momento em que começaram a privatizar as estatais, locais e nacionais, e a vida piorou. Então, a gente percebeu também que esse discurso da privatização perdeu força no meio social. Nas últimas campanhas que a gente fez, já nos anos 2000, a privatização já não tinha tanto apelo como tinha nos anos 1990. As pesquisas mostravam isso. E o povo começou a acreditar que privatizar não era sinônimo de melhorar a qualidade de vida. Isso facilitou a gente continuar defendendo o banco. (SINDIBANCÁRIOS/BANESTES, 2016).

O banco, enquanto um símbolo histórico – portanto, como parte da iconografia regional

---

¹²⁶ A “Guerra do Contestado” (Primeira metade do Século XX) foi um conflito entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais pelo território do Contestado, área rica em plantações de café localizada ao norte do rio Doce nos limites territoriais entre os dois estados (PONTES, 2007).

– e público do território do estado do Espírito Santo, acabou funcionando como um elemento de segurança ao redor do qual a população do estado se aglutinou procurando, assim, uma forma de expressar sua oposição às decisões e vetores externos ligados ao processo de privatização e desmonte do fornecimento de todo o conjunto de serviços públicos ofertados no território do estado. Frente aos processos desorganizadores da vida local, “as mentes dos homens se reagrupam segundo a lealdade aos sistemas de signos” (GOTTMANN, 2012, p. 543), no caso, o banco do estado que representava universalização dos serviços básicos e da melhora da qualidade de vida.

Outro conteúdo do território capixaba envolvido na manutenção do banco estadual é a presença do sindicalismo e as densidades comunicacionais conformadas por esse agente junto a outros elementos locais do estado. O fenômeno dos sindicatos bancários existe no Espírito Santo desde, pelo menos, a década de 1920 e, desde então, tem se capilarizado no espaço geográfico¹²⁷ (TOSI *et al*, 1995). De acordo com o geógrafo Paul Claval, os sindicatos, enquanto um fenômeno espacial, fazem parte do cálculo dos capitalistas, no sentido de buscar lugares nos quais a organização trabalhista não seja tão sólida a ponto de diminuir a margem de lucro das atividades. Nesse sentido, os sindicatos acabam por ser um conteúdo do território que, junto a outros elementos eminentemente locais/regionais, podem determinar a instalação dos eventos e, assim, influenciar o processo de divisão social e territorial do trabalho. Quem também nos ajuda a compreender o papel decisivo dos sindicatos na luta contra o processo de privatização do banco estadual são Georges Benko e Bernard Pecqueur, que indicaram a constituição de uma produtividade espacial que, diferente de uma produtividade orientada para os agentes econômicos, teria o sentido de fortalecer uma descentralização e regionalização da gestão dos bens coletivos locais (BENKO e PECQUEUR, 2001, p. 35); essa produtividade espacial “intravertida” se tornaria cada vez maior à medida em que as relações entre os elementos locais (empresas, municipalidades, universidades, sindicatos etc.) se tornassem mais densas.

---

¹²⁷ Qual a influência do sindicalismo bancário para a geografia econômica? O geógrafo Paul Claval, comentando a obra de David Harvey, assinala que “Nas zonas onde os lucros são mais altos, os capitalistas criam fábricas e edificam casas para os trabalhadores; os municípios e o Estado criam escolas para as crianças. A população cresce; o Estado equipa a região com ferrovias ou rodovias. A vida operária organiza-se. Sindicatos aparecem em defesa dos empregados. O capitalismo conduz à criação de equipamentos em certas áreas. Como resultado, o espaço torna-se mais rígido. Os preços da terra tornam-se mais altos. Para os capitalistas, essa evolução significa salários mais altos, lutas sociais mais frequentes com os sindicatos. Os custos da terra evoluem de acordo com o nível geral de vida. Para manter os seus lucros, os capitalistas só têm uma solução: investir em outros lugares onde o preço do solo é mais baixo, os operários permanecem sem organização sindical e a proteção social é menos forte. Daí a tendência de migração das zonas industriais: as regiões atraentes para o capital num certo momento tornam-se zonas repulsivas uma geração ou duas mais tarde” (CLAVAL, 2013, p. 8).

O que ocorreu no território do estado do Espírito Santo? A alta capilaridade do banco, principalmente através de sua rede de agências bancárias, possibilitou a interação de longa data entre a instituição – e seus funcionários – com as municipalidades (prefeitos e secretários), com funcionários públicos municipais e estaduais distribuídos entre os municípios, movimento sociais, agentes econômicos e, finalmente, com a própria sociedade civil de modo geral. Todas essas relações foram historicamente constituídas durante a trajetória do banco em sua relação recíproca com a própria evolução do território capixaba. De todo modo, essas relações comunicacionais entre elementos locais do espaço geográfico foram acionadas diretamente no momento em que se intensificaram as tentativas de privatização do banco:

No interior, os principais defensores são os funcionários (do Banestes). Os funcionários sempre identificavam que vereadores eram clientes do banco e que defendiam o banco. Na cidade, a gente pedia uma audiência pública na Câmara e levava o documento contra a venda [para colher assinatura dos políticos]. A gente procurava deputado por deputado. Mas, antes, a gente procurava suas bases de apoio nas Câmaras e Prefeituras. Então, no interior se dava pelos funcionários, políticos e sindicato dos trabalhadores rurais (MST, MPA¹²⁸). A gente foi em rádio local, jornais regionais (SINDIBANCÁRIOS/BANESTES, 2016).

Nesse sentido, o funcionalismo público, organizado através do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo, foi um importante vetor aglutinador que conseguiu articular um conjunto difuso de agentes sociais, políticos e econômicos em torno do projeto de manutenção do Banestes como um banco público e estadual, sediado na cidade de Vitória. É importante reafirmar que a capacidade do sindicato em articular esse conjunto de agentes só foi possível pela existência pretérita de laços de solidariedade entre os elementos locais do espaço geográfico capixaba. Nesse sentido, o banco estadual desenvolveu relações sistemáticas com as municipalidades (e seu funcionalismo) durante quase um século (1937-2016). Retomando o trabalho de Francisco Lopreato (2002), pode-se dizer que o banco de fato se desenvolveu umbilicalmente com o serviço público capixaba. É como resultado desse amplo período de relações com prefeituras e funcionários que acabaram por se consolidar as solidariedades geográficas que auxiliaram na manutenção do caráter público do banco.

O Banestes contra o poder dos grandes bancos comerciais

No que diz respeito às suas feições mais recentes, a análise do papel do Banestes na topologia bancária e na geografia do crédito no território capixaba deve começar, antes de tudo,

---

¹²⁸ MST: Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra; MPA: Movimento dos Pequenos Agricultores.

pela noção de comando da rede bancária instalada e sobre os recursos monetários que circularam no aparelho bancário (sobretudo depósitos e créditos). O debate ao redor da noção de comando ganhou maior relevo na Geografia a partir do momento em que houve, através da divisão territorial do trabalho, a separação entre o que seria a escala do comando e da realização das ações; o que significa, em termos mais abstratos, uma maior determinação externa sobre o cotidiano vivido nos diferentes lugares de uma formação socioespacial (SANTOS, [1978] 2012, [1996] 2009).

No caso específico da rede bancária, geógrafos e economistas têm procurado demonstrar o quanto a origem dos comandos e das ordens pode afetar toda a dinâmica de funcionamento rotineiro das agências e dos próprios agentes econômicos que consomem produtos e serviços bancários (ALESSANDRINI, CROCI e ZAZZARO, 2005; ALESSANDRINI, PRESBITERO e ZAZZARO, 2009). De maneira geral, de acordo com os autores, as ordens dos grandes bancos nacionais, cujas sedes se encontram fora do mercado regional (*out-of-market bank*), seriam muito mais determinadas pelas dinâmicas das cidades-sede, em detrimento das características das outras áreas do território. O conceito utilizado para essa análise é o de “distância funcional” entre sedes e agências; nas palavras dos autores:

A noção de *distância funcional* entre bancos e os sistemas econômicos locais reflete a distância econômica da região de um banco que, mesmo se fisicamente próximo dos clientes locais através de suas estruturas operacionais, tem seus centros de decisão e funções estratégicas distantes dela (região). Nossa hipótese é que essa distância funcional afeta a performance do banco e as práticas de empréstimos [...] (ALESSANDRINI, CROCI e ZAZZARO, 2005, p. 130-131)¹²⁹.

De que modo, então, a distância poderia afetar a performance de uma instituição bancária com uma topologia de abrangência nacional ou mesmo internacional? Os autores afirmam que o termo “distância” envolve todos aqueles fatores que poderiam causar algum tipo de custo ou fricção entre as sedes e os fixos bancários operacionais; tais fatores, além de abrangerem o aspecto físico da distância, são econômicos, organizacionais sociais, culturais e políticos¹³⁰. Em outros termos, as novas condições técnicas e normativas possibilitaram a

¹²⁹ Original: “The notion of *functional distance* between banks and local economic systems, instead, reflects the *economic distance* from a region of a bank which, even if physically close to local customers through its operational structures, has its decisional centres and strategic functions far away from it. Our hypothesis is that functional distance may affect the banks’ performance and lending practices [...]” (ALESSANDRINI, CROCI e ZAZZARO, 2005, p. 130-131).

¹³⁰ Ainda nos termos dos autores: “These factors are physical as pure geographical distance raises the transportation and information costs of reviewing loan officers’ decisions and auditing branch activities, but they are also economic, social and cultural. [...] In our context, the greater the socioeconomic disparities between the region

geografização de um novo fenômeno das finanças dentro dos contextos territoriais (Martin, 1999), qual seja, a divisão territorial do trabalho bancário entre: 1. por um lado, a centralização do comando (sede) das grandes instituições bancárias e financeiras nacionais e estrangeiras; e 2. por outro lado, a difusão da topologia bancária por todo o território nacional. Tal fenômeno tem como desdobramento a potencialização do papel do setor financeiro e bancário como fator de aumento das desigualdades regionais, assim como demonstrou a economista Adriana Amado (1998).

A consolidação de grandes centros financeiros (principalmente nas grandes metrópoles nacionais) e a difusão da topologia bancária acaba por gerar maiores dificuldades no que se refere ao acesso aos serviços e recursos creditícios por parte dos agentes que se localizam em áreas menos dinâmicas dos territórios nacionais. O debate sobre os bancos regionais se insere exatamente em contraposição à consolidação das grandes redes bancárias nacionais e mesmo internacionais; os bancos regionais seriam aqueles que, além de desenvolverem uma topologia bancária territorialmente mais restrita, possuem seu centro de decisões localizado no mercado territorial de funcionamento. Nesse sentido, quais são os desdobramentos, para o funcionamento do banco e para sua relação com o território (através da rede de agências), da localização de sua sede na própria região de atuação?

Além de conceder centralidade ao polo regional onde está localizada a sede da instituição bancária – e dos possíveis desencadeamentos dessa localização (mão-de-obra especializada e serviços corporativos, por exemplo, Alessandrini, Presbitero e Zazzaro, 2009) –, o fato de a sede dos bancos regionais se encontrarem muito mais próximas de seu mercado de atuação acaba por gerar maiores facilidades no que se refere tanto à coleta de informações sobre os agentes, quanto na supervisão e controle sobre as agências bancárias (Hakenes, 2009, 2013, 2014). Ou seja, em termos puramente econômicos e administrativos, a menor distância funcional acaba por gerar diminuição de fricção e de custos no controle e organização da rede de agências instaladas no território. Por outro lado, por estar limitado a uma área mais restrita em relação às grandes redes de agências nacionais, os bancos regionais acabam por estar muito mais relacionados/dependentes do desenvolvimento de sua região de atuação (LABASSE, 1955); isso acaba por influenciar o modo de expansão da topologia e por modificar a forma de

---

where the bank is headquartered and the region where their branches are located, the greater is the informational rent of local loan officers and the more costly it is to monitor them. In the same way, cultural disparities between the bank's center and its 'peripheries' reduce 'trust' between managers and local loan officers and increase costs of producing and transmitting information within the bank". (ALESSANDRINI, PRESBITERO e ZAZZARO, 2009, p. 183).

funcionamento de sua rede de agências e de seu quadro de especialistas em crédito (sobretudo os gerentes).

É nesse sentido que procuramos tratar a questão do comando sobre a topologia e sobre os recursos monetários que se encontram no território do estado do Espírito Santo. O período pós-Plano Real apontou certas tendências que configuram exatamente as características desse novo período do território nacional e das finanças no país. Nos 22 anos que abrangem todo o período pós-Plano Real, foram instaladas no território capixaba cerca de 148 novas agências, o que representa quase metade da rede construída durante toda a história bancária do estado do Espírito Santo (1911-1994) (Tabela 18). Sendo assim, se em pouco menos de um quarto de século foi criado quase metade (148 agências) daquilo que demorou aproximadamente um século para ser consolidado (307), é possível identificar uma aceleração desta difusão das agências.

Tabela 18: Espírito Santo: evolução do comando da topologia bancária tradicional (Agências e PABs) (1994-2016)

	1994				2002				2006				2016			
	Agências		PABs		Agências		PABs		Agências		PABs		Agências		PABs	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Bancos Estrangeiros	1	0,3	0	0,0	28	9,2	16	14,3	30	8,2	15	19,5	28	6,2	0	0,0
Bancos Privados Nacionais	87	28,3	40	22,2	73	24,1	14	12,5	76	20,9	9	11,7	124	27,3	11	16,2
Bancos Federais	120	39,1	31	17,2	112	37,0	28	25,0	137	37,6	26	33,8	174	38,2	30	44,1
Banestes	99	32,2	109	60,6	90	29,7	54	48,2	121	33,2	27	35,1	129	28,4	27	39,7
Total	307	100	180	100	303	100	112	100	364	100	77	100	455	100	68	100

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN). ESTBAN (vários anos). Elaboração própria.

No que tange ao comando dessa rede instalada nesta parcela do território nacional, é preciso indicar a existência de duas fases bastante nítidas: a) a primeira seria entre os anos 1994-2002, na qual os bancos estrangeiros ganham maior relevo dentro do cenário estadual; b) a segunda (2002-2016) seria, se não uma negação da fase anterior, a de uma diminuição da força dos bancos estrangeiros no Espírito Santo, justamente através da ação dos bancos estatais (federais e estaduais). Em 1994, os bancos privados nacionais possuíam 87 agências instaladas no território capixaba, o que representava o comando sobre 28,3% de toda rede do estado; até 2002, o número de agências caiu para 73 fixos (24,1%), o que pode ser devido ao processo de adaptação dos bancos ao novo ambiente econômico criado pelo Plano Real, como demonstrou

Contel (2011) para o caso nacional; até 2016, os grandes bancos privados nacionais instalaram 51 novas agências, alcançando o comando sobre 27,3% da rede do estado. De todo modo, ao final do período destacado, os bancos privados nacionais, apesar do incremento absoluto de sua rede no estado, tiveram seu controle diminuído de 28,3% para 27,3%.

No que se refere aos Pontos de Atendimento Bancário (PABs), os bancos privados nacionais tiveram uma diminuição contínua no número absoluto desse elemento da topologia bancária no Espírito Santo. Em 1994, essa categoria de bancos possuía 40 PABs instalados em todo o estado, representando um comando sobre 22,2% da rede capixaba; em 2002, o número caiu para 14 (12,5%); chegando em 2016 com apenas 11 PABs instalados (16,2%). O aumento do comando relativo sobre a rede de PABs no estado se deve muito mais à diminuição mais intensa das respectivas redes das outras categorias de bancos.

Os bancos federais, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste Brasileiro, possuíam, em 1994, 120 agências (39,1%) instaladas em todo o território do estado; até o ano de 2002, sua rede desses fixos apresentou um decréscimo de oito agências, representando 37% da rede do Espírito Santo; essa primeira queda do número de agências estatais, de instituições de âmbito federal, parece ser resultado de uma escolha política de enfraquecimento dos bancos públicos nesse período. Entre 2002 e 2016, a partir do fortalecimento do papel dos bancos públicos federais nas novas políticas econômicas e sociais, foram instaladas 62 novas agências no território capixaba, ampliando o comando da rede por parte dos bancos federais para 38,2%. Como dissemos acima, a fase 2002-2016 representou um enfraquecimento de políticas econômicas que privilegiavam o uso do território por empresas de comando externo; muito desse enfraquecimento se deu, exatamente, através do fortalecimento das instituições bancárias federais e, portanto, da expansão de sua topologia no território nacional e, no caso específico, também do Espírito Santo. Assim, apesar do reforço do papel dessas importantes instituições, numa visão geral do período, os bancos federais perderam participação relativa (de 39,1% para 38,2%).

No que tange aos PABs, os bancos federais atuaram muito mais no intuito de manterem seu posicionamento relativo sobre o comando da rede. Em 1994, os bancos federais possuíam 31 PABs no Espírito Santo, o que significava apenas 17,2% de toda a rede estadual; o número destes fixos caiu para 28 em 2002, enquanto que seu comando relativo aumentou para 25%; finalmente, em 2016, mais dois PABs são instalados, permitindo que os bancos federais pudessem comandar 44,1% de toda a rede de PABs do Espírito Santo.

Como já mencionado, o período pós-Plano Real consolidou um conjunto de condições

técnicas e políticas para a efetivação do uso do território brasileiro por parte dos bancos estrangeiros; tais condições se refletiram no crescimento considerável do comando relativo de bancos estrangeiros sobre a rede de agências no Brasil de modo geral e no território capixaba de maneira específica. Entre 1994 e 2016, os bancos estrangeiros instalaram 29 agências, apresentando um crescimento que variou entre 0,3% (1994) para 6,2% (2016). De todo modo, tal crescimento apresentou dois momentos muito claros. Durante a vigência de políticas econômicas intrinsecamente ligadas ao consenso neoliberal, os bancos estrangeiros tiveram um crescimento mais considerável no comando da topologia bancária instalada no território; entre 1994 e 2002, estes bancos passaram de 0,3% para 9,2% do comando. Apesar de ainda ser a maior taxa de crescimento, entre 2002 e 2016, tal desenvoltura das ações de bancos estrangeiras foi amenizada.

Finalmente, a evolução da participação do banco capixaba. De modo geral, ao longo do período, o banco pôde intensificar sua atuação do território do Espírito Santo ampliando de forma considerável o número de agências que fazem parte de sua rede; em 1994, o banco detinha uma rede composta por 99 unidades; até 2016 foram instaladas 30 novas agências, chegando ao total de 129 unidades sob o comando da sede do Banestes. Apesar desse crescimento considerável, o banco apresentou um decréscimo em relação ao comando geral da topologia bancária tradicional instalada no território, passando de 32,2% para 28,4%. A evolução da rede de PABs do banco apresentou uma diminuição ainda mais expressiva. Em 1994, o banco possuía uma rede composta por 106 PABs, o que correspondia a quase 61% desses fixos instalados no estado; em 2016, a rede de PABs do banco foi reduzida para 27 unidades, representando cerca de 39% da rede total de PABs presente no território capixaba.

A análise da evolução recente do comando sobre a topologia bancária tradicional (agências e PABs) no território do Espírito Santo nos permite observar alguns processos gerais. Em primeiro lugar, ficou evidente o reforço do controle extra-regional (nacional e internacional) sobre a rede de agências e PABs instalados no estado; ou seja, bancos sediados em cidades fora do estado capixaba intensificaram seu poder de comando sobre esse importante canal de fornecimento de produtos e serviços bancários para os agentes sociais e econômicos presentes no estado; o que significa dizer também, como foi demonstrado na breve discussão teórica, maior incidência do fenômeno da “distância funcional” e todos os seus desdobramentos, já descritos, para a atividade bancária. De certo modo, as grandes redes bancárias, a partir de seu comando centralizado nas grandes cidades nacionais, intensificaram a instalação de

verticalidades no espaço geográfico capixaba¹³¹.

Por outro lado, a manutenção do Banestes enquanto banco público estadual sediado em Vitória teve desdobramentos significativos sobre a evolução recente do comando da topologia bancária tradicional no território capixaba. O aspecto central a ser destacado é que, ao se manter o Banestes como uma instituição pública e estadual, o banco impediu a completa extravasão do sistema de objetos e ações da atividade financeira no território capixaba. É preciso compreender o papel do banco dentro do processo geral de fortalecimento cada vez mais intenso de grandes instituições bancárias sediadas nas grandes metrópoles nacionais – no caso brasileiro, as cidades de São Paulo e de Brasília – e, junto a isso, ao processo recente de privatizações e de federalização dos bancos públicos estaduais.

Em primeiro lugar, ao se preservar a instituição, o banco pode manter seu centro de comando (sede) localizada na cidade de Vitória. No processo de divisão territorial do trabalho bancário que veio se instalando no Brasil desde a década de 1970, a cidade de Vitória, por si só, não teria condições objetivas capazes de atrair a localização de sedes de grandes instituições bancárias federais, privadas ou estrangeiras¹³²; isso significa que a manutenção da sede do banco estatal permitiu a continuação de uma certa centralidade à capital capixaba, pelo menos dentro do cenário estadual, e da continuação da capacidade de gestão regional (isto é, a partir do próprio estado) da maior rede de agências instalada no território do estado.

Em segundo lugar, o banco manteve esta feição eminentemente regional do sistema de objetos e ações bancárias no território por sua capacidade de dinamizar e ampliar sua rede de fixos tradicionais (agências) frente ao forte de processo de atuação dos bancos *out-of-market*. Como vimos nas análises da evolução do comando do sistema bancário, apesar da intensificação

---

¹³¹ As políticas colocadas em práticas por estas instituições bancárias, através de seus pontos fixos de atendimento, devem ser aprofundadas em pesquisas futuras. De todo modo, em termos teóricos, é possível levantar a hipótese de que, com a maior presença do fenômeno da distância funcional, as grandes redes bancárias de âmbito nacional produzem aquilo que o geógrafo Milton Santos chamou de verticalidades: “A verticalidade cria interdependências, tanto mais numerosas e atuantes, quanto maiores as necessidades de cooperação entre lugares. [...] Essas interdependências tendem a ser hierárquicas e seu papel de ordenamento transporta um comando. A hierarquia se realiza através de ordens técnicas, financeiras, políticas, condição de funcionamento do sistema. A informação, sobretudo ao serviço das forças econômicas hegemônicas e ao serviço do Estado, é o grande regedor das ações que definem as novas realidades espaciais. Um incessante processo de entropia desfaz e refaz contornos e conteúdos dos subespaços, a partir das forças dominantes, impondo novos mapas ao mesmo território. [...] Nos outros lugares, a incorporação desses nexos e normas externas têm um efeito desintegrador das solidariedades locais então vigentes, com a perda correlativa da capacidade de gestão da vida local” (SANTOS, [1996] 2009, p. 285).

¹³² O autor David Porteous, em seu artigo “The development of financial centres: location, information externalities and path dependence”, procurou descrever as condições mínimas que possibilitam o desenvolvimento de importantes centros financeiros no território nacional (PORTEUS, 1999). O importante a ser destacado é que a cidade de Vitória não atende aos critérios mínimos exigidos para a instalação de sedes e para o funcionamento de grandes redes bancárias.

do uso do território do estado por parte dos grandes bancos, o Banestes procurou manter sua participação mínima de comando da rede de agências, implicando assim no reforço de sua posição dentro do mercado de dinheiro do Espírito Santo. Ao mesmo tempo, o banco, por já ocupar parte significativa do mercado regional, impediu que outros grandes bancos tivessem toda a liberdade para se expandir no território do estado¹³³. Com isso, o banco permitiu que se fortalecesse a capacidade de gestão endógena interna da vida local, no que tange aos bens e serviços bancários, ou seja, o banco continua sendo um importante elemento de consolidação de solidariedades orgânicas no território capixaba; elemento que ganha ainda mais relevo dentro do contexto de extrema verticalização do sistema bancário e financeiro nacional.

A noção de “geografia do dinheiro” no qual nos baseamos para a elaboração do presente tópico faz referência, por um lado, aos agentes financeiros responsáveis pela coleta dos excedentes econômicos existentes no território (depósitos) e pela irrigação de recursos através das operações de crédito; por outro lado, a noção também nos impele a verificar o modo como essas operações (depósito e crédito) se distribuem no espaço geográfico (LABASSE, 1964; CONTEL, 2011). Num determinado lugar se realizam, simultaneamente, um conjunto de diferentes fases de diversos circuitos produtivos (SANTOS, [1985] 2012) que, como Rudolf Hilferding ([1909] 1985) demonstrou em sua importante obra, acabam por gerar excedentes que são orientados para o sistema bancário.

O que significa, então, ter o controle sobre esses recursos momentaneamente não utilizados? O que significa, também, ter controle sobre o *market-share* das operações crédito realizadas nesse mesmo lugar? Milton Santos nos dá uma ideia do significado dessa “geografia do dinheiro”. Em primeiro lugar, o autor chama atenção para o papel central que os bancos passam a ter atualmente, tanto na capacidade de controle sobre os fluxos financeiros, quanto sobre a divisão do trabalho.

Cabe-lhe (o sistema financeiro) recolher, qualificar e classificar tudo o que é financeiro, segundo sua própria interpretação da lei do valor e, afinal, através de reinversões, realocar o produto ao seu talante. Pela sua ação, os bancos são, hoje, um importante fator geográfico, graças à sua intervenção sobre a divisão do trabalho (SANTOS, [1996] 2009, p. 133).

Os bancos, como agentes responsáveis pela intermediação financeira, se tornam um importante fator geográfico por seu papel de concentrador dos excedentes produzidos socialmente e por sua capacidade de decidir o modo de distribuição social e espacial desse

---

¹³³ Essa afirmação faz referência ao fato de que o banco, junto com sua topologia, poderia ser privatizado ou federalizado, permitindo que grandes bancos nacionais ou estrangeiros pudessem ampliar sua atuação no estado.

mesmo excedente. Assim, quanto maior sua capacidade de drenagem dos recursos sociais, maior o seu controle sobre esses recursos e maior seu poder de direcionar a divisão social e territorial do trabalho, logo, sobre a própria evolução do espaço geográfico como um todo. Nesse sentido, podemos nos questionar a respeito das diferenças de ação por parte de bancos públicos e privados, nacionais e regionais (estaduais).

Trabalhos de geógrafos, tendo como pioneiro a obra de Jean Labasse, tem indicado a preponderância de uma atuação bancária em favor das metrópoles em detrimento das áreas menos dinâmicas dos territórios (LABASSE, 1955). Trabalhos empíricos sobre o caso brasileiro, como os de Henrique Rattner, Adriana Amado e de Marco Crocco, também demonstraram que o sistema bancário nacional atua como um grande mecanismo de drenagem dos excedentes em favor das áreas mais dinâmicas do país. (RATTNER, 1972; AMADO, 1998; CROCCO *et alli*, 2003; CROCCO e BARRA, 2004; CROCCO *et alli*, 2009; CROCCO, 2012). Qual o papel, então, dos bancos regionais, isto é, daquelas instituições bancárias sediadas no próprio mercado de atuação, no comando dos recursos monetários e de seus fluxos no território?

Os trabalhos teóricos a respeito do papel dos bancos regionais na “geografia do dinheiro” salientam exatamente a capacidade desse tipo de instituição de diminuir aquilo que literatura tem chamado de “*capital drain*”, isto é, o vazamento de excedentes econômicos de determinadas áreas para àquelas onde se encontram as sedes do sistema bancário (HAKENES e SCHNABEL, 2013). Ou seja, a maior parte do excedente acumulado nas operações realizadas em cada ponto da sua rede de fixos retorna para a sede que está localizada no próprio estado, evitando-se assim que esse excedente seja “drenado” para sedes de bancos localizadas em outros estados ou outros países.

O entendimento deste papel central dos bancos nos convida, portanto, a identificar o comando sobre os passivos monetários (os depósitos) e sobre a irrigação de recursos (os créditos) que eles exercem em suas áreas de atuação. Partimos do pressuposto desenhado anteriormente de que o modo como um banco coleta e distribui os recursos monetários no espaço geográfico depende muito da localização de sua sede (ALESSANDRINI, CROCI e ZAZZARO, 2005); ou seja, bancos de diferentes dimensões (regionais, nacionais, internacionais) teriam diferentes “interpretações da lei do valor” e, portanto, produziriam diferentes geografias do dinheiro no território.

As Tabelas 19 e 20 sintetizam dados a respeito da evolução do comando sobre os depósitos e sobre as operações de crédito no território do Espírito Santo no período pós-Plano Real (1995-2016). Em relação aos depósitos, é possível constatar o incremento significativo do

volume de recursos captados pelo sistema bancário no período em tela, o que pode significar duas coisas: em primeiro lugar, um maior dinamismo em termos de desenvolvimento econômico, capaz de produzir excedentes monetários; por outro lado, demonstra o aumento de capacidade do sistema bancário de drenar esses excedentes para seus sistemas.

Tabela 19: Espírito Santo: evolução do comando sobre os depósitos bancários (R\$ milhões) (1994-2016)¹³⁴

	1994		2000		2008		2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bancos Estrangeiros	25	0,46	1.001	2,41	5.539	3,44	14.426	4,29
Santander	7	0,13	12	0,03	654	0,41	9.840	2,93
Bancos Privados Nacionais	559	10,11	4.636	11,14	13.167	8,18	26.154	7,78
Bradesco	124	2,25	2.658	6,39	8.252	5,13	16.615	4,94
Bancos Federais	1.780	32,20	21.256	51,09	66.867	41,55	138.176	41,10
Banco do Brasil	1.780	32,20	7.255	17,44	28.526	17,72	49.998	14,87
Bancos Estaduais ¹³⁵	246	4,45	106	0,26	0	0,00	0	0,00
Banestes	2.917	52,78	14.606	35,11	75.375	46,83	157.456	46,83
Total	5.527	100	41.606	100	160.949	100	336.212	100

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN), ESTBAN. Vários anos, elaboração própria.

Tabela 20: Espírito Santo: evolução do comando sobre os créditos (market-share) (R\$ milhões) (1995-2016)

	1994		2000		2008		2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bancos Estrangeiros	49	0,65	964	3,47	7.521	9,08	8.847	3,25
Santander	19	0,25	5	0,02	1.063	1,28	5.070	1,86
Bancos Privados Nacionais	2.845	37,68	4.133	14,89	13.554	16,35	10.966	4,03
Bradesco	686	9,09	1.970	7,10	6.604	7,97	2.449	0,90
Bancos Federais	1.613	21,37	16.045	57,80	39.996	48,26	211.870	77,89
Banco do Brasil	1.613	21,37	5.298	19,09	22.616	27,29	83.663	30,76
Bancos Estaduais	206	2,73	147	0,53	0	0,00	0	0,00
Banestes	2.836	37,57	6.469	23,31	21.803	26,31	40.330	14,83
Total	7.549	100	27.757	100	82.874	100	272.014	100

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN), ESTBAN. Vários anos, elaboração própria.

Os bancos privados nacionais captaram, no ano de 1995, R\$ 559 milhões em depósitos no território capixaba; em 2000, esse valor foi incrementado para R\$ 4.636 milhões; até o ano de 2016, os bancos privados nacionais conseguiram captar um volume de depósitos de

¹³⁴ Os dados das Tabelas 17 e 18 estão baseadas em informações do mês de Julho de cada ano destacado.

¹³⁵ A categoria “Bancos Estaduais” presente nas Tabelas 19 e 20 sintetizam a evolução da participação dos bancos estaduais de outras unidades federativas.

R\$ 26.154 milhões; nesse sentido, os bancos privados brasileiros aumentaram de maneira significativa o volume de depósitos no território do Espírito Santo no período pós-Plano Real. Entretanto, em termos de participação relativa no conjunto dos depósitos captados, os bancos nacionais tiveram uma perda relativa; em 1994, os bancos detinham o comando sobre 10,11% de todos os depósitos; no ano de 2016, esse comando caiu drasticamente para 7,78% dos depósitos realizados no estado.

O mesmo processo se deu com os bancos públicos federais. Entre 1994 e 2016, os grandes bancos públicos sediados na cidade de Brasília conseguiram incrementar consideravelmente o volume de depósitos captados no território do Espírito Santo; no início do período em tela, os bancos federais eram responsáveis por R\$ 1.780 milhões em depósitos; no ano de 2016, esse valor passou a ser R\$ 138.176 milhões. Paralelamente ao incremento absoluto, o comando dos recursos sob controle dos bancos públicos federais aumentou de forma significativa: de 32,2% (1994) para 41,1% (2016). A evolução dos dados dos bancos privados nacionais e dos bancos públicos federais demonstra que, no período em questão, apesar do reforço absoluto dos bancos no controle dos recursos monetários, houve perda de poder de comando da metrópole econômica nacional (São Paulo) e incremento do poder de controle por parte da metrópole política (Brasília) sobre a circulação financeira e, portanto, sobre a dinâmica econômica no território capixaba.

A grande novidade do período, em referência às características do sistema bancário pós-Plano Real é intensificação do controle por bancos estrangeiros sobre os recursos monetários coletados no território do Espírito Santo. Os bancos estrangeiros detinham um volume de depósitos, em 1994, que somavam apenas R\$ 25 milhões, sendo uma parcela ínfima de todo o volume de depósitos realizados no estado (0,46%); em 2016, esse volume foi incrementado para um total de R\$ 14.426 milhões, correspondendo à 4,29% dos depósitos capixabas. Sendo assim, na nova geografia do dinheiro que foi se conformando no território capixaba pós-Plano Real, os bancos estrangeiros acabaram por consolidar seu poder de comando, o que parece corresponder ao próprio período. Tal processo de internacionalização do sistema bancário só não foi mais intenso pela atuação dos bancos públicos, principalmente do banco estadual.

A evolução da participação do Banco do Estado do Espírito Santo na captação dos depósitos bancários no território do estado apresentou as mesmas características dos bancos nacionais anteriores. Em termos absolutos, o banco demonstrou uma forte capacidade de incrementar seu volume de recursos monetários: em 1994, o banco era responsável por um volume de R\$ 2.917 milhões em depósitos; esse valor aumentou para R\$ 75.375 milhões em

2008 e; finalmente, para R\$ 157.456 milhões no ano de 2016. Entretanto, apesar do incremento considerável no volume total, o banco perdeu grande parte do comando sobre esta variável financeira: de 52,78% (1994) para 46,83% (2016). O que podemos dizer, então, a respeito do papel do banco na evolução do comando sobre as operações de depósitos no período iniciado com o Plano Real? Ou, em outro sentido, o que significa dizer que uma parte considerável dos recursos monetários estavam sob o comando de uma instituição bancária sediada no próprio estado?

Em primeiro lugar, é preciso destacar o papel do banco enquanto agente responsável pela manutenção do controle endógeno sobre um amplo volume dos excedentes econômicos produzidos no território estadual no período destacado. O banco, apesar de ser uma instituição de âmbito estadual e, portanto, com muito menor poder de mercado frente aos grandes conglomerados nacionais (públicos e privados) e internacionais, foi um agente que impediu a completa extravasão do comando dos depósitos estaduais; no limite, o banco foi um agente ativo essencial para que não ocorresse uma ampla internacionalização do comando desses recursos monetários.

Por outro lado, sendo uma instituição sediada na principal cidade do estado, o banco permitiu que Vitória mantivesse um peso significativo sobre as decisões a respeito do destino a ser dado a essa ampla poupança estadual. Os grandes bancos nacionais (públicos e privados) e bancos estrangeiros, sediados principalmente nas metrópoles política (Brasília) e econômica (São Paulo), dão a essas cidades o poder de movimentação dos recursos monetários coletados no território do Espírito Santo; por outro lado – e isso queremos sublinhar – o Banestes pode manter grande parte da centralidade de Vitória no que se refere ao poder de decisão dos destinos desses recursos captados, ou seja, manutenção de solidariedades orgânicas frente à amplas forças político-financeiras externas ao estado.

E como se deu a evolução do fenômeno do crédito no território do Espírito Santo? O período pós-Plano Real intensificou aquilo que alguns geógrafos já vinham chamando de creditização do território (SANTOS e SILVEIRA, 2001), ou seja, se refere tanto ao aspecto quantitativo do fenômeno, quanto à capilarização dos créditos bancários nas parcelas menos dinâmicas do território. Em termos gerais, o sistema bancário presente no Espírito Santo foi responsável por uma ampliação significativa das operações de crédito no território; em 1994, o volume de crédito foi de R\$ 7.549 milhões, sendo que no ano de 2016 esse volume alcançou a cifra de R\$ 272.014 milhões. Como cada categoria foi responsável pela irrigação de recursos no território?

Como mostra a Tabela 20, os bancos privados nacionais irrigaram o território capixaba, no ano de 1994, com R\$ 2.845 milhões; esse valor passou a ser, no ano de 2008, R\$ 13.554 milhões; chegando no ano de 2016 a alcançar o valor de R\$ 10.966 milhões. Nesse sentido, os bancos privados nacionais foram motores que intensificaram o fenômeno do crédito no território do estado. Entretanto, em termos de *market-share*, os bancos nacionais foram perdendo participação relativa: de 37,68% (1994) para 4,03% (2016). Pelos dados da Tabela 15 podemos reparar outra característica do funcionamento dos bancos privados nacionais, isto é, sua ação pró-cíclica. Reparemos que entre 1994 e 2008, que indica que apesar da diminuição relativa de sua participação no *market-share*, os bancos vinham incrementando o volume de recursos irrigados no território estadual; entre 2008 e 2016, houve uma nítida diminuição do volume de recursos creditícios, justamente num momento conjuntural de enfraquecimento econômico nacional e estadual.

Do mesmo modo com o que ocorreu em relação aos depósitos, a categoria a apresentar incremento na participação relativa no *market-share* no período pós-Plano Real foi a dos bancos de capital estrangeiro. Em 1994, os bancos estrangeiros realizaram R\$ 49 milhões em operações de crédito no território do Espírito Santo, sendo responsáveis por 0,65% do mercado de crédito do estado; em 2016, os bancos concederam R\$ 8.847 milhões em crédito, aumentando significativamente sua participação do mercado de crédito para 3,25%. Os bancos estrangeiros apresentaram o mesmo tipo de comportamento dos bancos privados nacionais, ou seja, tiveram um padrão pró-cíclico, restringindo crédito no momento arrefecimento econômico (2008-2016).

Os bancos federais foram os principais agentes de geografização, no Espírito Santo, do fenômeno contemporâneo do crédito pós-Plano Real. No ano de 1994, os bancos concederam R\$ 1.613 milhões no estado; valor ampliado para R\$ 211.870 milhões no ano de 2016. Além do abrupto crescimento do volume absoluto de recursos creditícios, os bancos federais dominaram o mercado de crédito estadual: de 21,37% (1994) para 77,89% (2016). Diferentemente dos bancos privados nacionais e estrangeiros, os bancos federais demonstraram ter um sistema de ações completamente diferente, de caráter anti-cíclico, ao ampliar consideravelmente a oferta de crédito no momento de enfraquecimento econômico.

A evolução das operações de crédito realizadas pelo Banestes seguiu o padrão dos bancos nacionais, isto é, por um lado, apresentou um crescimento considerável no volume de recursos concedidos; por outro lado, o banco apresentou perda significativa em sua posição no *market-share*. Em 1994, o banco foi responsável pela concessão de R\$ 2.836 milhões em crédito

no território, o que equivalia a 37,57% do mercado estadual de crédito; em 2016, o banco ampliou sua capacidade de irrigação de recursos creditícios para R\$ 40.330 milhões, o que passou a representar 14,83% do *market-share*. Apesar de apresentar uma queda relativa, o Banestes implementou, junto com os bancos federais, políticas de crédito anti-cíclicas no território, já que ampliou a oferta de crédito no período 2008-2016.

Ao descrever os mecanismos de surgimento do fenômeno do crédito, em paralelo ao surgimento dos excedentes custodiados como depósitos nos bancos, Hilferding ([1909] 1985) procurou destacar o papel que as operações de crédito desempenham na consolidação do poder das instituições bancárias sobre os diferentes setores da economia. Neste sentido, a evolução do *market-share* no território capixaba entre os anos 1994/2016 nos permite afirmar a consolidação do comando dos grandes bancos nacionais (públicos e privados, e de certa maneira também os bancos estrangeiros), sobre a dinâmica espacial e econômica do Espírito Santo; junto a isso, a partir de suas sedes, os bancos consolidam o tempo das metrópoles nacionais (tempo nacional) sobre o tempo do estado (subnacional/regional).

Apesar dessa crescente interferência das metrópoles nacionais sobre os fluxos financeiros e dinâmicas econômicas capixabas, o banco do Espírito Santo novamente demonstrou uma forte capacidade de resistência ao manter um *market-share* equivalente ao dos grandes bancos nacionais. Nesse sentido, o banco permitiu a manutenção de um mínimo de autonomia estadual, sob o comando da cidade de Vitória, sobre a irrigação de recursos e sobre a temporalidade da economia e dos circuitos produtivos (em suas diferentes fases) que se realizam no território capixaba.

3.2 O BANESTES E A EVOLUÇÃO RECENTE DA TOPOLOGIA BANCÁRIA NO TERRITÓRIO CAPIXABA

Topologia Bancária Tradicional – Regionalismo Bancário, Sede e a cidade de Vitória

I - O regionalismo bancário e o antigo centro da cidade de Vitória

A localização da sede de qualquer empresa ou instituição significa a concentração da função do comando e coordenação de uma divisão territorial do trabalho num espaço geográfico. Nesse sentido, como se deu esta divisão territorial do trabalho bancário no território do estado do Espírito Santo? Como este fenômeno evoluiu, a partir do surgimento e evolução do *regionalismo bancário capixaba*, desde a fundação do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo (1911) até o momento atual (1994-2016)? O objetivo deste item é retomar as relações entre finanças e território pelo viés de um aspecto central da topologia bancária tradicional – a sede dos bancos estaduais – e a estrutura interna da cidade de Vitória.

A literatura historiográfica e geográfica da formação da cidade de Vitória e de sua centralidade no espaço geográfico regional deixou apagado o papel desempenhado pelas instituições bancárias estaduais (BUFFON, 1992; CAMPOS JUNIOR, 1996, 2002; ABE, 1999; RES, 2007; MOTA, 2002). É necessário, assim, retomar alguns aspectos da constituição dessa aglomeração urbana capixaba para destacar de que modo esse elemento do espaço geográfico, a instituição bancária oficial estadual, participou – através de sua sede – na formação daquilo que é hoje a região metropolitana de Vitória.

A apreensão das relações entre a sede dos sucessivos bancos estaduais¹³⁶ e a cidade de Vitória passa pela compreensão das relações entre essa cidade e sua região, além do processo paralelo e complementar de formação do centro da cidade. Ou seja, à medida em que Vitória ia se consolidando como o centro capaz de organizar – mesmo que sem completa autonomia – o espaço geográfico do Espírito Santo, ia se consolidando o centro da cidade na qual se concentrava os centros de comando (sede) das atividades que permitiam que Vitória pudesse desempenhar sua função como centro de gestão do território (e das finanças); nesse movimento geral, as instituições bancárias tiveram participação significativa, como procuraremos demonstrar a seguir. Em seu primeiro período de existência, o regionalismo bancário capixaba (1911-1964) foi o vetor responsável pela difusão do comando do fenômeno das finanças no território capixaba. Como foi visto no capítulo anterior, até 1964 a cidade de Vitória possuía quatro sedes de instituições bancárias e financeiras¹³⁷, as cidades de Cachoeiro de Itapemirim e de Colatina possuíam seus respectivos bancos¹³⁸, além de outras cidades que chegaram a possuir bancos durante esse período (como foi o caso de Muqui e Calçado). De modo que, junto a outros elementos do período, o regionalismo bancário foi capaz de imprimir coerência e coesão interna ao sistema de objetos e ações regionais¹³⁹ cujo centro era Vitória.

A primeira materialização dessa função de comando das finanças na cidade de Vitória se deu através da instalação da sede do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo no ano de 1942. O que era a cidade nesse momento? De acordo com Campos Junior, Vitória podia ser definida como uma cidade “comercial, prestadora de serviços e sede político-administrativa do governo estadual” e seu “espaço urbano expressava a modelação impressa pela lógica

¹³⁶ Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo (1911-1919), Banco do Espírito Santo (1919-1931), Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo (1937-1969) e Banco do Estado do Espírito Santo (1969-2018).

¹³⁷ Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo (posteriormente, Banco de Crédito Agrícola de Vitória), Caixa Econômica Federal do Espírito Santo, Banco Municipal de Vitória e a Bolsa do Café de Vitória.

¹³⁸ Banco de Cachoeiro de Itapemirim e Banco de Crédito Agrícola de Colatina.

¹³⁹ Estamos destacando o regionalismo bancário capixaba como parte de um conjunto de sistema de objetos e ações regionais porque não podemos desconsiderar que vetores extra-regionais interferiam de maneira direta no espaço geográfico do Espírito Santo.

comercial” (CAMPOS JUNIOR, 2002, p. 45). Podemos, assim, adicionar a esse conjunto de atividades a função bancária, já que Vitória sediava as principais instituições bancárias e financeiras oficiais estaduais nesse período. Como se deu, então, a distribuição geográfica do comando dessas funções na cidade? Todas as atividades (ou funções desempenhadas) que concediam à Vitória a capacidade de organização de sua região estavam concentradas numa área específica, hoje reconhecida como antigo centro da cidade¹⁴⁰ de Vitória. A formação desse pedaço da cidade, definido por sua participação da divisão social e territorial do trabalho intra-urbano – isto é, enquanto área de concentração das funções de comando e organização – teve início ainda no período pré-mecânico do território, quando as condições naturais concederam a essa parte do território condições privilegiadas para o funcionamento das atividades portuárias (CAMPOS JUNIOR, 1996).

Ao redor das atividades portuárias, e com o surgimento de condições favoráveis de exportação do café¹⁴¹, outros elementos do espaço geográfico se instalaram: as casas comerciais de exportação, o centro do poder político-administrativo estadual, serviços portuários. A instalação do meio técnico da circulação mecanizada (1909-1945), com a difusão das redes ferroviárias, acabou por reforçar a centralidade dessa área da cidade, já que o objetivo da construção da topologia das estradas de ferro no território tinha a intencionalidade de concentrar a circulação material (mercadorias) no porto de Vitória (QUINTÃO, 2015)¹⁴².

Nessa área se encontravam sediados todos os equipamentos político-administrativos de âmbito estadual, principalmente o Palácio Presidencial e o Congresso Estadual; se encontravam também as sedes dos principais serviços públicos de âmbito estadual: Correios, Alfandega, Diretoria de Água e Esgoto, e os serviços portuários de Vitória. Em termos de função comercial, nessa área da cidade se encontravam ainda os escritórios e lojas das principais casas comerciais estaduais, nacionais e estrangeiras; nessa parte do tecido urbano, os “armazéns de café tanto davam para a rua principal, quanto tinham fundos para a baía de Vitória, facilitando o embarque das mercadorias dos armazéns para os navios” (CAMPOS JUNIOR, 2002, p. 46). Por último, a função bancária de alcance estadual também estava sediada nesse pedaço da cidade através

¹⁴⁰ O termo *antigo centro da cidade* tem como parâmetro o *novo centro da cidade* de Vitória, estudado pelo geógrafo Luís Carlos Tosta dos Reis (2007).

¹⁴¹ A literatura destaca, entre essas condições, o aumento do preço internacional do café (BUFFON, 1992; CAMPOS JUNIOR, 2002).

¹⁴² Tudo isso acabou por constituir as condições daquilo que Santos assinalou como necessárias à formação do centro da cidade: “Seja qual for o grau de centralidade do organismo urbano, ele se caracteriza pela concentração de recursos e funções, que lhe conferem o poder de organização. Essas atividades têm um lugar próprio no espaço urbano. É seu centro. [...] Haverá assim a tendência a considerar como o centro de uma cidade, do ponto de vista geográfico, o seu *centro de negócios*” (SANTOS, 1959, p. 19).

das sedes do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, da sede da Caixa Econômica Federal do Espírito Santo, da sede do Banco Municipal de Vitória e da agência-matriz do Banco do Brasil¹⁴³.

Esse conjunto de funções foi responsável pela construção da materialidade da principal área da cidade, isto é, a lógica do capital comercial imprimiu suas feições na materialidade do centro da cidade; historicamente, vale lembrar, é no centro da cidade onde se dá a maior densidade de fluxos e relações no interior da cidade (SANTOS, 1959). A proximidade entre essas funções e suas respectivas sedes indica como se davam as relações entre cada um desses agentes (Estado, comerciantes e bancos) nesse período da história da cidade. A partir desse conjunto de funções, com a materialização do comando nesse antigo centro de negócios, a cidade de Vitória consolidava seu papel como uma metrópole regional, isto é, tinha considerável poder de organização do espaço estadual.

Nesse mesmo fenômeno, vemos que o regionalismo bancário capixaba, através da concentração das sedes bancárias nessa parte da cidade, foi fundamental para que Vitória ampliasse seu poder dentro do contexto estadual. Lembrando que, nessa data (1942), o banco estadual já havia constituído suas sub-regiões bancárias no território do estado, através das cidades de Vitória, Cachoeiro (sul), Afonso Cláudio (Centro), Colatina (Noroeste) e São Mateus (Norte); sendo, assim, a única instituição fisicamente presente nas antigas “ilhas econômicas” do estado¹⁴⁴, tendo o centro de comando no antigo centro da cidade de Vitória.

As novas condições trazidas pelo período pós-1964 (vide primeiro e segundo capítulos) transformaram a geografia do comando do regionalismo bancário capixaba. Nesse período, todos os bancos municipais ou foram liquidados ou foram incorporados por outros bancos maiores; ao mesmo tempo a caixa econômica do estado foi incorporada pela Caixa Econômica Federal (MORAES, 1992) e a Bolsa de Café foi fechada. Dessa forma, o sistema bancário estadual – seguindo o mesmo padrão do sistema bancário nacional – passou por um processo de concentração e centralização, principalmente no que tange à distribuição do comando das finanças no território; como vimos no capítulo anterior, todas as instituições bancárias e financeiras oficiais estaduais passaram a localizar suas respectivas sedes na cidade de Vitória.

No caso específico do agora chamado Banco do Estado do Espírito Santo (desde 1969), a sede da instituição passou por importantes modificações. Observando a Figura 1, que expõe

¹⁴³ Não conseguimos dados concretos sobre a localização da Bolsa de Café de Vitória. Entretanto, é muito provável que este fixo se localizasse nessa parte da cidade.

¹⁴⁴ As estradas de ferro só haviam chegado às cidades de Cachoeiro e de Colatina.

as duas primeiras sedes do banco estadual – fundadas respectivamente no ano de 1942 e de 1969 – podemos constatar que apesar da manutenção da função (comando e coordenação do banco), a forma foi radicalmente modificada. O geógrafo francês Jean Labasse nos dá uma pista para interpretarmos essa transformação da forma. De acordo com o autor, o porte da sede reflete a dinâmica econômica da cidade e de sua hinterlândia (LABASSE, 1955).

Figura 1: Sedes dos bancos públicos estaduais do Espírito Santo

Fonte: IBGE (biblioteca eletrônica). Sede do BCAES (1942) (esq.) e sede do futuro Banestes (1969) (dir.).

A dinâmica e a importância de uma cidade dependem, entre outras coisas, da dinâmica do conjunto de cidades e áreas agrícolas que fazem parte de sua hinterlândia. Ou seja, o desenvolvimento de uma metrópole regional tem como pressuposto a existência, em sua área de influência direta, de circuitos produtivos dinâmicos. Como vimos no segundo capítulo, uma das explicações centrais da baixa dinâmica urbana na cidade de Vitória tinha a ver com as características de suas áreas produtivas. A primeira sede (1942) do banco estadual espelhava, assim, essas condições da região de Vitória como um todo. Nesse sentido, podemos imaginar que a reconstrução da sede do banco (1969) foi resultado de mudanças nos conteúdos do território, do aumento do dinamismo econômico regional e, portanto, da consolidação da vida de relações entre a cidade de Vitória e sua região. O território do Espírito Santo passava por

importantes modificações em seus conteúdos desde o final da década de 1950, com a modernização do espaço agrário, urbanização, consumo e com a intensificação dos circuitos industriais. Tudo isso acabou por refletir na própria organização do regionalismo bancário capixaba; no caso do Banestes, vimos que o banco precisou universalizar sua rede de agências no estado, ampliar o leque de produtos financeiros ofertados, precisou ampliar o número de operações de crédito e de depósitos realizados, adicionando-se a tudo o processo de conglomeração pelo qual o banco passou nesse período (constituindo também sua atuação como seguradora, corretora e financeira).

À medida em que as relações entre cidade e hinterlândia mudaram de qualidade e intensidade, em paralelo ao processo de instalação e difusão do meio técnico-científico, foi necessário reforçar a estrutura física e funcional (objetos e equipamentos técnicos, diretores, funcionários, administradores etc.) que comandava e coordenava todo o aparelho operacional do banco. Daí que a forma anterior (a primeira sede) tornou-se disfuncional para o novo padrão de funcionamento do banco e das novas necessidades dos bancários, e dos próprios agentes presentes no território do estado. O que essa modificação da forma representou para o espaço interno da cidade de Vitória?

Apesar de representar um evento que modificou os padrões de uso do solo urbano¹⁴⁵ – e de transformação da própria paisagem urbana –, é importante destacar que a nova sede, funcional ao novo momento do banco, foi instalada na mesma área da cidade, isto é, no antigo centro da cidade de Vitória. Na verdade, a antiga sede foi destruída para dar lugar ao novo edifício que sediava a renovada estrutura diretora do banco estadual. Desse modo, a divisão do trabalho bancário que compunha o regionalismo bancário capixaba, nesse período pós-1964, reproduziu as condições do antigo centro de negócios de Vitória¹⁴⁶.

II – A função metropolitana da sede do Banestes na consolidação do Regionalismo bancário capixaba

Analisadas as condições gerais em que se deu a divisão territorial do trabalho bancário nas décadas anteriores, cabe agora focarmos no momento atual (pós-Plano Real). Novos processos redistribuíram espacialmente os fixos de comando do regionalismo bancário

¹⁴⁵ De acordo com relatos, a sede do Banestes foi considerada o prédio mais moderno da cidade no momento de sua construção (MARTINUZZO, 2010).

¹⁴⁶ Não encontramos nenhuma referência bibliográfica ou documental a respeito da localização da sede do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) nesse período. Como existia coordenação entre as ações dos bancos estaduais, é possível afirmar que as sedes das instituições deveriam estar próximas.

capixaba e, também, da organização interna das instituições bancárias (sobretudo a criação das superintendências). A nova geografia do comando bancário, nas escalas estadual e geral (nacional e estrangeiro), tem como plano de fundo na capital capixaba o processo de metropolização da cidade, a decadência do antigo centro e o desdobramento da área central. Vamos observar estes processos mais detalhadamente.

A constituição do antigo centro de negócios de Vitória teve início a partir de um conjunto de fatores locais favoráveis, principalmente ligados à atividade portuária. Assim, ao redor dessa atividade e da lógica comercial, aglomeraram-se as principais funções públicas e privadas de âmbito estadual que imprimiam à cidade sua função de centro de gestão do território e ao centro da cidade a qualidade de centro de negócios. Foram as economias de aglomeração que impeliram as instituições bancárias oficiais estaduais à instalarem suas sedes nessa parte do território da cidade, de modo a ter maior proximidade com todos os agentes centrais do circuito produtivo de exportação do café (Estado e Casas Comerciais de Exportação) e com os meios técnicos necessário à gestão (principalmente as linhas férreas).

Com o processo de metropolização da cidade, impulsionado a partir das décadas de 1960/1970, tem-se mudanças dessas condições locais para a instalação das sedes bancárias oficiais. Como vimos no segundo capítulo, o período pós-1960 trouxe modificações nos conteúdos do espaço geográfico capixaba, entre eles a intensidade da urbanização que passou a ser caracterizada pela metropolização. O que esse processo significou em termos intra-urbanos? Como demonstrou Reis (2007), a redistribuição do conteúdo demográfico do território capixaba não se deu somente em termos estaduais, mas também dentro da cidade. De acordo com o autor, a população que migrou das áreas rurais, por serem geralmente de um perfil de renda menor, acabou por ocupar as áreas periféricas da cidade, o que levou à constituição de uma nova geografia do comércio e serviços a partir da criação de subcentros terciários metropolitanos (principalmente Campo Grande, Glória, Laranjeiras e Jacaraípe) que atenderam às demandas mais básicas dessa população (REIS, 2007; GONÇALVES, 2007).

Dessa forma, conformou-se uma divisão territorial do trabalho do comércio e serviços no tecido urbano: enquanto os subcentros terciários metropolitanos eram “pouco especializado[s] e pouco diversificado[s], na medida em que o perfil econômico da população [...] caracterizava-se pelo baixo poder aquisitivo”, o antigo centro supria “demandas relativas aos bens e serviços centrais mais especializados” (REIS, 2007, p. 56). Isso significa que tanto as famílias quanto os agentes econômicos (Estado, empresas e instituições públicas) de toda a região metropolitana dependiam do centro da capital para o consumo de bens e serviços mais

raros. É desse contexto de expressiva centralização que se sobrecarrega o antigo centro de negócios, fazendo com que essa área perca suas amenidades e suas economias de aglomeração. A perda das condições de amenidades e a consequente criação de deseconomias de aglomeração foram fatores que levaram à redistribuição das atividades econômicas e dos equipamentos públicos no território da cidade; dentre esses equipamentos, os fixos geográficos ligados ao comando das finanças. Orientados pelo capital imobiliário e pela construção de áreas luminosas na cidade, a elite urbana e as empresas locais – assim como os representantes de grandes empresas no estado – se transferem para o novo centro de negócios da cidade de Vitória, isto é, a área conhecida como Praia do Canto:

É assim que a Praia do Canto será eleita na cidade como uma localidade alternativa para abrigar a elite da cidade que, de maneira saliente a partir do final dos anos 1970, procurou se afastar do Centro de Vitória. Por seu turno, as atividades varejistas, especialmente o comércio e serviços mais sofisticados, seguirão, paulatinamente, a população de alta renda em direção à Praia do Canto. Esta dinâmica fez com que a Praia do Canto viesse a se destacar, atualmente, como uma localização na qual o processo de descentralização das atividades terciárias se manifesta de forma mais contundente na capital capixaba” (REIS, 2007, p. 58).

Na medida em que a parte da população de alta renda se desloca e, junto com ela, as atividades varejistas de maior capital, tecnologia e organização, o antigo centro de negócios também perde grande parte de suas funções diretoras públicas e privadas. Ao mesmo tempo, os grandes organizadores do circuito produtivo de exportação do café, as casas comerciais de exportação, perdem sua força com toda a desintegração desse circuito produtivo. Esses fatores, combinados com as deseconomias de aglomeração, fazem com que o antigo centro se torne disfuncional às atividades econômicas mais modernas e, também, para o funcionamento dos aparelhos diretores das redes bancárias que, a partir desse momento, precisam se transferir para partes da cidade na qual tenham os conteúdos materiais e sociais necessários para a realização cotidiana de suas atividades de gerenciamento.

É a partir desse conjunto de fatores que se materializa a função de comando na nova divisão territorial do trabalho bancário na aglomeração de Vitória (Mapa 15). Em primeiro lugar, é possível perceber que todas as instituições bancárias em análise e que possuem algum fixo de comando (sede ou superintendência) instalado no território capixaba, transferiram-se do antigo centro, ou instalaram seus novos fixos em outras áreas da cidade. Dentre os bancos analisados, a Caixa Econômica Federal e o Santander são aqueles que apresentam um conteúdo mais corporativo em sua topologia. O banco estrangeiro decidiu instalar sua Superintendência

na Avenida Nossa Senhora da Penha¹⁴⁷; de acordo com a literatura sobre o espaço geográfico da cidade de Vitória, foi a partir desse eixo rodoviário que se estruturou a construção e ocupação da Praia do Canto (REIS, 2007).

Mapa 15: Vitória: localização das sedes e superintendências bancárias (2016)

Fonte: Banco Central do Brasil (Bacen) e Entrevistas. Elaboração própria.

¹⁴⁷ “Com as possibilidades abertas pela automobilização, a partir da década de 70 o bairro da Praia do Canto começa a mudar de fisionomia, ao ser escolhido como opção de moradia pelos estratos de renda mais elevada. No final da década o processo se acentuou, os empreendimentos típicos de áreas centrais começaram a ser construídos, cada vez maiores, principalmente na confluência das avenidas Nossa Senhora da Penha e Desembargador Santos Neves, onde ia se materializando um sub-centro” [...] (ABE, 1997 *apud* REIS, 2007).

A Caixa Econômica Federal, por sua vez, em seu uso do território, desenhou uma topologia marcadamente corporativa (Figura 2). A instituição instalou duas superintendências regionais na aglomeração de Vitória: a Superintendência Norte (SRN) e a Sul (SRS); o caráter corporativo se dá tanto pelos pedaços da cidade selecionados para a instalação desses fixos de comando, quanto pela forma que contém essa função. A criação da função de superintendência regional na aglomeração de Vitória foi resultado de uma combinação entre os objetivos da instituição financeira oficial e agentes imobiliários. Por um lado, a Superintendência Regional Sul (SRS) foi instalada na área de prédios corporativos que funcionam como parte da estrutura de um dos maiores empreendimentos imobiliários e comerciais lançados no município de Vila Velha, o Shopping Praia da Costa. Por outro lado, a Superintendência Regional Norte (SRN) foi instalada a partir de uma combinação de interesses de empresas do setor imobiliário estadual, da própria instituição e de agentes públicos: o Greenwich Tower, considerado um dos prédios corporativos mais modernos implantados na cidade de Vitória e que se localiza na Enseada do Suá.

Figura 2: Caixa Econômica Federal: Localização das Superintendências Regionais Sul (esquerda) e Norte (direita) (2016)

Fonte: Skyscrapercity. SRS (esq.) e SRN (dir.).

É importante destacar o modo como o Santander e a CEF distribuíram suas funções de comando (Superintendências Regionais) na aglomeração de Vitória. A Superintendência, apesar de submetida ao controle da sede, representa um nível muito superior de autonomia; na verdade, representam o nível hierárquico subsequente ao da sede. Nesse sentido, seriam àquilo que Jean Labasse indicou como a “cabeça” de uma região bancária (LABASSE, 1955). Ao escolherem essas áreas da cidade, essas duas instituições fortalecem processos de fundo – como vimos, o desdobramento do núcleo central e a criação do novo centro de negócios – e acabam por imprimir centralidade de comando financeiro a essas partes da cidade.

O uso do território pelos bancos que fazem parte do regionalismo bancário capixaba, além do Banco do Brasil e do Bradesco, demonstra outra lógica em sua topologia de comando. Como é possível perceber pelo Mapa 15, apesar de terem se deslocado do antigo centro da cidade, o Banestes, Bandes, Banco do Brasil e Bradesco instalaram seus principais fixos de comando (sedes e superintendências) numa área contígua ao antigo centro. Acreditamos que esse deslocamento do Banestes e do Banco do Brasil tenha relação com as deseconomias de aglomeração, que acabaram por tornar as antigas localizações disfuncionais para a instalação de uma sede de banco ou de uma superintendência estadual. Porém, acabaram por não participar de maneira direta dos processos gerais de reorganização do espaço geográfico da cidade, já que não instalaram seus fixos no novo centro, permitindo assim que a antiga parte da cidade guardasse um mínimo de centralidade dentro do contexto estadual. Ao mesmo tempo, não fizeram parte da lógica do capital imobiliário que passou a orientar, desde ao menos os anos 1980, a dinâmica de reprodução do espaço urbano da aglomeração de Vitória (CAMPOS JUNIOR, 2002). Mas quais conteúdos podem ter determinado essa “especialização funcional” (isto é, o abrigo de sedes de bancos oficiais) dessa parte da cidade?

Acreditamos que o principal conteúdo que determinou a concentração das sedes dos bancos estaduais e da superintendência do Bradesco tenha sido a própria existência da agência-matriz do Banco do Brasil. Estamos querendo indicar que, diferentemente do Santander e da CEF, que tiveram como determinantes de suas respectivas estratégias de localização a existência de espaços mais “modernos” (de conteúdos corporativos explícitos), os bancos estaduais e o banco privado nacional tiveram como base desta estratégia o conjunto de relações criadas pelo tempo de existência na cidade, e pela co-existência com outros equipamentos urbanos mais “antigos”. Melhor dizendo, por serem instituições muito antigas no território capixaba e na cidade, as relações construídas com o entorno próximo e entre si mesmos foram fundamentais para a escolha da localização das sedes e superintendências. De maneira geral, historicamente, o Banestes (e suas formas antecedentes) e, posteriormente, o Bandes, sempre tiveram ações muito coordenadas com o Banco do Brasil. Isso ocorria, e ainda ocorre, na política de crédito agrícola no interior do território estadual, nas operações de redesconto e, também, nas transferências de recursos federais que se destinavam ao Espírito Santo através de seus bancos estaduais (MORAES, 1992). O que significa dizer que o principal fixo bancário do Banco do Brasil acabou por se tornar um importante fator de localização das sedes dos bancos estaduais. Tanto é que a sede do Bandes localiza-se atualmente ao lado da Superintendência do Banco do Brasil; ao mesmo tempo, a atual sede do Banestes, apesar de ter saído do antigo centro da

cidade, foi instalada na mesma avenida das sedes do Bandes e do Banco do Brasil.

Além dos fatores locais, quais são os desdobramentos para a vida local da presença das sedes dos bancos estaduais? A literatura geográfica e econômica já indicou alguns processos intra-regionais ligados à presença de sedes bancárias, entre os quais, a diminuição do *capital drain*, aumento da centralidade da região e da cidade, crescimento do capital institucional da cidade, a possibilidade de desenvolvimento de uma cadeia de serviços corporativos, entre outros. A esse conjunto de processos já decodificados, queremos adicionar alguns outros elementos encontrados durante as entrevistas realizadas no contexto de nossa investigação¹⁴⁸.

Em primeiro lugar, foi identificado um problema estrutural dos bancos regionais do tipo do Banestes, qual seja, o grande peso (em termos de custo) da estrutura diretora. Na medida em que qualquer instituição bancária vai desenvolvendo sua topologia e seus produtos financeiros, torna-se necessário que a sede e toda sua burocracia interna cresça de modo a poder gerenciar sua rede de atendimento. Acontece que, nas grandes redes nacionais, o custo da sede é diluído em sua ampla rede (gerando economias de escala para a instituição). Por outro lado, pelo fato de um banco regional/estadual ter impedimentos para se ampliar numa escala nacional – por questões de gestão, financeira, políticas etc. – o custo de sua sede acaba se tornando desproporcional, em termos relativos. De acordo com informações coletadas nas entrevistas, esse custo extra é recompensado pelo menor custo de captação de bancos regionais.

Os centros financeiros se caracterizam tanto pela presença de sedes bancárias e instituições financeiras quanto pela alta densidade de serviços corporativos (PORTEUS, 1999; SASSEN, 2001). Um banco do porte do Banestes poderia criar um impulso de tal magnitude, por sua demanda, de modo a desencadear uma divisão do trabalho através da qual pudessem surgir atividades especializadas – ou quaternárias – na cidade de Vitória¹⁴⁹? Após a implantação do Plano Real (1994) e das modificações normativas trazidas a reboque do PROES – junto com a maior competitividade criada pela internacionalização do sistema bancário – o Banestes se inseriu no projeto de modernização de suas estruturas de comando e operacionais. Na medida em que o banco internalizava os novos objetos técnicos do período técnico-científico-informacional mais dependente dos recursos informacionais ofertados por São Paulo se

---

¹⁴⁸ Nesse caso específico, fundamentamos nossos argumentos nos conteúdos das entrevistas realizadas com o atual Diretor Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Marco Crocco (29/08/2016) ex-Diretor de Negócios do Banestes José Bof Buffon (11/05/2016) e com atuais Diretores de Negócios Luiz Carlos Doná, de Relações com Investidores Celso Nunes Almeida e de Riscos e Controle Monica Campos Torres (28/07/2016).

¹⁴⁹ É preciso lembrar que, além do Banestes, Vitória é a cidade-sede do Bandes e de escritórios de algumas grandes empresas, como Petrobras, e empresas estaduais.

tornava¹⁵⁰. Um caminho de análise desse processo se deu através do estudo dos serviços contratados pelo banco entre as décadas de 1980-2010¹⁵¹. Entre 1980 e 2000, os contratos de serviços prestados ao banco referem-se unicamente à locação de imóveis, sendo oferecidos por empresas locais. A partir dos anos 2000, com o início do processo de modernização do banco (MARTINUZZO, 2010), ocorreu a complexificação dos serviços demandados pelo banco: serviços de suporte, mensageria, operação tecnológica de *hardware*, processamento de transações com cartões, serviços de telefonia fixa, serviços relacionados a *software*, telecomunicações, equipamento para *Point-of-Sale*, desenvolvimento de sistemas, transmissão de informações do mercado financeiro, integração de estruturas e sistemas, segurança de informações, marketing entre outros.

Os serviços mais complexos, aqueles que implicaram numa reorganização técnica e organizacional do banco, foram fornecidos por grandes empresas sediadas (ou localizadas, no caso das multinacionais) nas cidades do Rio de Janeiro, Brasília e, especialmente, pela cidade de São Paulo. Dos 98 contratos de serviços prestados ao banco que tivemos acesso, dois foram realizados por empresas do Rio e Brasília, 20 por empresas sediadas ou localizadas na região metropolitana de Vitória e 76 foram prestados por empresas de São Paulo. Foram empresas localizadas na metrópole paulista que prestaram serviços para a criação de toda estrutura da rede de cartões do Banestes (Banescard), que criaram a estrutura de comunicações do banco, forneceram os equipamentos e sistemas para segurança de informações, instalaram o sistema para o controle do Crédito ao Consumidor, aperfeiçoaram a integração do banco ao sistema SWIFT¹⁵², consultoria sobre novos sistemas técnicos etc.

Entretanto, a presença da sede do Banestes foi um elemento, entre outras empresas e instituições, capaz de gerar demanda por serviços corporativos a ponto de sustentar e criar algumas empresas na própria cidade de Vitória (Quadro 4). Instituições do tipo e porte do Banestes, sediadas na capital capixaba, criaram um dinamismo mínimo capaz de atrair filiais de empresas do setor quaternário nacionais, como a ATP e PD Case. A ATP foi contratada pelo

---

¹⁵⁰ Esse é um dos aspectos contraditórios para os bancos estaduais no pós-Plano Real. Como vimos no primeiro capítulo, os bancos regionais são profundamente dependentes dos recursos oferecidos pela sua própria região, o que envolve tanto o *know-how* trazido pela sua mão-de-obra e diretoria recrutada na região, quanto pela utilização de objetos técnicos já banalizados em sua área de origem. Ao terem que se modernizar, os bancos estaduais se distanciaram das dinâmicas locais e acabaram se submetendo ainda mais à força da metrópole paulista.

¹⁵¹ O Banestes disponibilizou um arquivo no qual lista os serviços contratados pelo banco entre as décadas de 1980-2010.

¹⁵² De acordo com o site eletrônico oficial, o sistema SWIFT “is a global member-owned cooperative and the world’s leading provider of secure financial messaging services”. Ainda de acordo com o site eletrônico, o sistema oferta os seguintes produtos: plataforma de mensagem, padrões de comunicação e produtos e serviços para facilitar acesso e integração, identificação, análise e compliance (SWIFT, 2017).

banco para instalar os equipamentos fixos e os softwares que permitiram o funcionamento de rede de correspondentes bancários (COB) do Banestes em todo o território estadual; a PD Case, por sua vez, desenvolveu o sistema de gestão do crédito de desenvolvimento e do microcrédito do banco, ambos produtos centrais do sistema de ações do banco pós-Plano Real como veremos mais à frente.

Quadro 4: Serviços contratados pelo Banestes na cidade de Vitória (2013-2016)

Serviços	Fornecedor	Ano
Gestão de hardware e software para rede de COBs	ATP S.A.	2013
Manutenção em No-Breaks	CONTROL SYSTEMS	2013
Desenvolvimento de Sistemas	PD CASE	2013
Software para captura de documentos financeiros	ATP	2014
Links de comunicação para conexão das unidades do Sistema Financeiro Banestes, por meio de serviço de comunicação de dados para transporte de informações através de diversas tecnologias	DINAMICA TELECOMUNICACOES	2014
Licenças, Suporte e Manutenção Anual do Software para Gerenciamento/Monitoramento de E-Mail iQ.Suite Wall	INTEGRO	2014
Consultoria Especializada em Infraestrutura de Bancos de Dados, Portais Corporativos e Servidores de Aplicação WEB.	SYSUNI	2014
Consultoria Especializada em Integração de Ambientes Computacionais, Telecomunicações e Segurança de Redes.	SYSUNI	2014
Consultoria Especializada em Sistemas Operacionais de Servidores Corporativos de Aplicação e de Arquivos.	SYSUNI	2014
Consultoria Especializada em Planejamento e Controle da Produção de Sistemas	SYSUNI	2014
Links de comunicação para conexão das unidades do Sistema Financeiro Banestes, por meio de serviço de comunicação de dados para transporte de informações através de diversas tecnologias	VIP REDE TELECOMUNICACOES	2014
Sistema de Gestão Crédito de Desenvolvimento- Microcrédito	PD CASE.	2015
Consultoria ao sistema Banestes Office Banking e seus componentes	CHRONUS	2016
Software para gestão de carteiras de ativos, com foco em renda fixa e derivativo, para operacionalização da gestão e controle da carteira própria do Banestes e de seus clientes em custódia,	CONSULTBRASIL	2016
Serviços de instalações diversas e manutenção de correspondente	FENIX TECNOLOGIA DE OBRAS LTDA	2016
Serviços de Publicidade e Propaganda - Publicidade Institucional e Mercadológica.	FIRE MARKETING E COMUNICACAO LTDA	2016
Serviços de hospedagem de servidores e hospedagem de ativos de rede.	INSTITUTO DE TEC. INF. E COMUNICACAO DO ESTADO DO ES.	2016

Fonte: Sítio eletrônico do Banestes. Elaboração própria.

O banco estadual compôs, também, parte do conjunto de sedes de instituições e empresas instaladas em Vitória que criaram o limiar mínimo para o surgimento de empresas do setor quaternário de capital local. É caso de empresas como a Dinâmica Telecomunicações, responsável por criar os links de comunicação que permitiram a conexão de todas as unidades do banco; também é o caso da Sysuni Consultoria, que prestou serviços de consultoria nas áreas de infraestrutura de banco de dados, telecomunicações, segurança de rede e sistemas operacionais; o banco também contratou empresas locais do setor de telemarketing, a empresa Fire Marketing e Comunicação. É evidente que o banco não consolidou a cidade de Vitória como uma cidade de serviços quaternários; entretanto, sendo uma das maiores empresas a funcionar no território capixaba, o Banestes é um dos elementos que criaram condições para atrair e para se criar estas empresas de serviços corporativos mais complexos na cidade.

Um outro dado definidor dos grandes centros financeiros é a consolidação daquilo que Porteus chamou de *information spillovers*, que, de acordo com o autor, sintetiza a presença de informações em determinadas cidades que aumenta a produtividade espacial das instituições bancárias e financeiras (PORTEUS, 1999, p. 102). Nas palavras do autor: “redes interpessoais e outras redes de informações localizadas nos centros financeiros são um meio vital de difusão rápida de informações¹⁵³” (Ibid, p. 103). De um modo sintético, os centros financeiros se caracterizam pela presença de redes interpessoais, formadas por uma quantidade significativa de recursos humanos altamente qualificados, que possibilitam o fluxo e difusão de informações corporativas. O ponto básico dessa noção trazida por Porteus a respeito dos centros financeiros é a possibilidade do contato face-a-face (*face-to-face*) para a efetivação dos fluxos de informação corporativa e para a realização dos negócios. Assim, os diretores *seniors* das sedes bancárias localizados em cidades nas quais estão presentes o alto *staff* de outras grandes empresas possibilita o contato presencial, o fluxo de informações e, portanto, faz parte da produtividade espacial das grandes empresas. Durante a realização das entrevistas com os diretores do Banestes, um elemento levantado pelos entrevistados foi o constante contato entre a estrutura de comando do banco e os empresários locais¹⁵⁴.

¹⁵³ Original: “[...] the inter-personal and other localised information networks in financial centres may be a vital means of rapid information diffusion” (PORTEUS, 1999, p. 103).

¹⁵⁴ Durante a realização das entrevistas com diretores e ex-diretores do Banestes, constatamos que a presença da sede na cidade de Vitória permite que empresas (pequenas e médias) tivessem acesso ao núcleo de decisões do banco (por exemplo, diretores financeiros) de modo a poderem explicar suas necessidades específicas – no caso, a necessidade de um produto financeiro específico para o setor e tipo de mercadoria a ser produzida. Um dos casos mais citados foi o da empresa capixaba Galwan. De acordo com o jornal A Gazeta, “O Banestes e a Galwan formalizaram uma parceria que possibilita aos condôminos da Galwan financiarem imóveis em construção. O Banestes garantirá ao cliente o pagamento das parcelas mensais e intermediárias na execução da obra, valor que

Portanto, podemos inferir que a presença da sede do Banestes (e também do Bandes) na cidade de Vitória implica em conteúdos mais horizontais para o espaço geográfico local, ainda mais num contexto nacional – e mundial – de concentração e centralização econômica. Em termos de rede urbana, a sede do banco cria condições mais propícias de reprodução dos agentes econômicos locais em sua própria área de existência/atuação. O mesmo pode ser dito para os agentes públicos do estado, já que existem notícias de produtos específicos criados pelo banco para atender às necessidades da gestão pública municipal e estadual.

Topologia Bancária Tradicional – Rede de Agências Bancárias

I – Evolução Estadual

A rede de fixos bancários instalados no espaço geográfico capixaba passou por importantes transformações quantitativas e qualitativas durante o período pós-Plano Real (1994-2016). Por um lado, o número de fixos bancários que passaram a realizar a intermediação financeira cresceu exponencialmente, sem qualquer paralelo durante a história do sistema bancário regional; por outro, a diversidade de objetos técnicos, ou seja, a existência de fixos bancários com diferentes qualidades (técnicas, organizacionais e funcionais) se incrementou no período, principalmente pelo fato de que novos canais eletrônicos de prestação de serviços passam a compor também esta topologia bancária (Gráfico 6). A transformação, ou diversificação, da rede bancária instalada no território capixaba – processo que vem ocorrendo desde meados da década de 1980 –, tem relação com mudanças nos conteúdos do próprio espaço nacional e estadual, de modo que possibilitou novos usos do território por parte das instituições bancárias.

Começando pela topologia bancária tradicional, aqui representada pela rede de agências bancárias. Como já foi dito no Tópico 3.1, a rede de agências bancárias instalada no território capixaba passou por um incremento significativo durante os anos pós-Plano Real. De acordo com dados levantados junto ao Banco Central, o território do Espírito Santo chegou ao ano de 1994 com uma rede composta por 307 fixos deste tipo (agências); lembrando que essa rede historicamente foi a responsável, junto com a rede de PABs, pela intermediação financeira no

---

corresponde até 60% do preço do imóvel, por meio da linha de crédito Conta Garantida” (A GAZETA, 2011). Pelas informações coletadas nas entrevistas, esse tipo de produto tinha sido solicitado pela empresa à bancos privados nacionais (nas suas respectivas superintendências regionais) presentes no estado. Entretanto, foi demandado que diretores da empresa se locomovessem para a sede do banco (São Paulo) e que, ao exporem suas ideias, procurassem demonstrar que o produto pudesse ser utilizado em escala nacional. Ou seja, dois impedimentos para a maioria das empresas e outros agentes econômicos presentes na aglomeração urbana de Vitória.

estado. O número de agências passou a ser de 455 fixos no ano de 2016. Quais conteúdos do espaço geográfico podem explicar a expansão da topologia bancária tradicional, isto é, quais fatores impeliram os bancos a continuarem utilizando a rede de agências como canal de atendimento?

Gráfico 6: Espírito Santo: evolução recente da topologia bancária no território (1994-2016)¹⁵⁵

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN). Elaboração própria.

De acordo com a revisão da literatura realizada, existem cinco fatores básicos ligados ao processo de expansão de uma rede de agências num determinado pedaço do território nacional no período contemporâneo: a) aumento da demanda por crédito numa determinada localidade; b) questões de segurança e de dificuldades de utilização dos novos meios eletrônicos por parte da população; c) desigualdades na difusão e no acesso aos meios técnicos do período contemporâneo; d) busca de expansão, pelos bancos, nos mercados regionais através da presença de uma agência e; e) a necessidade, por parte de alguns agentes econômicos, de produtos e serviços de grande complexidade que não podem ser ofertados pelos canais eletrônicos (ROBBINS, 2006).

Desse modo, podemos sintetizar esse breve quadro a partir da ideia de que a expansão da rede de agências é determinada pela evolução dos conteúdos do território no período de difusão da topologia eletrônica. Por um lado, a contínua expansão da rede de agências estaria

¹⁵⁵ Não tivemos acesso aos dados sobre os Correspondentes Bancários no ano de 2016.

ligada à existência dos “espaços opacos” (SANTOS e SILVEIRA, 2001), isto é, existem áreas do território nas quais não houve grande penetração dos objetos técnicos e informacionais a ponto de gerarem um dinamismo econômico maior, e de transformarem os hábitos e costumes de sua população. Nesse sentido, nessas áreas, os bancos teriam dificuldades de realizar a intermediação financeira através de seus novos canais eletrônicos, como o *mobile banking* ou *internet banking*, já que a população só utilizaria serviços bancários através de canais presenciais – por questões de confiança, segurança e aprendizado –, principalmente em agências bancárias.

Por outro lado, a expansão do número de agências no território estaria ligada à existência dos “espaços luminosos” (SANTOS e SILVEIRA, 2001), ou seja, áreas de manifestação mais densa do meio técnico-científico-informacional, com uma divisão do trabalho bastante complexa e que, portanto, abrangeriam atividades econômicas cujo dinamismo exige determinados produtos e serviços financeiros que não podem ser fornecidos através dos canais eletrônicos. É possível afirmar também que, nesses espaços luminosos, existem estratos da população que se utilizam dos serviços financeiros de maior complexidade e que, a partir de determinada escala da demanda, orientariam a política espacial de expansão da rede de agências de determinado banco.

De todo modo, deseja-se frisar que a evolução desse canal de atendimento bancário tradicional está ligada aos conteúdos do espaço geográfico. Como se deu, então, a geografização concreta dessa rede do Espírito Santo? Os Mapas 16 e 17 sintetizam o resultado do uso do território pelas diferentes categorias de bancos (estaduais, federais, nacionais e estrangeiros) presentes no estado até o ano de 2016. Entre os anos 1994 e 2016 foram instaladas cerca de 228 novas agências bancárias no território capixaba; a distribuição do fenômeno (rede de agências) permite reconhecer áreas nas quais os recursos se aglomeraram e áreas nas quais os recursos foram mais rarefeitos.

A principal área de aglomeração das novas agências instaladas no território do Espírito Santo foi a Região Metropolitana de Vitória (RMV). Essa área conformada pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória detinha uma rede de agências composta por 132 fixos (42,9% da rede de agências do estado); até o ano de 2016 foram instaladas mais 137 agências bancárias, isto é, entre 1994-2016 (período de 22 anos) foram instaladas mais agências do que em toda história bancária do estado, totalizando uma rede composta por 215 agências (47,2% da rede de agências do estado). Esses dados demonstram o caráter do subsistema de objetos e ações da atividade bancária: concentração da

atuação bancária nas áreas metropolitanas do território, como já indicaram as geógrafas Dias e Lenzi (2009) para o caso nacional.

Essa divisão territorial do trabalho bancário, dando ênfase ao espaço metropolitano, tem como fator determinante os próprios elementos que dão dinamismo ao território. Em primeiro lugar, a concentração das novas agências acompanha a redistribuição dos contingentes populacionais – que, cada vez mais, passam a se localizar na área metropolitana capixaba. De acordo com dados do IBGE, em 2016, a RMV possuía 1.935.483 habitantes, correspondendo a quase 50% de toda a população do estado; o que nos permite inferir que a demografia é um conteúdo fundamental na redistribuição das agências bancárias no território. A urbanização, caracterizada por seu conteúdo metropolitano, traz em si um conjunto de transformações do próprio modo de vida de seus habitantes (SANTOS, [1993] 2009). A principal variável a orientar esse novo modo de vida e que tem relação direta como fenômeno das finanças, no período contemporâneo, é o consumo (SILVEIRA, 2009).

Além disso, como demonstramos acima, os bancos procuram instalar seu principal fixo de atendimento (agências) nas áreas com maior dinamismo econômico e com maior densidade na divisão do trabalho, o que permite a maior penetração do crédito bancário nos circuitos produtivos e maior captação de excedentes (depósitos) (DIAS e LENZI, 2009). Por último, a concentração das agências bancárias pode ser reflexo, também, da nova estratégia do setor bancário – e das finanças em geral – de se expandirem para áreas caracterizadas pela presença da economia do setor pobre da cidade (SILVEIRA, 2009). Nesse sentido, a topologia bancária tradicional (baseada nas agências, como mencionado) pós-Plano Real foi um reflexo e um fator na organização do espaço geográfico capixaba.

Outros núcleos que tiveram importante peso na redistribuição das novas agências no Espírito Santo foram Cachoeiro, Linhares, Colatina, São Mateus e Aracruz. Essas cidades receberam, respectivamente, 10, 8, 5, 5, e 4 novas agências, o que, apesar de sua importância para o contexto estadual, demonstra o peso da RMV frente a qualquer outro núcleo urbano no estado. Novamente, vemos a importância do conteúdo demográfico do espaço na divisão territorial do trabalho bancário: essas cinco cidades são, após a RMV, as cidades mais populosas do Espírito Santo (dados de 2016). Em seguida, aparece um conjunto composto por 11 municípios que receberam, cada um, duas agências desse conjunto de 228; houve, também, um grupo de 36 municípios que receberam, cada um, uma agência bancária.

Mapa 16: Espírito Santo: distribuição da topologia bancária (agências) no território (1994)

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN). Elaboração própria.

Mapa 17: Espírito Santo: distribuição da topologia bancária (agência) no território (2016)

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN). Elaboração própria.

A topologia bancária tradicional reflete e reforça os processos gerais nacionais e seus rebatimentos específicos, no caso concreto do território do Espírito Santo. Os novos conteúdos da urbanização do espaço capixaba, e seus desdobramentos, parece ser o fator fundamental que orienta a divisão territorial do trabalho bancário (assim como a lógica de localização das agências), tanto na principal área urbana do estado (RMV) quanto em seus centros urbanos regionais mais importantes (Cachoeiro, Linhares, Colatina, São Mateus e Aracruz). Porém, ao mesmo tempo em que é possível constatar a concentração da rede de agências, num movimento que se auto-alimenta, existem particularidades da rede bancária capixaba; a principal seria sua

ampla capilaridade, já que, em 2016, todos os municípios (78) do estado possuíam ao menos uma agência bancária para fornecer os produtos e serviços bancários demandados pelos agentes econômicos presentes em cada pedaço do território estadual.

Os Mapas 18, 19, 20 e 21 nos ajudam a identificar as diferentes temporalidades e espacialidades práticas de cada categoria de bancos que viemos analisando até o momento (privados nacionais, federais, estrangeiros e estaduais); o objetivo, nesse momento, é identificar as particularidades da rede de agências do Banestes. A elaboração dos mapas teve como base a localização desta rede de cada banco até o ano de 1994 e, também, a localização das agências instaladas entre os anos 1995 e 2016. O mapa 17 sintetiza o uso do território realizado pelo banco estrangeiro Santander. Até o ano de 1994, o banco possuía uma topologia composta por apenas uma agência bancária localizada na cidade de Vitória. Entre os 1994 e 2016, o banco ampliou o número de fixos de sua rede, passando a possuir 28 agências instaladas no território capixaba. É interessante observar como se deu a distribuição dessas 27 novas agências pelo território; em primeiro lugar, 22 delas foram localizadas no interior da mancha metropolitana de Vitória; em segundo, as outras cinco foram instaladas nas cidades mais populosas do estado, depois da RMV: Cachoeiro de Itapemirim, Linhares, Aracruz e Colatina. No ambiente intra-urbano, o banco manteve seu aspecto seletivo.

Em relação ao banco privado nacional Bradesco que atua no Espírito Santo (Mapa 18), até meados da década de 1990, tinha construído uma rede composta por 32 agências bancárias presente em 27 municípios, demonstrando uma certa desconcentração de sua topologia. Até 2016, instalou 40 novas agências, sendo que sua distribuição seguiu o seguinte padrão: a RMV recebeu 23 novas agências; as cidades de Cachoeiro de Itapemirim e de Colatina receberam duas novas agências cada e, por último, 13 municípios receberam uma agência cada. Nesse sentido, a divisão territorial do trabalho realizada pelo Bradesco pode ser considerada de maior complexidade em relação ao banco estrangeiro Santander. Em termos estaduais, o banco procurou instalar agências em centros urbanos interioranos nos quais ainda não havia instalado uma agência, mas que já possuísse esse tipo de fixo bancário de outra instituição bancária, seguindo o padrão já descrito pelo geógrafo Jean Labasse, isto é “a lei da concentração concorrencial” (LABASSE, 1974, p. 100-103). O Bradesco apresentou uma divisão territorial da mesma complexidade no interior da mancha urbana da RMV.

O Banco do Brasil (Mapa 19) detinha, em 1994, uma rede de agências composta por 67 fixos distribuídos por 54 municípios; ao longo do período pós-Plano Real, instalou mais 38 agências no Espírito Santo. Desse novo conjunto de “recursos territoriais” (fixos bancários), 24

agências foram instaladas na RMV e outras 14 foram distribuídas entre 13 municípios diferentes, sendo que duas delas localizadas no município de Cachoeiro. Desse conjunto de fixos bancários instalados no interior do território estadual, três eram núcleos que já haviam possuído uma agência do banco em um período recente; seis eram em municípios que o banco ainda não havia instalado agências, mas que já possuíam esse tipo de canal de atendimento de outra instituição.

Mapa 18: Espírito Santo: Topologia bancária tradicional (agências) do Santander (1994-2016)

. Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN). Elaboração própria.

Mapa 19: Espírito Santo: Topologia bancária tradicional (agências) do Bradesco (1994-2016)

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN). Elaboração própria.

Mapa 20: Espírito Santo: Topologia bancária tradicional (agências) do Banco do Brasil (1994-2016)

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN). Elaboração própria.

Mapa 21: Espírito Santo: Topologia bancária tradicional (agências) do Banestes (1994-2016)

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN). Elaboração própria.

O caso da rede de agências bancárias do Banestes, um banco público estadual, apresenta determinadas características que o distingue dos outros bancos e demonstra sua capacidade de penetração nos espaços mais banais e de produção de uma outra lógica através de seu uso do território (Mapa 20). Em primeiro lugar, é preciso destacar, em âmbito estadual, a regionalização bancária implementada pelo banco no período; até o ano de 2016, a instituição dividiu o território do estado em cinco “regiões bancárias”, a partir das quais organizava sua topologia: as regiões de Vitória I (Centro) e Vitória II (Centro-Sul), Colatina (Noroeste), Cachoeiro de Itapemirim (Sul) e São Mateus (Norte).

Podemos indicar alguns conteúdos do território como fatores determinantes da regionalização bancária em tela¹⁵⁶. Em primeiro lugar, a criação de “regiões bancárias” teve como fator determinante o volume de negócios e, portanto, todos os fluxos que vêm a reboque da realização das operações bancárias, em cada área. Um exemplo desse fator é a divisão da própria RMV em duas “regiões bancárias”, quais sejam, Centro (Vitória e Serra) e Centro-Sul (Cariacica, Guarapari, Viana e Vila Velha); de acordo com os Diretores do banco, o volume de negócios nessas áreas era tal que o banco precisou criar Superintendências voltadas para cada uma, de modo a desenvolver uma melhor gestão dos fixos e fluxos financeiros existentes.

Outro fator espacial determinante para a criação das regiões bancárias foi o tamanho (físico) e a dificuldade de circulação entre os núcleos urbanos existentes dentro de cada região. É o caso da parte norte do território capixaba que, antes da regionalização bancária atual, era composta de uma única “região bancária” centralizada na cidade de Colatina. Ainda de acordo com os Diretores entrevistados, uma única Superintendência não conseguia administrar e participar cotidianamente de uma área tão grande; tal dificuldade estava ligada, também, à própria baixa densidade de equipamentos técnicos dessa área do território estadual, cuja configuração territorial não permite rápidos fluxos materiais entre seus núcleos urbanos. Nesse sentido, foi preciso criar uma outra “região bancária” cujo centro passou a ser São Mateus e que, atualmente, divide essa função com a cidade de Linhares.

A diversidade social, cultural e econômica do território do Espírito Santo foi, portanto, um dos principais fatores que impeliu o banco a criar as regiões bancárias, de modo a poder adaptar seus mecanismos gerais de funcionamento a cada realidade concreta presente no estado. Ou seja, de acordo com informações coletadas durante as entrevistas e trabalho de campo, as regiões bancárias seriam constituídas de áreas histórica e culturalmente interligadas e que, portanto, facilitaria o banco se inserir dentro da dinâmicas econômicas e costumes locais/regionais.

Por último, um outro conteúdo do território fundamental para a efetivação dessa regionalização é a armadura urbana cristalizada ao longo da história do território estadual. Como pode ser observado, os núcleos urbanos selecionados para se localizar as agências-matriz – responsáveis pela organização de uma subárea dentro da área total de atuação de um banco –, foram exatamente os centros regionais que surgiram ao longo do uso do território do Espírito

---

¹⁵⁶ Os elementos explicativos da regionalização criada pelo Banestes no período pós-Plano Real foram identificados ao longo da entrevista realizada com os diretores de Negócios Carlos Luiz Doná, de Relações com Investidores Celso Nunes Almeida e de Riscos e Controle Monica Campos Torres (28/07/2016).

Santo, quais sejam, Vitória (metrópole regional), Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e São Mateus (vide Capítulo 2).

Estamos, assim, presenciando um fenômeno que abrange aquilo que viemos nomeando de regionalismo bancário: o Banestes, enquanto um banco regional, é uma instituição bancária cuja topologia se desenvolveu, numa relação de determinação recíproca, com as particularidades de cada área do território estadual, e que, portanto, possui certas lógicas próprias, que o diferem de outras instituições que atuam numa escala muito maior (nacional ou mundial). E como se deu a evolução e geografização da rede de agências do Banestes nessas regiões bancárias? De acordo com o Mapa 20 e a Tabela 21, o Banestes desenvolveu, no âmbito de suas regiões bancárias, uma ação distributiva; nos 22 anos que abrangem o período pós-Plano Real, o banco instalou 52 novas agências no território do Espírito Santo, sendo que tal conjunto de recursos (agências) foi distribuído de forma quase equivalente, em termos absolutos.

Tabela 21: Regiões Bancárias: evolução da topologia tradicional (Agências) do Banestes (1994-2016)

Regiões Bancárias	1994			2016			Fechadas	Novas
	Agências	Municípios	Municípios Sem Agências	Agências	Municípios	Municípios Sem Agências		
Vitória I (Centro)	17	2	0	28	2	0	2	13
Vitória II (Centro-Sul)	16	6	0	22	6	0	4	10
Colatina (Noroeste)	18	18	1	21	20	0	5	8
Cachoeiro de Itapemirim (Sul)	30	30	1	34	31	0	6	10
São Mateus (Norte)	18	19	3	27	19	0	2	11

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN), Diretores do Banestes e Sindicato dos Bancários do ES.

A região bancária a receber o menor número de novas agências foi a de Colatina, na qual foram instaladas oito novas agências (15,38% dos totais); por outro lado, a região bancária a receber o maior número de novas agências foi a Vitória I, na qual foram instaladas 13 novas agências (25%). Mesmo levando em consideração que as regiões bancárias Centro e Centro-Sul são, na verdade, partes da RMV, podemos observar que o banco concentrou a maior parte

de suas agências nas áreas fora da mancha metropolitana do território¹⁵⁷.

Em relação à análise das regiões bancárias das cidades de Colatina, Cachoeiro e de São Mateus, vemos que, diferentemente da divisão territorial do trabalho bancário realizado pelos bancos de âmbito nacional, o Banestes distribuiu a maior parte das suas novas agências (55,7%) nas regiões bancárias do interior do estado (isto é, fora da RMV). Desse conjunto formado por 29 novas agências, a região bancária de Colatina (Noroeste) recebeu oito, a de Cachoeiro de Itapemirim dez (19,23%) e a de São Mateus 11 (21,15%). A divisão territorial do trabalho no âmbito intra-regional demonstra certas características do sistema de ações do Banestes no período em tela.

Os centros regionais (Cachoeiro, Colatina e São Mateus) tiveram instalados, em suas áreas urbanas, o total de quatro novas agências, sendo eles municípios que já possuíam agências do Banestes ou de outras instituições bancárias receberam sete novas agências. Finalmente, os municípios que não possuíam agências bancárias foram os responsáveis pelo maior número de novos fixos bancários tradicionais instalados nos pedaços do território estadual fora da RVM: 18 municípios que não possuíam esse canal de atendimento tiveram uma nova agência cada. Essa maior capilarização da rede de agências foi mais expressiva nas regiões bancárias de Colatina (7) e de Cachoeiro (7); na região bancária de São Mateus foram quatro. Além da instalação de agências bancárias nas sedes dos municípios que não possuíam esse tipo de canal de atendimento, o banco estadual desenvolveu uma topologia mais complexa no interior dos municípios mais populosos do território do estado. Vejamos os casos dos municípios de Aracruz e Cachoeiro de Itapemirim (Mapas 22 e 23). A topologia desenvolvida pelos Banco do Brasil, Bradesco e Santander no município de Aracruz teve como base o distrito sede; as agências instaladas por essas instituições estão localizadas na área do centro (sede). Por outro lado, o Banestes expandiu sua rede de agências para outros núcleos presentes no município.

---

¹⁵⁷ Esse é um dado relevante frente aos processos contemporâneos que orientam a evolução da topologia bancária no território brasileiro. Como vimos mais acima, a rede de agências, no período pós-Plano Real, tendeu a se concentrar nas áreas metropolitanas de cada estado. Desse modo, o Banestes apresentou um dado particular já que a maior parte de suas novas agências foi instalada fora da área metropolitana.

Mapa 22: Banestes: Localização das agências bancárias em Cachoeiro de Itapemirim (2016)

Fonte: Banco Central do Brasil (Bacen) e Instituto Jones Santos Neves (IJSN). Elaboração própria.

Mapa 23: Banestes: Localização das agências bancárias em Aracruz (2016)

Fonte: Banco Central do Brasil (Bacen) e Instituto Jones Santos Neves (IJSN). Elaboração própria.

Apesar de menor a diversidade, o mesmo fenômeno ocorre também no município de Cachoeiro de Itapemirim. As grandes instituições bancárias instalaram agências nas áreas ao redor do núcleo central (sede) do município, porém apresentando uma certa diversidade, já que os bancos instalaram agências em bairros diferentes da mancha urbana. O Banestes, por sua vez, instalou agências nas áreas mais periféricas da cidade-sede e, também, instalou agências em núcleos urbanos mais distantes, como é o caso da agência em Itaoca-Pedra. Tal característica da estratégia de localização do banco pode indicar que bancos regionais, devido à sua proximidade com os agentes econômicos, possuem um limiar mínimo muito menor para justificar a criação/localização de suas agências.

No que se refere ao interior do território estadual, a topologia desenhada pelo banco durante os 22 anos posteriores ao Plano Real demonstra que o conteúdo que orientou grande parte das ações da instituição foi a própria distribuição da população (isto é, os clientes em potencial do banco). Ou seja, o banco procurou estruturar uma rede de agências – lembrando que é o fixo de maior complexidade dentro do sistema bancário comercial – de modo que pudesse fornecer os serviços bancários necessários ao cotidiano dos agentes privados e públicos nos lugares onde vivem; podemos dizer que aparece um sentido mais público na estratégia de localização das agências do Banestes. Dessa forma, a lógica que orientou a expansão da topologia bancária tradicional do banco no período pós-Plano Real teve, entre seus objetivos, universalizar esse tipo de canal de atendimento; objetivo alcançado, já que, desde 2005, todos os municípios do Espírito Santo passaram a possuir ao menos uma agência do banco em seus núcleos urbanos principais.

II – Região Metropolitana de Vitória

O período pós-Plano Real do sistema bancário nacional e capixaba reforçou processos intra-urbanos que tiveram início ainda na década de 1960. Os Mapas 24, 25, 26 e 27 sintetizam o processo de redistribuição territorial das agências bancárias na região metropolitana de Vitória entre 1960 e 2016. Em termos gerais, é possível constatar que houve uma modificação dos valores dos lugares para o funcionamento e instalação dos fixos bancários nesse período; novos lugares passaram a ser privilegiados pelos agentes bancários, em detrimento, por um lado, dos antigos lugares de tradicional atuação dos bancos e, por outro, de lugares que, por seus conteúdos socioespaciais, foram excluídos das redes bancárias nacionais.

Mapa 24: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) por bairros (1960)

Fonte: Banco Central do Brasil (Bacen) e IJSN. Elaboração própria.

Mapa 25: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) por bairros (1980)

Fonte: Banco Central do Brasil (Bacen) e IJSN. Elaboração própria.

Mapa 26: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) por bairros (1994)

Fonte: Banco Central do Brasil (Bacen) e IJSN. Elaboração própria.

Mapa 27: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) por bairros (2016)

Fonte: Banco Central do Brasil (Bacen) e IJSN. Elaboração própria.

A evolução geral da redistribuição dos fixos bancários sintetizada permite-nos reafirmar que a concentração dos equipamentos bancários fez parte do processo de constituição da metrópole moderna capitalista, estudada no caso de Vitória pelo geógrafo Luís C. T. Reis (2007). Através da rede bancária podemos observar: a) a decadência, para as grandes redes capitalistas, do antigo centro da cidade de Vitória; b) a emergência do novo centro de negócios da metrópole, na Praia do Canto; c) é possível perceber, também, a emergência dos subcentros terciários metropolitanos (Campo Grande, Glória, Laranjeiras e Jacaraípe); d) surgem novas áreas da região metropolitana criadas pelo capital imobiliário e nas quais se localizam parte da população com maiores níveis de renda (Jardim América, Carapina, Praia da Costa, Jardim Camburi e Jardim da Penha); e finalmente, e) a emergência de grandes espaços opacos totalmente excluídos da rede dos fixos mais complexos do sistema bancário (Oeste de Vitória, Terra Vermelha, Feu Rosa, entre outros).

Todos esses fenômenos advindos do processo de constituição da região metropolitana de Vitória, já codificados pela literatura (REIS, 2007; GONÇALVES, 2007), são os novos determinantes locacionais das agências bancárias das grandes instituições bancárias nacionais e estrangeiras, principalmente no período pós-Plano Real. É nesse contexto que iremos identificar as particularidades do sistema de ações intra-metropolitano do banco estadual capixaba pós-1994. Para isso, nos utilizaremos do método de comparação já operacionalizado anteriormente.

Elaboramos um conjunto de mapas que sintetizam a evolução da localização das agências no interior da RMV entre 1994-2016: Santander (Mapas 28 e 29), Bradesco (Mapas 30, 31 e 32) e Banco do Brasil (Mapas 33, 34, 35 e 36); posteriormente, iremos analisar o caso específico do Banestes. Começando pelo banco estrangeiro Santander, vemos que os pontos do território privilegiados por seu sistema de ações no período em tela podem nos indicar a lógica da instituição: entre 1994 e 2016 o banco instalou 18 novas agências na aglomeração urbana de Vitória. Os novos conteúdos do espaço metropolitano foram determinantes para a reorganização da divisão territorial do trabalho bancário da instituição nesse momento. Do conjunto total das novas agências, sete delas foram instaladas no novo centro de negócios da cidade e nos subcentros terciários metropolitanos, além do emergente centro comercial e de serviços de Guarapari. Outras cinco foram implantadas nos novos bairros de população com as maiores rendas da cidade, quais sejam, Enseada do Suá, Mata da Praia, Santa Lucia e Praia da Costa.

Mapa 28: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) do Santander (1994)

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN). Elaboração própria.

Mapa 29: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) do Santander (2016)

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN). Elaboração própria.

Mapa 30: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) do Bradesco (1980)

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN). Elaboração própria.

Mapa 31: Região Metropolitana de Vitória: evolução da topologia bancária tradicional (agências) do Bradesco (1994)

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN). Elaboração própria.

Mapa 32: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) do Bradesco (2016)

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN). Elaboração própria.

Mapa 33: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) do Banco do Brasil (1960)

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN). Elaboração própria.

Mapa 34: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) do Banco do Brasil (1980)

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN). Elaboração própria.

Mapa 35: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) do Banco do Brasil (1994)

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN). Elaboração própria.

Mapa 36: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) do Banco do Brasil (2016)

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN). Elaboração própria.

O Bradesco, por sua vez, apresenta uma topologia um pouco mais complexa, em termos de seleção das localizações dentro da região metropolitana. Uma primeira diferença, em relação ao Santander, é sua rede já no ano de 1994; o banco estrangeiro possuía nesse ano apenas uma agência; o Bradesco, por outro lado, é um banco cuja atuação no território capixaba é mais longínquo, de modo que já em meados da década de 1990, possuía uma rede mais desenvolvida (11 agências na RMV). Entre 1994-2016, o Bradesco instalou 21 novas agências na aglomeração urbana de Vitória. Sua rede de agências no período pós-Plano Real teve de levar em conta a presença do banco na cidade no período anterior; melhor dizendo, o banco já havia desenvolvido uma rede cujos fixos se encontravam nos principais núcleos comerciais e de serviços (Campo Grande e Glória, por exemplo). Assim, o objetivo do banco foi se expandir para novos subcentros terciários emergentes e em áreas da cidade cuja população de maior renda pudesse depositar seus excedentes na instituição. Nesse sentido, o banco instalou agências em Laranjeiras (2001), Jacaraípe (2011), Campo Grande (2011 e 2016); também procurou estar presente nos bairros mais nobres da cidade, como no caso da Praia da Costa (2003), Santa Lucia (2008 e 2016), Jardim Camburi (2010) e Enseada do Suá (2016). Comparado com a estratégia locacional do Santander, o banco apresentou menor seletividade, instalando também uma agência no Jardim América (2008).

Finalmente, o caso do Banco do Brasil. Sendo o banco mais antigo a atuar no território do estado do Espírito Santo, em 1994, a instituição já possuía uma rede de agências na RMV com considerável complexidade. O banco já possuía agências em todas as sedes dos municípios que conformam a região metropolitana, estava presente no novo centro de negócio (Praia do Canto) e nos subcentros terciários (Campo Grande, Jacaraípe, Jardim Limoeiro, Glória); iniciava ainda sua expansão para as áreas de maior renda da cidade (Jardim da Penha e Enseada do Suá). Mesmo assim, entre 1994-2016 o banco instalou mais 19 agências na aglomeração urbana, cujos determinantes locacionais foram muito parecidos com o do Bradesco.

Seguindo ao padrão da evolução do sistema bancário geral no território da região metropolitana de Vitória, essas três instituições bancárias procuraram instalar suas agências em núcleos urbanos com significativa importância comercial, geralmente, núcleos terciários que nasceram da expansão periférica da mancha urbana e que possuíam a importante função de fornecer produtos e serviços para a população que vive longe do centro de negócios da cidade (e muitas vezes, para população de municípios vizinhos). Além disso, ficou claro o reconhecimento, por parte dessas instituições, da segmentação do espaço urbano da RMV, de modo que instalaram seus fixos nas áreas onde se concentram a maior parte da população com

renda média e alta. Nesse processo, os bancos reforçaram centralidades e, ao mesmo tempo, deixaram excluídos de suas redes um grande conjunto de lugares e da população da cidade¹⁵⁸.

Como se deu, então, a evolução da topologia do Banestes nesse período? A rede de agências do Banestes na área metropolitana do território capixaba expõe certas peculiaridades da instituição em relação aos outros bancos. Como vimos acima, os grandes bancos tiveram como base para o uso do território áreas muito específicas da cidade: novo centro de negócios (CDB), subcentros terciários metropolitanos, áreas residenciais de média e alta renda, tudo isso se ligando diretamente aos aspectos mais teóricos que explicam a expansão da rede de agências no período contemporâneo. O Banestes não escapa ao papel ativo do território; porém, muito mais do que essas áreas da cidade nas quais as grandes redes bancárias atuam, o fenômeno da urbanização metropolitana conduz a uma maior diversidade socioespacial dentro do espaço urbano e que, de uma maneira geral, o banco estadual parece se adaptar melhor ou de uma maneira mais capilar¹⁵⁹.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que a própria rede de agências passou por um processo de transformação qualitativa (Tabela 22), seguindo aquilo que foi indicado por Fernando Nogueira da Costa (2014) para o caso do sistema bancário nacional como um todo, isto é, a segmentação da clientela. Assim, o banco criou as seguintes categorias de agências bancárias: agências tradicionais, agências empresariais, agências de negócios e agência valores que possuem, cada uma, funcionalidades específicas e que, portanto, imprimem e reforçam certos conteúdos de cada pedaço da cidade aonde se encontram instaladas (Guerim, 2015).

Começando por aquela que se apresenta como um serviço mais raro e restrito dentro do espaço metropolitano capixaba, a Agência Valores. Podemos definir esse fixo como ponto de atendimento conformado por objetos técnicos-científicos-informacionais que permitem que seus clientes possam participar dos grandes fluxos superiores de informações e de capitais, já que a agência “é especialmente equipada com sistema de automação via tablet, onde o cliente terá acesso a dados dos mercados financeiros em tempo real” (BANESTES, 2012). Além dessa característica técnica, a agência foi criada com a intencionalidade de atender às demandas da

---

¹⁵⁸ A partir dessas constatações, podemos inferir que a partir de 2003 iniciou-se uma especialização espacial da atividade bancária, cujo conteúdo de fundo é a distribuição das rendas nos diferentes pedaços da cidade. Ou seja, os grandes bancos nacionais e estrangeiros distribuíam fixos de diferentes qualidades técnicas e organizacionais de acordo com o conteúdo (principalmente a renda) dos lugares. Assim, áreas com mais concentração de pessoas com rendas médias e altas seriam privilegiadas com agências bancárias; áreas com maior concentração de pessoas com menor renda seriam atendidas por fixos menos complexos, como os correspondentes bancários.

¹⁵⁹ Como iremos demonstrar mais à frente, além da topologia, o Banestes faz parte de outros fenômenos dentro da cidade, como no caso dos bancos comunitários.

parcela da população de alta renda da cidade, que desejava realizar investimentos nos circuitos do capital financeiro cujo centro é a Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa). Com essas qualidades técnicas e voltadas para esse tipo de clientela, o banco decidiu instalar a agência numa das áreas mais gentrificadas da cidade de Vitória, o bairro Enseada do Suá, num trecho contíguo à área que compõe o novo centro de negócios da Praia do Canto (REIS, 2007) (Mapa 37).

Tabela 22: Banestes: segmentação da rede de agências bancárias na RMV (2016)

Agências	Localização	Quantidade	Ano de Criação
Agências Tradicionais	Todos os municípios da RMV	42	1931-2016
Agências Empresariais	Vitória, Cariacica e Serra	3	2008-2016
Agências Negócios	Serra e Vila Velha	2	2015-2016
Agência Valores	Vitória	1	2012

Fonte: Sítio eletrônico do Banestes e Banco Central do Brasil (Bacen). Elaboração própria.

De acordo com informações do sítio eletrônico do Banestes, o principal serviço prestado pela Agência Valores seria a de assessoria financeira. Outros serviços oferecidos envolveriam I) equipamentos técnicos para acompanhamento dos mercados financeiros mundiais, II) uma carteira de investimentos com variados tipos produtos (por exemplo, Títulos do Tesouro Direto), III) especialistas em mercado financeiro e, por último, IV) cursos sobre educação financeira e mercado de ações. Muito mais do que a atuação como um banco comercial, a Agência Valores seria uma materialização de uma prestação de serviços mais sofisticados, voltados exclusivamente para a elite econômica local; o que significa dizer que o banco promoveu a criação de serviços complexos diretamente ligados aos agentes do chamado “circuito superior da economia urbana” em Vitória.

Mapa 37: Região Metropolitana de Vitória: Localização da Agência Valores e Agências Empresariais (2016)

Fonte: Reis (2007) e sítio eletrônico do Banestes. Elaboração própria.

A escolha dessa área da cidade tem a ver com aquilo que Milton Santos ([1996] 2009) chamou de densidade informacional. No caso da Enseada do Suá, participando do fenômeno do centro de negócios da Praia do Canto, a densidade informacional seria dada pela intensiva circulação de informações de conteúdo corporativo, já que estamos falando de um pedaço da mancha urbana na qual se concentra famílias com altas rendas, sendo diretores e executivos de empresas privadas e públicas. Nesse sentido, o banco, em seu uso do território, procura se aproveitar desse tipo de “recurso” produzido no tecido urbano de Vitória. Ao mesmo tempo, numa relação de determinação recíproca com o território, o banco acaba por criar uma

centralidade ao fornecer determinados serviços especializados ligados ao que há de mais hegemônico do fenômeno das finanças contemporâneas.

As Agências de Negócios são um outro tipo de fixo geográfico criado pelo banco no período em tela, sendo, de acordo com a Tabela 22, um serviço raro dentro da cidade (2 unidades). De acordo com informações da instituição, as Agências de Negócios possuem um modelo de funcionamento que está centrado na contratação de produtos bancários: crédito consignado, crédito pessoal, seguros, capitalização, previdência, cartão Banescard e crédito para micro, pequena e média empresas (BANESTES, 2016). Sua distribuição no espaço geográfico está intimamente ligada à existência e difusão de um outro objeto técnico urbano contemporâneo: os shopping centers.

A primeira Agência de Negócios instalada foi a que se encontra atualmente localizada no Shopping Plaza Top Life, no município de Serra (2015); a segunda, se encontra instalada no Shopping Praia da Costa, município de Vila Velha (2016). É possível dizer que o banco se utiliza dessas centralidades modernas criadas no interior do território metropolitano da cidade e dos novos fluxos criados por esse tipo de fixo (os shoppings centers). Como a funcionalidade desse fixo bancário se insere no interior dos fixos e fluxos criados pelos shopping centers? Observando o que foi descrito pelo sítio eletrônico do Banestes, a Agência de Negócios tem como objetivo principal fomentar a realização de negócios bancários que envolvem, por um lado, o fomento do fenômeno do crédito e do consumo consumptivo (crédito consignado e crédito pessoal, por exemplo); por outro lado, a agência procura focar seus resultados através do fornecimento de crédito para pequenas e médias empresas que, nesse caso, se encontram instaladas no próprio shopping.

Por último, no que se refere às novas agências bancárias, estão as Agências Empresariais. Estas têm como função central atender pessoas jurídicas, podendo ser empresas ou o próprio Estado (prefeituras, secretarias etc.), presentes no território. Sua topologia (distribuição) tem a ver com o surgimento e difusão de outros dois fenômenos no espaço geográfico metropolitano capixaba: por um lado, a criação do novo centro de negócios da cidade de Vitória (Praia do Canto); por outro lado, o surgimento dos subcentros terciários metropolitanos, quais sejam, Campo Grande (Cariacica) e Laranjeiras (Serra) (Mapa 37).

Novamente, um banco regional, por estar sediado na própria capital do estado que é sua área de atuação, consegue demonstrar maior sensibilidade no reconhecimento dos fenômenos cotidianos e suas respectivas demandas. Estamos falando de pedaços da região metropolitana nas quais predomina a instância comercial dos circuitos produtivos; como desdobramento disso,

são áreas nas quais se encontram instalados importantes agentes econômicos, de modo que o Banestes procurou criar um fixo bancário específico para as necessidades financeiras desse tipo de agente e em suas respectivas áreas de funcionamento.

E como se deu a geografização das novas agências “regulares” do Banestes na RMV no pós-Plano Real (Mapas 38, 39, 40 e 41)? Entender o significado da evolução da rede de agências do banco estadual requer um retorno histórico maior. O banco foi um elemento do espaço geográfico de fundamental importância no processo de formação da região metropolitana capixaba ainda em seus momentos embrionários (1960-1980). Indicamos esse papel em duas frentes: a) o banco foi pioneiro, isto é, foi o primeiro banco a instalar agências em praticamente todos os importantes núcleos que começavam a tomar forma – novo centro de negócios (Praia do Canto) e subcentros terciários (Glória, Jacaraípe e Laranjeiras); b) seu sistema de ações também demonstrou um sentido de caráter mais público nesse momento, à medida em que foi pioneiro também na instalação de agências nas áreas mais periféricas que começavam a emergir com a expansão da cidade (Cariacica Sede, Serra Sede, Itacibá, Vila Capixaba, Viana Sede, Cobilândia, Paul etc.). Além, é claro, de ter sido pioneiro nas novas áreas de classe média/alta da cidade (Jardim Camburi e Jardim da Penha).

No período pós-Plano Real, o banco manteve seu modo de atuação. No período em tela, o banco passou por diferentes momentos conjunturais que determinaram a evolução de sua rede de agências na região metropolitana capixaba. Entre 1994 e 2003, o banco esteve em graves dificuldades financeiras e políticas, o que se expressou pela redução do número de agências do banco nesse pedaço do território estadual. A partir de 2003, após passar por um intenso processo de reorganização interna (operacional, normativa e técnica), o banco recuperou seu potencial de funcionamento e de relação com os novos conteúdos do território.

Entre 2003 e 2016, o banco abriu 16 novas agências na região metropolitana de Vitória. A geografização desses novos fixos geográficos no tecido urbano metropolitano é um indicador muito claro das especificidades de um banco público em sua relação com o espaço geográfico (Mapa 38-41). Enquanto os bancos de âmbito nacional concentraram suas ações de modo a instalarem suas agências nas áreas da cidade indicadas acima, o Banestes, por seu turno, valorizou outros pedaços da cidade. Que áreas eram essas? Como pode ser observado no Mapa 39, o sistema de ações do banco estadual selecionou áreas específicas da região metropolitana de Vitória.

Mapa 38: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) do Banestes (1960)

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN). Elaboração própria.

Mapa 39: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) do Banestes (1980)

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN). Elaboração própria.

Mapa 40: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) do Banestes (1996)

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN). Elaboração própria.

Mapa 41: Região Metropolitana de Vitória: topologia bancária tradicional (agências) do Banestes (2016)

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN). Elaboração própria.

Seguindo a ordem cronológica da instalação das agências, além de unidades nas áreas já tradicionalmente atingidas pelo sistema bancário (Laranjeiras, Muquiçaba, Itapoã e Civit II), o banco instalou agências em dois bairros na parte oeste do município de Vitória (São José (2006) e Santa Tereza (2006)), em bairros do interior do território do município de Vila Velha (Ibes em 2006, Terra Vermelha em 2006 e São Torquato em 2007), nos bairros de Cariacica Sede (2006) e Bela Aurora (2006) ambos de Cariacica; finalmente, instalou agências no município de Serra (Rosário de Fátima (2006), Porto Canoa (2006), Nova Almeida (2006) e Feu Rosa (2010)).

Como a geografia das finanças é também uma geografia do comércio e dos serviços (LABASSE, 1974), precisamos analisar algumas características desses bairros. A primeira característica que identificamos sobre os locais de instalação das novas agências é a ausência desse fixo, ou seja, o banco estadual selecionou bairros que não possuíam agência até o momento, reproduzindo seu papel de agente bancário pioneiro. Estamos falando de um conjunto de lugares cujos conteúdos, até o período, não atendiam aos determinantes mínimos necessários para a localização de uma agência bancária a partir de uma racionalidade estritamente econômica (racionalidade que é utilizada como critério por instituições bancárias privadas, nacionais ou estrangeiras).

Pelo levantamento bibliográfico e documental, a maioria desses novos bairros selecionados pelo Banestes se caracteriza pela grande densidade populacional e pela concentração da pobreza na região metropolitana (REIS, 2007; GONÇALVES, 2007; IJSN, 1985); além disso, sua população se encontra fisicamente e/ou financeiramente distante dos principais centros terciários da cidade. Assim, grande demanda de consumo criada pela presença populacional e seu perfil socioeconômico nos permite inferir que o conjunto de atividades comerciais e de serviços ofertados por esses núcleos urbanos são de pequena dimensão, pouco dinâmicos (para a reprodução do grande capital), e pouco diversificados. Some-se a estes dados o fato de que nesses bairros é maior a ocorrência de problemas de segurança.

Todos esses conteúdos são inibidores da atuação das grandes redes privadas nacionais e internacionais, no que tange à instalação de agências¹⁶⁰. Para o funcionamento do Banestes, por sua vez, o volume comercial existente e o número absoluto de famílias que moram nessas áreas já sustentam a instalação de seu fixo bancário mais complexo, a agência. Neste sentido, pode-

---

¹⁶⁰ Queremos dizer com isso que outros bancos podem estar presentes nessas áreas da região metropolitana de Vitória, porém, com fixos bancários menos complexos, como no caso do correspondentes bancários e caixas eletrônicos.

se dizer que o banco trabalha com critérios diferentes para distribuir seus canais de prestação de serviços, ampliando os critérios para a escolha dos lugares; assim, é possível afirmar que um banco regional (estadual) possui um modo de funcionamento tal que diminui o número de lugares excluídos pelo seu sistema de ações e, portanto, tem maior capacidade de universalizar o atendimento bancário *via* agências no território capixaba.

3.3 A EVOLUÇÃO DA GEOGRAFIA DO DINHEIRO NO TERRITÓRIO CAPIXABA

Evolução dos ativos regionais (Depósitos)

O estudo da evolução da geografia do dinheiro no território capixaba pós-Plano Real pode ser empreendido, num primeiro momento, a partir da análise dos chamados “ativos regionais” (Labasse, 1974), isto é, os depósitos bancários realizados em cada uma das regiões bancárias. A regionalização bancária utilizada para a organização dos dados é aquela criada pelo Banestes após o ano de 2003. A Tabela 23 sintetiza a evolução dos ativos regionais (depósitos) no território do Espírito Santo, entre 1994-2016, tendo como base as operações de depósito do sistema bancário em geral¹⁶¹.

A distribuição dos ativos regionais (depósitos) no território do Espírito Santo é reveladora das características geoeconômicas do estado. No ano de 1994, os grandes bancos federais, nacionais privados e estrangeiros tinham como área privilegiada para a captação de excedentes econômicos a região bancária de Vitória (Centro). Como pode ser observado, os dois únicos municípios que compõem essa região (Serra e Vitória) continham 51,62% dos ativos regionais de todo o estado. Junto com a região bancária de Vitória (Centro-Sul)¹⁶², a RMV tinha quase 63% dos ativos regionais do Espírito Santo. Em termos de importância financeira, a região bancária composta pelos municípios da região metropolitana, vinha a região bancária de Cachoeiro de Itapemirim (Sul) que possuía, nesse ano, 23,53% dos ativos bancários regionais do estado. Por último, com uma participação menos importante na distribuição dos depósitos, vinham as regiões bancárias de São Mateus (Norte) e de Colatina (Noroeste) com, respectivamente, 8,23% e 6,05% dos ativos regionais.

Até o ano de 2016, é possível elencar alguns elementos da geografia dos depósitos no

¹⁶¹ Foram excluídos os dados referentes ao Banestes, os quais iremos analisar posteriormente de forma separada.

¹⁶² Lembrando que o termo “região bancária de Vitória (Centro-Sul)” é a nomenclatura dada pelo Banestes para os municípios de Vitória e Serra.

território. Em primeiro lugar, todas as regiões apresentaram incremento no volume absoluto de recursos deste tipo, o que significa que o sistema de ações das instituições bancárias teve êxito no processo de drenagem da riqueza produzida em cada uma das regiões (seja através da bancarização da população e/ou da instalação de seus fixos nesses diferentes pedaços do território estadual). Entretanto, apesar da ampla difusão desta variável financeira (os depósitos), os dados relativos indicam a tendência a uma redistribuição do valor entre as regiões bancárias.

Tabela 23: Espírito Santo: Evolução dos ativos regionais (Depósitos) no território (em R\$ milhões) (1994-2016)¹⁶³

Regiões Bancárias	1994		2004		2012		2016	
	Depósito	%	Depósito	%	Depósito	%	Depósito	%
São Mateus (Norte)	23,3	8,23	382,0	9,18	2.022,7	11,69	1.761,6	9,85
Colatina (Noroeste)	17,2	6,05	223,0	5,36	1.530,1	8,84	1.258,3	7,04
Cachoeiro (Sul)	66,7	23,53	980,9	23,59	2.232,8	12,91	2.625,6	14,69
Vitória (Centro-Sul)	30,0	10,57	456,0	10,96	3.064,7	17,71	3.656,1	20,45
Vitória (Centro)	146,4	51,62	2.117,0	50,90	8.451,3	48,85	8.574,1	47,97

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN), Estban. Vários anos. Elaboração própria.

A região bancária de Cachoeiro teve perda da participação relativa significativa ao longo do período; no ano de 1994, esta parcela do território estadual era responsável por quase um quarto dos ativos estaduais e, ao final do período (2016), tinha realizado menos que 15%. A área do interior que apresentou maior dinâmica foi a região bancária de São Mateus; essa região chegou, no ano de 2012, a representar quase 12% dos ativos bancários regionais; ao final do período, tinha realizado 9,85%. Com menor intensidade, a região bancária de Colatina também apresentou incremento em sua participação nos ativos regionais. Por outro lado, o processo central desta evolução foi a concentração dos ativos regionais na área mais dinâmica do território estadual. A região bancária de Vitória (Centro) apresentou uma diminuição na redistribuição territorial do fenômeno dos depósitos, ao mesmo tempo em que a região de Vitória (Centro-Sul) teve o maior dinamismo do fenômeno. De todo modo, os municípios que compõem a RMV passaram a concentrar ainda mais os ativos bancários regionais: em 1994,

¹⁶³ Duas observações sobre os dados da Tabela 21. Em primeiro lugar, concentramos a exposição dos dados no período pós-2003; a razão dessa escolha se deu pelo fato de que a regionalização bancária do Banestes ter sido criada nesse período, de modo que os dados de 2004 foram organizados para manter o mesmo padrão. A segunda observação é de que os dados coletados são do mês de Julho de cada ano destacado.

62,19% dos ativos regionais estavam nessa área; em 2016, eram 68,42%.

Tabela 24: Espírito Santo: Evolução dos ativos regionais (Depósitos) no território por banco (em R\$ milhões) (1994-2016)

	1994		2004		2012		2016	
Regiões Bancárias	Depósito	%	Depósito	%	Depósito	%	Depósito	%
Santander								
São Mateus (Norte)	0,0	0,0	0,0	0,00	10,4	1,21	29,6	3,01
Colatina (Noroeste)	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0	5,4	0,55
Cachoeiro (Sul)	0,0	0,0	0,0	0,00	26,0	3,01	37,6	3,82
Vitória (Centro-Sul)	0,0	0,0	0,0	0,00	176,6	20,44	205,6	20,90
Vitória (Centro)	0,7	100	2,3	100	651,1	75,34	705,7	71,71
Bradesco								
São Mateus (Norte)	1,5	11,76	53,0	11,29	148,8	8,30	181,4	10,92
Colatina (Noroeste)	0,9	7,42	26,4	5,62	61,8	3,44	107,4	6,47
Cachoeiro (Sul)	3,3	26,88	108,6	23,11	204,3	11,39	212,2	12,77
Vitória (Centro-Sul)	1,8	14,29	81,0	17,24	429,0	23,92	412,1	24,80
Vitória (Centro)	4,9	39,64	200,8	42,75	949,9	52,96	748,3	45,04
Banco do Brasil								
São Mateus (Norte)	18,0	10,12	155,5	10,42	606,4	10,57	584,0	11,68
Colatina (Noroeste)	15,6	8,75	98,9	6,63	344,5	6,01	402,1	8,04
Cachoeiro (Sul)	49,0	27,54	359,0	24,06	737,1	12,85	756,1	15,12
Vitória (Centro-Sul)	19,0	10,67	139,6	9,35	820,0	14,30	818,5	16,37
Vitória (Centro)	76,4	42,92	739,2	49,54	3227,0	56,27	2439,2	48,79
Banestes								
São Mateus (Norte)	25,2	8,63	190,4	8,96	573,4	6,40	780,3	4,96
Colatina (Noroeste)	23,8	8,17	104,9	4,94	408,8	4,56	595,1	3,78
Cachoeiro (Sul)	34,3	11,76	362,7	17,07	712,2	7,95	1.545,5	9,82
Vitória (Centro-Sul)	42,1	14,42	157,0	7,39	903,0	10,07	1.309,5	8,32
Vitória (Centro)	166,3	57,01	1309,9	61,65	6.366,0	71,02	11.515,2	73,13
Total	482,8		4.089,2		17.356,3		23.390,8	

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN), Estban, vários anos. Elaboração própria.

E como se deu a evolução dos ativos regionais de cada banco? Uma síntese deste processo pode ser realizada através da análise da Tabela 24. O caso do banco estrangeiro Santander seguiu o oposto do que ocorreu com o sistema bancário regional em geral. Em 1994, o sistema de ações do banco estava totalmente concentrado na região bancária de Vitória (Centro). Até o ano de 2016, o banco ampliou o volume de excedentes captados no território estadual, passando a atuar em todas as regiões bancárias. É importante lembrar que a topologia do Santander nas regiões bancárias se deu através dos centros regionais já mencionados

(Cachoeiro, Colatina e São Mateus) e de cidades que se dinamizaram a partir da instalação da agricultura moderna e do fornecimento de serviços (Aracruz e Linhares). Assim, os ativos bancários regionais criados através da ação do Santander, apesar de exprimir uma certa desconcentração, ainda não revela o conjunto real de cada região bancária.

Em 1994, o Bradesco já apresentava uma estratégia de captação mais difusa entre as regiões bancárias capixabas, estando presente em todos os pedaços do território estadual. De todo modo, quase 40% dos ativos regionais foram realizados na região bancária de Vitória (Centro). A segunda região bancária mais dinâmica, do ponto de vista da atuação do banco privado nacional, era a de Cachoeiro de Itapemirim, com quase 27% dos depósitos efetuados no banco. Em seguida vinha a parte sul da região metropolitana (14,2%), região bancária de São Mateus (11,7%) e, finalmente, a de Colatina (7,42%). No período em tela, o banco ampliou consideravelmente o volume de depósitos captados em cada pedaço do território estadual, porém, seguindo o padrão do sistema bancário geral: todas as regiões bancárias do interior perderam valor (participação relativa), enquanto concentrou ainda mais seu sistema de captação nas regiões bancárias de Vitória (Centro e Centro-Sul).

O Banco do Brasil, por sua vez, ao ampliar o fenômeno dos ativos regionais em todos os pedaços do território estadual, acabou por aumentar a participação relativa das regiões bancárias de São Mateus e Vitória (Centro e Centro-Sul), em detrimento da região bancária de Cachoeiro. No interior do estado, a região de Cachoeiro detinha uma considerável parte dos ativos regionais com o Banco do Brasil. Ao longo do período, a evolução dos ativos regionais com o banco federal demonstrou o quanto a região metropolitana se tornou central para a reprodução das atividades da instituição.

Em relação às instituições bancárias mencionadas (Santander, Bradesco e Banco do Brasil), é possível reconhecer alguns elementos do espaço geográfico determinantes para a redistribuição de suas respectivas geografias do dinheiro, no que diz respeito à variável “depósitos”. Em relação ao Santander, foi parte de sua política geoeconômica expandir seu sistema de ações e, logo, de captações de recursos no mercado bancário estadual; para isso, passou a atuar nas principais cidades de cada região bancária capixaba. Em relação ao Bradesco e ao Banco do Brasil é possível perceber como um conteúdo do território estadual foi determinante para a distribuição de seus respectivos sistemas de ações, qual seja, a região metropolitana de Vitória. Ou seja, essa área do território estadual ganhou ainda mais valor no uso do território por essas instituições, no que tange à captação de recursos.

A evolução da drenagem de recursos pelo Banestes no período pós-Plano Real é um

caso singular no território do estado. Entre os elementos da estratégia de captação de depósitos promovida pela ação da instituição, primeiro destacamos seu aspecto quantitativo, isto é, o incremento do volume de recursos drenados pelo banco ao longo dos anos 1994-2016 (que é bastante significativo). Em 1994, o banco estadual foi capaz de captar R\$ 291,7 milhões no conjunto das regiões bancárias; em 2016, o volume de recursos alcançou R\$ 15.745,6 milhões, sendo, portanto, o banco a dominar a competição pelos recursos monetários excedentes produzidos no estado.

A distribuição espacial desse fenômeno (depósitos) reforçou as linhas de desenvolvimento do espaço geográfico estadual e metropolitano. Podemos utilizar o par de conceitos sístole e diástole para entender o movimento dos ativos regionais criados pelo banco estadual. Ao mesmo tempo em que o fenômeno se difundia entre todas as regiões e todos os municípios de cada região, os ativos regionais concentravam-se espacialmente cada vez mais. Assim, vemos que paralelamente ao incremento do volume absoluto de depósitos em todas as regiões bancárias, houve uma nítida concentração dos volumes totais, em benefício da região bancária de Vitória (Centro) e em detrimento de todas as outras demais áreas. Os níveis das desigualdades espaciais da distribuição dos ativos regionais são marcantes. Enquanto quatro regiões bancárias, que abarcam 76 municípios do estado, detinham R\$ 4.230,4 milhões (26,8%) em ativos regionais, somente dois municípios (Vitória e Serra), detinham R\$ 11.515,2 milhões (73,13%).

Um dos elementos qualitativos para se entender a geografia dos depósitos produzida pelo sistema bancário em geral – e pelo Banestes – no território é o seu aspecto financeiro, isto é, grande parte dos recursos monetários que fluem pelo sistema é de recursos dos próprios bancos. Melhor dizendo, grande parte dessa redistribuição e intensificação das diferenças regionais na distribuição do fenômeno se deu pelos depósitos interfinanceiros¹⁶⁴. Podemos entender os depósitos interfinanceiros, por um lado, como um mecanismo de auxílio mútuo entre as instituições bancárias que precisam fechar o caixa durante um determinado período e, por outro, um modo de se manter os excedentes sempre em circulação.

Para se ter melhor noção da dimensão dos recursos que envolvem essa categoria de depósito, o caso da região bancária de Vitória (Centro) é um paradigma. A Tabela 22 indica que

---

¹⁶⁴ Segundo a empresa Cetip: “Negociado exclusivamente entre instituições financeiras, o Depósito Interfinanceiro é um título privado de Renda Fixa que auxilia no fechamento de caixa dos bancos, como instrumento de captação de recursos ou de aplicação de recursos excedentes. [...] Os títulos têm elevada liquidez e embutem um baixíssimo risco, normalmente associado à solidez dos bancos que participam do mercado” (Cetip).

nessa região bancária foram realizados mais de R\$ 11.000 milhões em depósitos (2016); dados do Banco Central também indicam que desse total, mais de R\$ 6.000 milhões foram criados através dos depósitos interfinanceiros. Estes dados nos ajudam a entender também esta concentração territorial dos recursos. Devido ao caráter específico desse tipo de depósito, elaboramos uma nova tabela a partir das categorias de depósitos mais ligadas aos aspectos da economia real, sendo elas: depósitos a vista do setor público, depósitos a vista do setor privado (pessoas físicas e pessoas jurídicas) e poupança (Tabela 25). Os dados da Tabela 23 indicam processos diferentes dos expostos anteriormente (Tabela 24). Entre 1994 e 2014, o Banestes ampliou o volume de recursos captados diretamente dos agentes presentes no conjunto das regiões bancárias; no início do período, o banco captou R\$ 271,4 milhões, sendo que, no ano de 2014, os recursos captados chegaram a cifra de R\$ 3.851,2 milhões.

Tabela 25: Banestes: Evolução dos ativos regionais (Depósitos) no território (em R\$ milhões) (1994-2014)¹⁶⁵

Regiões Bancárias	1994		2004		2012		2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
São Mateus (Norte)	26,9	9,9	123,2	11,3	387,7	12,3	493,6	12,8
Colatina (Noroeste)	26,2	9,7	116,5	10,7	350,7	11,1	446,5	11,6
Cachoeiro (Sul)	41,6	15,3	173,4	15,9	517,6	16,4	658,9	17,1
Vitória (Centro-Sul)	47,5	17,5	215,2	19,7	642,0	20,4	832,4	21,6
Vitória (Centro)	129,3	47,6	461,4	42,3	1.252,0	39,7	1.419,7	36,9
Total	271,4	100	1.090	100	3.149,9	100	3.851,2	100

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN), Estban, vários anos. Elaboração própria.

Ao longo do período é possível perceber a perda da participação relativa da região bancária de Vitória (Centro) na distribuição dos ativos regionais. O Banestes, pelas possibilidades dadas pela própria evolução dos conteúdos do território e pelo seu sistema de ações, paulatinamente distribui o fenômeno dos ativos regionais entre todas as regiões bancárias, em detrimento da “metrópole regional”. O processo é evidente mesmo se somando os ativos regionais das regiões bancárias de Centro e Centro-Sul: em 1994, as duas regiões detinham R\$ 176,7 milhões, correspondendo a 65,1% do total estadual; em 2014, o volume total das regiões bancárias passou a ser de R\$ 2.252,1 milhões (50,5%). Como seu deu, então, a geografização das categorias de depósito em cada uma das regiões bancárias (Tabela

¹⁶⁵ O Banco Central do Brasil disponibilizou dados desagregados das operações de depósito até o ano de 2014. Os dados da tabela se referem ao mês de Julho de cada ano destacado.

26)?

Tabela 26: Banestes: Evolução dos ativos regionais (Depósitos) no território por região bancária e por categoria (em R\$ milhões) (1994-2014)

	1994		2004		2012		2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
São Mateus (Norte)								
Depósito à Vista Setor Público	3,8	12,9	12,9	9,2	11,6	2,5	11,3	1,9
Depósito à Vista Setor Privado	5,7	19,3	23,3	16,6	137,7	29,5	155,6	26,6
Setor Privado Pessoa Física	1,7	5,8	1,9	1,4	39,6	8,5	46,9	8,0
Setor Privado Pessoa Jurídica	0,9	3,1	15,0	10,7	39,6	8,5	44,3	7,6
Poupança	17,4	59,0	86,9	62,1	238,4	51,1	326,7	55,9
Colatina (Noroeste)								
Depósito à Vista Setor Público	2,2	7,8	7,5	5,9	7,7	1,9	4,3	0,9
Depósito à Vista Setor Privado	3,9	13,9	17,5	13,8	88,2	22,2	96,9	19,4
Setor Privado Pessoa Física	1,1	3,9	3,4	2,7	25,7	6,5	30,3	6,1
Setor Privado Pessoa Jurídica	0,8	2,8	7,2	5,7	20,7	5,2	23,2	4,6
Poupança	20,1	71,5	91,4	72,0	254,9	64,2	345,3	69,1
Cachoeiro (Sul)								
Depósito à Vista Setor Público	5,6	12,5	13,6	7,2	13,6	2,3	15,9	2,1
Depósito à Vista Setor Privado	6,0	13,4	22,8	12,1	144,9	24,2	158,9	21,1
Setor Privado Pessoa Física	2,1	4,7	3,8	2,0	48,0	8,0	53,5	7,1
Setor Privado Pessoa Jurídica	1,0	2,2	10,5	5,6	33,0	5,5	41,6	5,5
Poupança	30,0	67,1	137,1	73,0	359,1	60,0	484,2	64,2
Vitória (Centro-Sul)								
Depósito à Vista Setor Público	2,0	3,7	11,6	4,6	16,2	2,1	12,1	1,2
Depósito à Vista Setor Privado	10,4	19,4	41,5	16,6	217,5	27,7	262,2	25,8
Setor Privado Pessoa Física	3,1	5,8	1,7	0,7	65,2	8,3	82,9	8,2
Setor Privado Pessoa Jurídica	3,1	5,8	33,5	13,4	78,6	10,0	100,5	9,9
Poupança	35,1	65,4	162,1	64,7	408,3	52,0	558,2	54,9
Vitória (Centro)								
Depósito à Vista Setor Público	36,7	25,8	84,1	15,1	72,5	4,6	62,4	3,5
Depósito à Vista Setor Privado	18,2	12,8	116,8	21,0	558,1	35,6	542,9	30,5
Setor Privado Pessoa Física	4,3	3,0	3,0	0,5	113,8	7,3	131,2	7,4
Setor Privado Pessoa Jurídica	8,6	6,1	92,9	16,7	200,0	12,8	226,5	12,7
Poupança	74,3	52,3	260,5	46,7	621,3	39,7	814,3	45,8
Total	271,		1.089,6		3.150,0		3.815,2	

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN), Estban, vários anos. Elaboração própria.

Como foi dito acima, a regionalização criada pelo Banco do Estado do Espírito Santo após o ano de 2003 tinha como objetivo fazer com que o banco pudesse adaptar o funcionamento de sua estrutura o melhor possível às características particulares de cada região

bancária do território do estado. Também vimos que, a partir dessa regionalização do território, o banco promoveu a completa capilarização (em termos municipais) de sua rede de agências e de seu conjunto de fixos bancários eletrônicos (caixas eletrônicos e correspondentes bancários). De acordo com informações coletadas durante entrevistas, o banco estadual era, até a década de 1990, um banco puramente voltado para o serviço público e o conjunto de seu funcionalismo. Isso explica por que, em 1994, os depósitos realizados pelo setor público e a poupança tinham tanto peso nos ativos bancários de todas as regiões bancárias. Na região bancária de São Mateus, setor público e poupança correspondiam a quase 73% dos ativos regionais; na região bancária de Colatina e de Cachoeiro esse valor chegava a quase 80%; nas regiões de Vitória (Centro e Centro-Sul) a participação era menor: girava em torno de 68% e 75%.

Um aspecto da geografia dos depósitos criada pelo Banestes, até o ano de 1994, é a distribuição espacial destes de forma mais sistematicamente ligada ao setor público. Nesse ano, 73,2% de todos os depósitos do setor público foram realizados na região bancária de Vitória (Centro). Isso se deve ao fato de que essa região contém a cidade de Vitória, capital do estado e sede das instituições, autarquias e empresas municipais e estaduais; o que significa maior concentração de funcionários e de diretores com maiores salários e, também, dos fluxos de caixa entre empresas públicas e banco estadual.

Após a década de 1990, com a participação do Espírito Santo no PROES e, também, com a intensificação da presença de grandes instituições bancárias e financeiras no território capixaba, o banco passou a realizar um conjunto de ações que o tornassem independente dos recursos vindos do setor público e o tornassem mais competitivo. O resultado disso é a mudança da composição dos ativos regionais até o ano de 2014. Assim, pode-se perceber a diminuição abrupta da participação relativa dos depósitos do setor público em todas as regiões bancárias. Em 2014, a participação desses recursos na composição dos ativos bancários das regiões bancárias de São Mateus, Colatina e de Cachoeiro passou a ser, respectivamente, 1,9%, 0,9% e 2,1%. O mesmo processo se deu com as regiões bancárias de Vitória, nas quais os recursos públicos passaram a corresponder 1,2% e 3,5% dos ativos regionais. Isso não significa que o banco tenha se afastado da economia do setor público nesse momento; pelo contrário, seus vínculos se tornaram cada vez mais fortes nesse período, o que é expresso pelo aumento do volume absoluto de recursos públicos depositados no banco estadual.

Dado o fato de que as grandes empresas e a parcela da população com maiores rendas possuem vínculos com grandes bancos e instituições financeiras, o Banestes voltou-se para os agentes impedidos de acesso aos serviços bancários, tanto pela acessibilidade física (ausência

de fixos bancários) quanto financeira (distância e taxas cobradas)¹⁶⁶. A política do banco, sabendo de suas limitações (já que é uma instituição com limites territoriais de atuação), procurou então universalizar a bancarização da população e se aproximar de todos os agentes econômicos presentes no território. O resultado se deu com o crescimento da participação dos depósitos do setor privado e o impulso ainda maior da poupança em todas as regiões bancárias.

Em nível estadual, os depósitos do setor privado apresentaram uma pequena concentração espacial a favor da região bancária de Vitória (Centro), cujo incremento relativo passou de 41,5% (1994) para 44,6% (2014). Entretanto, dentro das dinâmicas internas de cada região bancária, o Banestes foi um vetor central de transformação das relações sociais, econômicas e espaciais, trazendo uma grande parcela da população (e de seus recursos) para o sistema bancário, além de incorporar nos circuitos financeiros as atividades econômicas com menor complexidade de capital, técnica e organizacional. Este último processo fica evidente através do estudo da evolução dos depósitos a vista de pessoas físicas e jurídicas. Os depósitos realizados pelas famílias instaladas em cada pedaço do território estadual tiveram uma evolução expressiva no período. Em 1994, o volume total de depósitos no estado era de R\$ 12,3 milhões, sendo que quase 60% estavam concentrados nas regiões bancárias de Vitória (Centro e Centro-Sul). Em 2014, os depósitos de pessoa física alcançaram a cifra de R\$ 344,7 milhões. Todas as regiões bancárias apresentaram incremento do volume de depósitos de pessoa física e de sua participação relativa na composição de seus respectivos ativos regionais.

O desenvolvimento dos depósitos de pessoa jurídica e de poupança são as principais especificidades da relação entre o Banestes e o território, no que se refere à geografia dos ativos bancários regionais. A poupança é um tipo de depósito que possui uma complexidade própria, diferente dos outros produtos financeiros. Por ser formada por parte da renda familiar guardada com objetivos de longo prazo (segurança, planejamento, investimentos etc.), a poupança requer a constituição de diferentes relações entre o banco e o cliente. O Banestes poderia ser definido como um banco da poupança da população capixaba desde os anos 1990, como vimos, ligado principalmente ao funcionalismo público. Ao longo do período pós-Plano Real, o banco intensificou essas relações de maior proximidade com a população em geral, refletindo a evolução desse tipo de poupança em todas as regiões bancárias do território. O banco, então, foi responsável pela captação das pequenas poupanças das famílias espalhadas no território das

---

¹⁶⁶ Como vimos no tópico anterior, essa capacidade do banco de penetrar nos espaços mais recônditos do território se mostrou também pelo desenvolvimento de sua topologia bancária, instalando agências em cidades e núcleos urbanos com menor dinamismo econômico e excluídas das redes de agências dos grandes bancos.

regiões bancárias.

O mesmo sentido tem os depósitos de pessoa jurídica. De acordo com as entrevistas realizadas com diretores e ex-diretores do banco, as relações do banco com os agentes econômicos se deram de forma extremamente pulverizada, isto é, com os inúmeros estabelecimentos; as falas dos entrevistados e documentos qualificam esses agentes como micro, pequenas e médias empresas, que realizam suas necessidades financeiras cotidianas através do banco. Assim, além dos depósitos das famílias (pessoa física e poupança) antes excluídas do sistema bancário, o Banestes também absorveu em seu sistema de ações um conjunto significativo de agentes econômicos pulverizados nas regiões bancárias.

Esta análise empírica da geografia dos ativos bancários regionais conformada na relação entre banco estadual e território permite algumas outras conclusões. A evolução dos ativos regionais apresentada tem relação com o modo específico do uso do território pelo Banestes durante toda a sua história e, mais especificamente, no período pós-Plano Real. Para termos uma noção mais clara das especificidades do banco estadual, é preciso colocar em paralelo a evolução dos depósitos e da topologia bancária. A literatura sobre este tema (DIAS e LENZI, 2009; COSTA, 2012), assim como os dados analisados acima, demonstraram que a topologia das redes de agências foi desenvolvida atualmente como forma de conquista de um mercado específico, qual seja, empresas e a parcela da população com maiores rendas. No caso do Espírito Santo, isso ficou evidente pela concentração do lançamento de agências na RMV e nas maiores cidades do interior, precisamente nas áreas de intensa movimentação comercial e de presença das classes médias.

Inserido no processo geral da financeirização do território (SANTOS, [1993] 2009, SILVEIRA, 2009, CONTEL, 2011, MEDEIROS, 2013) no Espírito Santo, os grandes bancos atuavam sobre os espaços opacos através dos novos canais eletrônicos (caixas eletrônicos, correspondentes bancários, cartões) de modo que a drenagem da riqueza das famílias e atividades de menor complexidade técnica, capital e organizacional se dava via consumo e endividamento. Este sentido da ação dos bancos parecia ter como resultado a perda de dinamismo regional e o maior empobrecimento da população.

O Banestes, apesar de acompanhar o movimento geral da lógica financeira privada, apresentou elementos diferentes. Como vimos, expandiu suas agências no interior do território (municípios do interior e em diferentes núcleos do interior), além de instalar seus fixos nas áreas opacas da RMV. Isso significa que sua divisão territorial do trabalho tinha determinantes comuns com os grandes bancos, mas, também, conteúdos específicos. Ao mesmo tempo em

que disputava com as grandes instituições o mercado das empresas mais dinâmicas e da população de alta renda, o banco tinha o objetivo de captar recursos presentes nos espaços opacos do território estadual. Porém, a qualidade do fixo instalado nessas áreas (uma agência) demonstra um caráter específico dessa captação; não é por outro motivo que o principal tipo de depósito a evoluir nesse período, através do banco, foi a poupança.

Além disso, é importante destacar o papel sistêmico do Banestes, enquanto um banco regional, qual seja, o de ampliar a área de alcance e o volume de recursos do sistema bancário estadual. Os grandes bancos, por determinações internas de seu próprio funcionamento, são seletivos, de modo que grandes áreas do território estadual e da região metropolitana foram excluídas de sua rede e de seu sistema de ações. O banco estadual, também por seus determinantes internos e espaciais, é levado ao movimento contrário, ou seja, precisa ampliar cada vez mais o alcance de seus fixos e fluxos no seu limitado mercado regional (estadual); o que leva a uma divisão territorial do trabalho mais capilarizada e a ocupar, assim, os espaços antes abandonados pelos grandes bancos.

A evolução dos passivos regionais: a geografia do crédito

Como par complementar aos estudos sobre os ativos regionais, torna-se necessário analisar a geografia dos passivos regionais (LABASSE, 1974), isto é, a evolução das operações de crédito efetivadas pelas instituições bancárias no território do Espírito Santo. A Tabela 27 sintetiza a evolução e a geografixação, nas diferentes regiões bancárias, do fenômeno do crédito no território capixaba entre os anos 1994-2016. O primeiro dado da realidade a saltar aos olhos é crescimento vertiginoso do volume quantitativo do fenômeno, quase 50 vezes num período de 22 anos.

O incremento do volume de recursos que irrigaram o território do estado foi, também, resultado de mudanças na atuação das instituições bancárias em cada região bancária. Até o ano de 1994, a hierarquia entre as regiões bancárias, tendo como referência esta geografia do crédito, colocava a região de Vitória (Centro) e a de Cachoeiro como as principais áreas de irrigação do território. A região bancária de Cachoeiro obteve, naquele ano, R\$ 57,3 milhões através do sistema bancário (11,6%); por sua vez, a região bancária de Vitória (Centro) concentrou 73,7% de todos os recursos creditício realizados no território do estado.

Tabela 27: Espírito Santo: Evolução dos passivos regionais (Crédito) no território (em R\$ milhões) (1994-2016)¹⁶⁷

	1994		2004		2012		2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
São Mateus (Norte)	21,8	4,41	331,0	12,47	2.095,2	15,38	3.856,0	16,62
Colatina (Noroeste)	17,4	3,53	250,8	9,45	1.093,7	8,03	2.345,1	10,11
Cachoeiro (Sul)	57,3	11,62	644,5	24,28	1.845,1	13,55	3.431,7	14,80
Vitória (Centro-Sul)	33,0	6,68	189,3	7,13	2.566,8	18,84	4.078,5	17,58
Vitória (Centro)	363,8	73,75	1.238,7	46,67	6.020,8	44,20	9.483,9	40,89
Totais	493,2	100	2.654,3	100	13.621,6	100	23.195,2	100

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN), Estban, vários anos. Elaboração própria.

Ao longo do período, a geografia do crédito exprimi transformações. É possível identificar áreas ganhadoras e áreas perdedoras; nesta última categoria está a região bancária de Vitória (Centro) que, apesar de ainda concentrar o maior volume de créditos, passou a deter 40,8% dos recursos irrigados no território. Todas as outras regiões bancárias ganharam participação relativa no período, porém apresentaram uma nova hierarquia. A região bancária de Vitória (Centro-Sul) passou a ser a segunda maior área de irrigação de recursos creditícios no estado; fora da região metropolitana, a região bancária de São Mateus passou a ser a principal área de atuação do sistema bancário, com 16,6% dos créditos totais.

O fenômeno do crédito seguiu o movimento de instalação do novo meio técnico no território estadual. Como foi demonstrado no segundo capítulo desta dissertação, a expansão da agricultura moderna – e de sua urbanização característica – se deu exatamente na área que compõe a região bancária de São Mateus. A partir disso, é possível inferir que o valor que essa região passou a ter para os grandes atores bancários e financeiros se insere no processo de creditização do território (SANTOS, [1993] 2009; SANTOS e SILVEIRA, 2001; CONTEL, 2011). De todo modo, o incremento do fenômeno do crédito em todas as regiões bancárias é indicativo da presença, cada vez mais potente, das finanças nos diferentes cotidianos que compõem do espaço geográfico capixaba.

Como as instituições bancárias, individualmente, irrigaram o território estadual nesse período? É possível encaminhar respostas a estas questões a partir da análise da Tabela 28. O banco Santander, representando o uso do território pelos bancos estrangeiros, e o Bradesco, banco privado nacional, apesar de algumas diferenças na distribuição espacial do crédito,

¹⁶⁷ Os dados utilizados referem-se ao mês de Julho de cada ano.

tiveram uma atuação semelhante. Ambas instituições concentravam, no ano de 1994, praticamente a totalidade dos recursos concedidos na região bancária de Vitória (Centro): Santander (100%) e o Bradesco (92%). O Santander, à medida em que ia ampliando o volume de recursos irrigados no território e tornando suas ações mais difundidas, continuou valorizando o espaço metropolitano, em detrimento da participação relativa da região bancária de Vitória (Centro). Apesar de todas as outras regiões bancárias terem suas participações incrementadas, a área que recebeu mais recursos, relativamente, foi a região bancária de Vitória (Centro-Sul), que envolve também municípios da região metropolitana.

Tabela 28: Espírito Santo: Evolução dos passivos regionais (Crédito) no território por banco (em R\$ milhões) (1994-2016)¹⁶⁸

	1994		2004		2012		2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Santander								
São Mateus (Norte)	0,0	0,00	0,0	0,00	35,3	5,28	28,4	5,59
Colatina (Noroeste)	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	5,3	1,04
Cachoeiro (Sul)	0,0	0,00	0,0	0,00	40,9	6,12	32,8	6,47
Vitória (Centro-Sul)	0,0	0,00	0,0	0,00	126,0	18,84	86,7	17,09
Vitória (Centro)	1,9	100	2,6	100	466,8	69,77	354,0	69,81
Bradesco								
São Mateus (Norte)	1,4	2,00	17,6	4,61	47,3	15,96	44,5	18,15
Colatina (Noroeste)	0,6	0,91	9,3	2,43	20,7	6,99	20,3	8,30
Cachoeiro (Sul)	2,1	3,06	43,6	11,42	56,9	19,21	56,0	22,88
Vitória (Centro-Sul)	1,2	1,75	10,0	2,61	51,7	17,44	39,0	15,90
Vitória (Centro)	63,3	92,27	301,3	78,93	119,7	40,40	85,1	34,76
Banco do Brasil								
São Mateus (Norte)	17,7	10,98	144,6	17,74	1.170,5	23,65	2.227,7	26,63
Colatina (Noroeste)	16,2	10,05	137,1	16,83	616,4	12,46	1.246,5	14,90
Cachoeiro (Sul)	23,6	14,61	243,3	29,86	931,9	18,83	1.464,6	17,51
Vitória (Centro-Sul)	8,9	5,50	52,9	6,49	607,0	12,27	958,3	11,45
Vitória (Centro)	95,0	58,87	237,0	29,08	1.622,4	32,79	2.469,2	29,51
Banestes								
São Mateus (Norte)	17,7	6,23	82,8	11,08	498,5	13,71	580,8	14,40
Colatina (Noroeste)	13,6	4,79	47,9	6,41	280,3	7,71	318,8	7,91
Cachoeiro (Sul)	10,5	3,72	150,4	20,13	566,4	15,58	650,4	16,13
Vitória (Centro-Sul)	9,4	3,32	42,6	5,70	404,2	11,12	529,4	13,13
Vitória (Centro)	232,4	81,95	423,5	56,68	1.886,1	51,88	1.953,5	48,44

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN), Estban, vários anos. Elaboração própria.

¹⁶⁸ Os dados utilizados referem-se ao mês de Julho de cada ano.

O Bradesco apresentou uma evolução mais instável durante o período. Ampliou os recursos até o ano de 2004, mas entre 2004 e 2016 restringiu o crédito no território. Esta estratégia geoeconômica produzida pelo banco demonstrou que as principais áreas valorizadas pelas suas ações foram a região bancária de São Mateus (18,15%) e de Cachoeiro (22,8%). Além disso, passou a atuar com maior ênfase em toda a região metropolitana, incrementando a participação relativa da região bancária de Vitória (Centro-Sul). De todo modo, as áreas privilegiadas pelo Bradesco e pelo Santander foram as regiões bancárias que envolvem a região metropolitana de Vitória.

O período pós-Plano Real implicou numa modificação na geografia do crédito enquanto produto da ação dos bancos públicos federal e estadual. Até 1994, o Banestes era o banco com o maior volume de créditos realizados no território capixaba. Além disso, existe uma espécie de divisão do trabalho bancário complementar entre estas instituições. Como pode ser observado na Tabela 26, 85% dos recursos disponibilizados pelo banco estadual fizeram parte do passivo regional da região bancária de Vitória (Centro e Centro-Sul); o Banco do Brasil, apesar de ter concentrado a maior parte dos recursos disponibilizados nas regiões bancárias de Vitória, tinha maior atuação nas outras regiões bancárias do interior.

Após 1994, o Banco do Brasil despontou como o maior criador dos passivos regionais no território capixaba. Seu sistema de ações também se intensificou em direção ao interior durante o período. Esse processo pode ser percebido pela redistribuição das participações relativas das regiões bancárias: em detrimento da região bancária de Vitória (Centro), o banco se consolidou como o maior irrigador de recursos de todo o interior, tendo como destaque a região bancária de São Mateus, que passou a concentrar 23,6% dos créditos em 2012 e 26,6% em 2016¹⁶⁹. Além de ser o principal vetor de irrigação do interior do território, o banco demonstrou ter um sistema de ações anti-cíclico ao ampliar consideravelmente o volume de crédito no território no ano de 2016¹⁷⁰.

O uso do território pelo Banco do Estado do Espírito Santo passou por importantes transformações no período em tela. Até 1994, apesar de difundir o crédito em todas as regiões bancárias, seu sistema de ações era eminentemente metropolitano: de acordo com a Tabela 23, mais de 85% dos recursos creditícios realizados pelo banco se geografizaram na RMV, sendo

---

¹⁶⁹ A partir desses dados, levantamos uma hipótese para futuras pesquisas a respeito do papel do Banco do Brasil na consolidação dos modernos circuitos produtivos agrícolas presentes na região bancária de São Mateus.

¹⁷⁰ Situação muito diferente do sistema de ações dos bancos privados e estrangeiros, que vieram restringindo o acesso ao crédito bancário no mesmo momento.

que 82% se localizavam na região bancária de Vitória (Centro). As informações coletadas em entrevistas nos permitem inferir que essa concentração de recursos creditícios nessa área do território estadual seja consequência dos fluxos monetários entre o banco e toda a burocracia estatal sediada na cidade de Vitória.

A partir das novas condições trazidas pelo Plano Real (1994) e pelo novo enquadramento normativo trazido para as instituições bancárias estaduais pelo PROES, o Banestes elaborou novas políticas de funcionamento no qual se colocava como um importante agente de irrigação de crédito no território estadual. Seu sistema de ações passou, então, a valorizar as regiões bancárias do interior do estado em oposição à polarização “natural” exercida pela região bancária de Vitória (Centro). Os dados da Tabela 23 indicam que região de Vitória (Centro), apesar de continuar sendo a principal área de irrigação de recursos, teve sua participação relativa diminuída expressivamente, enquanto todas as outras regiões bancárias cresceram em termos absolutos e relativos. É importante perceber que as regiões bancárias de São Mateus e de Cachoeiro receberam mais recursos do que a região bancária de Vitória (Centro-Sul) ao longo do período.

Nesse sentido, é possível afirmar que, no período pós-Plano Real, o sistema de ações do Banestes passou a ter um sentido mais distributivo no que tange à irrigação de recursos no território capixaba como um todo, o que ficou evidente pelo aumento da participação relativa das regiões bancárias do interior, em detrimento das regiões bancárias de Vitória (Centro e Centro-Sul). Além disso, o banco também demonstrou ser capaz de imprimir ações anti-cíclicas num momento de restrição de crédito pelos bancos privados – apesar de ser menor a intensidade, comparado com o Banco do Brasil.

Junto com a nova geografia do crédito, produzida pela ação do banco estadual, a composição dos passivos regionais foi modificada. Nosso argumento é que a evolução da carteira de crédito do Banestes e da composição dos passivos regionais resultaram das relações de determinação recíproca entre banco regional e território, o que pode ser constatado através das diferentes qualidades de recursos distribuídas pelo banco estadual entre as regiões bancárias entre os anos 1996-2016. Em primeiro lugar, é preciso destacar a mudança da composição dos recursos irrigados pela ação do banco no período pós-Plano Real.

Os dados sintetizados na Tabela 29 têm o objetivo de identificar os principais produtos financeiros (isto é, os tipos de dinheiro) irrigados no território do Espírito Santo pelo Banestes no período em tela. Como pode ser observado, no período pós-Plano Real o banco diversificou o destino dos recursos direcionados aos agentes econômicos e aos fenômenos que começaram

a tomar forma no território capixaba. Nesse sentido, o Banestes manteve um padrão de mobilização de recursos em sua reorganização na década de 1960, quais sejam, capital de giro, crédito rural, crédito industrial e câmbio.

O “capital de giro e desconto de títulos” foi historicamente um dos principais produtos pelo qual o banco irrigava recursos no território. Dentro da divisão do trabalho bancário institucionalizado no regionalismo bancário capixaba, o banco foi responsável pela concessão de recursos de curto prazo destinados ao funcionamento cotidiano dos agentes, isto é, o banco concedia recursos ligados ao fluxo de caixa dos agentes: pagamento de funcionários, de fornecedores, impostos e outros gastos correntes¹⁷¹. Neste período pós-1994, o banco manteve e intensificou esse modo de atuação ampliando significativamente o volume de recursos, chegando ao total de R\$ 1.010,7 milhões no ano de 2012. Entretanto, como também pode ser observado, esse tipo de recurso apresentou perda de participação relativa dentro do total da carteira de crédito, saindo do patamar dos 31,2% em 2007 (quando era o principal produto financeiro) para 26,6% em 2012.

Tabela 29: Banestes: Composição da carteira de crédito (2007-2012)

	2007		2009		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Consignado, ao Consumidor, Cartão e Financ. Bens	397,2	24,9	645,6	18,9	1.204,7	31,7
Capital de Giro e Desconto de Títulos	497,6	31,2	844,4	24,7	1.010,7	26,6
Crédito Rural	149,5	9,4	375,2	11,0	386,8	10,2
Câmbio	182,9	11,5	249,1	7,3	227,7	6,0
Crédito Industrial	34,5	2,2	127,5	3,7	121,1	3,2
Crédito Imobiliário	91,8	5,8	68,3	2,0	52,0	1,4
Cessão de Crédito	-	-	750,1	22,0	241,4	6,4
Outros	243,5	15,3	357,1	10,5	551,1	14,5
Total	1.597,0		3.417,4		3.795,5	

Fonte: Sítio eletrônico do Banestes, Sheet Fact, vários anos. Elaboração própria.

O “crédito para câmbio” foi outro produto que, apesar do crescimento absoluto, apresentou queda de dinamismo dentro dos recursos concedidos pelo banco. Esse tipo de crédito também teve importância histórica no funcionamento do banco, estando ligado às atividades de

¹⁷¹ Como vimos no segundo capítulo, esses recursos funcionavam em complemento às ações do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo.

importação e exportação. Em 2007, o banco havia concedido R\$ 182,9 milhões para essa destinação, correspondendo a 11,5% do total da carteira de crédito; no ano de 2012, o valor absoluto alcançou R\$ 227,7 milhões enquanto sua participação relativa representou 6,0% do total.

Entre os produtos tradicionais do banco, o crédito rural e o crédito industrial foram os únicos a apresentarem crescimento na participação relativa na composição da carteira de crédito. O volume de recursos creditícios destinados diretamente às atividades industriais foi, no ano de 2007, R\$ 34,5 milhões, representando 2,2% da composição do crédito total; em 2012, havia sido ampliado para R\$ 121,1 milhões (3,2%). Os circuitos agrícolas, por seu turno, haviam recebido R\$ 149,5 milhões (9,4%) de crédito em 2007, ampliando sua participação até 2012.

Novidades na composição da carteira de crédito representam novos elementos para diversificar os usos do território promovidos pelo banco. Dentre as modalidades praticadas, os tipos “consignado, consumidor, cartão e financiamento de bens”, o “microcrédito” e o “crédito para investimentos das prefeituras¹⁷²” são exemplos. De forma sintética, o crédito “consignado, ao consumidor, cartão e financiamento de bens” representa o viés mais corporativo do banco que emerge no período após a necessidade, por demanda de novas condições normativas, de apresentar rentabilidade; o “microcrédito” e o “crédito para investimentos” são produtos financeiros criados dentro de um contexto de política pública estadual, como iremos demonstrar mais à frente.

Por enquanto, o que importa destacar é a relevância, na composição da carteira de crédito do Banestes, dos recursos creditícios que inserem o banco estadual no fenômeno da financeirização do território, isto é, recursos destinados ao consumo e ao endividamento. O crédito “consignado, ao consumidor, cartão e financiamento de bens” foi desenvolvido após o ano de 2003 e já em 2007 já possuía um volume de recursos composto por R\$ 397,2 milhões (24,9%); até 2012, o valor absoluto havia sido incrementado para R\$ 1.204,7 milhões (31,7%), se tornando assim o principal produto financeiro da carteira de crédito do banco.

Como essas mudanças na composição da carteira de crédito do Banestes alteraram os passivos bancários regionais no período pós-Plano Real? Para respondermos essa questão, elaboramos a Tabela 30, a partir das informações disponibilizadas pelo Banco Central (Estban).

---

¹⁷² O microcrédito e o crédito para investimentos não aparecem nos dados da tabela por não estarem desagregados nos dados disponibilizados pelo banco.

Apesar de os dados não serem desagregados como na Tabela anterior, é possível perceber como a geografia do dinheiro alterou os passivos das regiões bancárias. Supondo que as tendências apresentadas pela evolução da composição da carteira de crédito tenham se mantido até o ano de 2016, podemos entender as causas do crescimento da participação relativa da categoria “empréstimos e descontos” em todas as regiões bancárias, com exceção da região bancária de Colatina.

Tabela 30: Banestes: Evolução dos passivos regionais (Crédito) no território por região bancária e por categoria (em R\$ milhões) (1996-2016)

	1996		2004		2012		2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
São Mateus (Norte)								
Empréstimos e Descontos	14,9	47,5	61,9	77,1	349,5	70,1	408,5	70,4
Custeio Agrícola	12,9	41,1	12,9	16,0	94,6	19,0	101,7	17,5
Custeio Pecuária	0,4	1,1	2,9	3,7	21,5	4,3	32,4	5,6
Financiamentos	3,2	10,3	2,6	3,2	32,9	6,6	37,8	6,5
Colatina (Noroeste)								
Empréstimos e Descontos	19,8	73,5	35,2	66,7	170,3	60,7	221,6	69,5
Custeio Agrícola	2,6	9,5	13,7	26,0	76,9	27,4	69,4	21,8
Custeio Pecuária	0,5	1,7	1,4	2,6	10,1	3,6	9,6	3,0
Financiamentos	4,1	15,3	2,5	4,7	23,0	8,2	18,1	5,7
Cachoeiro (Sul)								
Empréstimos e Descontos	20,2	60,2	72,8	80,0	384,6	67,9	482,1	74,2
Custeio Agrícola	0,9	2,8	11,1	12,2	88,5	15,6	86,4	13,3
Comercialização Pecuária	0,5	1,6	2,0	2,2	19,9	3,5	26,9	4,1
Financiamentos	11,9	35,4	5,1	5,6	73,4	13,0	54,3	8,4
Vitória (Centro-Sul)								
Empréstimos e Descontos	16,6	74,0	64,3	93,7	350,9	86,9	466,3	88,1
Custeio Agrícola	0,2	0,8	1,8	2,6	12,4	3,1	11,6	2,2
Custeio Pecuária	0,0	0,1	0,1	0,1	13,2	3,3	9,0	1,7
Financiamentos	5,6	25,1	2,5	3,6	27,5	6,8	42,2	8,0
Vitória (Centro)								
Empréstimos e Descontos	51,7	12,6	149,7	49,3	1.144,9	83,4	777,5	62,9
Imobiliários	333,3	81,3	141,7	46,7	33,7	2,5	354,1	28,6
Custeio Agrícola	0,6	0,1	0,6	0,2	7,5	0,5	4,8	0,4
Custeio Pecuária	0,2	0,0	1,7	0,5	23,9	1,7	22,3	1,8
Financiamentos	24,2	5,9	9,9	3,3	162,7	11,9	77,1	6,2

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN), Estban, vários anos. Elaboração própria.

Os créditos “empréstimos e desconto de títulos” foram os principais vetores da ampliação do fenômeno do crédito através das ações do Banestes no período pós-Plano Real;

sendo sua distribuição espacial (entre as regiões) desigual. As áreas ganhadoras desses recursos foram: região de São Mateus, de Cachoeiro e de Vitória (Centro-Sul); as regiões bancárias de Colatina e de Vitória (Centro) perderam participação relativa no processo. Apesar da desigual distribuição, esse tipo de recurso se tornou completamente capilarizado (em termos de município) no território do estado.

Apesar de os dados indicarem que o banco se inseriu com maior vigor no processo de financeirização do território, a partir das técnicas bancárias ligadas ao consumo e endividamento dos agentes econômicos mais “simples” (que compõe o “circuito inferior da economia urbana”), é possível afirmar que, ao difundir o capital de giro e o desconto de títulos para todos os municípios do estado, o banco foi um elemento central no processo de desenvolvimento econômico dos mercados locais. A revisão bibliográfica demonstrou que a aceleração dessas técnicas bancárias foi um fenômeno geral dentro da formação socioespacial brasileira, estando ligada ao crescimento econômico dinamizado pelo mercado interno (SOARES, 2013; PAULA *et al*, 2013). Um dos aspectos centrais desse processo, e descrito pelos autores, é o papel ativo dos bancos, ou seja, a oferta de crédito foi parte central do desenvolvimento econômico e, na medida em que o crescimento da dinâmica econômica se estabelecia, crescia ainda mais a demanda por crédito. De modo sintético, os bancos tiveram a função de financiar o desenvolvimento centrado no mercado interno, com recursos de curto prazo (capital de giro e desconto) e de longo prazo (investimento em capital fixo).

O processo geral nos permite inferir que, no caso particular do território capixaba, o Banestes foi o principal agente bancário a financiar o desenvolvimento dos mercados locais, no período pós-Plano Real. Mesmo não sendo o maior irrigador de recursos no território, o banco estadual promoveu a capilarização, mais ubíqua, de recursos fundamentais para a efetivação desse movimento geral de fortalecimento do mercado interno. Quais foram os conteúdos do espaço que possibilitaram essa ampla capilaridade do crédito (capital de giro e desconto) pela ação do Banestes? Em primeiro lugar, e por um movimento geral da própria conjuntura econômica brasileira, a emergência dos mercados locais (fruto das políticas de caráter mais redistributivo iniciadas a partir de 2002); depois, a maior capilaridade da rede de agências do banco, que difundiu seus especialistas em crédito (gerentes) por todos os municípios; por último, aquele conteúdo do espaço que se forma a partir da coexistência entre agentes, a densidade comunicacional¹⁷³, advinda da proximidade funcional (proximidade entre a sede da

---

¹⁷³ Sobre este último conteúdo (a densidade comunicacional), durante as entrevistas com diretores do banco, ficou constatado que o fato de a sede estar localizada no próprio estado facilita a diminuição da “opacidade

instituição e os mercados regionais).

Outro dado central na composição dos passivos regionais, a partir da ação do Banestes pós-Plano Real, é o crédito rural. Em termos estaduais, houve transformação na geografia do crédito rural no período. Enquanto áreas perdedoras desse tipo de recurso no período, podemos indicar a região bancária de São Mateus; no ano de 1996, esta região foi irrigada com 70% de todo o crédito rural; em 2016, a mesma região passou a receber o equivalente a 35,8% dos créditos direcionados aos circuitos produtivos agrícolas. Por outro lado, todas as outras quatro regiões bancárias tiveram incrementados seus valores absolutos e relativos de recursos para a produção agrícola.

Sobre a geografia do crédito rural, três elementos possibilitam inferir o papel do Banestes enquanto importante produtor de horizontalidades no território capixaba. Em primeiro lugar, a universalização do acesso a esse tipo de crédito; o banco é o único agente do sistema bancário que irrigou todos os municípios do estado com esse tipo de recurso. Em segundo lugar, o banco continuou atuando sobre a instância produtiva do circuito produtivo agrícola, como pode ser constatado pela caracterização da tabela, isto é, recursos para o custeio. Em terceiro lugar, o banco desconcentrou a irrigação de recursos da área de produção agrícola mais moderna (Norte) e, portanto, com maior disponibilidade de crédito pelos outros bancos; ao fazer isso, o banco conseguiu praticamente equalizar o volume de crédito rural entre as três regiões bancárias do interior. Por último, é possível constatar que o banco incrementou a irrigação de crédito rural nas regiões bancárias que abrangem os municípios da RMV, o que pode significar o financiamento de culturas agrícolas voltadas para o consumo alimentar da principal área urbana do estado.

Ainda no âmbito dos estudos sobre os passivos (depósitos) e ativos (créditos) regionais, o geógrafo francês Jean Labasse elaborou uma metodologia através da qual é possível identificar aquilo que o autor chamou de áreas importadoras e exportadoras de recursos financeiros pela ação do sistema bancário (LABASSE, 1974). De maneira sintética, a metodologia elaborada pelo autor utiliza os dados relativos de cada qualidade de fluxos (créditos e depósitos), de modo que é a comparação entre os valores proporcionais entre cada tipo que indicará se uma área é importadora ou exportadora de recursos financeiros. A Tabela 31 foi elaborada a partir dessa metodologia e tem como objetivo identificarmos o modo como se deram os fluxos de recursos financeiros destes tipos entre as regiões bancárias através do

---

informacional” de agentes econômicos menos organizados (isto é, a falta de informações contábeis e operacionais sistemáticas destes agentes), permitindo assim o acesso ao crédito.

sistema de ações do Banco do Estado do Espírito Santo no ano de 2016.

Tabela 31: Banestes: áreas importadoras e exportadoras de recursos (2016)

	Créditos	Depósitos
	%	%
São Mateus (Norte)	13,39	4,96
Colatina (Noroeste)	7,35	3,78
Cachoeiro (Sul)	14,99	9,82
Vitória (Centro-Sul)	12,20	8,32
Vitória (Centro)	52,07	73,13

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN), Estban, vários anos. Elaboração própria.

Os dados da Tabela 31 indicam – ainda que de maneira aproximada – que ao contrário do que Jean Labasse afirmou a respeito da atuação dos bancos a favor das metrópoles regionais e em detrimento do resto da região, o Banestes funcionou muito mais como uma bomba de drenagem de recursos dos dois municípios mais dinâmicos do território do estado (a região bancária de Vitória/Centro) e de irrigação de recursos em todas as outras regiões bancárias. A região bancária de Vitória era responsável, no ano de 2016, por 73,13% dos depósitos realizados em todo estado, enquanto seu passivo regional (créditos) equivalia a 52,07% do total dos créditos concedidos pelo Banestes naquele ano; o que significa dizer que, dentro da divisão territorial do trabalho bancário implementada pelo Banestes, coube à região bancária de Vitória (Centro) a função de exportadora de recursos para o restante do território estadual.

Os dados indicam que as outras quatro regiões bancárias tiveram, proporcionalmente, um maior volume de recursos irrigados do que captados. A região de Vitória (Centro-Sul) realizou 8,32% dos depósitos de todo o estado, enquanto que foi irrigada com 12,2% do total dos créditos concedidos; a relação na região bancária de Cachoeiro foi, respectivamente, de 9,82% (depósitos) e 14,99% (créditos); na região de Colatina os depósitos representaram 3,78% do total estadual, enquanto os créditos destinados a essa área equivaleram a 7,35%; finalmente, podemos constatar que a região bancária de São Mateus foi a área com maior intensidade de absorção dos recursos creditícios do Banestes já que realizou 4,96% dos depósitos e recebeu 13,39% dos créditos.

A dinâmica existente dentro de cada região, entretanto, mostra características específicas. Para o presente trabalho, iremos analisar as regiões bancárias mais interiores, isto é, a região bancária de Cachoeiro, Colatina e de São Mateus. Começando pela região bancária

de Colatina, nessa área do território, o sistema de ações do Banestes teve um sentido centralizador, isto é, a maior parte dos municípios exportou recursos, enquanto um número muito menor caracterizou-se como importador. No caso dessa região, a principal cidade (Colatina) foi a principal drenadora dos recursos monetários de sua região (31%).

Nas regiões bancárias de São Mateus e de Cachoeiro, o sistema de ações do Banestes mostrou-se diferente. Na região de Cachoeiro de Itapemirim, o número de municípios importadores de recursos é muito maior que o número de municípios exportadores; entretanto, não foi o centro regional (Cachoeiro) o que contribuiu para a difusão dos recursos em sua região. O município de Cachoeiro foi responsável por 23,1% dos créditos da região e por 15,5% dos depósitos, caracterizando-se assim como importadora de recursos; o principal exportador de recursos nessa área foi o município de Presidente Kennedy, o qual realizou 32,41% dos depósitos regionais, mas somente 1,48% dos créditos. A região bancária de São Mateus foi aquela – junto com a região de Colatina – que constituiu de maneira mais coerente um conjunto de fluxos de dinheiro correspondente à hierarquia urbana regional. Os municípios de São Mateus e de Aracruz foram os dois principais exportadores de recursos da região, enquanto a maior parte dos municípios da região bancária importaram recursos.

O regionalismo bancário e as políticas públicas estaduais recente: o Programa Nossocrédito (2003) – Hiperapilidade das finanças públicas?

Nosso argumento é que o regionalismo bancário capixaba, constituído sobretudo pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) e pelo Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), tiveram papel central na elaboração e efetivação de um fenômeno único no território brasileiro, qual seja, uma política pública estadual de difusão – geográfica e social, ou socioespacial – do microcrédito produtivo gerido por um banco de desenvolvimento e operacionalizado por um banco comercial. O objetivo deste subtópico é identificar o papel dos bancos estaduais (principalmente do Banestes), enquanto elementos do espaço geográfico capixaba, na formação deste fenômeno.

A análise do Programa Nossocrédito nos pareceu importante para este argumento. O programa Nossocrédito, criado oficialmente em 2003 (Lei Estadual 1.203/2003), é uma política pública de âmbito estadual cujo objetivo é “levar e ampliar o acesso ao crédito para um público que costumeiramente se encontra à margem do sistema bancário tradicional, ou acessa produtos e serviços em condições pouco atrativas para suas características” (BANDES, 2012, p. 2). De

acordo com o economista Sávio Caçador (2014, p. 1483):

O Programa Nossocrédito foi instituído pelo Governo do Estado do Espírito Santo através do Decreto Estadual nº 1.203/2003, constituindo uma modalidade especial de crédito, e foi estruturado visando à inclusão econômica e social de empreendedores de pequenos negócios, mediante a concessão de crédito conjugado com capacitação e assistência técnica aos tomadores. A estratégia foi a de mobilizar e integrar instituições como Bandes, Banestes, Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social, prefeituras municipais, Comissão Estadual do Trabalho e Comissões Municipais do Trabalho, de modo a utilizar e otimizar as estruturas já existentes nesses órgãos públicos e formar uma rede articulada e integrada por meio de convênios específicos firmados entre o Estado e as referidas instituições.

Portanto, esta política pública nasceu a partir da constatação de que, mesmo em um estado com uma rede bancária bem capilarizada devido ao seu banco estadual, ainda existiam agentes sociais que não tinham acesso ao sistema bancário, tanto por condições físicas (ausência de algum canal de atendimento bancário) quanto por condições financeiras (tipos de produtos e/ou taxas cobradas). Dessa forma, havia a necessidade de se criar mecanismos (financeiros, econômicos, territoriais etc.) que pudessem capilarizar ainda mais o acesso ao crédito, tanto no âmbito da topologia quanto no da adaptação dos produtos financeiros às características das atividades com menor nível de organização, capital e técnica. Como se deu o desenvolvimento do programa no período?

No que diz respeito a topologia do Programa, os dados disponibilizados pelo Bandes nos permitiram estudar esta evolução entre os anos 2003-2012. Em termos qualitativos, esta topologia é composta principalmente por Unidades Municipais de Microcrédito (UMM), Agências e Agentes de Crédito. Em termos simplificados, é possível afirmar que existe uma espécie de divisão do trabalho entre esses tipos de fixo: a) as UMMs, que são a representação física da inserção de um determinado município ao programa de microcrédito público estadual; b) as agências, que são responsáveis por realizar o atendimento presencial daqueles clientes que podem se locomover até o fixo; c) os agentes de crédito que, ao contrário das agências, são responsáveis por se locomover até os clientes (GIUBERT, 2008).

Em termos quantitativos e especiais, houve no período (2003-2012) uma evolução significativa no número absoluto de cada tipo de fixo e na distribuição desta topologia no estado (Mapa 26). As informações coletadas e sintetizadas no mapa (feita a partir dos dados acessíveis via internet) indicam que o programa Nossocrédito chegou ao ano de 2012 com 78 UMMs, 100 agências e 117 agentes de crédito distribuídos e localizados em todos os municípios do estado

(Mapa 42 e Tabela 32). De fato, o programa de microcrédito público estadual conseguiu universalizar sua topologia (em termos municipais) desde o ano de 2009.

Mapa 42: Programa Nossocrédito: regionalização e topologia (Agências e Agentes de Crédito) no território do Espírito Santo (2012)

Fonte: Bandes, 2013.

O Mapa 42 permite observar a capacidade do programa capilarizar sua topologia em municípios do interior do território (fora da região metropolitana de Vitória). Um caso emblemático é o do município de Aracruz que, até 2012, possuía três agências do Nossocrédito instaladas em núcleos urbanos de diferentes dimensões, quais sejam, o Centro, Coqueiral e

Jacupemba. Como pode ser notado, esses núcleos estão numa distância física relativamente considerável, o que reflete um dos objetivos centrais dessa política pública, o de universalizar o acesso ao microcrédito produtivo público aonde quer que os agentes demandantes efetivamente estejam.

Tabela 32: Programa Nossocrédito: evolução da topologia, operações e valores no território do Espírito Santo (2004-2012)

Regiões	Nº de Agências		Nº de Agentes de Crédito		Nº de Operações (Acumulado)		Valor (Acumulado, em R\$ milhões)	
		%		%		%		%
Norte	23	23,00	25	21,37	17.117	23,73	69,73	23,82
Centro	18	18,00	23	19,66	13.924	19,31	61,67	21,07
Sudoeste	19	19,00	20	17,09	12.020	16,67	48,21	16,47
Sul	19	19,00	23	19,66	16.057	22,26	62,36	21,30
Metropolitana	21	21,00	26	22,22	13.004	18,03	50,74	17,34
Total	100	100	117	100	72.122	100	292,71	100

Fonte: BANDES (2013).

Além da universalização da topologia, os dados da Tabela 32 permitem identificar um sentido descentralizador do sistema de ações do programa. Como pode ser observado, o número de agências, de agentes de crédito, de operações e o volume de recursos irrigados no território do estado é muito superior nas regiões interioranas, isto é, o banco investiu muito mais em capitais fixos e em concessão de crédito nos municípios mais distantes da capital. Sobre o ponto de vista espacial do fenômeno do microcrédito público, o economista Sávio Caçador (2014, p. 1485-1486) elaborou algumas sínteses importantes:

- “Os cinco municípios com maior número de operações (Cachoeiro de Itapemirim, Linhares, Serra, Colatina e São Mateus) representam 18,7% do total;
- Os municípios da Grande Vitória representam 11,1% do total das operações do período. Agregando a esse percentual as participações de Viana, Guarapari e Fundão, chega-se a 17% do total das operações do estado;
- Os municípios do interior respondem por 83% das operações do Nossocrédito;
- Os municípios do interior respondem por 83,5% dos financiamentos do Nossocrédito”.

De modo geral, o programa de microcrédito produtivo público Nossocrédito foi, a partir da promulgação da lei que lhe deu origem, um importante evento que criou novas condições

para a circulação e difusão do fenômeno das finanças no território do Espírito Santo. Como pudemos observar, um dos objetivos estratégicos do Programa – o de universalizar o acesso ao crédito bancário – foi alcançado, por um lado, pela própria evolução da topologia que tornou-se hipercapilarizada tanto pela localização das UMMs e das agências, assim como pela própria ação dos agentes de crédito; por outro lado, o sentido universalizador do sistema de ações da política pública ficou explícito também no sentido mais distributivo dos recursos de crédito concedidos (pois possuíam um direcionamento claramente “não-metropolitano”).

De que modo, então, os bancos públicos estaduais – principalmente o Banestes – participaram do processo de geografização deste fenômeno? O primeiro ponto a ser destacado para responder a essa questão é a presença das sedes bancárias na cidade de Vitória. A presença dos *headquarters* (que são o elemento de comando da topologia bancária), junto com a localização na mesma cidade das sedes do governo estadual e de suas secretarias, fez de Vitória o ponto nevrálgico do círculo de cooperação relacionado à efetivação das estratégias geoeconômicas ligadas ao regionalismo bancário. A localização das sedes bancárias e da burocracia estatal em Vitória significou a coexistência das estruturas de comando de todos esses agentes, de modo que possibilitou o constante fluxos de informações, de pessoas (diretores), negociações e planejamento.

A autora Inez Giubert (2008) demonstrou, em sua dissertação de mestrado, o modo como se configuraram os “bastidores” da concepção e construção do programa. As negociações envolviam uma divisão do trabalho bancário através da qual seriam distribuídas as funções de cada banco; envolviam a elaboração de produtos financeiros (sobretudo o microcrédito) e seus contornos gerais; e finalmente, abrangeram os mecanismos que ajudariam a constituir o *funding* do fundo (GIUBERT, 2008). O simples fato da presença das sedes dos bancos estaduais foi um elemento central para a concretização do fenômeno do microcrédito público no Espírito Santo¹⁷⁴.

Além dos aspectos relacionais entre sedes bancárias e de instituições públicas, a presença da sede dos bancos estaduais criou outras condições materiais para o funcionamento do Programa Nossocrédito. Por um lado, a localização das sedes bancárias acabou por aproximar as respectivas diretorias gerais do programa de governo estadual eleito naquele

---

¹⁷⁴ Com isso queremos indicar que, caso não houvessem bancos sediados na cidade de Vitória, seria necessário realizar negociações com instituições bancárias sediadas em outras cidades (São Paulo e Brasília, principalmente) e tentar encontrar convergências entre instituições nacionais, estaduais e municipais – o que provavelmente impediria o desenvolvimento do programa.

período (que envolvia o microcrédito público). O importante a ser destacado aqui é que a diretoria de ambos os bancos acabou envolvida na elaboração e na execução destas políticas públicas, internalizando em suas instituições a necessidade de buscar mecanismos de concretização do programa. Por outro lado, por ser um banco de desenvolvimento estadual com sede em Vitória, o Bandes acabou por receber a função de planejamento e de gestão geral do programa e do Fundo. Ou seja, a sede do banco de desenvolvimento tornou-se a sede do programa estadual Nossocrédito. O caso do Banestes, por sua vez, reorganizou toda a estrutura (sistema e diretoria) da carteira de crédito rural, de modo a adaptá-la às necessidades da política pública¹⁷⁵.

Os bancos estaduais também tiveram papel central na territorialização e no desenvolvimento da topologia do Nossocrédito. O primeiro aspecto da relação entre os bancos estaduais e a territorialização do Nossocrédito é o modo como o território capixaba foi dividido. Um dos principais aspectos desta territorialização advém do fato dos gestores do Programa no Bandes terem incorporado os mesmos mecanismos de atuação que o Banco já havia desenvolvido, de modo que utilizou a mesma regionalização existente. Isso significa dizer que o Programa (e a ação de seus gestores) acabou por utilizar todo o conhecimento acumulado pelo Bandes sobre as diferentes partes do território capixaba ao longo de seus quase 50 anos de atuação¹⁷⁶.

O Banestes, por seu turno, foi um elemento do território capixaba central para o desenvolvimento da topologia do Nossocrédito. Como vimos acima, na apresentação de um retrato da situação atual do programa, o Nossocrédito desenvolveu uma topologia composta por Unidades Municipais de Microcrédito (UMM), Comitês de Crédito Municipal (CCM), Agências e Agentes de Créditos, topologia que abarcou a totalidade dos municípios do Espírito Santo. Em primeiro lugar, a existência de uma topologia tão ampla e diversificada requer, para seu funcionamento pleno e concatenado, a existência de uma infraestrutura técnica-informacional que permita a supervisão e controle constante por parte de seus gestores gerais. Nesse sentido, o Programa só pode expandir seus equipamentos de operação (isto é, sua topologia) devido aos sistemas já instalados (e adaptados) do Banestes instalados no território,

---

¹⁷⁵ A outra opção seria criar um novo sistema somente para o funcionamento do Nossocrédito, o que seria inviável para o Banestes. Criando ou adaptando sistemas, é possível levantar a seguinte questão: um banco de âmbito nacional com sede fora do território do Espírito Santo teria essa flexibilidade para permitir o funcionamento de um programa de microcrédito no estado?

¹⁷⁶ Queremos dizer com isso que a regionalização bancária do Bandes, além de expressar um aspecto operacional do funcionamento do banco, é o resultado do acúmulo de conhecimento das especificidades concretas de cada área do território capixaba; tal conhecimento foi, então, utilizado como um recurso para a realização da divisão territorial do trabalho do fenômeno do microcrédito público no estado.

no caso o Centro de Processamento de Dados (CPD) e a estrutura da carteira de crédito rural (Giubert, 2008). Isso permite afirmar que o Banestes funcionou como um sistema operacional para implementação da política pública que abrange, de maneira hipercapilarizada, todo o território do Espírito Santo.

Além da infraestrutura técnica-informacional, outro elemento da topologia do Banestes que permitiu a realização do Programa Nossocrédito em todos os municípios do estado foi o conjunto de especialistas em crédito (os gerentes) localizados nas agências, em todos os municípios. Para entendermos essa relação entre rede de agências do Banestes e a distribuição espacial dos fixos do Nossocrédito é preciso, antes, esclarecer a função operacional do banco estadual dentro do programa de microcrédito público. De acordo com Inez Giubert (2008), coube ao Banestes a função de banco de “primeiro piso”, isto é, aquele agente bancário que compraria os riscos da operação (representados pela cobrança da taxa de juros de até 1%) e realizaria a intermediação final com o cliente “na ponta” (GIUBERT, 2008). A aprovação ou não da concessão do crédito, então, depende em última instância da decisão do gerente da agência daquele município no qual houve a prospecção do crédito.

O mecanismo do Nossocrédito funcionaria, então, da seguinte forma: o agente de crédito seria o responsável por fazer o levantamento dos clientes e trazer os possíveis clientes do microcrédito público para a avaliação final do Comitê Municipal de Microcrédito (CMM) que “constitui a instância de decisão sobre o deferimento do crédito” (Giubert, 2008, p. 128); esse Comitê é formado por um representante da Secretaria do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES), um representante do Comitê Municipal de Trabalho (CMT), pelo coordenador da Unidade Municipal de Microcrédito (UMM) e é presidido pelo representante (gerente de agência) do Banestes, este último com o voto de maior peso no Comitê.

Isso significa que, além da adesão das prefeituras, é essencial que no município haja uma agência do Banestes já que ela representa, por um lado, o último ponto da cadeia hierárquica para onde se dirigem os recursos repassados pelo Bandes; por outro lado, ela implica a presença do especialista de crédito do banco que avalia – com os parâmetros de segurança exigidos pelo próprio Banestes e pelo Banco Central – cada uma das demandas colhidas pelo agente de crédito. Nesse sentido, foi a plena capilaridade da rede de agências do banco comercial estadual que criou as condições necessárias para a ampla capilaridade da topologia do Nossocrédito e, assim, a hipercapilarização do microcrédito público em todo o território estadual.

De forma sintética, é possível afirmar que a existência de bancos estaduais cria condições muito particulares aos seus respectivos estados na elaboração e efetivação de políticas públicas de âmbito estadual. Como pudemos observar, o Programa Nossocrédito só pôde ter sido elaborado, organizado e concretizado devido à presença do Bandes e do Banestes – além de outras instituições estaduais – na cidade de Vitória. O Banestes, universo de análise empírico da presente dissertação, permitiu a consolidação da ampla capilaridade do microcrédito produtivo público. O Banestes, o Bandes e os agentes de crédito do Nossocrédito concretizaram aquilo que pode ser definido como a hipercapilaridade das finanças públicas no território capixaba. A especificidade deste caso parece advir do fato de ser uma capilaridade – e uma financeirização – que não obedece cegamente às lógicas corporativas/privadas estritas, lógicas que geralmente levam à estagnação econômica e empobrecimento dos lugares onde se instalam (SILVEIRA, 2009; CONTEL, 2011; MEDEIROS, 2013). Neste sentido, o Programa Nossocrédito geografizou uma topologia caracterizada pela busca da universalização do acesso aos recursos financeiros e pela estratégia do aumento da produtividade espacial com o intuito de criar condições para um maior dinamismo econômico por parte dos agentes sociais em seus lugares de atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mencionado na introdução de nossa dissertação, realizamos uma pesquisa sobre o fenômeno do regionalismo bancário no território brasileiro a partir do sistema de bancos públicos estaduais, tendo como universo social de análise principal o Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes). Procuramos identificar as especificidades deste banco regional (e, no caso, público) em relação aos grandes bancos de abrangência nacional e internacional que também atuam(vam) no estado.

A realização do levantamento bibliográfico – teórico e temático –, a respeito dos bancos regionais nos permitiu identificar as características definidoras dos bancos de atuação regional e suas relações específicas de determinação com o território. Em relação a um dos principais objetivos da dissertação – estudar os aspectos teóricos do funcionamento dos bancos regionais e suas relações singulares com o território –, vimos que o surgimento dos bancos regionais participa daquele processo, indicado por Karl Marx de “divisão social do trabalho”, no qual os bancos possuem uma função muito específica dentro do ciclo de reprodução do capital. Entretanto, localizando o fenômeno bancário no horizonte de reflexão sobre as relações entre finanças e o território usado, não é possível desconsiderar que os bancos regionais são manifestações concretas da constituição de pedaços do território com distintas características.

Em diálogo direto com as obras de Labasse (1955; 1974), percebemos que a circulação de capitais colocada em movimento pelos bancos regionais é um elemento constitutivo do processo de formação da singularidade de uma rede urbana regional e, portanto, de uma determinada região. O autor, em sua tese de doutoramento, explicou de maneira detalhada as relações entre bancos regionais e o fenômeno regional; ao mesmo tempo em que o banco, através de seus fixos bancários e da circulação de recursos, cria condições (organizacionais) para a geografização de determinados gêneros de vida, ele (o banco) se enraíza cada vez mais no chão aonde está localizado. Ainda que a obra tenha sido escrita num período histórico anterior ao que vivemos atualmente (e que, portanto, deve ser lida criticamente), seu legado nos serviu de inspiração teórica para a identificação, se não de uma “essência” do regionalismo bancário, de um conteúdo definidor da noção central de nossa pesquisa.

Mais recentemente, um conjunto de geógrafos e economistas também produziu sistemas explicativos sólidos e operacionais para o entendimento do regionalismo bancário contemporâneo. Autores como Hendrik Hakenes, Andrea Alessandrini, Alberto Zazzaro, Britta

Klagge e Ron Martin abriram outro horizonte de reflexão a respeito dos bancos regionais, o de seu funcionamento específico no contexto da centralização de capitais e de concentração bancária, fenômeno que pode ser lido como uma *verticalização do sistema bancário*. Os autores em tela trataram de estudar a funcionalidade de bancos sediados em seus mercados regionais frente à constituição de grandes instituições bancárias e da centralização do comando das finanças nas principais cidades nacionais e mundiais. Procuramos, então, sintetizar os dois caminhos indicados acima através do conceito de centro de gestão do território e das finanças. Nossa reflexão procurou mostrar que o regionalismo bancário, alicerçado nas infraestruturas e na ação dos bancos regionais, acaba por imprimir nas cidades que sediam algum banco regional a função de centro de gestão (ainda que regional) do território e das finanças. Isto significa dizer, em termos gerais, que os bancos regionais imprimem a partir de sua cidade-sede as ordens e as decisões sobre o processo de circulação de capitais e de organização do espaço regional do qual fazem parte.

O fenômeno que nos pareceu melhor representar em toda a sua completude aquilo que definimos como bancos regionais e regionalismo bancário foi o subsistema de bancos públicos comerciais estaduais brasileiro. Sendo nosso universo social de análise constituído por um banco comercial estadual (Banestes), foi necessário reconstruir o processo que deu início ao surgimento e difusão dessas instituições no território nacional. Ao fazer esse recuo histórico mais amplo, reconhecemos alguns elementos gerais desse subsistema do espaço geográfico nacional que nos orientaram no aprofundamento dos nossos estudos sobre o caso particular do Espírito Santo e de seu banco estadual. Esses elementos gerais foram: as condições estruturais do sistema bancário pré-1945, os circuitos produtivos que demandaram a existência de um banco local, os conteúdos técnicos do meio geográfico que orientaram a evolução da topologia dessas instituições, as ações do Estado (suas políticas públicas principalmente) que abrangeram os bancos estaduais e, finalmente, alguns conteúdos normativos do território que regulamentaram o funcionamento dessas instituições nos diferentes períodos. Tudo isso nos permitiu ter uma visão mais global sobre a constituição do regionalismo bancário brasileiro e entender seus rebatimentos particulares no estado do Espírito Santo, sobre o qual nos debruçamos no segundo e terceiro capítulos.

Nossos segundo e terceiro capítulos foram, então, estruturados de modo a corresponder ao segundo objetivo específico da pesquisa (identificar os agentes constituintes do regionalismo bancário capixaba e suas respectivas divisões territoriais do trabalho). A partir do levantamento bibliográfico e documental, pudemos, então, analisar as instituições bancárias estaduais e

regionais criadas ao longo da histórica bancária capixaba, suas funcionalidades, suas alianças e estratégias geoeconômicas de expansão da topologia no território. O Estado, em seus diferentes âmbitos, mostrou-se ser um agente ativo fundamental para a geografização do regionalismo bancário no Espírito Santo através de suas ações – políticas públicas e normativas. A configuração dada ao conjunto de instituições, nos diferentes períodos da evolução do meio geográfico capixaba, foi em grande parte fruto das sucessivas normas/leis promulgadas na escala estadual, em combinação com as possibilidades criadas pelas ações normativas de nível federal, o que nos permite considerar estes conteúdos normativos como parte essencial do próprio desenvolvimento do fenômeno. Como foi visto, o Estado criou as instituições bancárias estaduais através de várias regulações, imprimindo suas funcionalidades específicas através de leis e, também, criou as condições necessárias para a instalação de bancos no interior do estado através destas mesmas normas.

Como não poderia deixar de ser, a noção de regionalismo bancário envolve tanto as instituições de âmbito regional, mas, também, suas relações com o território regional. Como foi visto, o desenvolvimento dos bancos regionais capixabas dependeu diretamente dos conteúdos do próprio espaço geográfico. Além dos conteúdos normativos, a divisão territorial do trabalho bancário se desenvolveu em relação com os sistemas de movimento instalados (estradas, ferrovias e rodovias), das características dos circuitos produtivos, dos diferentes momentos da urbanização e das próprias densidades demográficas do território do estado.

No que tange ao terceiro objetivo específico da investigação (mensurar e mapear a ação do banco em relação ao desenvolvimento regional, à diminuição das desigualdades regionais e sociais e às diferenças de ação dos bancos privados e do Banestes no estado), podemos afirmar que suas respostas estão diluídas, também, entre os capítulos dois e três. Num recuo histórico mais amplo, vimos que o conjunto de bancos regionais, formado pelos sucessivos bancos estaduais e bancos municipais, foi um elemento fundamental para o desenvolvimento regional do território capixaba. Em outras palavras, constatamos no decorrer da pesquisa que os bancos estaduais sediados no próprio território do estado do Espírito Santo, com especial atenção ao Banestes, tiveram papéis decisivos para o desenvolvimento regional ao longo das sucessivas transformações pelas quais passou o meio geográfico capixaba.

Em termos de desenvolvimento regional, o banco do estado – junto com os sistemas de engenharia ferroviário e portuário – foram decisivos para o incremento da centralidade da cidade de Vitória no contexto estadual. Como foi visto, os bancos estaduais, utilizando-se dos sistemas de movimento mecânicos, foram co-responsáveis pela “intraversão” dos circuitos

materiais (circuitos produtivos), e pela consequente retenção de parte dos excedentes econômicos gerados no próprio estado. Então, desde o início, os bancos regionais tiveram três papéis: 1. no território do Espírito Santo, foram os pioneiros na realização da intermediação bancária; 2. aumentaram a capacidade decisória, e portanto, a centralidade da cidade de Vitória na rede urbana regional, permitindo que ela (e suas elites econômicas e políticas) tivesse um mínimo de comando sobre o espaço regional; e 3. por outro lado, estes bancos também diminuíram a intensidade da drenagem de recursos (sobretudo os depósitos) produzidos no território do estado, aumentando a capacidade de absorção dos mesmos por parte dos circuitos produtivos e dos agentes econômicos ali instalados (e evitando portanto sua “exportação” para outras regiões do espaço nacional).

Ainda no período pré-Plano Real (1911-1994), os bancos regionais capixabas foram ao mesmo tempo reflexo e motor da constituição de uma maior organicidade da rede urbana estadual, tendo como principal centro a cidade de Vitória; isto é, o banco imprimiu sua hierarquia operacional (sede, superintendência regional, agências primárias e secundárias) no próprio território, “entrelaçando” a dinâmica de sua divisão de trabalho interna à divisão territorial do trabalho presente na rede urbana regional. Nesse período, também vimos que um dos primeiros elementos de integração material da região foi o sistema bancário estadual: a integração da circulação de capitais precedeu a circulação de mercadorias e de pessoas. Ao mesmo tempo, com a interiorização da rede bancária – fruto da ação dos bancos regionais –, foi possível difundir recursos creditícios para os diferentes momentos dos circuitos produtivos e para os serviços públicos.

No período pós-Plano Real (1994-2016), ainda naquilo que se refere ao desenvolvimento regional, pudemos reconhecer determinadas funções desempenhadas pelo Banestes que foram essenciais para o estabelecimento de uma rede de relações mais “horizontal” na região: 1. O banco difundiu sua topologia de forma ubíqua na região (alcançando todos os municípios do estado); 2. continuou sendo o principal agente bancário a atuar junto à administração pública do estado e dos municípios; 3. especializou sua rede de agências de modo a atender às necessidades específicas dos agentes econômicos do estado; 4. sua irrigação de recursos mostrou que o banco procura atuar de maneira pulverizada (alcançando também uma grande quantidade de pequenos agentes) e em todos os setores da economia. Apesar da intensificação do caráter corporativo pós-PROES – o que fica evidente pela sua modernização, centralização em produtos rentáveis –, o Banestes pareceu ainda resguardar sua função fomentadora da economia de agentes com menor nível técnico e

organizacional.

Foi possível, também, reconhecer o papel da instituição dos bancos regionais capixabas para a diminuição das desigualdades regionais e sociais no interior do território do Espírito Santo; em relação a este sentido da ação do banco, as diferenças com as grandes redes bancárias privadas e federais ficaram ainda mais evidentes. No período pré-Plano Real, ficou explícito o interesse do Banestes em desenvolver o máximo possível sua rede de agências em todas as suas regiões bancárias, principalmente naquelas em que o sistema bancário privado nacional e federal não atuavam com tanta intensidade (como no caso da região bancária de São Mateus). Neste último caso, os bancos estaduais foram os grandes “desbravadores” do território que, antes deles, não eram alcançados por nenhuma outra rede bancária.

Esse mesmo caráter se manteve durante o período de constituição da região metropolitana de Vitória e no período pós-Plano Real. Os bancos estaduais, especialmente o Banestes, sempre se mantiveram como agentes bancários pioneiros no decorrer dos processos que transformavam o território do estado; como foi visto, o banco instalou agências pioneiras em núcleos centrais cuja função básica era fornecer produtos e serviços para a parte da população com menor renda nas áreas periféricas da região metropolitana. O banco também foi responsável por instalar agências pioneiras em núcleos urbanos excluídos pelas outras redes bancárias, como vimos para o caso dos municípios de Aracruz e Cachoeiro de Itapemirim; é o mesmo caso para o tecido urbano de Vitória, no qual o banco instalou agências pioneiras nas áreas mais opacas da cidade. É possível afirmar que o Banestes estabeleceu diferentes critérios internos para a difusão de sua rede (em comparação com os bancos comerciais privados e públicos nacionais); ao não atribuir uma racionalidade econômica estrita à estes critérios, estabeleceu um *limiar mínimo* muito diferente dos outros bancos que também atuavam no estado, fazendo do banco um mecanismo de universalização do acesso aos serviços bancários públicos ali mesmo onde o indivíduo habita e realiza sua vida.

Ao mesmo tempo em que universalizava suas agências (o fixo geográfico mais complexo dos canais de prestação de serviços bancários), o banco também apresentou um sistema de ações distributivo no que tange ao processo de captação e irrigação de recursos no território. Utilizando do método desenvolvido por Jean Labasse, podemos identificar que o banco atua em detrimento da cidade de Vitória e em favor das regiões bancárias do interior, principalmente daquelas menos atendidas pelo sistema bancário nacional. Além disso, os bancos estaduais (Banestes e Bandes) foram agentes econômicos e políticos de fundamental importância para o funcionamento de políticas públicas, como no caso do microcrédito público

estadual (Programa Nossocrédito).

Em função destes elementos destacados, parece ser possível afirmar que as duas hipóteses centrais propostas desde o início da investigação parecem ter sido confirmadas, lembrando que a primeira hipótese propunha que os bancos públicos estaduais possuem uma relação muito mais orgânica com o território (principalmente se comparados aos bancos privados e federais), e a segunda sugeria que os bancos estaduais públicos são elementos de consolidação de horizontalidades no território, ao contrário dos bancos privados – sobretudo os bancos internacionais – que são promotores de verticalidades no espaço nacional.

Além dos aspectos formais, nossas considerações pretendem levantar um outro conjunto de observações a respeito do tema de estudo. Nossa pesquisa, apesar de abarcar um vasto período histórico de formação do regionalismo bancário capixaba (1911-2016), não abrangeu o fenômeno em sua totalidade, o que acaba por deixar alguns elementos para serem investigados em futuras pesquisas. Gostaríamos de elencar algumas questões que surgiram no decorrer dos estudos e que não puderam ser respondidas até o momento. O primeiro problema se insere nos debates sobre a urbanização contemporânea e o chamado “setor quaternário” da economia (isto é, aquelas atividades econômicas diretamente ligadas às necessidades das sedes das empresas). Pareceu-nos interessante perguntar, neste sentido: um banco regional do porte do Banestes (e do Bandes) teria a capacidade de fomentar (através de sua demanda por serviços especializados, sofisticados) um circuito de atividades econômicas que configurariam um setor quaternário na cidade de Vitória? No terceiro capítulo apresentamos alguns elementos sobre o assunto, ao tratar dos serviços contratados pelo banco. Vimos que, na medida em que o banco complexificou seu leque de atividades e modernizou sua estrutura física e empregatícia, a instituição foi demandando cada vez mais serviços sofisticados que pudessem dar as bases técnicas e organizacionais para seu funcionamento. Conseguimos identificar alguns elementos que nos permitem interrogar a respeito da possibilidade de o banco ser um vetor capaz de atrair e/ou criar empresas do setor quaternário na cidade de Vitória.

Outro problema de pesquisa que pode vir a ser desenvolvido futuramente tem relação com o diálogo entre as finanças e os circuitos da economia urbana. Neste sentido, uma questão significativa que levantamos é a seguinte: o Banestes é um agente de drenagem de poupança do circuito inferior da economia urbana da região metropolitana de Vitória ou é um agente capaz de incrementar a produtividade espacial para as atividades da “economia pobre” da cidade? O conjunto de evidências que acabou por formular esse tipo de questão surgiu a partir dos levantamentos documentais a respeito da topologia bancária e produtos financeiros do Banestes

no período pós-Plano Real. Nossa pesquisa identificou a utilização intensa dos canais eletrônicos bancários (sobretudo os correspondentes bancários e terminais de cartões de crédito e débito) nas áreas mais opacas da cidade, ofertando produtos financeiros ligados ao consumo popular (crédito ao consumidor e crédito consignado) e parcerias entre o banco estadual e as grandes lojas de departamento nacionais e estrangeiras. Ao mesmo tempo, como vimos, o banco procurou desenvolver sua rede de agências em toda a diversidade socioespacial da cidade e, também, desenvolveu relações consideravelmente intensas com os bancos comunitários, que surgiram recentemente no interior da cidade de Vitória (política pública *Creditar*). Resta, então, a realização de uma pesquisa centrada em desvendar se um banco público estadual como o Banestes seria mais um mecanismo de intensificação da pobreza nas cidades ou de possibilidade de geração e retenção de excedentes por parte das atividades do circuito inferior da economia urbana.

O território brasileiro já possuiu um subsistema de bancos extremamente descentralizado e organicamente relacionado com as diferentes partes do espaço geográfico nacional. Essa geografia das finanças, esse regionalismo bancário nacional – constituído pelo conjunto dos regionalismos bancários em cada estado – foi possível pelos sistemas de ações estatais federais e estaduais e, também, pela existência de uma elite econômica nos lugares que ainda tinham capacidade de, junto com a elite política estadual, desenvolver políticas de governo e políticas de planejamento com um mínimo de autonomia frente aos ditames da esfera federal. Os bancos regionais (estaduais) eram condição e resultado dessa autonomia dos agentes públicos e privados locais; enquanto elementos do espaço geográfico cuja funcionalidade é, exatamente, a de fazerem circular as finanças, a presença de um banco sediado nas regiões representava um nível de comando sobre os processos financeiros na organização dos espaços regionais e, portanto, de financiamento de qualquer setor econômico cujas políticas estaduais elencassem como centrais. Ao mesmo tempo, a possibilidade de criação de instituições bancárias públicas estaduais só foi possível pela existência de algum nível de autonomia de decisões dos agentes subnacionais. De modo sintético, pode-se dizer portanto que o surgimento e difusão dos bancos comerciais estaduais – e, posteriormente, de bancos de desenvolvimento estaduais – foi reflexo e condição para a consolidação de um momento da história do território brasileiro no qual a vida local e regional ainda eram o centro do pensamento político e econômico.

Não é por outro motivo que, na medida em que o controle sobre as variáveis passava a ser centralizado nas esferas de decisão de âmbito nacional – tanto política (Brasília) quanto de

mercado (São Paulo) –, um dos pressupostos básicos para se diminuir qualquer possibilidade de elaboração de ações políticas e econômicas nascidas das condições locais e regionais foi, exatamente, a extinção dos bancos estaduais. O Plano Real e, como desdobramento, o PROES, expressaram essa nova face do pensamento político e econômico nacional, na qual as variáveis macroeconômicas deveriam submeter qualquer outro índice da vida nacional; em nome do controle da inflação – portanto, da criação de um ambiente de investimento atraente aos grandes agentes hegemônicos globais – tolheram-se todos os mecanismos de planejamento pelos agentes de alcance local e estadual. É um outro momento da história do território nacional. A evolução recente do sistema bancário nacional brasileiro, de uma maneira muito geral, corresponde a esses grandes processos gerais de transformação do espaço geográfico nacional, como demonstrou Contel (2011), sintetizando tais processos através do conceito de *verticalização do sistema bancário*. Com isso vemos a consolidação das grandes redes bancárias de âmbito nacional e a centralização do comando nas metrópoles políticas e econômicas do país. Isso tudo é um reflexo e um motor da própria organização do espaço geográfico em moldes corporativos (ou capitalistas), como já identificado há tempos por geógrafos como Milton Santos, David Harvey, Richard Peet, Neil Smith, entre tantos outros.

Tendo esse contexto geral em nosso horizonte, e com os resultados da pesquisa já apresentados, nos voltamos à nossa pergunta inicial da dissertação, “o que é isto – um banco regional?”. O conceito de regionalismo bancário foi elaborado num contexto no qual as regiões tinham maior autonomia sobre os processos que lhe davam forma e no qual as finanças – manifestada pela ação de bancos locais e regionais – eram também centradas na vida regional; de forma sintética, os bancos regionais eram parte dos processos que possibilitavam a concretização dos gêneros de vida e, portanto, do cerne da consolidação de uma região. Com a instalação e difusão do meio técnico-científico-informacional, esse antigo paralelo entre comando das finanças é interrompido e a verticalização do sistema bancário e financeiro torna-se o modo hegemônico de expressão do fenômeno das finanças. Através de nosso estudo de caso, constatamos que, apesar do novo modo de ser das finanças, a *contiguidade espacial* ainda é um conteúdo determinante para as finanças, principalmente se o banco estiver sediado nessa contiguidade. Sabendo que, no atual período histórico, as regiões devem ser analisadas pela combinação entre horizontalidades e verticalidades, podemos propor um olhar renovado sobre o fenômeno do regionalismo bancário; em outras palavras, o que nos parece específico para o funcionamento de um banco regional é um outro conteúdo do território, a *contiguidade*. Podemos falar em *horizontalidade bancária* ou *contiguidade bancária* como um modo

atualizado de lidar com aquilo que se conhece na geografia das finanças como “regionalismo bancário”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALESSANDRINI, Andrea; PAPI, Luca; ZAZZARO, Alberto. *Banks, regions and development*. **BNL Quarterly Review**, v. 56, n 224, p. 23-55, mar. 2003;
- _____; CROCI, Manuela; ZAZZARO, Alberto. *The geography of banking power: the role of functional distance*. **BNL Quarterly Review**, v. I.VIII, n 235, p. 129-167, dez. 2005.
- _____; PRESBITERO, Andrea; ZAZZARO, Alberto. *Global banking and local markets: a national perspective*. **Cambridge Journal of Regions**, v. 2, p. 173-192, 2009.
- ALLIX, André. *La banque et la géographie d'après un exemple régional*. In: **Revue de géographie de Lyon**, vol. 31, n°1, p.33-38, 1956.
- ALVES FILHO, Antonio. **Adaptação estratégica na empresa pública do setor privado: o caso do BESC**. 2000. 281f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- AMADO, Adriana M. Moeda, financiamento, sistema financeiro e trajetórias de desenvolvimento regional desigual: a perspectiva pós-keynesiana. **Revista de Economia Política**, vol. 18, n 1, 1998.
- ANJOS, Bruno R. dos. **A importância política e estratégica do BESC para o Banco do Brasil**. 2010. 84f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- ARMJO, Leslie e JHA, Prem S. *Centre-state relations in India and Brazil: privatization of electricity and banking*. **Revista de Economia Política**, vol. 17, n° 3, 1997, p. 120-142.
- BAER, Werner; Nader Nazmi. *Privatization and restructuring of banks in Brazil*. In **The Quarterly Review of Economics and Finance**, v. 40, p. 3-24, 2000.
- BECK, Thorsten; CRIVELLI, Juan M.; SUMMERGHILL, William. *State bank transformation in Brazil – Choices and Consequences*. **Policy Research Working Papers**, 2005.
- BENKO, Georges e PECQUEUR, Bernard. Os recursos do território e os territórios de recursos. **Geosul**, vol. 16, n° 32, 2001, p. 31-50.
- BERTOLANI, Mayara Lyra; CORRÊA, Aline Liquer. A contribuição do Banes para a economia capixaba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, v. 67, p. 29-59, 2012.
- BITTERN COURT, Gabriel Augusto de Mello. **A indústria da energia elétrica no Espírito Santo 1889/1978**. Vitória: FJSN, 1979.
- BORGES, Hudson Cavalcanti Leão. **O papel dos bancos comerciais no processo de desenvolvimento econômico: o caso Banestes**. 1990 (Monografia de Graduação). Departamento de Economia/UFES. 1990. Vitória.
- BRANDÃO, Rafael V. Motta. **Ajuste neoliberal no Brasil: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002)**. 2013 (Tese de Doutorado). Pós-Graduação em História Social/UFF. 2013. Niterói.
- BRANDL FILHO, Antônio. **O Banco do Estado de Santa Catarina e o seu processo de federalização**. 2005. 72f. Monografia (Graduação em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- BUFFER, Jean. *Du régionalisme au nationalisme financier*. Libraires-Éditeurs: Berger-Levrault, Paris/Nancy, 1917.
- BUFFON, José Antônio. **O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar**. Instituto de Economia/Unicamp. 1992. Campinas.
- BULHÕES, Octávio Gouveia de (*et ali*). **A evolução do capitalismo no Brasil**. Rio de Janeiro:

- Edições Bloch. 1976.
- CABALLERO, Julian. *Banking crises and financial integration: insights from network Science*. In: **Journal of International Financial Markets, Institutions & Money**, vol. 34, p. 127-146, 2015.
- CAÇADOR, Sávio B. Impactos socioeconômicos do microcrédito: o caso do Nossocrédito no Espírito Santo. **Revista de Administração Pública**, vol. 48, nº6, 2014.
- CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira de. **O novo arrabalde**. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. 1996.
- _____. **A construção da cidade**. Formas de produção imobiliária em Vitória. Vitória: Flor & Cultura, 2002.
- CARON, François. *Banques et industrialisation au XIXe siècle* [M. Lévy-Leboyer, Les Banques européennes et l'industrialisation internationale dans la première moitié du XIXe siècle.]. In: **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**. 23^e année, N. 3, 1968. pp. 616-632.
- CASTRO, Luís E. D. **Evolução do crédito: o caso do Banrisul**. 2005. 53f. Monografia (Graduação em Administração) – Departamento de Administração, Universidade Federal do Rio Grande Sul, Porto Alegre, 2005.
- CHALFUN, Nelson. Descentralização tributária e fiscal sob a visão econômica do federalismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, vol. 14, nº 1 (24), p. 131-158, 2005.
- CHESNAIS, François. **A mundialização financeira**. Gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã Editorial, 1998.
- CLAVAL, Paul. Marxismo e geografia econômica na obra de David Harvey. **Espaço e Economia**, vol. 3, nº3, 2013.
- COLLENDER, Robert N. e SHAFFER, Sherrill. *Local bank office ownership, deposit control, Market structure, and economic growth*. **Journal of Banking & Finance**, n 27, p. 27-57, 2003.
- CONTEL, Fabio Betioli. **Território e Finanças**. Técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil. São Paulo: Annablume. 2011.
- _____. O “chão contra o cifrão”: aspectos da privatização dos bancos públicos estaduais no Brasil. In: Encontro de geógrafos da América Latina, 10, 2005, São Paulo. **Anais do X Encontro de geógrafos da América Latina**, São Paulo: USP, 2005. p. 3559-3574.
- _____. Os conceitos de região e regionalização: aspectos de sua evolução e possíveis usos para a regionalização da saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 447-460, 2015.
- CONZEN, Michel P. *Capital Flows and the Developing Urban Hierarchy: State Bank Capital in Wisconsin, 1854-1895*. **Economic Geography**, v. 51, n. 4, p. 321-338, 1975.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Concentração bancária e os centros de gestão do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2004.
- _____. Os centros de gestão do território: uma nota. **Revista Território**. Rio de Janeiro, vol. 1 (1), 1996.
- CORRÊA, Aline L. e BERTOLANI, Mayara L. A contribuição do Bandes para a economia capixaba. **IHGES**, vol. 67, p. 29-59, 2012.
- COSTA, Fernando Nogueira da. **Brasil dos bancos**. São Paulo: EDUSP, 2014.
- _____. **Bancos em Minas Gerais**. 1978 (Dissertação de Mestrado). Departamento de Economia e Planejamento Econômico/Unicamp. 1978. Campinas.
- _____. **Banco do Estado: o caso Banespa**. 1988 (Tese de Doutorado). Instituto de Economia/Unicamp. 2 vols. 1988. Campinas.
- COSTA Neto, Yttrio Corrêa da. **Bancos oficiais no Brasil: origem e aspectos de seu desenvolvimento**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004, 156p.
- CROCCO, Marco. Centralidade e hierarquia do sistema financeiro brasileiro. **Nova Economia**,

- vol. 22 (1), 2012, p. 31-79.
- _____. *(et alli)*. Desenvolvimento econômico, preferência pela liquidez e acesso bancário: um estudo do caso das mesorregiões de Minas Gerais. **Análise Econômica**, ano 21, n° 40, 2003, p. 39-64.
- _____. e BARRA, Cláudia. Moeda e espaço no Brasil: um estudo de áreas selecionadas. **Revista de Economia Política**, vol. 24, n° 3 (95), 2004, p. 386-403.
- _____. *(et alli)*. Estratégias bancárias diferenciadas no território: o caso de Minas Gerais. **UFMG/Cedeplar**, 2009.
- DADALTO, Gilmar Gusmão *(et alli)*. **Transformações da agricultura capixaba: 50 anos**. Vitória: Cedagro, Incaper, Seag. 2016.
- DALL'ACQUA, Fernando M. **Crise dos bancos estaduais: o caso do BANESPA**. Fundação Getúlio Vargas, Relatório de Pesquisa, 1997.
- DEVLIN, Robert e CASTRO, Lucio. *Regional banks and regionalism: a new frontier for development financing*. In Seminário “**Regional Challenges for Financing for Development: The Key Role of Regional Development Banks**”, 2002.
- DIAS, Leila e LENZI, Maria. Reorganização especial das redes bancárias no Brasil: processos adaptativos e inovadores. **Caderno CRH**, vol. 22, n° 55, 2009, p. 97-117.
- DOLFUS, Olivier. *L'espace financier et monétaire mondial*. In: **L'Espace Géographique**, n°2, 1993, p. 97-102.
- ELIAS, Denise. **Meio técnico-científico-informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto (SP)**. 1996 (Tese de Doutorado). Departamento de Geografia FFLCH/USP. São Paulo.
- FALEIROS, Rogério Naques. História e extraterritorialidade do complexo cafeeiro capixaba: uma proposta de interpretação. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**. N° 8 (5), 2010, p. 17-40.
- FLÖGEL, Franz. *Distance and modern banks' lending to SMEs: ethnografic insights from a comparison of regional and large banks in Germany*. In.: **Journal of Economic Geography**, 2017.
- _____. e GÄRTNER, Stefan. *The banking systems of Germany, the UK and Spain from a spatial perspective: A comparison of bank-based business finance*. In.: Financial Geography Lab, **Workshop**, Frankfurt, 2017.
- GAMA NETO, Ricardo B. Plano Real, privatização dos bancos estaduais e reeleição. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 77, 2011.
- GARAY, Ana. *Banques locales et banques régionales em France au XIX siècle*. MRASH, 2001.
- GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/MEC. 1965.
- GERMER, Claus M. Receita pública e circulação monetário na teoria de Marx. **Revista Sociedade Brasileira de Economia Política**, n° 25, 2009.
- GIUBERT, Inez F. R. **Programa Nossocrédito: uma análise do processo de formulação e implementação da política de Microcrédito no Espírito Santo**. 2008 (Dissertação de Mestrado) Mestrado em Política Social/UFES. 2008. Vitória.
- GONÇALVES, Thalismar. **Novas estratégias de produção imobiliária na Grande Vitória: um estudo sobre as recentes transformações do espaço urbano de Serra-ES**. 2007 (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFES, 2007. Vitória.
- GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, vol. 2, n° 3, 2012, p. 523-545.
- GRIMM, Flávia. **O uso do território e coexistências entre empresas de refrigerantes no Brasil**. 2002 (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia

- Humana/USP. 2002. São Paulo.
- GUERIM, Thiago. Bancos públicos estaduais e o desenvolvimento regional: topologia bancária e geografia do crédito – o caso do Banestes/ES. In: **XI Encontro Nacional da Enanpege**, 2015.
- GUTIERREZ, Cláudio Tito. **A reestruturação dos bancos estaduais pós-PROES** – Análise do caso Banrisul. 2006. 96 f. Dissertação (Mestrado em Economia), Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas – Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.
- HAKENES, Hendrik *et. al.* *Small Banks and Local Economic Development. Review of Finance*, 2014.
- _____; SCHNABEL, Isabel. *The Threat of Capital Drain: A Rationale for Regional Banks?*. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**, v. 4, n. 166, p. 662–689, 2013.
- _____; SCHMIDT, Reinhard; XIE, Ru. *Regional banks and economic development – Evidence from German savings banks*. **SSRN Eletronic Journal**, p. 1-30, 2009.
- HARDACH, Gerd. *Banques régionales et banques locales en Allemagne. Um système bancaire polarisé*. In: LESCURE, Michel e PLESSIS, Alain. **Banques régionales et banques locales en Europe au XX siècle**, Paris: Albin Michel, 1999.
- HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.
- HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.
- IAMONTI, Victor Z. **Automação bancária no Brasil e o circuito espacial de produção de tecnologias bancárias**. 2016 (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/USP. 2016. São Paulo.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.
- INSTITUTO JONES SANTES NEVES. **Estudos populacionais para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo**. Vitória: IJSN, 1985.
- JOBERT, Philippe. *Naissance et faillite d'une banque d'affaires dijonnaise: la Maison Bouault, 1816-1843*. In: LESCURE, Michel e PLESSIS, Alain. **Banques régionales et banques locales en Europe au XX siècle**, Paris: Albin Michel, 1999.
- KLAGGE, Britta; MARTIN, Ron. *Decentralized versus centralized financial systems: is there a case for local capital markets?* **Journal of Economic Geography**, v. 5, p. 387-421, 2005.
- LABASSE, Jean. **Les capitaux et la région**. Étude Géographique. Paris: Librairie Armand Colin/Cahiers de la FNSP, 1955.
- _____. **L'Espace financier**. Analyse Géographique. Paris: Armand Colin, 1974. pp. 295-302.
- LOPREATO, Francisco L. C. **O colapso das finanças estaduais e a crise da federação**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- LOUREIRO, Klítia. A modernização econômica do Espírito Santo e a ação dos agentes políticos locais. In: **XXIII Simpósio Nacional de História**. 2015. Londrina.
- LOYOLA, Gustavo. Bancos estaduais: um fenômeno político. **Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial**, n. 13, 1995.
- LUZ, Ivoir da; VIDEIRA, Sandra L. A privatização dos bancos estaduais no Brasil. In: 12º Encuentro de geógrafos da America latina, 2009, Montevideo. **Anais do 12º Encuentro de geógrafos da America Latina**. Montevideo, 2009. p. 1-14.
- MANDRYKA, Antonina J. *Regional banking system: essence, elements and functioning problems*. **Sovremennye Issledovania Social'nyh Problem**, v. 19, n. 11, 2012.
- MARTIN, Margô Devos. **A trajetória de uma geração política no Espírito Santo: da universidade ao poder (1982 a 1992)**. 2008 (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais/UFES. 2008. Vitória.

- MARTIN, Ron; BERNDT, Christian; KLAGGE, Britta e SUNLEY, Peter. *Spatial proximity effects and regional equity gaps in the venture capital market: evidence from Germany and the United Kingdom*. In.: **Environment and Planning A**, vol. 37, p.1207-1231, 2005.
- MARTINUZZO, Jose Antônio. **Banestes 2003-2010: Você faz parte desta história de sucesso**. Vitória: Banestes, 2010, v.1.
- MEDEIROS, Antônio Carlos de. **Espírito Santo: a industrialização como fator de desautonomia relativa**. 1977 (Dissertação de Mestrado). Escola Brasileira de Administração Pública. 1977. Rio de Janeiro.
- MEDEIROS, Dhiego A. **Financeirização do território e circuitos da economia urbana: agentes de crédito, técnicas e normas bancárias. Um exemplo em Alagoas**. 2013 (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/USP. 2013. São Paulo.
- MENDES, Marcos. Federalismo fiscal. In: BIDERMAN, Ciro e PAULO, Arvate. **Economia do setor público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2005.
- MINELLA, Ary. Reforçando a hegemonia financeira privada: a privatização dos bancos estaduais. In: ALVIM, Valdir e FERREIRA, Alceu (orgs.). **A trama da privatização. A reestruturação neoliberal do Estado**. Florianópolis: Editora Insular. 2001. p. 49-72.
- MONBEIG, Pierre. Capital e Geografia. In: **Novos estudos de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro. p. 100-125, 1957.
- MORAES, Ormando. **A história dos bancos no Espírito Santo**. 1 ed. Vitória: IHGES, 1992. 156p.
- _____. **Por serras e vales do Espírito Santo: a epopeia das tropas e dos tropeiros**. Vitória: IHGES, 1986.
- MORAZÉ, J. *L'organisation bancaire et le provincialisme français*, In: **Bulletin de L'Association de géographes français**, N°157-158, 20e année, Novembre-décembre 1943. p. 98-102.
- MOTA, Fernando César de Macedo. **Integração e Dinâmica Regional: o caso capixaba (1960-2000)**. 2002 (Tese de Doutorado). Instituto de Economia/Unicamp. 2002. Campinas.
- NEGRO, Marco Del e KAY, Stephen. *Global banks, local crises: bad news from Argentina*. In: **Federal Reserve Bank of Atlanta Economic Review**, 2002.
- NESS Jr., Walter. "Reducing government bank presence in the Brazilian financial system". In **The Quarterly Review of Economics and Finance**, n° 40. 2000. pp. 71-84.
- PAES, Julieda Puig P. **Bancos estaduais, "criação" de moeda e ciclo político**. 1996. 186f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.
- PALOS, Aurélio Guimarães Cruvinel e. A Constituição de 1988 e o pacto federativo fiscal. In: **Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa**, 2011.
- PARR, John B. e BUDD, Leslie. *Financial services and the urban system: an exploration*. **Urban Studies**, vol. 37, n. 3, p. 593-610, 2000.
- PAULA, Carolina Gabriel de. **Do território ao lugar: bancos comunitários, moedas locais e o circuito inferior da economia urbana em São Paulo-SP**. 2014 (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/USP. 2014.
- PAULA, Luiz Fernando Rodrigues. Tamanho, dimensão e concentração do sistema bancário no contexto de alta e baixa inflação no Brasil. **Nova Economia**, vol. 8, n°1, p. 87-116, 1998.
- PEREIRA, Guilherme Henrique. **Política industrial, instituições locais e desenvolvimento regional**. O caso do Espírito Santo. 1996 (Tese de Doutorado). Instituto de Economia/Unicamp. 1996.
- POLLARD, Jane. *Gendering capital: financial crisis, financialization and (an agenda for) economic geography*. In: **Progress in Human Geography**, vol. 1, n° 21, 2012.
- PONTES, Wallace Tarcisio. **Conflito agrário e esvaziamento populacional: a disputa do Contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais (1930-1970)**. 2007 (Dissertação de

- Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História/UFES, 2007. Vitória.
- PORTEUS, David. *The development of financial centres: location, information externalities and path dependence*. In: MARTIN, Ron (ed.). *Money and the space economy*. Sussex: John Wiley and Sons. 1999. p. 95-114.
- QUINTÃO, Leandro do Carmo. **A interiorização da capital pela estrada de ferro Sul do Espírito Santo**. 2008 (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais/UFES. 2008. Vitória.
- _____. Estrada de ferro, economia regional e territorialidade: o Espírito Santo na Primeira República. In: **XI Congresso Brasileiro de História Econômica**. 2015.
- RACINE, Jean-Bernard. *Le dispositif bancaire à la périphérie de la métropole montréalaise*. **Cahiers de géographie du Québec**, vol. 17, n° 40, p. 210-216, 1973.
- RATTNER, Henrique. **Industrialização e concentração econômica em São Paulo**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- REIS, Luis Carlos Tosta dos. **Descentralização e desdobramento do núcleo central de negócios na cidade capitalista**. Estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto, na Grande Vitória. 2007 (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRJ. 2007. Rio de Janeiro.
- ROBBINS, Eric. *Location, Location, Location: has eletronic banking affected the importance of bank location?* **Financial Industry**, 2006, p. 1-12.
- RODRIGUES, Maria Rosangela Santos. **Descrição da cadeia produtiva do cacau no estado do Pará e a inserção do produto nos mercados nacional e internacional**. 2006. 125f. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Economia/Universidade da Amazônia, Belém, 2006.
- SABADINI, Maurício. Sobre o conceito de capital financeiro. **Temporalis**, vol. 2, p. 71-92, 2015.
- _____. Hilferding e o nexo imperialista entre capital financeiro e exportação de capital. **Texto para discussão (Campinas)**, p 1-27, 2014.
- _____. Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx. **Economia e Sociedade**, vol. 22, p. 583-608, 2013.
- SANTOS, Diógenes B. dos. **O uso de tecnologias móveis no setor bancário: o caso do mobile banking do Banrisul**. 2010. 90f. Dissertação (Mestrado em Administração), Programa de Pós-Graduação em Administração – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnicas e tempo; razão e emoção. 4 ed. São Paulo: EDUSP, [1996] 2009. 384p.
- _____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2° ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. Contribuição ao estudo dos centros de cidade. O exemplo de Salvador. **Boletim Paulista de Geografia**, n° 22, p. 17-30, 1959.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 1° ed. São Paulo : Hucitec, 1988.
- _____. **A urbanização brasileira**. 5° ed. São Paulo: EDUSP, [1993] 2009, 174p.
- _____. **Por uma geografia nova**. 6°ed. São Paulo: EDUSP, [1978] 2012.
- _____. **Espaço e método**. 5° ed. São Paulo: EDUSP, [1985] 2012.
- _____. **O espaço do cidadão**. 7° ed. São Paulo: EDUSP, [1987] 2012.
- _____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 18 p.
- SASSEN, Saskia. *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- SCARIM, Paulo Cesar. Agricultura e Desenvolvimentismo no Espírito Santo. In: **XX Encontro**

- Nacional de Geografia Agrária.** 2010.
- SILVEIRA, Maria Laura. **Um país, uma região.** Fim de século e modernidades na Argentina. São Paulo: Fapesp, 1999.
- _____. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **Caderno CRH**, vol. 22, n° 55, 2009, p. 65-76.
- SOARES, Wilma L. M. **O uso de ferramentas de comunicação interna:** estudo de caso do BANPARÁ. 2010. 124f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional), Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional – Universidade de Taubaté, São Paulo, 2010.
- SORRE, Max. A noção de gênero de vida e sua evolução. In.: MEGALE, J. F. **Max. Sorre.** São Paulo: Editora Ática, 1984. p. 99-123.
- _____. *Les capitaux et la région de Mr Jean Labasse.* In: **Annales de Géographie**, v. 64, n. 346, p. 413-420, 1955.
- SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de. **A modernização violenta:** principais transformações na agropecuária capixaba. 1990. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Economia/Unicamp. 1990. Campinas.
- TAVARES, Martus e CARVALHEIRO, Nelson. **O setor bancário brasileiro:** alguns aspectos do crescimento e da concentração. São Paulo: FIPE/USP, 1985.
- THUILLIER, Guy. *Pour une histoire bancaire régionale: en Nivernais de 1800 à 1880.* In: **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations.** 10^e année, n. 4, p. 494-512, 1955.
- TOSI, Alberto; COLBARI, Antonia; ALVES, Wânia M. B. **Bancários:** 60 anos de história (1934-1994). Vitória: Sindicato dos Bancários do Espírito Santo, 1995.
- VANT, André. *Evolution bancaire et espace urbain stéphanois.* In: **Revue de géographie de Lyon**, v. 52, n. 4, p. 367-394, 1977.
- VERDIER, Daniel. **Moving money.** *Banking and finance in the industrialized world.* Cambridge : Cambridge University Press, 2004.
- VIDOTTO, Carlos Augusto. **Sistema financeiro brasileiro nos anos 90.** Um balanço das reformas estruturais. 2002 (Tese de Doutorado). Instituto de Economia/Unicamp. 2002. Campinas.
- VIEIRA, Sergio A. O processo de privatização dos bancos estaduais e o PROES. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v.9, n.37, p. 36-42, set. 2007
- WERLANG, Sérgio R. C. e FRAGA NETO, Armínio. Os bancos estaduais e o descontrole fiscal: alguns aspectos. **Revista Brasileira de Economia.** v. 49, 1995.
- WHEELER, James O. *Corporate Spatial Links with Financial Institutions: The Role of the Metropolitan Hierarchy.* **Annals of the Association of American Geographers**, v. 76, n. 2, p. 262- 274, 1986.
- ZAZZARO, Alberto. *Regional banking system, credit allocation and regional economic development.* **Economie Appliquée**, n. 1, 1997.